

TENDÊNCIAS DA **GEOLINGUÍSTICA BRASILEIRA** E A NOVA GERAÇÃO DE **ATLAS LINGUÍSTICO**



Greize Alves da Silva
Valter Pereira Romano
(Organizadores)

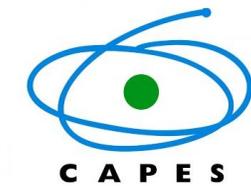


Pedro & João
editores

**TENDÊNCIAS DA
GEOLINGUÍSTICA BRASILEIRA
E A NOVA GERAÇÃO DE
ATLAS LINGUÍSTICOS**



Pedro & João
editores



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM LINGÜÍSTICA
DA UFSC



Programa de Pós-graduação e Letras
(PGLetras-UFMA)

**Greize Alves da Silva
Valter Pereira Romano
(Organizadores)**

**TENDÊNCIAS DA
GEOLINGUÍSTICA BRASILEIRA
E A NOVA GERAÇÃO DE
ATLAS LINGUÍSTICOS**


Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Greize Alves da Silva; Valter Pereira Romano [Orgs.]

Tendências da Geolinguística brasileira e a nova geração de Atlas Linguísticos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 400p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5869-842-5 [Impressão]

978-65-5869-843-2 [Digital]

1. Geolinguística brasileira. 2. Atlas Linguístico. 3. Mapeamento do português
4. Contribuições da Geolinguística. I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Sumário

<i>Prefácio</i>	9
Conceição de Maria de Araujo Ramos	
<i>Apresentação</i>	11
Greize Alves da Silva e Valter Pereira Romano	
<i>Cap. 1 – O ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL E OS ATLAS DE PEQUENO DOMÍNIO: COMPLEMENTAÇÕES E PROPÓSITOS</i>	17
Greize Alves da Silva e Valter Pereira Romano	
<i>Cap. 2 - ASPECTOS DIALETAIS DO PORTUGUÊS JURUTIENSE (PA) E SOLIMOENSE (AM): UM ESTUDO SOBRE O LÉXICO</i>	47
Orlando da Silva Azevedo e Felício Wessling Margotti	
<i>Cap. 3 - CONTRIBUIÇÕES DA GEOLINGUÍSTICA PARA O MAPEAMENTO DO PORTUGUÊS FALADO EM COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS NO PARÁ</i>	75
Marcelo Pires Dias e Celiane Sousa Costa e Marilucia Barros de Oliveira	
<i>Cap. 4 - VARIAÇÃO LEXICAL DO ITEM GALINHA D'ANGOLA NOS DADOS DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO PORTUGUÊS EM ÁREAS INDÍGENAS (ALiPAI)</i>	99
Eliane Oliveira da Costa, Regis José da Cunha Guedes e Abdelhak Razky	

<i>Cap. 5</i> - A PALATALIZAÇÃO NO SUL DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ATLAS LINGUÍSTICO DO SUL AMAZONENSE Edson Galvão Maia e Vanderci de Andrade	123
<i>Cap. 6</i> - ATLAS LINGUÍSTICO DOS KARIPUNA DO AMAPÁ – ALIKAP Romário Duarte Sanches	153
<i>Cap. 7</i> - ATLAS LINGUÍSTICO DOS SERTÕES CEARENSES (ALSCE) Fabiana dos Santos Lima e Maria do Socorro Silva de Aragão	177
<i>Cap. 8</i> - ATLAS FONÉTICO E LÉXICO-SEMÂNTICO DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE – Alicace Carlos Alberto Moreira Saraiva e Maria Socorro Silva de Aragão	201
<i>Cap. 9</i> - ATLAS LINGUÍSTICO DO LITORAL PERNAMBUCANO (ALITÓPE): CONTEXTURA E DESCRIÇÃO METODOLÓGICA Edmilson José de Sá e Eraldo Batista da Silva Filho	223
<i>Cap. 10</i> - ATLAS LINGUÍSTICO DE CORUMBÁ E LADÁRIO (ALiCoLa): QUESTÕES METODOLÓGICAS E RESULTADOS Beatriz Aparecida Alencar e Aparecida Negri Isquerdo	243
<i>Cap. 11</i> - ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DE COLÍDER-MATO GROSSO Maria José Basso Marques e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida	275

<i>Cap. 12</i> - VARIAÇÃO SEMÂNTICO-LEXICAL NO INTERIOR PAULISTA: <PANCADA DE CHUVA>, <ESTRELA D'ALVA>, <MANDIOCA BRAVA>, <GARRINCHA> E SUAS COVARIANTES Selmo Ribeiro Figueiredo Junior	297
<i>Cap. 13</i> - ATLAS LINGUÍSTICO TOPODINÂMICO DO OESTE DE SÃO PAULO Ariane Cardoso Santos-Ikeuchi e Vanderci de Andrade Aguilera	311
<i>Cap. 14</i> - VARIEDADES EM CONTATO NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: UM ESTUDO GEOLINGUÍSTICO Valeska Gracioso Carlos	333
<i>Cap. 15</i> - REFLEXÕES ACERCA DO ATLAS LINGUÍSTICO DE CURIÚVA - ALiC: RETOMADA DOS DADOS Fátima da Silva Siqueira e Fabiane Cristina Altino	359
<i>Cap. 16</i> - ATLAS LINGUÍSTICO DA ROTA DOS TROPEIROS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS Amanda Chofard e Felício Wessling Margotti	381

Prefácio

Com mais de um século de existência e tendo surgido do desejo de linguistas empenhados em refletir sobre um mapa os resultados de seus estudos, cartografá-los e, com base neles, levantar hipóteses ou chegar a conclusões que considerassem a distribuição da língua no espaço geográfico, a Geolinguística constituiu-se como um sólido campo de trabalho que tem oferecido não só à Dialetoлогия e à Sociolinguística como aos demais campos disciplinares da Linguística materiais significativos para o entendimento da língua como essencialmente variável.

Nesse processo de desenvolvimento, materializado em fases que se vão redefinindo com base em um rigor metodológico, e, finalmente, de consolidação, a Geolinguística vem trilhando novos caminhos, buscando responder à realidade atual, realidade essa que resulta das profundas e sucessivas transformações por que passa o mundo e que lhe dão uma nova configuração. Nesse sentido, a Geolinguística adiciona a seu parâmetro primeiro, precípua, o diatópico, o controle de outras variáveis que possibilitam ver o falante situado, também, no espaço social. Aplica, assim, o parâmetro diatópico com o acréscimo dos parâmetros diastrático, diageracional, diassexual, diafásico. Busca, ainda, registrar o saber metalinguístico dos falantes e não para por aí, já que abre mais seu leque de interesses e se volta, também, para a investigação dos contatos intra e interlinguísticos.

Nesse contexto, este livro, resultado do trabalho de vários grupos de pesquisa que vão cobrindo o extenso território brasileiro com atlas de diferentes dimensões – nacional, regional, estadual, de pequeno domínio – é uma mostra relevante do processo de

consolidação da Geolinguística como campo de conhecimento e de investigação no Brasil.

Conceição de Maria de Araujo Ramos
Universidade Federal do Maranhão

Apresentação

Passado, aproximadamente, um século da publicação das obras inaugurais da Dialetologia brasileira, o *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral (1920) e o *Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes (1922), os avanços na descrição de variedades dialetais no Brasil são imensuráveis, sobretudo, a partir do incremento prodigioso dos trabalhos geolinguísticos iniciados na década de 1960. Com a elaboração dos denominados atlas linguísticos, atualmente, grande parte do território brasileiro está recoberta com trabalhos de pequeno, médio e grande domínio.

Em quase seis décadas desde a elaboração do primeiro atlas linguístico estadual, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, de Nelson Rossi (1963), os pesquisadores brasileiros têm percorrido os diferentes espaços para coleta, sistematização e descrição de dados orais em pequenas comunidades rurais ou grandes centros urbanos, em comunidades monolíngues, bilíngues, tradicionais (quilombolas e indígenas). Com isso, um sem-número de trabalhos tem resultado em atlas de pequenos domínios que refletem uma mentalidade dialetológica amadurecida com fundamentos teórico-metodológicos desenvolvidos ao longo dos anos. A Geolinguística do Brasil conta hoje com obras de referência e grupos de pesquisa em diferentes Instituições de Ensino Superior e este livro é um dos resultados desse amadurecimento e visa congregar alguns trabalhos selecionados para representar as cinco regiões do país.

No primeiro capítulo, de Greize Alves da Silva e Valter Pereira Romano, à guisa de introdução da coletânea, há uma apresentação dos atlas linguísticos, alcances e domínios na perspectiva de comparar o atlas nacional, que tem servido de norte aos pesquisadores atuais, com atlas locais e de menor envergadura, que mesmo com metodologias diferentes trazem resultados complementares entre si. Assim, o texto *O atlas linguístico do Brasil*

e os atlas de pequeno domínio: complementações e propósitos traz uma ampla introdução para o que se vai desenvolver com mais detalhes nos capítulos subsequentes, cujos textos estão organizados por região administrativa.

Na Região Norte atuam diferentes contatos intervaretais: do português com línguas indígenas, do português com modalidade procedentes da migração interregional, do português com as línguas de fronteira (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa) e das modalidades faladas em comunidades tradicionais, indígenas ou quilombolas. E, para demonstrar essa pluralidade, temos cinco textos que discutem a dimensão dialetal nortista a partir da constituição de atlas linguísticos.

Assim, o capítulo 2 - *Aspectos dialetais do português juritiense (PA) e solimoense (AM): um estudo sobre o léxico*, de Orlando da Silva Azevedo e Felício Wessling Margotti, abre o aspecto regional nortista apresentando o contraste lexical entre localidades do Baixo Amazonas (Pará) e do Médio Solimões (Amazonas). Os dados apontam que as duas regiões se caracterizam por comunidades linguísticas distintas, apresentando variantes lexicais específicas.

Em seguida, Marcelo Pires Dias, Celiane Sousa Costa e Marilucia Barros de Oliveira protagonizam o capítulo 3 - *Contribuições da Geolinguística para o mapeamento do português falado em comunidades afro-brasileiras no Pará*, texto este que discute, com base em dois importantes trabalhos, como a cartografia pode ser utilizada tanto como produto final (atlas linguísticos) como um meio para se investigar a constituição de espaços em comunidades tradicionais e seu processo de territorialização.

Ainda na toada dos estudos dialetais em comunidades tradicionais, temos o capítulo 4 - *Variação lexical do item galinha d'angola nos dados do Projeto Atlas Linguístico do português em áreas indígenas (ALiPAI)*, dos autores Eliane Oliveira da Costa, Regis José da Cunha Guedes e Abdelhak Razky, que apresentam na superfície cartográfica as designações para *galinha d'angola* interpretada nos fatores dialingual e diaétnicos - em português e em línguas de cinco etnias indígenas.

Outro estado nortista profícuo em pesquisas dialetais é representado pelo capítulo 5 – de Edson Galvão Maia e Vanderci de Andrade Aguilera em: *A palatalização no sul do Amazonas: uma análise a partir do Atlas Linguístico do sul amazonense*, cujos autores analisam a palatalização por meio das variáveis linguísticas e extralinguísticas (sexo, idade e escolaridade). Destacam, além de outros fenômenos, que há maiores incidências de palatalização em localidades de ocupação portuguesa, demonstrando os fatores sociohistóricos e populacionais da região.

Fechando os trabalhos da Região Norte, o capítulo 6, de Romário Duarte Sanches, *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá – ALIKAP*, traz as bases teórico-metodológicas de um atlas contatual, especificamente Português-Kheuól e demonstra, por meio das cartas dialetais com tendências bilíngues, os variados empréstimos entre ambas as línguas.

Para representar a região Nordeste, um dos maiores expoentes na confecção de atlas linguísticos, temos mais três trabalhos dialetais e o primeiro deles, capítulo 7, é de autoria de Fabiana dos Santos Lima e Maria do Socorro Silva de Aragão, intitulado *Atlas Linguístico do Sertão Cearense – ALSCE*, cujo texto apresenta as cartas lexicais e morfossintáticas trabalhadas no atlas. Lexicalmente, as autoras destacam a presença de formas já cartografadas em outros trabalhos cearenses, ocorrendo algumas presenças de novas variantes.

Em seguida, também descrevendo outra região cearense, o capítulo 8 - *Atlas fonético e léxico-semântico da região do Cariri cearense – Alicace*, de Carlos Alberto Moreira Saraiva e Maria Socorro Silva de Aragão, apresenta o registro cartográfico da coleta de dados realizada em seis localidades que compõem o Cariri. Com relação aos aspectos fonéticos, há presença de metaplasmos e, sobre o léxico, de arcaísmos.

Como último representante do Nordeste, o capítulo 9 – *Atlas Linguístico do litoral pernambucano (ALITOPÉ): contextura e descrição metodológica*, dos autores Edmilson José de Sá e Eraldo Batista da Silva Filho, descreve o projeto de atlas que tem por objetivo abranger as áreas costeiras do Estado em questão e, para isso,

contemplar localidades, em sua malha, que nasceram ainda nos primeiros séculos de colonização do território.

Como representantes do Centro-Oeste, região esta que tem vivenciado nas últimas décadas contato maciço com variedades sulistas do português, elencamos dois atlas municipais descritos no capítulo 10 e 11. O texto de Beatriz Aparecida Alencar e Aparecida Negri Isquerdo traz discussões de ordem metodológica e resultados de um atlas intermunicipal em região de fronteira entre Brasil e Bolívia, intitulado - *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALiCoLa): questões metodológicas e resultados*. As autoras documentaram, dentre outros aspectos, conservadorismo linguístico de influência portuguesa, além da influência espanhola no léxico, decorrente da situação de fronteira.

O capítulo 11, escrito por Maria José Basso Marques e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida, apresenta-nos o Atlas Semântico-lexical de Colíder – MT, um pequeno município localizado no Norte do estado do Mato Grosso e que apresentou, a partir da cartografia, semelhanças dialetais com variedades da Região Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, possivelmente fruto da migração sulista para localidades centroestinas.

Na Região Sudeste, dois trabalhos despontam sob a perspectiva da Dialetoлогия Pluridimensional, ambos referentes ao estado de São Paulo. No capítulo 12, Selmo Ribeiro Figueiredo Junior apresenta alguns resultados do *Atlas Semântico-lexical no interior paulista*, que consistiu na recolha sistemática de dados em 10 localidades do Médio Tietê e cujos dados apontam como o falar caipira continua produtivo no interior paulista.

No capítulo 13, Ariane Cardoso Santos-Ikeuchi e Vanderci de Andrade Aguilera nos apresentam o *Atlas Topodinâmico do Oeste de São Paulo*, região que tem como marca a presença maciça de imigrantes procedentes do Nordeste. Nesse sentido, o texto retrata, sob o viés diatópico-cinético, que os filhos dos migrantes não utilizam as variantes trazidas por seus ascendentes, possivelmente em razão de preconceito linguístico sofrido na comunidade de fala.

Por fim, a região Sul do país, pioneira na utilização dos preceitos da Dialetoologia Pluridimensional, possui situação linguística peculiar, pois coexistem diferentes comunidades bilíngues procedentes dos grupos migratórios vindos para o Brasil, principalmente no século 19, além de a Região estabelecer fronteira com países hispano falantes: Argentina, Uruguai e com Paraguai - que tem duas línguas oficiais: espanhol (de colonização) e guarani (da América Pré-Colombiana). Neste livro, o Sul está sendo representado por três trabalhos.

O capítulo 14, com o texto *Variiedades em contato na fronteira entre Brasil e Paraguai: um estudo geolinguístico*, de autoria de Valeska Gracioso Carlos, nos apresenta a situação dialetal decorrentes do contatos dialetal entre os dois países, fornecendo uma visão diatópica e social desse contato. No recorte diageracional, a autora evidencia que os traços [+] sulistas atrelam-se às gerações mais velhas, enquanto as gerações mais jovens optam pelo uso de formas [+] nortistas.

O capítulo 15, de Fátima da Silva Siqueira e Fabiane Cristina Altino, traz *Reflexões acerca do Atlas Linguístico de Curiúva – PR* e cujos dados foram contrastados com os Atlas Linguísticos do Paraná I e II e evidenciam a presença de arcaísmos na fala curiuvense, além de demonstrar que a localidade não apresenta predominantemente traços linguísticos do sul do Estado do Paraná.

Já o capítulo 16 - *Atlas linguístico da rota dos tropeiros: Considerações Teórico-Metodológicas*, de autoria Amanda Chofard e Felício Wessling Margotti, apresenta uma pesquisa em desenvolvimento que percorre o território desbravado pelo movimento do tropeirismo contemplando as três unidades federativas da Região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Infelizmente, muitos atlas de pequeno domínio não puderam ser contemplados nesta coletânea, embora se reconheça a importância de cada um deles, sendo necessário, pois, selecionar os atlas que ainda não foram divulgados em obras que trazem o estado da arte da área, como as obras *Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas* (Aguilera, 1998), *Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer* (Aguilera, 2005) e a *Geolinguística*

no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados (Aguilera e Romano, 2016), entre outras. Esperamos entregar ao público uma obra que evidencia o quanto a Geolinguística Brasileira está em amplo e crescente desenvolvimento. Portanto, a partir dessa pequena amostra, é possível observar que a Geolinguística tem se expandido não só na descrição das variedades regionais, mas também e, principalmente, na formação de recursos humanos que, com base sólida, tem propagado o desenvolvimento intelectual e auxiliado na tarefa de descrever a multiplicidade dialetal do Brasil.

Agradecemos a todos os autores e autoras que colaboraram com este livro contribuindo com seus textos e à CAPES pelo apoio à publicação por meio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) - Número do processo: 23038.008664/2021-28, e do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) - Número do processo: 88887.200586/2018-00, envolvendo a parceria entre o Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

Desejamos uma ótima leitura!

Greize Alves da Silva
Valter Pereira Romano
(Organizadores)

CAPÍTULO 1

O ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL E OS ATLAS DE PEQUENO DOMÍNIO: COMPLEMENTAÇÕES E PROPÓSITOS

Greize Alves da Silva*
Valter Pereira Romano**

Introdução

Atualmente, os estudos de natureza geolinguística no Brasil caminham a passos largos a partir da iniciativa de pesquisadores que se dispõem a percorrer diferentes territórios, chegando a áreas mais isoladas em aldeias indígenas ou comunidades quilombolas do interior do estado do Pará e ou do Pernambuco, por exemplo. Esses dialetólogos e geolinguístas preocupam-se com a descrição da língua falada desde as pequenas cidades do interior brasileiro até as áreas de grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo regiões de fronteira internacional.

Inobstante ao que se tem observado em outros países sobre os avanços no campo metodológico, a Geolinguística no Brasil segue o seu próprio caminho desde o início da segunda década do século XXI já com uma metodologia sedimentada e com base teórica consistente, colocando teoria e prática em xeque a partir da iniciativa dos diferentes grupos formados nas principais

* Doutora em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional. E-mail: greize_silva@yahoo.com.br

**Doutor em Estudos da Linguagem. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: valter.pereira.romano@gmail.com

universidades do país. Esse “desmembramento” da Geolinguística brasileira do modelo europeu originou-se da percepção dos geolinguístas de que este país possui especificidades geográficas, históricas e sociais.

Assim, o tão almejado mapa dialetológico brasileiro está cada vez mais próximo de ser alcançado por meio do que se tem encontrado pela pesquisa empírica e pelo tratamento cartográfico fornecido nos atlas linguísticos até então disponíveis que, de certa forma, retificam e ratificam a proposta de divisão dialetal apresentada por Antenor Nascentes (1953). Após 1996, ano do lançamento do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil*, uma série de atlas de abrangência estadual e de pequeno domínio despontaram no cenário da Geolinguística brasileira, recobrando diferentes realidades. Segundo Romano (2020), atualmente,

[...] são 63 trabalhos que apresentaram como resultado um número considerável de cartas linguísticas, sendo 29 dissertações de mestrado, 25 teses de doutorado, seis monografias de especialização, um projeto de pós-doutorado, um trabalho de conclusão de curso de graduação e um projeto de iniciação científica (ROMANO, 2020, p. 20).

Sem dúvida, os trabalhos inaugurais da Geolinguística brasileira foram fundamentais para o que se encontra hoje. O *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI et al., 1963), o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (RIBEIRO et al., 1977), o *Atlas Linguístico da Paraíba* (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984), o *Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA, 1987) e o *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994) deram sustentação para início da grande empreitada que é o *Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALiB* em franco desenvolvimento que, por meio dos seus diretores científicos, é a mola propulsora para estudos de natureza dialetal e geolinguística no território nacional.

2. Os atlas linguísticos e as suas dimensões

Em termos europeus, os atlas linguísticos podem ser distribuídos em quatro categorias, a depender do espaço geográfico de abrangência e dos objetivos por parte dos idealizadores, do maior para o menor: i) atlas linguísticos continentais, ii) grupos de línguas, iii) nacionais e iv) regionais (ALINEI, 1994, p. 21). E, de acordo com o direcionamento fornecido, os veios metodológicos da obra dialetal serão delineados, sobretudo no que tange à quantidade e o perfil dos informantes e a definição da rede de pontos, mais ou menos densa.

Descritivamente, os trabalhos geolinguísticos de âmbito continental têm por premissa abranger um continente inteiro, com diversas línguas em sua composição. Segundo Cardoso (2010), o único trabalho desta magnitude é o *Atlas Linguarum Europae* (ALE), iniciado na década de 1970 e publicado em 2007. Esse macroatlas possui uma rede de pontos linguísticos de 2631 localidades, contemplando 22 grupos de línguas dentre seis famílias linguísticas (altaico, basco, indo-europeu, caucasiano, semítico e urálico)¹. Pela inclusão das ramificações linguísticas, o ALE também pode ser incluído na terminologia dos atlas de grupos de língua.

Em menor abrangência, e seguindo a terminologia de Alinei (1994), como exemplo de atlas de grupos linguísticos (ou famílias linguísticas), tem-se o *Atlas Linguistique Roman* (ALiR), cujo propósito foi coletar e analisar as falas românicas presentes na Europa (România Antiga); a rede de pontos é formada por 1036 pontos distribuídos pelas regiões e avistando as seguintes línguas: catalão, espanhol, francês, galego, italiano, moldavo, português, suíço, romeno e valona (CONTINI; TUAILLON, 1996).

Os iii) atlas nacionais têm por objetivo a descrição dialetal circunscrita aos parâmetros limite-território de um país, sendo assim, são mais restritos que atlas de famílias linguísticas, mas mais amplos

¹ Disponível em: https://www.lingv.ro/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=109. Acesso em: 01 mar. 2021.

que os atlas regionais descritos por Alinei (1994). Nesse sentido, cita-se o *Atlas Lingüístico do Brasil* (ALiB), cujo objetivo é a caracterização das variações de natureza dialetal em solo brasileiro. Cabe destacar que os atlas nacionais, apesar de estabelecerem em sua rede de pontos localidades fronteiriças a outros países, normalmente não ultrapassam os limites políticos, embora se saiba que em termos dialetais esses limites são apenas fronteiras virtuais (COSERIU, 1987).

Outro ponto a ser destacado é a metodologia desses grandes atlas, tanto continentais, de grupos de línguas, quanto nacionais, pois, comumente, sua rede de pontos é mais esparsa para que se possa recobrir uma grande área; o questionário adotado é igualmente amplo para dar conta das diferenças culturais e linguísticas que se estabelecem em territórios múltiplos. Nos casos do ALE, por exemplo, o instrumento de coleta foi formado por 550 perguntas; do ALiB por 435 questões². Sobre os níveis de “especialização” dos tipos de atlas linguísticos e de seus instrumentos de coleta, são oportunas as palavras de Castañer (1991, p.328):

Um atlas nacional deve buscar o léxico mais comum, mas não pode chegar ao especializado; em um nível ainda mais geral, deveriam existir atlas multilíngues, que possibilitam relacionar um termo com aqueles que correspondem em outras línguas. O atlas regional oferece, ao contrário, uma rede mais densa e deve aprofundar o léxico específico, além de permitir um conhecimento aprofundado da área em estudo.³

² Os Questionários (2001) do Projeto ALiB contém basicamente três macrogrupos: i) fonético-fonológico - 159 perguntas; ii) semântico-lexical - 202 e iii) morfossintático - com 49 questões. Somam-se a esses questionários: 11 questões de prosódia, 04 perguntas de pragmática, 04 temas para discursos semidirigidos e 06 perguntas metalinguísticas, além de um texto para leitura. Disponível em: <https://alib.ufba.br>. Acesso em: 01 mar. 2021.

³ No original: “Un atlas nacional debe buscar el léxico más común, pero nopuede llegar al especializado; en un plano todavía más general deben quedar los atlas plurilingües, que permiten relacionar un término con los que corresponden en otras lenguas. El atlas regional ofrece por el contrario, una cuadrícula más densa y debe adentrarse en el léxico específico, además de permitir un conocimiento

Pode-se compreender nas palavras de Castañer (1991) que os iv) atlas linguísticos regionais são ainda menores do que os atlas nacionais, mas sua rede de pontos é mais densa, ou seja, a equidistância entre as localidades que se investiga é menor se comparada aos atlas nacionais, o que possibilita o reconhecimento de particularidades mais locais, trabalho este complementar e integrativo em relação aos atlas nacionais.

A ideia de realizar atlas de regiões específicas de um país não é tão recente e já estava bastante difundida no território europeu, como se observa já nos idos de 1940 com o *Novo Atlas Linguístico da França por Regiões*. Esse atlas veio complementar o *Atlas Linguístico da França - ALF* (GILLERON, 1909) a partir do detalhamento de particularidades de cada região francesa, o que possibilitou, inclusive, comparações com a obra inaugural da então denominada Geografia Linguística. O *Atlas linguístico do litoral português* (VITORINO, 1987) é outro exemplo, cuja importância se reflete na elaboração do *Atlas Linguístico de Portugal e Galícia - ALPG*.

Os dialetólogos de primeira hora, conforme se observa em Romano (2020), já ressaltavam a importância da coexistência de atlas de pequeno e de grandes domínios (ALVAR, 1969), “pois esses trabalhos vêm complementar as pesquisas de maior envergadura, revelando aspectos fonéticos, lexicais e morfossintáticos de maneira mais pormenorizada” (ROMANO, 2020, p. 18).

Seguindo a trilha europeia, inicialmente no Brasil, também se desenvolveram os atlas de regiões específicas do país, os intitulados atlas linguísticos estaduais (ROMANO, 2013; ROMANO, 2020). Esses mesmos atlas são denominados como regionais por Brandão (1991), Ferreira e Cardoso (1994), Isquerdo (2006) e Cardoso (2010), porém têm sua rede de pontos limitada às fronteiras das unidades federativas e não a uma região específica do país ou do estado.

profundo de la zona objeto de estudio” (CASTAÑER, 1991, p. 328 *apud* CONTINI; TUAILLON, 1996, p. 230-231).

Dadas as dimensões continentais do Brasil, bem como a extensão territorial dos diferentes estados, seria mais adequado não considerar atlas estaduais como atlas regionais, uma vez que o Brasil geograficamente é muito diferentemente da Europa, por exemplo, em que há países cuja área total não equivale nem a um estado federativo brasileiro. De acordo com Romano (2020), até o momento, há um atlas que contempla toda uma Região Administrativa, que é o *Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil - ALERS* (ALTENHOFEN et al., 2011). Mas há também atlas que contemplam desde pequenos municípios até extensas superfícies de fronteira internacional bem como áreas que compreendem mais de um estado.

É pertinente, portanto, considerar no território brasileiro a existência do atlas nacional, o ALiB⁴, um atlas regional, o ALERS, os atlas estaduais, já publicados ou em desenvolvimento e os atlas de pequeno domínio. Assim, na terminologia proposta por Alinei (1994) e remodelada para a realidade brasileira, ter-se-ia: a) atlas continentais; b) grupos de língua; c) nacionais; d) regionais; e) estaduais e f) pequeno domínio/locais, os quais se aplicam na realidade brasileiras os do tipo *c, d, e, f*.

Os trabalhos de pequeno domínio/locais buscam a descrição de nuances restritas a uma região específica dentro de outro território mais amplo e, nessa finalidade, possuem particularidades teórico-metodológicas em sua composição: a rede de pontos é mais densa e seu instrumentos de coleta é direcionado às questões regionais e locais. Sobre as principais diferenças entre atlas nacionais e regionais são oportunas as diretrizes destacadas pelo Projeto *Atlas Linguístico da Península Ibérica (ALPI)*:

[...] o objectivo de um atlas de grande domínio é recolher materiais que permitam caracterizar linguisticamente um território extenso, o que supõe estabelecer uma rede de inquérito ampla, *larga*, cujos pontos podem não estar muito próximos entre si, e um questionário suficientemente genérico de modo a adaptar-se a geografias e

⁴ Os primeiros volumes do ALiB foram publicados em 2014 (CARDOSO et al, 2014a; 2014b) e os demais estão em elaboração.

culturas diferentes; em contrapartida, como se ocupa de um espaço mais restrito, um atlas de pequeno domínio pode e deve estabelecer uma rede de inquérito densa, *estreita*, com um número suficiente de pontos, de modo a constituir uma malha que cubra todo o espaço, utilizando um questionário específico muito ligado à realidade cultural do território que pretende estudar. (ALPI, [s/d].)

Ou seja, os atlas de pequeno domínio funcionam como um tipo de *zoom* para as realidades maiores e são importantes instrumentos na análise e na interpretação de nuances dialetais de um território, pois lançam um olhar mais aprofundado, por vezes não contempladas em macroatlas, tais como as línguas minoritárias, as atividades artesanais que demarcam a economia local e que são decorrentes do contato do homem com seu meio físico, questões essas que caracterizam os diferentes pontos de uma grande região.

Nesse sentido, em termos brasileiros, propõe-se que atlas regionais não sejam interpretados como atlas estaduais ou de pequeno domínio dadas as especificidades geográficas do Brasil. Assim, considera-se que atlas regionais englobam uma região administrativa completa, o caso do ALERS (ALTENHOFEN et al., 2011), por exemplo; os atlas estaduais dão conta das especificidades dialetais de uma unidade federativa completa em seus limites político-territoriais, enquanto os atlas de pequeno domínio objetivam a cartografia de realidades bem menores – cidades, uma meso ou micro região, grupos de cidades, cultivos específicos, atividades artesanais, de grupos étnicos específicos, dentre tantas outras que marcam as regionalidades brasileiras e não se restringem, necessariamente, aos limites político-territoriais de área.

3. O Atlas nacional e os atlas de pequeno domínio: comparações e contrastes

Considerando que o objetivo de um atlas de grande domínio é a coleta sistemática de dados dialetais de forma ampla para que se possa abarcar em sua composição nuances mais gerais em termos

linguísticos, neste tópico analisam-se as comparações e os contrastes estabelecidos entre um atlas nacional, o ALiB, e alguns atlas de pequeno domínio publicados e desenvolvidos em diferentes regiões brasileiras. Para tanto, optou-se por se trabalhar com a cartografia coincidente de uma pergunta que tem sido comumente objeto de coleta sistemática e análise por parte dos dialetólogos, o inseto da ordem dos odonatos, a *libélula*, pois evidencia o caráter regional e, por vezes, apresenta fatores de ruralização nas designações ligadas à natureza diageracional (ISQUERDO, 2010; SILVA, BORGES, 2019).

Neste intento, além das cartas do ALiB (CARDOSO et al. 2014), no que tange à documentação cartográfica para o referente em pauta, selecionaram-se cartas linguísticas de dez atlas de pequeno domínio com o intuito de verificar sob a perspectiva comparativa as variantes lexicais documentadas, sendo dois atlas de cada Região Administrativa:

- Região Norte: o *Atlas Linguístico dos Karipunas do Amapá* (SANCHES, 2020) e o *Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará* (DIAS, 2017);
- Região Nordeste: o *Atlas Linguístico de Icatu – AlinI* (MENDONÇA, 2017) e o *Atlas Fonético e Léxico-Semântico do Cariri cearense – Alicace* (SARAIVA, 2019);
- Região Sudeste: o *Atlas Semântico-Lexical do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007) e o *Atlas Linguístico Pluridimensional do Português Paulista* (FIGUEIREDO JUNIOR, 2018);
- Região Sul: o *Atlas Linguístico de Curiuva – PR* (SIQUEIRA, 2015) e *Atlas Linguístico do Norte Pioneiro do Paraná - ALINPIPR* (RIBEIRO, 2021);
- Região Centro-Oeste: *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – ALiCola* (ALENCAR, 2013) e o *Atlas Semântico-lexical do Norte do Mato Grosso – ASLNMAT* (AZEVEDO, 2015).

São atlas pluridimensionais que documentam a fala em diferentes perspectivas: comunidade em situação de bilinguismo, como por exemplo, o atlas dos karipunas, no estado do Amapá;

pequenas cidades, como Icatu, no interior do Maranhão e Curiúva, no interior do Paraná; mesorregiões de um estado, como o Norte Pioneiro do Paraná e do norte-matogrossense; regiões metropolitanas, como a Grande ABC paulista, ou mesmo comparação entre municípios, como no interior do estado de São Paulo, ou cidades como, Corumbá e Ladário, no estado do Mato Grosso do Sul.

Cada atlas seguiu sua própria metodologia quanto aos perfil dos informantes, modelo de representação cartográfica, mas esses atlas selecionados para este trabalho apresentam algo em comum: em seu instrumento de coleta de dados a questão do referente *libélula* em pauta “*o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a parte traseira na água?*”, conforme prevê a pergunta 87 do Questionário Semântico-Lexical do ALiB (COMITE NACIONAL, 2001).

Neste texto os dados são apresentados sumariamente, sem adentrar a análise léxico-semânticas e geossociolinguísticas, verificando-se há coocorrências das formas nos atlas em comparação com dados do ALiB, o que ratifica a importância de estudos de pequeno domínio para revelar nuances que atlas maiores podem não recobrir.

3.1 A “libélula” no ALiB e nos atlas de pequeno domínio

O segundo volume do Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO et al. 2014), com os dados das 25 capitais brasileiras, indica em sua cartografia o caráter polimórfico das respostas fornecidas por seus 200 informantes para o conceito envolvido na QSL 087. Consta, em linhas mais gerais, que as variantes coletadas por ordem de ocorrência são: *libélula*, *helicóptero*, *bate-bunda/lava-bunda/lava-cu*, *jacinta*, *zigue-zague*, *cigarra* e demais variantes agrupadas sob o rótulo *Outras* (Carta L12), Figura 1.

Figura 1 -Carta linguística do Atlas Linguístico do Brasil



Diatopicamente, observa-se a presença do item *jacinta*, de étimo indígena, nas capitais da Região Norte, *zigue-zigue*, variante de motivação onomatopáica em capitais nordestinas. *Lavalbate bunda* em Aracaju, Vitória, Goiânia e Campo Grande. *Helicóptero*, em capitais de quatro grandes Regiões e *cigarra* majoritariamente em Porto Alegre e também em São Paulo, com diferentes índices de ocorrência. A forma considerada padrão (*libélula*) está presente em todas as Regiões e grande número de formas regionais agrupadas sob o rótulo *Outras*. Claramente, quando se analisa apenas o fator diatópico presente na carta em questão, nota-se a formação de áreas de ocorrência das formas citadas, situação esta que o ALiB amplia nas cartas subsequentes conforme a Região Administrativa.

Para além das seis formas mais citadas em caráter geral nas capitais, pelo recorte macrorregional, sob o rótulo *outras* tem-se a seguinte situação diatópica: na Região Norte, por exemplo, das seis

formas coletadas, duas aparentemente são mais regionais: *cavalo-do-cão* e *lavadeira*, como se observa no Quadro 01 a seguir:

Quadro 1 - Formas cartografadas pelo ALiB para a QSL 085 – em ordem de produtividade

NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
Jacinta	Libélula	Libélula	Libélula	Helicóptero
Libélula	Zigue-zague	Cigarra	Helicóptero	Lava-bunda
Cigarra	Cachimbal	Lavadeira	Besouro	Assa-peixe
Cavalo-do-cão	Cavalo	Helicóptero	Cigarra	Bate-bunda
Helicóptero	Catirina	Lava-bunda	Lava-bunda	Libélula
Lavadeira	Cavalo-do-cão			Olho de peixe
	Helicóptero			
	Lava-cu			
	Macaco			
	Mané-mago			

Fonte: Cardoso et al. (2014) – elaborado a partir das cartas L12a, L12b, L12c, L12d, L12e.

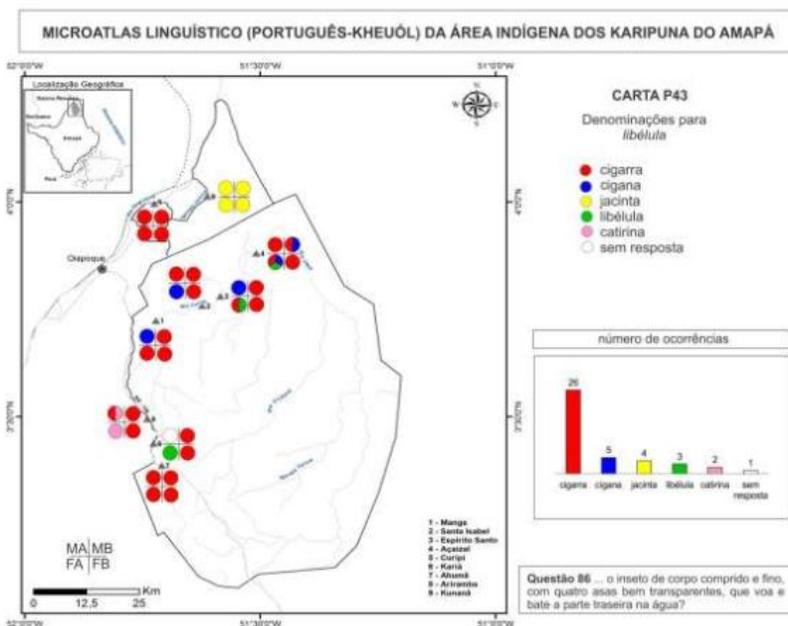
No Nordeste, ocorrem seis formas menos produtivas e não inseridas entre as mais citadas na carta L12 diatópica geral: *cachimbal*, *cavalo*, *catirina*, *cavalo-do-cão*, *macaco* e *mané-mago*, enquanto no Sudeste tem-se apenas *lavadeira*; no Sul *besouro* e, por fim, no Centro-Oeste *assa-peixe* e *olho de peixe*. Somadas todas as formas, mais ou menos produtivas, e realizados os devidos agrupamentos (*bate-bunda/lava-bunda/lava-cu* e *cavalo/cavalo-do-cão*, por exemplo), tem-se a coleta de 14 formas para designar o inseto em pauta nas 25 capitais trabalhadas de forma ampla pelo atlas nacional.

Ao se observar a cartografia presente nos atlas de pequeno domínio, cujo objetivo é, sobretudo, atuar como uma importante lente de aumento dialetal, complementar aos atlas de maior abrangência territorial (domínio), podem-se tecer algumas considerações quanto à presença ou a ausência de variantes nas diferentes obras e de acordo com seus objetivos.

Na realidade nortista, por exemplo, o *Atlas Linguístico dos Karipunas do Amapá* (SANCHES, 2020), na Carta P43, que

documenta as variantes lexicais em português⁵ (Figura 2) para o mesmo inseto documentado pela questão do ALiB, encontram-se variantes como *cigarra*, *cigana*, *jacinta*, *libélula*, *catirina*, das quais *cigarra* ocorre como forma mais produtiva na comunidade. No ALiB (Figura 1), esse item se apresenta em capitais distantes geograficamente do Amapá, como em Porto Alegre, forma bastante produtiva e, em São Paulo. Partindo-se apenas da carta do atlas nacional, pode-se inferir que *cigarra* seria uma forma regional de variedades do Sul, o que não se comprova ao comparar com o atlas de pequeno domínio do estado do Amapá.

Figura 2 – Carta do Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá - ALIKAP – variantes em língua portuguesa



Fonte: Sanches (2020).

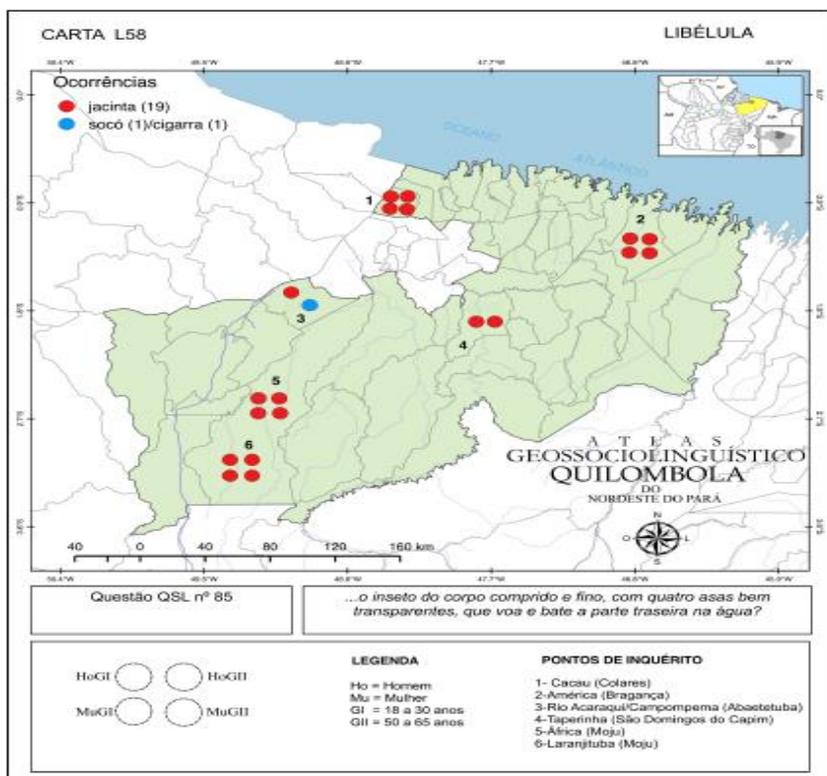
Outro dado interessante é a presença de *catirina* que no ALiB foi coletada na região Nordeste, mas observando o ALIKAP

⁵ O Atlas apresenta para cada questão analisada duas cartas: uma em português e a outra em kheuól.

(SANCHES, 2020), a variante adentra localidades nortistas conforme se observa na Figura 2.

Ainda na Região Norte, na mesma linha do contato linguístico, encontra-se o *Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará - AGQUINPA* (DIAS, 2017), que documenta quase categoricamente a variante *jacinta* como norma lexical da comunidade investigada (Figura 3), além de uma ocorrência de *cigarra*, ratificando os dados encontrados na carta do ALiB em que nas capitais nortistas predominou uso o primeiro item. Ressalte-se, porém, que ainda no AGQUINPA encontram-se uma forma não documentadas pelo ALiB nas capitais do norte: *socó* (1 ocorrência).

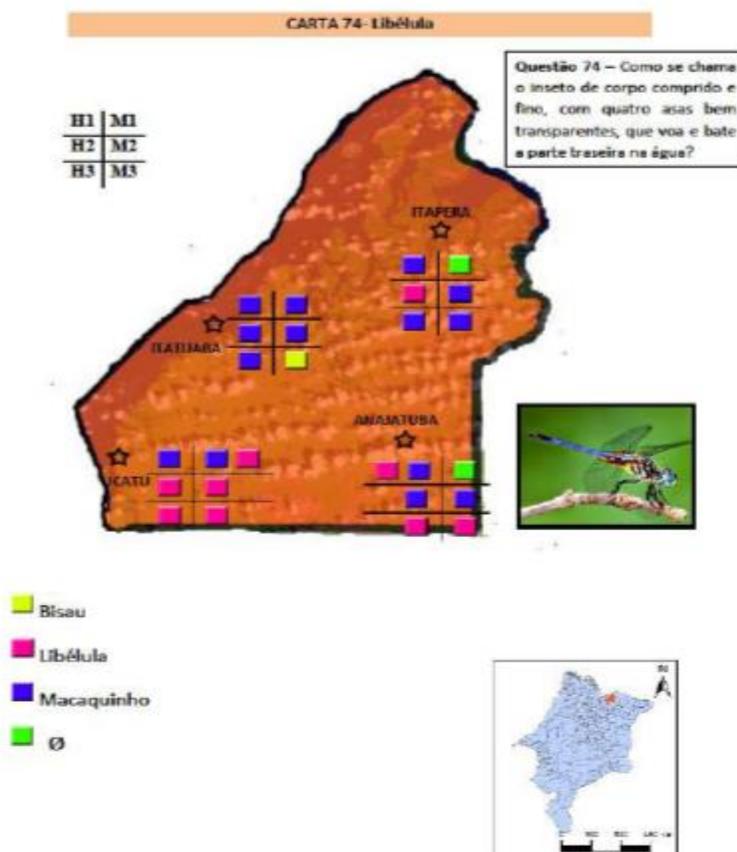
Figura 3 – Carta do Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará



Fonte: Dias (2017).

No caso da região Nordeste, aqui representado por dois atlas de pequeno domínio, o *Atlas Linguístico de Icatu – AlinI* (MENDONÇA, 2017) e o *Atlas Fonético e Léxico-Semântico do Cariri cearense – Alicace* (SARAIVA, 2019), também se evidenciam nuances importantes sobre o ponto de vista regional. No primeiro atlas local maranhense estão descritas três formas lexicais para o inseto em pauta - *macaquinho*, *libélula* e *bisau* (Figura 4).

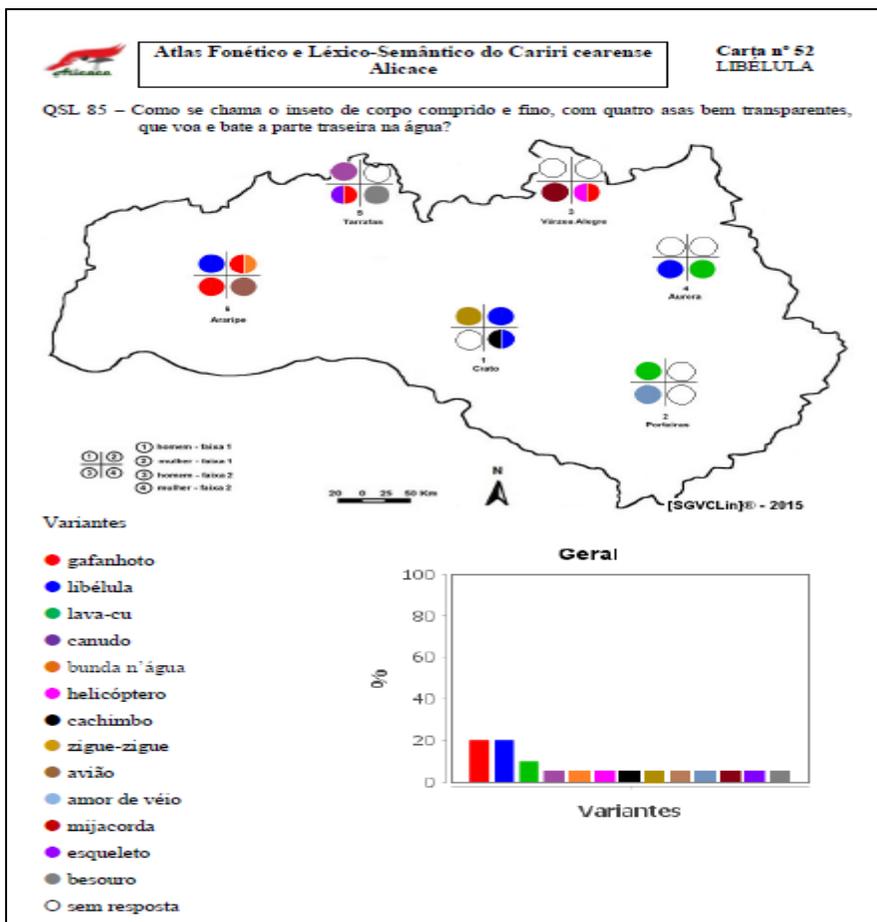
Figura 4 – Carta do Atlas Linguístico do Icatu - MA



Fonte: Mendonça (2017).

No ALiB, não há registros da forma diminutiva *macaquinho* nas capitais, mas a elicitação exclusiva dos falantes da capital São Luís para *macaco*, ou seja, o AlinI ratifica que a forma *macaco/macaquinho* é de caráter regional/local do estado do Maranhão.

Figura 5 – Carta do Atlas Fonético e Léxico-Semântico do Cariri cearense – Alicace



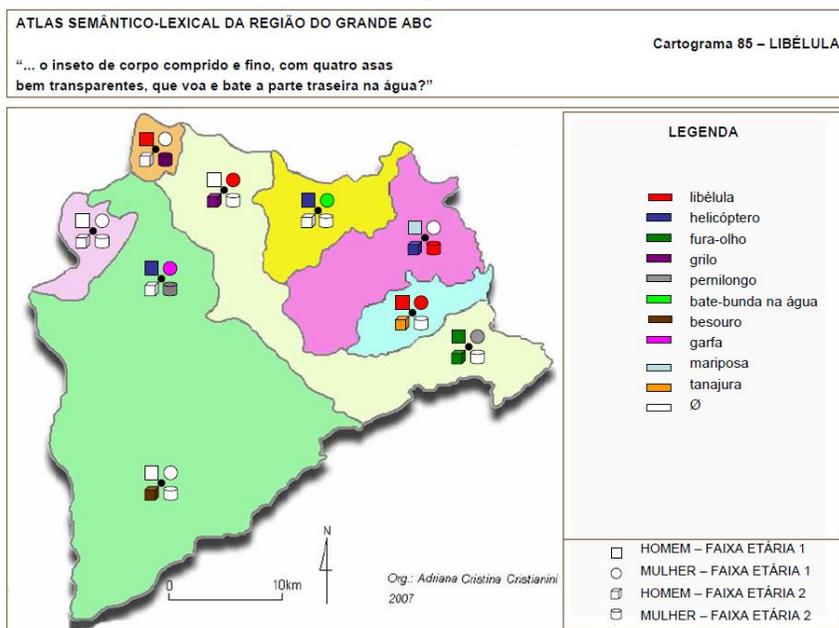
Fonte: Saraiva (2019).

No segundo atlas de pequeno domínio em âmbito nordestino, o Alicace, do Cariri cearense, a situação é mais complexa do ponto de

vista quantitativo para designar a *libélula*. Ao todo, na carta linguística que trata do tema (Figura 5), foram cartografadas 13 variantes, das quais, pelo menos sete delas não constam do ALiB; são, em ordem produtiva: *gafanhoto*, *canudo*, *cachimbo*, *avião*, *amor de véio*, *mijarcorda* e *esqueleto*; as demais formas (*libélula*, *lava-cu*, *bunda n'água*, *helicóptero*, *zigue-zague* e *besouro*) são relativamente coincidentes.

Como representante do Sudeste, tem-se o *Atlas Semântico-Lexical do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007) e o *Atlas Linguístico Pluridimensional do Português Paulista* (FIGUEIREDO JUNIOR, 2018) e em ambos a forma mais produtiva é *libélula*, tal qual no ALiB (Cartas L12 e L12c). No primeiro atlas (Figura 6) fica evidente expressiva quantidade de variantes cartografadas, dez no total, das quais, a metade alude a outros insetos: *grilo*, *pernilongo*, *besouro*, *mariposa* e *tanajura*.

Figura 6 – Carta do linguística Atlas Semântico-Lexical da Grande ABC

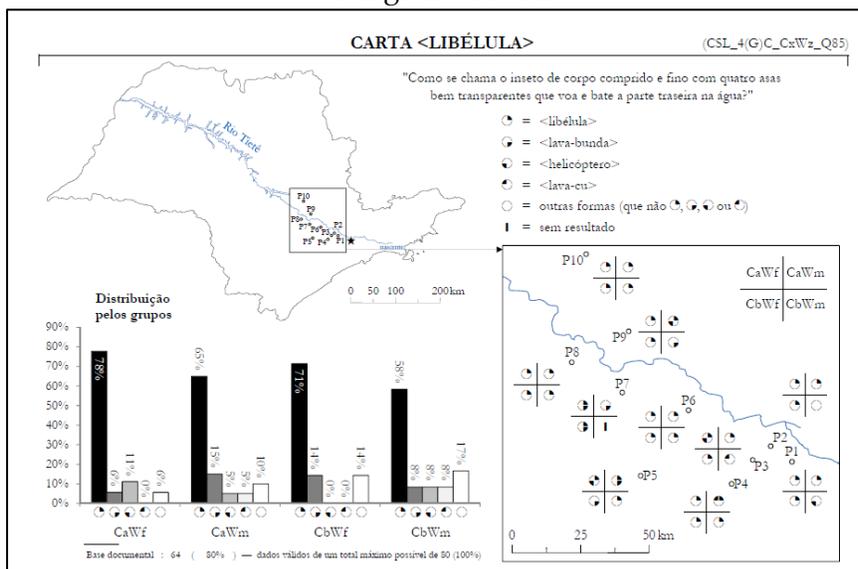


Fonte: Cristianini (2007).

Ainda, neste atlas são também marcadas as não respostas: 47,23% dos informantes que não souberam responder o questionamento, possivelmente por desconhecimento do referente em pauta, ou seja, este atlas evidencia a situação vivenciada em realidades muito urbanizadas, sobretudo, em se tratando em questões atinentes à grande área semântica terra/natureza.

No *Atlas Linguístico Pluridimensional do Português Paulista* (FIGUEIREDO JUNIOR, 2018), aqui representando as localidades do interior de São Paulo (Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Araçariguama, São Roque, Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Tietê, Capivari e Piracicaba), apenas dois informantes não souberam responder ao questionamento (Figura 7), demonstrando que possivelmente o inseto seja mais conhecido e denominado em cidades mais interioranas do que na capital, como verificado em Cristianini (2007).

Figura 7 – Carta do Atlas Linguístico Pluridimensional do Português Paulista

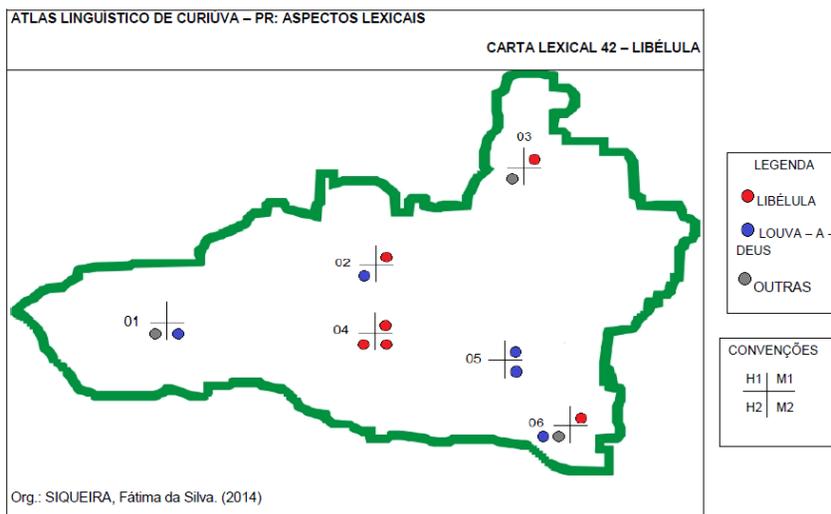


Fonte: Figueiredo Junior (2019 – tomo II).

Como já mencionado, *libélula* é a variante mais recorrente no *corpus*, seguida por *lava-bunda*, *helicóptero*, *lava-cu*, dentre outras formas menos produtivas e não descritas. Todas coincidem com a carta macrorregional do ALiB, tendo, neste último, a citação de *cigarra* em São Paulo capital (Carta L12c), cujos dois atlas de pequeno domínio não registraram, o de Cristianini (2007) e o de Figueredo Junior (2019), mas que também está presente no estado do Amapá, com grande representatividade, conforme se observa na Figura 2, com a carta do ALiKAP (SANCHES (2020)).

Como representantes da região Sul participam dois atlas paranaenses: *Atlas Linguístico de Curiúva* - ALIC (SIQUEIRA, 2015) e *Atlas Linguístico do Norte Pioneiro do Paraná* - ALINPIPR (RIBEIRO, 2021) e, assim como evidenciado em outros atlas de pequeno domínio, em ambos predomina *libélula*. No atlas de Curiúva (Figura 8), tem-se como segunda variante *louva-a-deus*, citada por, pelo menos, cinco informantes, forma esta não descrita nas cartas macrorregionais do ALiB. Sob o rótulo *outras*, o ALiC documenta *lava-bunda*, *capitão* e *caneta*, na nota explicativa da carta lexical 42.

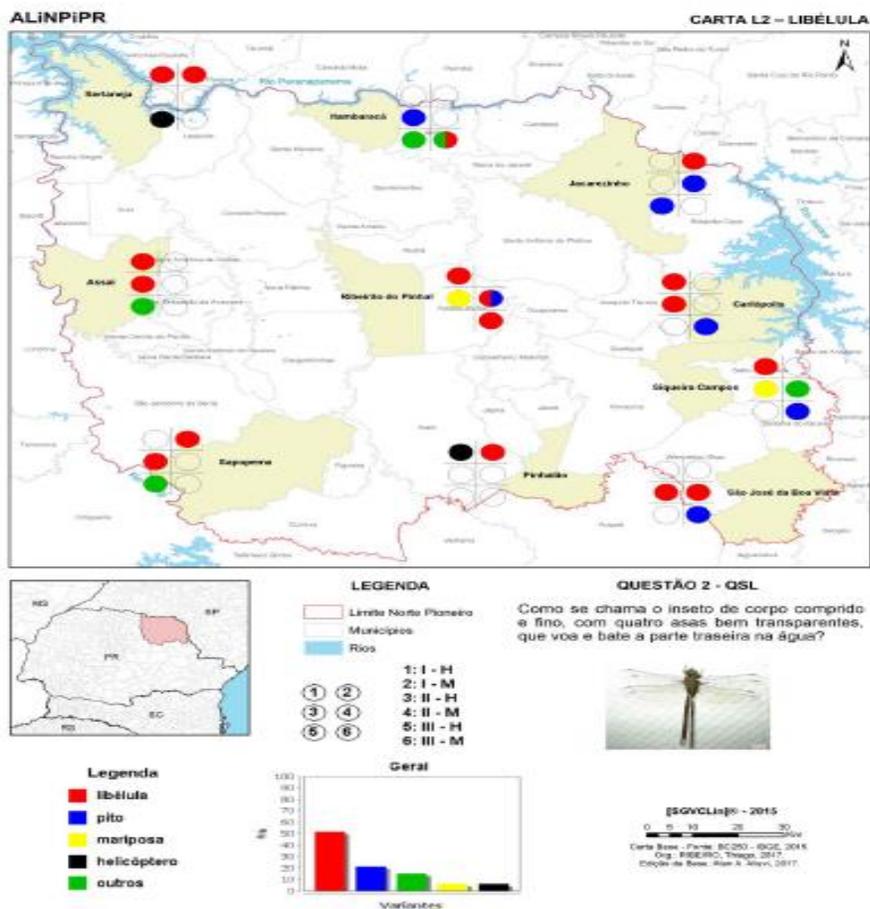
Figura 8 – Carta Atlas Linguístico de Curiúva – Paraná



Fonte: Siqueira (2014)

No *Atlas linguístico do Norte Pioneiro do Paraná* são descritas cinco formas mais representativas: *libélula*, *pito*, *mariposa*, *helicóptero* e *outros*. (Figura 09) A forma *pito*, por exemplo, não está presente na carta L12 do ALiB (Figura 1) e no atlas em questão ocorre nos limites com o interior de São Paulo.

Figura 9 – Carta do Atlas Linguístico do Norte Pioneiro do Paraná

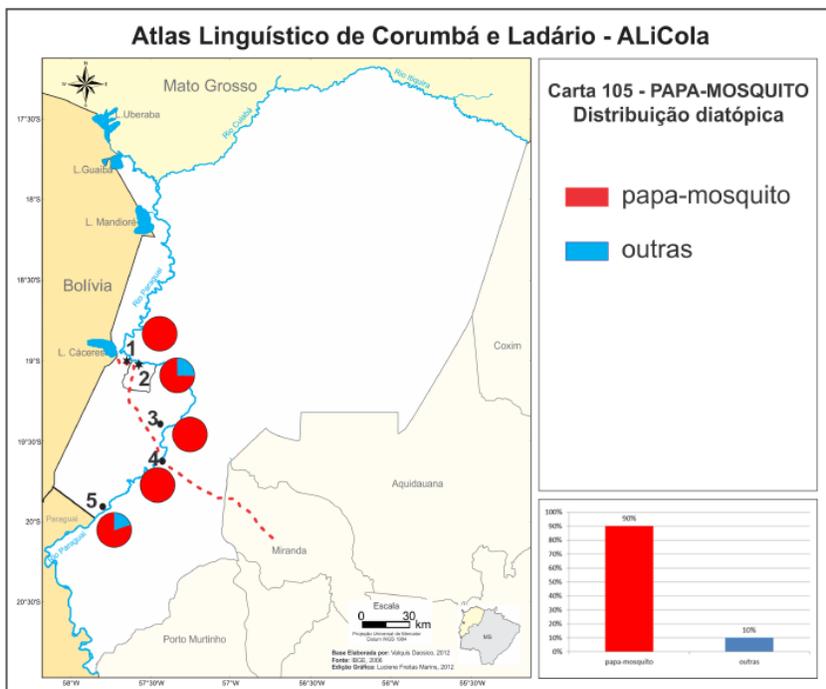


Fonte: Ribeiro (2021 – Tomo II)

Por fim, são representantes da região Centro-Oeste o *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário* – ALiCola (ALENCAR, 2013) e o

Atlas Semântico-lexical do Norte do Mato Grosso – ASLNMAT (AZEVEDO, 2015). No primeiro (Figura 10), apenas uma curiosa forma está cartografada: *papa-mosquito*, obtida em 90% do *corpus*, enquanto as demais agrupadas em *Outras* perfazem 10% das respostas válidas.

Figura 10 – Carta do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário

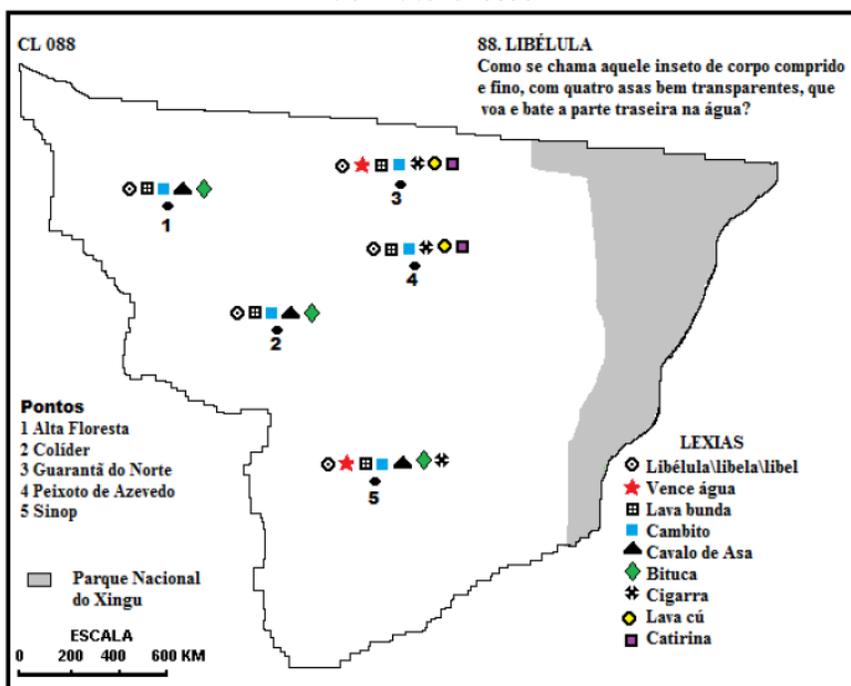


O item *papa-mosquito* não foi cartografado nas capitais centroestinas do ALiB (Carta L12e), reforçando, mais uma vez, a importância de trabalhos contrastivos mais ou menos locais, a exemplo dos atlas de pequeno domínio aqui descritos.

Ainda nesse sentido, sobre a importância dos atlas mais locais, o segundo representante dessa macrorregião, o ASLNMAT, englobando cinco localidades do norte mato-grossense (Alta Floresta, Colider, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo e Sinop), documenta

outras variantes no seu *corpus*, seguindo a tendência metodológica desta obra topodinâmica: *libélula*, *vence água*, *lava-bunda*, *cambito*, *cavalo de asa*, *bituca*, *cigarra*, *lava-cu* e *catirina* (Figura 11).

Figura 11 – Carta linguística do Atlas Semântico-lexical do Norte do Mato Grosso



Fonte: Azevedo (2015 - fragmento)

À exceção de *vence água*, *cambito* e *bituca*, as demais foram coletadas pelo ALiB, não necessariamente no Centro-Oeste, mas em diferentes regiões brasileiras, denotando, por meio do ASLNMAT como atuam as frentes migratórias/topodinâmicas (RADTKE; THUN, 1998) no cenário dialetal brasileiro. Por exemplo, *lava bunda* e *lava cu* evidenciados nessa região mato-grossense, foram descritas no ALiB em Aracajú (NE), em Vitória (SE) e Campo Grande (Centro-Oeste); *cavalo de asa* pode ser variante nordestina (vide *cavalo* e *cavalo-do-cão*), assim como *catirina*, variante coletada também no Maranhão pelo ALiB

Sintetizando as informações constantes da análise dos dados, observa-se as 48 variantes documentadas pelos atlas (vide Anexo 1), das quais 31 são formas que ocorrem em apenas em um dos atlas de pequeno domínio estudados (em cinza), o que revela o caráter regional no polimorfismo lexical do inseto em pauta. Apenas duas formas ocorrem em todas as regiões e em quase todos os atlas selecionados: *libélula* e *helicóptero* (em verde). Duas apresentam-se apenas no ALiB: *cavalo-do-cão* e *mané-magro* (alaranjado). As 10 formas restantes apresentam-se em dois atlas, ou da mesma região ou de região distinta.

Considerações Finais

Com o intuito de demonstrar a importância dos atlas de pequeno domínio para a descrição de plurievarietalidade brasileira, contrastaram-se as variantes para *libélula* em 10 atlas dessa natureza, dois em cada grande Região Administrativa, com o atlas nacional ALiB. Assim, identificou-se na Região Norte, por exemplo, presença de *cigarra*, quando na carta das capitais trabalhadas pelo ALiB, essa variante foi auferida no Sul e no Sudeste, fornecendo a impressão de ser regionalismo. Já no Nordeste, com os atlas de pequeno domínio, ratifica-se o regionalismo *macaco/macaquinho* no Maranhão, conforme demonstra o ALiB, além da cartografia de, pelo menos, sete formas não descritas na capitais estaduais trabalhadas pelo atlas nacional.

No Sudeste, os atlas de pequeno domínio evidenciam o caráter contrastivo +urbano ou + rural presente em São Paulo, em que na capital são citadas várias formas ligadas a outros insetos, não necessariamente o da família dos *odonatos*, enquanto aparentemente a *libélula* é mais conhecida em localidades do interior paulista. No Sul foram coletadas outras variantes que não foram cartografadas pelo ALiB na respectiva Região: *louva-deus* e *pito*. E, por fim, no Centro-Oeste observa-se a ocorrência de *papa-mosquito*, além da presença importante de variantes dialetais nordestinas, dado o caráter topodinâmico de uma das obras.

A partir da explanação aqui apresentada e frente às inovações teórico-metodológicas que se tem verificado no campo da Geolinguística, no Brasil a feitura de atlas linguísticos e demais obras dialetais segue seu próprio curso, pois os elementos históricos, geográficos e sociais de formação do espaço brasileiro devem ser considerados na construção dessas obras e, nesse sentido, indica-se que a terminologia proposta por Alinei (1994) quanto aos tipos de atlas seja reorganizada para se adequar à realidade brasileira, propondo-se, assim, a existência de seis tipos de atlas: continentais, grupos de línguas, nacionais, regionais, estaduais e pequeno domínio/locais, considerando-se a extensão da área recoberta.

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Hélen Cristina da Silva. As denominações para libélula, no Atlas Linguístico do Brasil: um estudo sobre a motivação dos signos. *Alfa*, São Paulo, p. 01-24, 2021

ALENCAR, Beatriz Aparecida. *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário: uma descrição da língua portuguesa falada no extremo oeste de Mato Grosso do Sul*. 2013. 620 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

ALINEI, Mário. L'Atlas Linguarum Europae: resultati, struttura, storia, prospettivi. In: P. G. Mouton (org.) *Geolingüística. Trabajos Europeos*. Madrid: Conjero de Investigaciones Científicas, 1994.

ALPI. Um atlas de grande domínio. In: *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*. Disponível em: <http://alpi.csic.es/pt-pt/alpi/un-atlas-de-gran-dominio>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo (Orgs.). *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil: cartas semântico-lexicais*. Porto Alegre: Editora UFGRS; Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

- ALVAR, Manuel. *Estructuralismo, geografia lingüística y dialectología actual*. Madrid: Gredos, 1969.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de.; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984; v. 1, 2.
- AZEVEDO, Antônio Tadeu Gomes de. *Atlas Semântico-lexical do Norte do Mato Grosso - ASLNMAT: suas influências topodinâmicas*. 2015. 401f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015.
- BRANDÃO, S. F. *A geografia lingüística do Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas Lingüístico do Brasil: cartas lingüísticas 1*. Londrina: Eduel, 2014.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolingüística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CASTAÑER, Rosa Maria Martins. Aragón en los atlas lingüísticos. In: José Maria Enguita (ed.). *I Curso de Geografia Lingüística de Aragón*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1991, p. 327-351. In: CONTINI, M. / TUAILLON, G. (eds.): *Atlas Linguistique Roman (AliR)*, Roma: Istituto Poligraficoe Zecca dello Stato-Libreria dello Stato Vol. I. Présentation, 1996, p. 230-231. Disponível em: <https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000011/00000095.pdf>. Acesso em 01 mar. 2021.
- COMITÊ NACIONAL DO ALiB. *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Questionários. Londrina: EDUEL, 2001.
- CONTINI, Michel; TUAILLON, Gaston. (eds.): *Atlas Linguistique Roman (AliR)*. Roma: Istituto Poligraficoe Zecca dello Stato-Libreria dello Stato. vol. I. Présentation, 1996, p. 230-231. Disponível em: <https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000011/00000095.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- COSERIU, Eugenio. *O homem e a sua linguagem*, 2. Ed. Tradução Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Coleção Linguagem, v. 16. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- CRISTIANINI, Adriana Cristina. *Atlas Semântico-lexical da região do Grande ABC*. 2007. 3. v. Tese (Doutorado em Linguística)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIAS, Marcelo Pires. Atlas geossociolinguístico quilombola do Nordeste do Pará (AGQUINPA). 2017. 2 v. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2017.

FERREIRA, Carlota. et al. *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Fundação de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FIGUEIREDO JUNIOR, Selmo Ribeiro. *Atlas linguístico pluridimensional do português paulista: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região do Médio Tietê*. 2018. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GILLIÉRON, Jules. *Atlas Linguistic de la France*. Paris H. Champion. Paris, 1902. Disponível em: <https://archive.org/details/atlaslinguistiqu00gilluoft/page/n7/mode/2up>. Acesso em 02 fev. 2021.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas regionais brasileiros publicados e em curso: percursos metodológicos. In.: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M (orgs.) Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 67-94.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Revisitando os conceitos de rural e urbano no português do Brasil: contribuições do Projeto ALiB. In: CILPR - CONGRES INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 25., 2010, Innsbruck. Actes... v. IV. Berlin: De Gruyter: 2010, p. 137-146.

MENDONÇA, Thaianes Alves. *Atlas Linguístico de Icatu (ALiI)*. 2017. 389f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Nuevos caminos de la geolinguística románica. Un balance. In: RADTKE, Edgar; THUN,

Harald (Orgs.). *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik. Akten des Symposiums Empirischen Dialektologie*. Heidelberg/Mainz, 21-24.10.1991 Kiel: Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

RIBEIRO, Jose et al. *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977.

RIBEIRO, Thiago Leonardo. *Atlas Linguístico do Norte Pioneiro do Paraná – ALINPIPR*. 2021. 209 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021, tomo II.

ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*. Londrina, v. 13, n. 2, p. 203-242, jul./dez. 2013.

ROMANO, Valter Pereira. Desdobramentos, desafios e perspectivas da geolinguística pluridimensional no Brasil. In: MOTA, J. A.; OLIVEIRA, J. M de.; PAIM, M. M. T. Paim; RIBEIRO, S. S. C (Orgs.). *Contribuições de estudos geolinguístico para o Português Brasileiro: uma homenagem a Suzana Cardoso*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2020, v. 1, p. 11-39. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32461>

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

SANCHES, R. D. *Microatlas linguístico (português-kheuól) da área indígena dos Karipuna do Amapá*. 247 f. Tese (Doutorado). Belém-PA: Universidade Federal do Pará (Programa de PósGraduação em Letras), 2020.

SARAIVA, Carlos Alberto Moreira. *Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri cearense (Alicace)*. 2019. 410f - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2019.

SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SILVA, Greize Alves da; BORGES, Patrícia Andréa. Presença vs ausência de traços de ruralidade no léxico tocantinense. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro* (72), jan-apr, 2019, p. 83-105.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/PkDXj6s8qJ86WVB M7t7kBZf/?lang=pt#>. Acesso em 10 mar. 2021.

SIQUEIRA, Fátima da Silva. Atlas Linguístico de Curiúva – PR: Aspectos Lexicais. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

VITORINO, Gabriela. *Atlas Linguístico do litoral português (ALPP) – fauna e flora*. Tese (Doutorado). Instituto Nacional de Investigação Científica do Centro de Lingüística. Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987.

Anexo 1 – Comparativo dos itens documentados nos atlas selecionados para o estudo

VARIANTES	NORTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE			SUDESTE			SUL		
	ALIB	ALIKAP	AGQUNINPA	ALiB	ALINI	ALICACE	ALiB	ALICOLA	ASLNMAT	ALIB	ABC	ALPPP	ALIB	ALIC	ALINPIPR
amor de veíó						X									
assa-peixe							X								
Avião						X									
bate-bunda							X				X				
Besouro						X						X			
bissau					X										
Bituca								X							
bunda n'água						X									
Cachimbal				X											
cachimbo						X									
Cambito								X							
Caneta													X		
Canudo						X									
Capitão													X		

Catirina		X		X										
cavalo				X										
cavalo de asa								X						
cavalo-do-cão	X			X										
Cigana		X												
Cigarra	X	X	X					X	X			X		
Esqueleto						X								
fura olho										X				
Gafanhoto						X								
Garfa										X				
Grilo										X				
Helicóptero	X			X	X	X			X	X	X	X		X
Jacinta	X	X	X											
lava cu				X	X			X			X			
lava-bunda						X			X		X	X	X	
Lavadeira	X								X					
Libélula	X	X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
louva a deus													X	
Macaco				X										
Macaquinho			X		X									

mané magro				X											
Mariposa											X				X
Mijacorda						X									
olho de peixe							X								
papa mosquito								X							
Pernilongo											X				
Pito															X
Socó			X												
vencé água									X						
zigue-zague				X		X									

Fonte: elaborado pelos autores com base nos atlas consultados.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS DIALETAIS DO PORTUGUÊS JURUTIENSE (PA) E SOLIMOENSE (AM): UM ESTUDO SOBRE O LÉXICO

Orlando da Silva Azevedo*

Felício Wessling Margotti**

Introdução

Este trabalho de natureza dialetológica aborda o fenômeno da variação lexical nas regiões geográficas do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, e do Médio Solimões, no Estado do Amazonas¹.

Como pontos de inquérito da pesquisa, foram selecionados, no Baixo Amazonas (PA), o Igarapé do Juruti Velho e a vila do Juruti Velho; enquanto, no Médio Solimões (AM), foram selecionadas as cidades Codajás, Anamá, Coari e as comunidades pertencentes ao município de Coari, a saber: Costa do Juçara, Itapéua, Saubinha e São João do Ariri. Apesar da disparidade na escolha de dois pontos de inquérito do Baixo Amazonas em contraposição à escolha de

* Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina – Campus de Florianópolis (UFSC). Docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Campus de Manaus. Contato: orsasilva@gmail.com

** Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: felicio.margotti@ufsc.br

¹ Este texto é um recorte da tese de doutorado de Azevedo (2013), apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

sete pontos da região geográfica do Médio Solimões, foi possível identificar diferenças dialetais entre essas duas regiões amazônicas.

Para a execução do trabalho, foi necessário nos deslocarmos ora rio acima, ora rio abaixo, percorrendo grandes distâncias entre os pontos de inquérito em períodos previamente programados, pois, na maioria das vezes, as cidades e comunidades do Estado do Amazonas são mais facilmente acessíveis no período das cheias de rios e lagos. As viagens fluviais são realizadas em pequenos e grandes recreios² regionais, parte dos quais ainda é feita de madeira nos estaleiros das cidades de Santarém, Parintins, Manaus, entre outras. A maioria dos pontos de inquérito escolhidos para a coleta dos dados desta pesquisa dista, em média, via fluvial, em torno de 400 km em relação a Manaus, capital do Amazonas. Isso significa que a distância entre as duas áreas de pesquisa (Médio Solimões e Baixo Amazonas) é de, aproximadamente, 800 km em linha reta.

Como se observa, as duas áreas desta pesquisa situam-se no espaço da grande Região Amazônica, que pode apresentar aspectos linguísticos conservadores ainda não registrados por pesquisas dialetológicas – em parte devido ao relativo isolamento geográfico e à baixa escolaridade – ou, de outra parte, aspectos linguísticos inovadores, como resultado do crescente letramento, do acesso aos meios de comunicação e eventuais contatos com falantes de outras regiões. De modo geral, os habitantes das duas áreas abrangidas pela pesquisa dedicam-se à pesca e a pequenas atividades agrícolas, como o cultivo da mandioca (cf. AZEVEDO; MARGOTTI, 2012), embora em algumas localidades do Médio Solimões, onde a urbanização é mais avançada, parte da população trabalha em atividades industriais e comerciais³.

É fato que a população urbana tem aumentado bastante nos estados do Pará e do Amazonas, assim como em todos os demais

² A palavra “recreio” é usada nos Estados do Amazonas e do Pará em referência aos barcos de linha, que servem como meio de transporte fluvial entre as pequenas, médias e grandes cidades da Região Amazônica.

³ O município de Coari é um centro de produção de gás natural e petróleo.

estados da Região Norte, e que a população mais jovem encontra-se em processo de escolarização muito mais avançado do que a população mais velha. De certo modo, podemos afirmar que as pessoas de mais idade do interior⁴ detêm aspectos linguísticos que não são mais usados por falantes da geração mais jovem.

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o Estado do Amazonas possui uma população rural de 725.161 habitantes contra 2.755.756 da área urbana. De antemão, pode-se deduzir que as variantes dialetais do português urbano são difundidas para o interior por influências da mídia e devido ao intenso fluxo migratório que ocorre entre a capital Manaus e as demais cidades do Estado do Amazonas e do Pará, nas quais também se verifica um intenso deslocamento de pessoas em direção a outras comunidades e povoados amazônicos. Por conta desses movimentos migratórios e de contato, a região interiorana da Amazônia, apesar de possuir um crescimento demográfico lento, tende a incorporar aspectos linguísticos dos centros urbanos.

Apesar do avanço da urbanização e da diminuição das distâncias na Região Amazônica, provocados pelo avanço tecnológico, certamente o português amazônico continua multifacetado e enriquecido pela existência de uma rica biodiversidade e por aspectos linguísticos e socioculturais característicos dessa região do Brasil.

Há 30 anos, por exemplo, era comum ouvirmos no Igarapé do Juruti Velho (PA), onde um dos pesquisadores nasceu, as pessoas falarem *galça* para *garça*, *macaca* para *amarelinha*, *piaçoca* para a ave *jaçanã*, *ambuá* para o *piolho-de-cobra*, *sambichuga* para *sanguessuga*, *combustol* para o *óleo diesel*, *lodi* para os grandes cargueiros etc.

Certamente existem na microrregião do Médio Solimões (AM) e na mesorregião do Baixo Amazonas/PA muitas outras variantes lexicais para os mais diversos referentes, incluindo os nomes de animais da fauna terrestre, fluvial ou lacustre, do corpo

⁴ Em alguns lugares do Amazonas e do Pará, costumamos chamar de interior a zona rural, em oposição às áreas urbanas.

humano, do homem, da pesca, dos fenômenos naturais, da cultura da mandioca, dos vermes, dos insetos, da pecuária bovina, dos meios de transporte da região, das doenças, da flora regional, das hortaliças e das frutas, das brincadeiras, das luminárias do interior, das comidas, das maneiras de enxotar e de chamar os animais domésticos, entre outras áreas semânticas.

A realização da presente pesquisa teve como objetivo principal contribuir com os estudos dialetológicos sobre o português amazônico no que diz respeito ao uso de variantes lexicais nas áreas geográficas acima indicadas. Visto que o estudo se baseia nos pressupostos teórico-metodológicos da Geolinguística Pluridimensional (THUN, 1998; MARGOTTI, 2008; CARDOSO, 2010), as variantes serão apresentadas e analisadas levando em consideração as dimensões *diatópica* (pontos geográficos da investigação), *diageracional* (duas faixas etárias), *diastrática* (dois níveis de escolaridade) e *diassexual* (homens e mulheres).

Nossas hipóteses para o desenvolvimento da pesquisa se basearam nas respostas às seguintes indagações:

a) *Ocorre variação lexical nos diferentes pontos da pesquisa?*

Nossa intuição era de que a região do Médio Solimões (AM) é uma comunidade linguística diferente da região do Baixo Amazonas devido à distância existente entre essas duas regiões ser grande e devido ao fato, também, de apresentarem configurações histórica e socioeconômica diferentes. Nesta pesquisa, ressaltamos os aspectos linguísticos que caracterizam o falar diferenciado das duas localidades do Baixo Amazonas em relação ao falar das sete localidades do Médio Solimões. Para isso quantificamos e comparamos os dados na tentativa de detectarmos padrões de variação lexical.

b) *Há variação lexical considerando os diferentes parâmetros sociais controlados na amostra?*

Nossa hipótese é de que não houvera significativa variação lexical na correlação das variantes lexicais com os fatores sociais, o que significa que os falantes da mesma região apresentam um elevado grau de homogeneidade no uso das variantes lexicais para o mesmo referente.

c) *Os falantes das áreas em estudo têm a percepção de que falam de um modo diferente em comparação a outras localidades da Região Amazônica, ou do Brasil?*

Os falantes interioranos não costumam caracterizar o modo como falam, nem percebem diferenças significativas em seus modos de falar em relação à fala dos que vêm de fora, uma vez que as interações sociais e os contatos costumam acontecer, predominantemente, com pessoas da mesma região dialetal.

2. Fundamentação teórica

Nos estudos sobre a variação linguística, as diferenças na entonação, na pronúncia, na escolha vocabular são notáveis em vários níveis, como definiu Coseriu (1982): de um lugar para outro (variação diatópica), de um falante mais escolarizado para um menos escolarizado (variação diastrática), no uso diferenciado durante o contexto interativo (variação diafásica). Além desses, em se tratando da Dialetoologia Pluridimensional, incorporaram-se novas dimensões dentre as quais destacam-se: diatópica-cinética⁵, diazonal, diageracional, diassexual, dialingual, diafásica e diarreferencial, entre outras, possibilitando a comparação das

⁵ Trata-se de comparar a variação dialetal entre duas ou mais áreas segundo o período de povoamento mais antigo e mais novo, ou considerando populações que se deslocam de um lugar para outro e populações que não se deslocam.

diferenças dialetais entre um ponto e outro, entre localidades antigas e novas, entre falantes do meio rural e do meio urbano, entre uma geração e outra, entre falantes mais escolarizados e menos escolarizados, entre homens e mulheres, entre os descendentes de um grupo étnico e outro, entre os diferentes métodos de coleta de dados e entre as variantes que surgem no decorrer da aplicação dos questionários (cf. MARGOTTI, 2004, p. 123-124). Dessa forma, tem-se uma análise macro e, ao mesmo tempo, micro, sendo capaz de possibilitar a realização de comparações de dados dialetais nos eixos horizontal, vertical e diagonal (cf. THUN, 1998, p. 5).

Inicialmente, a Dialectologia tratava dos estudos de variação linguística predominantemente na perspectiva diatópica. Devido a essa natureza, ela foi chamada de Dialectologia tradicional ou monodimensional, pois se ocupava basicamente em descrever as variantes em um ou mais pontos (localidades). No trabalho de Corrêa (1980), por exemplo, foram selecionados 21 informantes para cada ponto de inquérito e pertencentes à mesma faixa etária com idade acima de 30 anos. Na pesquisa de Corrêa (1980), os informantes deveriam ser analfabetos ou, no máximo, semialfabetizados, sendo o homem prioritariamente selecionado para realizar as entrevistas; mas, em todos os casos, os informantes deveriam estar ligados a atividades rurais. Nessa abordagem tradicional, o conteúdo linguístico era descrito sem a preocupação em analisar e comparar os dados linguísticos de acordo com as dimensões sociais. Porém, atualmente, a Dialectologia se reveste do caráter pluridimensional, e, conforme Cardoso (2000, p. 415),

[...] deve continuar a priorizar a variação diatópica, abrindo, porém, espaço para o controle de outras variáveis como gênero, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não exaustiva, de modo a complementar os próprios dados areais.

A Dialetoologia, ao expandir sua dimensão de atuação, possui uma nova configuração, incorporando, principalmente, contribuições da Sociolinguística, da História e da Geografia, possibilitando o conhecimento mais preciso das variedades dialetais. Não se pode, assim, excluir do estudo dos dialetos os aspectos históricos, sociais e espaciais que envolvem o homem e sua correlação com a linguagem.

Com o advento da Geolinguística, foi possível a elaboração de cartas usadas na confecção de atlas dialetais. O método geolinguístico, que tem contribuído muito para a pesquisa dialetológica na Europa e na América, foi usado pela primeira vez em estudos de cunho dialetológico nos resultados das pesquisas feitas pelo suíço-francês Jules Gilliéron, na elaboração do Atlas linguístico da França (ALF), que teve os primeiros fascículos publicados em 1902 (BRANDÃO, 1991). Desde lá, as cartas linguísticas mostraram-se bastante eficientes no tratamento e na análise de dados com rapidez, praticidade, economia, além da visualização de macrotendências no espaço mono, bi e pluridimensional. Portanto, a visão de novos fatos se acrescenta à perspectiva diatópica.

3. Metodologia da pesquisa

A pesquisa se desenvolveu com base nos princípios e pressupostos da Dialetoologia Pluridimensional em duas regiões que não mantêm contato entre si. Foi utilizado, para a obtenção dos dados dos informantes, um questionário semântico-lexical (QSL) composto por 192 questões, incluindo perguntas que visam à obtenção de relatos, caracterizados, pois, como conversa semidirigida. Os dados coletados foram transcritos grafematicamente, e a elaboração do QSL foi baseada em conhecimentos empíricos dos pesquisadores, sendo um deles acostumado a viajar pelo interior dos Estados do Amazonas e do Pará e conhecedor de regionalismos linguísticos associados à cultura, à fauna e à flora das regiões pesquisadas.

3.1 Os pontos de inquérito

A escolha dos pontos de inquérito se baseou nas atividades que durante décadas são desenvolvidas nas comunidades amazônicas, como plantações, criação de alguns animais, a pesca e a caça de subsistência praticada ocasionalmente. Faz-se bastante presente na vida do homem amazônico a imensa floresta, os grandes e pequenos rios, lagos e igarapés. É difícil falar sobre os aspectos linguísticos do homem amazônico sem levar em conta o ambiente que o envolve.

Os pontos de inquérito fazem parte de duas regiões afastadas cerca de aproximadamente 800 quilômetros, em linha reta, uma da outra: a do Baixo Amazonas (PA), de onde foram selecionados dois pontos de inquérito, e a do Médio Solimões, de onde foram selecionados sete pontos. Em cada um deles, foram entrevistados oito informantes, perfazendo o total de 72. No Quadro 1, consta a representação esquemática dos pontos de inquérito selecionados.

Quadro 1 – Pontos de inquérito da pesquisa

Pontos	Descrição dos pontos	Status/Estado	Região geográfica
01	Igarapé do Juruti Velho	Comunidades/PA	Baixo Amazonas
02	vila do Juruti Velho	Distrito/PA	
03	Anamá	Cidade/AM	Médio Solimões
04	Codajás	Cidade/AM	
05	Coari	Cidade/AM	
06	Saubinha	Comunidade/AM	
07	Itapéua	Vila/AM	
08	Costa do Juçara	Comunidades/AM	
09	São João do Ariri	Comunidade/AM	

Fonte: Azevedo (2013, p. 103).

3.2 Os informantes

Na escolha dos informantes (Quadro 2), foram adotados os critérios faixa etária e sexo de acordo com os parâmetros previstos pelo Atlas Linguístico do Brasil - ALiB, que são os seguintes: (i) idade (faixa etária I - informantes de 18 a 30 anos) e faixa etária II informantes de 50 a 65 anos); (ii) sexo (quatro homens e quatro mulheres em cada ponto de inquérito). Controlamos ainda o nível de escolaridade (informantes que fossem analfabetos ou que possuísem escolaridade até a 4ª série e informantes que possuísem escolaridade acima da 4ª série do ensino fundamental). Além disso, na seleção dos informantes foram adotados outros critérios, a saber: (iv) informantes que fossem pescadores, agricultores, estudantes, catraieiros⁶, aposentados e domésticas; (v) informantes nascidos na localidade e filhos de pais também nascidos na localidade ou na região.

Quadro 2 – Perfil dos informantes

Informantes	Sexo	Faixa etária	Escolaridade
01 (H1)	Homem	18-30	Analfabeto ou alfabetizado até a 4ª. série
02 (M1)	Mulher	18-30	Analfabeta ou alfabetizada até a 4ª. série
03 (H2)	Homem	50-65	Analfabeto ou alfabetizado até a 4ª. série
04 (M2)	Mulher	50-65	Analfabeta ou alfabetizada até a 4ª. série
05 (H3)	Homem	18-30	Acima da 4ª. Série
06 (M3)	Mulher	18-30	Acima da 4ª. Série
07 (H4)	Homem	50-65	Acima da 4ª. Série
08 (M4)	Mulher	50-65	Acima da 4ª. Série

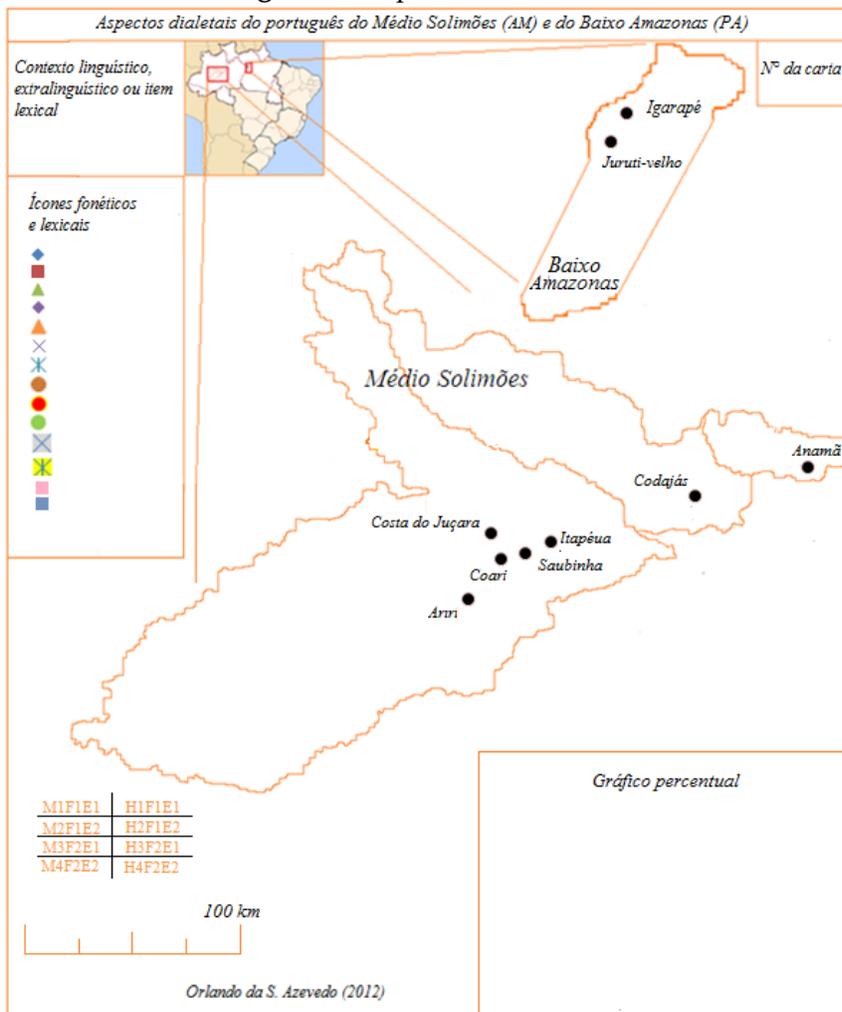
Fonte: Azevedo (2013, p. 104).

⁶São os homens que trabalham em pequenas lanchas, voadeiras e rabetas, levando e trazendo mercadorias ou passageiros entre as embarcações e o porto.

3.3 Elaboração das cartas lexicais

O mapa base (Figura 1) das cartas lexicais foi feito tendo como parâmetro mapas pré-existentes, que continham a malha municipal do Estado do Amazonas e do Estado do Pará. Já o gráfico contendo os dados em números percentuais foi gerado pelo *Excel 2010* com valores arredondados para mais ou para menos. Para representar as realizações lexicais dos informantes na cruz inserida no mapa, foi adotada a codificação M1, M2, M3 e M4 (mulher 1, mulher 2, mulher 3 e mulher 4) e H1, H2, H3 e H4 (homem 1, homem 2, homem 3 e homem 4). A convenção adotada para representar a faixa etária foi F1 (informantes de 18 a 30 anos) e F2 (informantes de 50 a 65 anos). No que diz respeito à escolaridade, a convenção foi a seguinte: E1 (escolaridade 1, ou seja, o informante é analfabeto ou alfabetizado até a 4ª. série) e E2 (escolaridade 2, ou seja, o informante possui escolaridade acima da 4ª. série). A simbologia para marcar a variação no espaço cartográfico foi gerada automaticamente pelo programa *Excel 2010*. Os ícones nas legendas foram colocados seguindo a ordem das variantes mais produtivas para as menos produtivas, de cima para baixo. As cores dos ícones são iguais às das legendas nos gráficos, os quais foram inseridos no mapa-base com a utilização do *Excel 2010*.

Figura 1: Mapa base da tese



Fonte: Azevedo (2013, p. 105).

A fala dos informantes foi inserida em uma cruz, que representa cada ponto de inquérito no mapa. No lado esquerdo da cruz, a iconicidade usada representa a fala das mulheres, enquanto no lado direito, a fala dos homens.

3.4 O domínio semântico de cada variável lexical

Os vocábulos selecionados para o questionário semântico-lexical (QSL) são referentes a aspectos culturais e etnográficos das pequenas cidades e comunidades do Estado do Amazonas e das comunidades do Baixo Amazonas no Estado do Pará. Selecionamos os seguintes vocábulos baseados no conhecimento empírico que temos sobre as duas regiões amazônicas:

a. Léxico relacionado à fauna terrestre, fluvial ou lacustre: apapá, piraíba, aracu, tambaqui, roelo, aruanã, catrapola, catrapolão, piaçoca (jaçanã), galça, socó, ariramba (martim-pecador), carará (pato mergulhão), carão, coruja, maracajá (jaguatirica), lontra, osga (lagartixa doméstica), lagarto, cobra cipó, preguiça e mucura (cuíca);

b. Léxico relacionado ao corpo humano e ao homem: garganta, bolacha-do-joelho (rótula), sovaco (axila), batata-da-perna (panturrilha), bunda (nádega), beijo (lábios), grávida, corno, corna, banguela, gay, machuda (lésbica), insônia, odor desagradável das axilas, bostela e remela;

c. Léxico relacionado à pesca: tarrafa, malhadeira, entralho, pano, caniço, arrastão, linha comprida, espinhel, zagaia, arpão, cacuri, pari e penca;

d. Léxico relacionado a fenômenos naturais: neblina, sereno, orvalho, estrela d'alva, rebojo, remanso, repiquete e tapagem;

e. Léxico relacionado à cultura da mandioca: capoeira, puxirum, cortar, pajiroba, tarubá, polvilho, crueira, carimã, chibé, pirão, rodo, cuiapéua, garera, tarisca, caixa, banca, tipiti, litro, um frasco, meio alqueire, dois alqueires, bago e cuí;

f. Léxico relacionado a vermes e a insetos: sanguessuga, santospé (centopeia), ambuá (piolho-de-cobra), lombriga, tuxina (oxíuro), solitária (tênia), caba, caba igreja, caba tatu, caba amarela, caba-de-oco, caba caçadeira, ponhamesa (louva-deus) e jacina (libélula);

g. Léxico relacionado à pecuária bovina: novilha, garrote, mocha, cupim, culhão (testículo) e capar (castrar);

h. Léxico relacionado aos meios de transporte da região: batelão, voadeira, lodi, lancha, empurrador, motor de linha (recreio), banzeiro, quilha, toldo, diesel e verdugue;

i. Léxico relacionado a doenças: pano-branco, verruga, guariba, cobreiro, empachada, vomitar e píririca e pírento;

j. Léxico relacionado à flora regional: juquiri, tiririca, mureru (aguapé), maniva, canarana, taboca, forno-de-boto (vitória-régia), leleta, trava, marimari, chicória, tangerina, camon-camon, banana rocha, pequiá, maracujá-do-mato, pajurá e marajá;

k. Léxico relacionado a brinquedos e a brincadeiras: geral, cabra-cega, amarelinha, manja, porrinha, lona, baladeira, cacholeta, sardinha e baladeira;

l. Léxico relacionado a luminárias do interior: lamparina e poronga;

m. Léxico relacionado a comidas: gueréré, piracuí e paçoca;

n. Léxico relacionado à maneira de enxotar e chamar os animais doméstico: cuche, sape, tuco, curral, assobiando, arriba e passa;

o. Léxicos diversos: cisco, arapuca, pote, visagem, cachaça, moitá, tocaia, fonfom, bubuia, cauixi, cascudo, peçonha e retalhar.

4. A variação lexical no Baixo Amazonas (PA) e no Médio Solimões (AM)

Fizemos o levantamento das variantes lexicais produzidas pelos 72 informantes nos nove pontos de inquérito que compõem a amostra de nossa pesquisa. Além disso, foram feitas 75 cartas semântico-lexicais que registram as variantes mais produtivas sob a perspectiva do falante, ou seja, foram consideradas como entradas lexicais diferentes aspectos linguísticos de ordem morfofonológica. A forma linguística utilizada para representar a variável lexical no canto esquerdo superior de cada carta lexical baseou-se predominantemente no léxico regional, sobretudo, no léxico do Baixo Amazonas (PA).

As cartas, de número 01 a 75, apresentam as seguintes formas linguísticas representantes de cada variável lexical, respectivamente: *apapá, piraíba, aracu-flamengo, pau-de-negro, traíra, roelo, ticar, catrapola, piaçoca, garça, ariramba, carará, carão, osga, garganta, rótula, axila, panturrilha, corno, banguela, insônia, cecê, cacuri, pari, penca, pau-de-bico, neblina, estrela d'alva, tapagem, puxirum, chibé, garera, tarisca, caixa, bago, cui, sanguessuga, centopeia,ambuá, louva-deus, libélula, úbere, mucha, cupim, culhão, voadeira, lodi, lancha, empurrador, motor-de-linha, combustol, titinga, bostela, juquiri, vitória-régia, leleta, tangerina, araçá, banana roxa, pajurá, geral, macaca, cacholeta, sardinha, porongar, guereré, cuche, sape, tuco, umbora, riba, vomitar, fom-fom, de bubuia e piririca.*

Na introdução deste trabalho, havíamos questionado se haveria variação lexical entre os pontos de inquérito. Nossa intuição era de que não haveria elevada variação lexical para o mesmo referente na mesma região, mas, ao contrário, na comparação entre os dados das duas regiões pesquisadas, a variação seria elevada.

Dos 75 itens lexicais selecionados para compor as cartas, em 21 deles não houve variação no Baixo Amazonas, a saber: *pau-de-negro* (carta lexical 04), *catrapola* (carta lexical 07), *piaçoca* (carta lexical 08), *ariramba* (carta lexical 10), *penca* (carta lexical 17), *tapagem* (carta lexical 21), *puxirum* (carta lexical 22), *chibé* (carta lexical 23), *garera* (carta lexical 24), *caixa* (carta lexical 26), *bago* (carta lexical 27), *cui* (carta lexical 28), *diesel* (carta lexical 40), *juquiri* (carta lexical 43), *araçá* (carta lexical 46), *banana roxa* (carta lexical 47), *pajurá* (carta lexical 48), *cacholeta* (carta lexical 51), *porongá* (carta lexical 53), *guereré* (carta lexical 54) e *cuche* (carta lexical 55). Por outro lado, no Médio Solimões, em apenas dois itens lexicais pesquisados não houve variação, a saber: *jaçanã* (carta lexical 08) e *fachiá* (carta lexical 53).

As realizações categóricas mais expressivas no Baixo Amazonas aconteceram porque o Igarapé do Juruti Velho está localizado próximo à vila do Juruti Velho, e esses dois pontos de inquérito pertencem ao território do município de Juruti/PA, que possui uma área de 8.306 km². No Médio Solimões, por sua vez,

como mencionado anteriormente, foram sete os pontos de inquérito escolhidos, sendo cinco localizados no território do município de Coari, que possui uma área de 57.230 km² que, somada à área do município de Codajás com 20.010 km² e à de Anamá com 2.755 km², perfazem um total de 79.995 km². Como a área de abrangência desses municípios do Médio Solimões é muito maior do que a área do município de Juruti no Baixo Amazonas, a ocorrência de variantes lexicais categóricas no Médio Solimões foi bem menor. Porém, entre os vocábulos selecionados, ocorreram itens lexicais de forma predominante em cada um dos setes pontos de inquérito nessa região do Médio Solimões. Por exemplo, foram predominantes os vocábulos *sardinhão* (carta lexical 01), *piau* (carta lexical 04), *ticar* (carta lexical 06), *mergulhão* (carta lexical 11), *osga* (carta lexical 12), *bolacha* (carta lexical 13), *curral* (carta lexical 15), *estrela d'alva* (carta lexical 20), *tapagem* (carta lexical 21), *caroço* (carta lexical 27), *pó* (carta lexical 28), *cupim* (carta lexical 33), *ovo* (carta lexical 34), *recreio* (carta lexical 39), *pano-branco* (carta lexical 41), *cataraca* (carta lexical 01), *malícia* (carta lexical 43), *vitória-régia* (carta lexical 44), e *chulipa* (carta lexical 52).

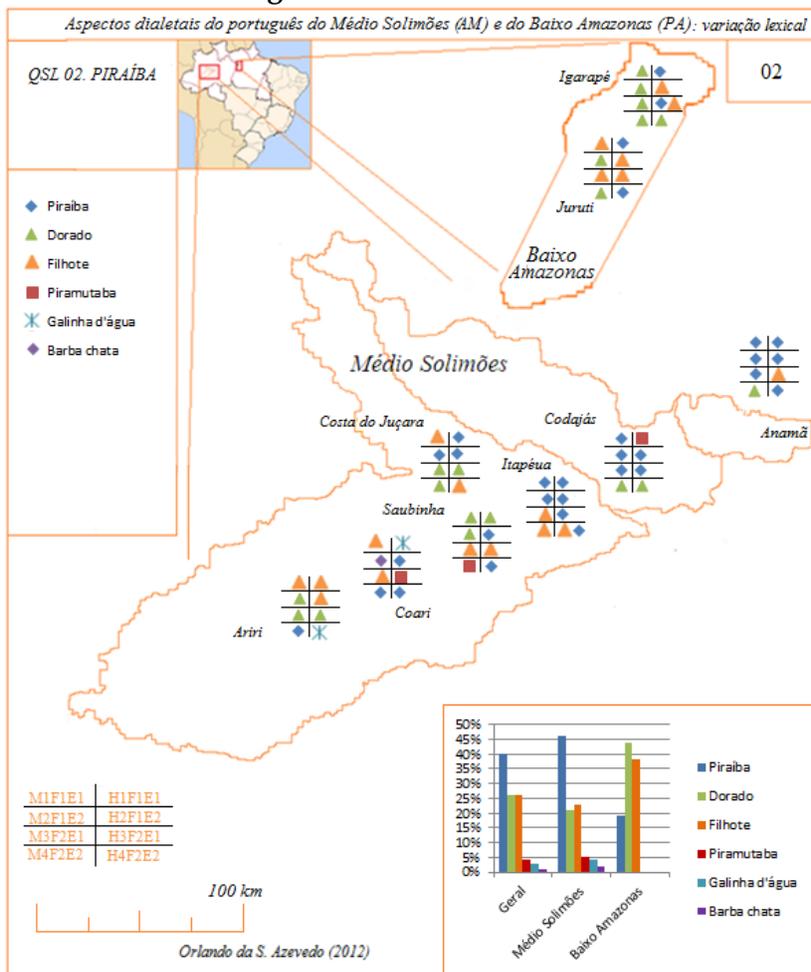
No Baixo Amazonas, os itens lexicais que ocorreram de forma predominante em cada um dos dois pontos de inquérito foram: *apapá* (carta lexical 01), *flamengo* (carta lexical 03), *retalhar* (carta lexical 06), *catrapola* (carta lexical 07), *osga*, (carta lexical 12), *pratinho* (carta lexical 13), *cecê* (carta lexical 14), *pari* (carta lexical 16), *orvalho* (carta lexical 19), *tarisca* (carta lexical 25), *santospé* (carta lexical 30), *ubri* (carta lexical 32), *muchila* (carta lexical 33), *culhão* (carta lexical 34), *vuadeira* (carta lexical 35), *lança* (carta lexical 37), *empurrador* (carta lexical 38), *bostela* (carta lexical 42), *vitória-régia* (carta lexical 44), *madura* (carta lexical 45), *chulipa* (carta lexical 52), *sape* (carta lexical 56), *assobia* (carta lexical 58) e *riba* (carta lexical 59).

Embora, tenha havido algumas divergências quanto à escolha das variantes lexicais, em se tratando de um mesmo referente, entre os pontos de inquérito tanto do Médio Solimões quanto do Baixo Amazonas, no cômputo regional houve destaque para uma mesma variante lexical como sendo a mais expressiva, mantendo, assim, a

unidade linguística entre os falantes da região solimoense e entre os falantes da região jurutiense.

Outra questão levantada foi quanto à possibilidade de haver variação lexical entre os diferentes grupos sociais controlados na amostra. Nossa hipótese era de que não haveria variação significativa na correlação com os fatores sociais, pois todos os informantes das comunidades amazônicas supostamente utilizavam o mesmo léxico para o mesmo referente. Concluímos que os resultados mostrados nas 75 cartas lexicais não permitiram uma análise regular, principalmente no cômputo regional e geral. As escolhas lexicais pelo informante, considerando a escolaridade, o sexo e a faixa etária como parâmetros na maioria dos itens lexicais selecionados para compor as cartas, não permitiram estabelecer tendência de uso associada a um ou a outro fator social. Ou seja, apesar de haver variação lexical em alguns itens, não foram identificadas evidências de que a variação, na maioria dos casos, está associada à idade, ao sexo ou à escolaridade dos informantes. Todavia, a seguir expomos a análise de alguns itens lexicais cuja variação apresenta evidências de certo nível de influência de um ou outro fator social. Na carta lexical 02 (Figura 2), por exemplo, verificamos que as variantes de *piraíba* mostraram que, no Médio Solimões, as mulheres e os informantes da escolaridade 1 (de 18 a 30 anos) falaram de maneira mais expressiva *piraíba*, ao passo que as formas *dorado* e *filhote* foram os termos mais usados pelos informantes da faixa etária 2 (de 50 a 65 anos). No Baixo Amazonas, por sua vez, o termo *dorado* foi mais utilizado pelas mulheres, enquanto *filhote* apareceu mais vezes na fala dos homens.

Figura 2 – Carta lexical 02⁷



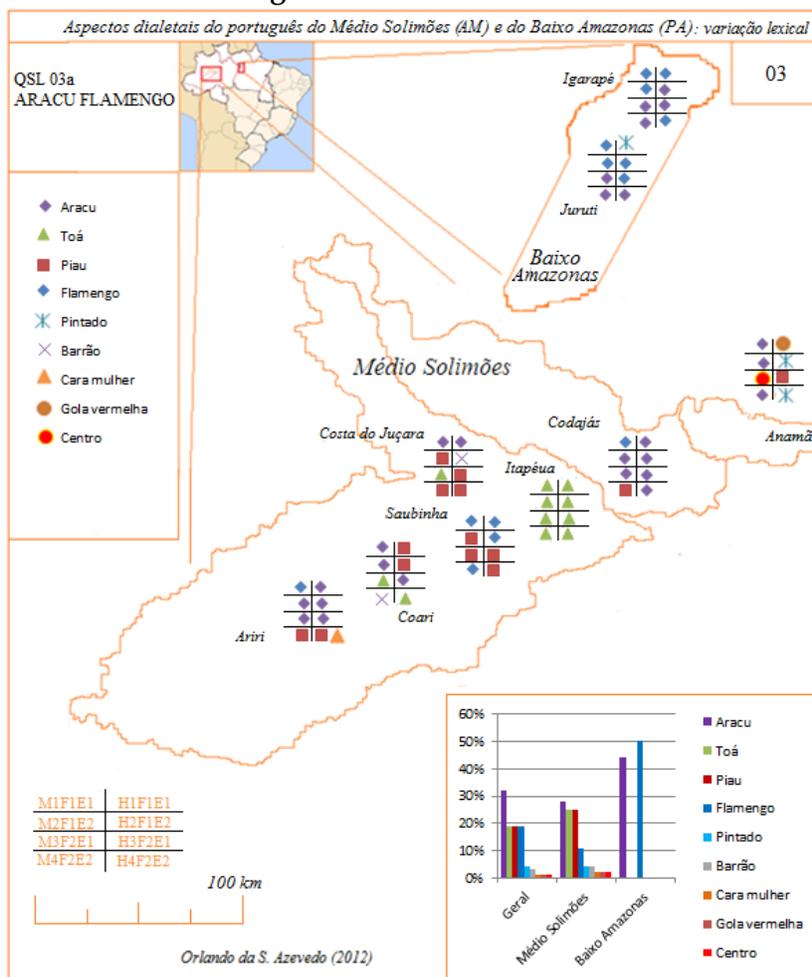
Fonte: Azevedo (2013)

Na carta lexical 03 (Figura 3), são apresentadas as variantes da lexia *aracu flamengo* (uma espécie de aracu amazônico). No Médio Solimões, a variante lexical aracu foi a mais recorrente com registro percentual de 28% (19 ocorrências) e foi utilizada nove vezes pelos homens e dez vezes pelas mulheres. No Baixo Amazonas, as

⁷ Para a obtenção das variantes de *piraíba* na carta 02, foi utilizado o QSL 02 – Olhando a figura, que peixe é este?

variantes mais utilizadas foram *aracu* e *flamengo*, que obtiveram registros percentuais, respectivamente, de 44% (7 ocorrências) e 50% (8 ocorrências). Essa mesma tendência foi verificada no Igarapé do Juruti Velho e na vila do Juruti Velho.

Figura 3 – Carta lexical 03⁸



Fonte: Azevedo (2013)

⁸ Para a obtenção das variantes de *aracu flamengo* foi utilizado o QSL03a –*Olhando a figura, que peixe é este?*

No Médio Solimões, a variante *piau* foi mais utilizada pelos informantes da faixa etária 2 (de 50 anos a 65 anos). Ainda, nessa região, *aracu* foi mais recorrente na fala de homens. No Saubinha e na Costa do Juçara, a forma *piau* esteve mais presente na fala de informantes da faixa etária 2 (de 50 a 65 anos).

Na carta lexical 54 (Figura 4), abordamos as variantes de *gueréré*.

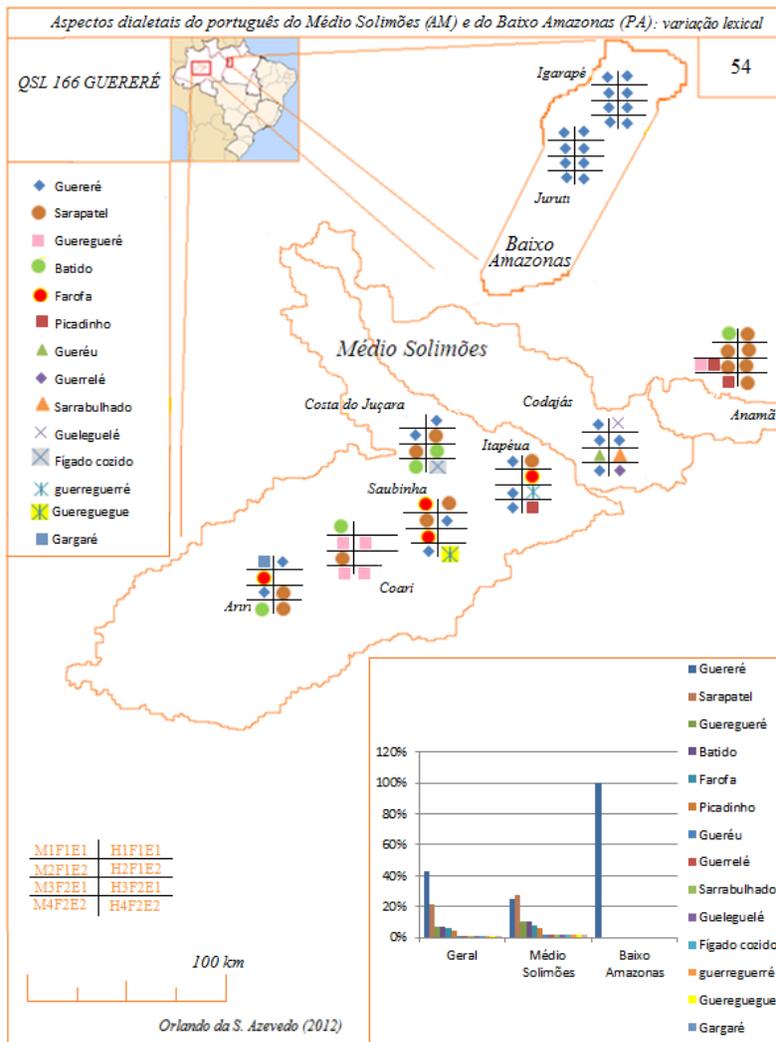
No Baixo Amazonas, o termo *gueréré* foi categórico e, em Anamã (Médio Solimões), *sarapatel* foi predominante com registro percentual de 60%, equivalente a seis ocorrências do total de dez, sendo que a informante M3E1F2 apresentou em sua resposta três variantes: *picadinho*, *sarapatel* e *guereguerré*.

Em Codajás, a variante *gueréré* obteve 50% das ocorrências, equivalente a quatro ocorrências do total de oito, e esteve mais presente nas respostas de mulheres.

No cômputo do Médio Solimões, *gueréré* apareceu mais vezes na fala feminina, ou seja, em dez das catorze ocorrências.

As respostas dos homens foram significativamente diferentes das respostas das mulheres e, entre as respostas deles, constam *sarapatel*, *farofa*, *gueréré*, *guerrelé*, *guereguerré*, *sarrabulhado* e *picadinho*.

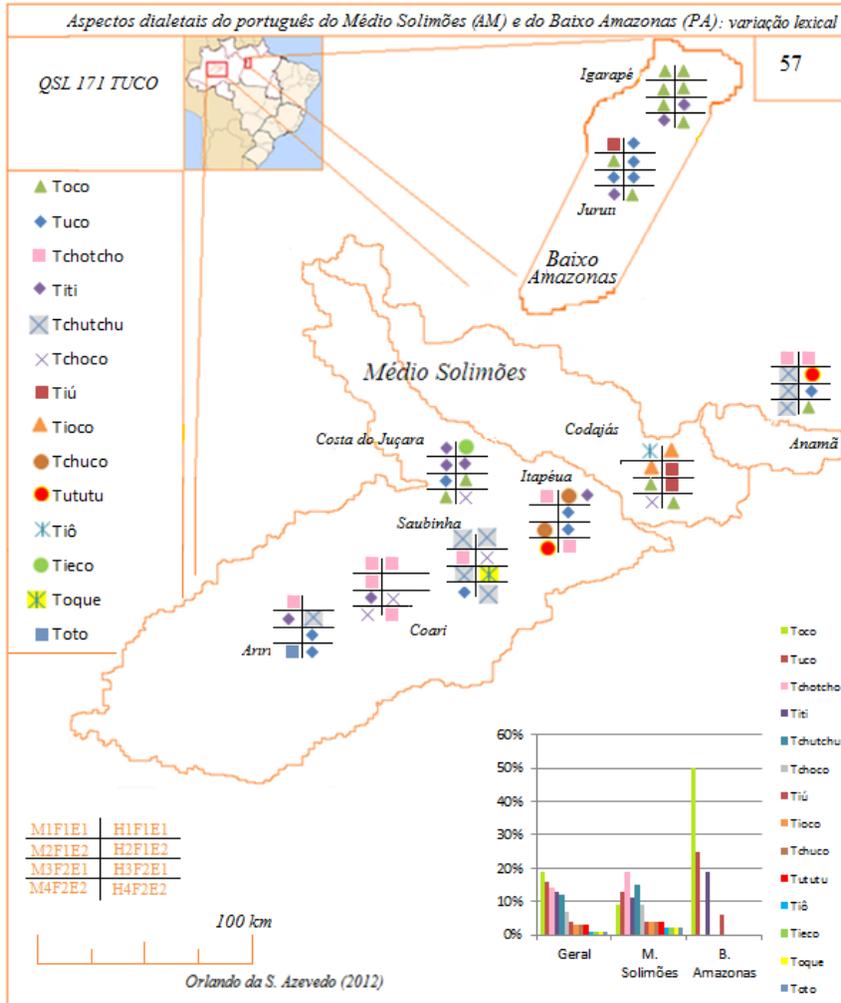
Figura 4 – Carta lexical 54⁹



Fonte: Azevedo (2013)

⁹ As respostas foram obtidas com a aplicação do QSL 166- Qual é o nome da comida que é feita com o bucho do tambaqui?

Figura 5 – Carta lexical¹⁰



Fonte: Azevedo (2013)

Na figura 5, abordamos as variantes lexicais de *tuco* (o que se fala para chamar galinhas para comer milho). No Médio Solimões, registramos 53 possibilidades de variação lexical para esse referente. Dentre as dez mais produtivas na região solimoense,

¹⁰ O QSL 171 corresponde à pergunta *E para chamar as galinhas para comer o milho? É uma pergunta desdobrada do QSL 169 - O que as pessoas falam para enxotar o porco?*

registramos dez (19%) ocorrências de *tchotcho*, sendo seis delas realizadas por mulheres.

No Baixo Amazonas, a variante lexical mais expressiva foi *toco*, com oito ocorrências (50%), caracterizando a resposta dada principalmente pelas mulheres moradoras do Igarapé do Juruti Velho. Em ambas as regiões, constatou-se que não há uniformidade no uso das variantes lexicais associadas a parâmetros sociais.

Esses são alguns exemplos de variação lexical segundo os parâmetros sociais escolaridade, sexo e faixa etária.

Nossa última questão era saber se os falantes das áreas em estudo tinham a percepção de que falavam de um modo diferente em comparação a outras localidades da Região Amazônica, ou do Brasil. Pressupomos que os falantes interioranos não eram acostumados a caracterizar o modo como falavam, nem percebiam diferenças significativas entre seu modo de falar e o modo de falar dos que vinham de fora, uma vez que as redes sociais e os contatos costumavam acontecer, predominantemente, com pessoas da mesma região dialetal.

Quando foi perguntado se as pessoas do lugar em que moram têm sotaque, palavras ou expressões diferentes de outros lugares (Descreva se por aqui as pessoas têm sotaque, palavras ou expressões diferentes de outros lugares), os informantes do Médio Solimões responderam que era a mesma coisa, ou seja, não havia diferença entre a fala deles se estivessem em Ariri, Saubinha, Costa do Juçara, Itapéua, Coari, Codajás etc. Da mesma forma, procederam os falantes dos dois pontos de inquérito do Baixo Amazonas. Percebemos que os informantes por alguma razão não se esforçaram para tecer maiores comentários sobre essa questão, porque as respostas dadas por eles foram *não*, na maioria das vezes.

Todavia, os informantes do Médio Solimões perceberam que havia diferenças entre a fala do inquiridor e o vernáculo local. Alguns afirmaram, por exemplo, que era paraense. Perguntamos como descobriram, e eles responderam pela maneira de falar. Um dos aspectos linguísticos que eles consideraram foi a pronúncia mais enfática do *nh* do pesquisador, enquanto tal pronúncia na fala

dos informantes do Médio Solimões é mais fraca ou é apagada. Esse apagamento do *nh* foi constatado na transcrição grafemática das respostas dos informantes no questionário semântico lexical na fala de moradores do Médio Solimões. Por exemplo, o falante solimoense pronunciou os vocábulos *espinhel* e *linha*, respectivamente, como [i].pĩ.'ɛw] e [¹ĩ.ɐ] sem o tal *nh*.

Conclusão

Escolhemos a região do Baixo Amazonas/PA e a região do Médio Solimões/AM para estudar variantes lexicais representativas do regionalismo amazônico. O objetivo de nossa pesquisa foi descrever e analisar as variantes lexicais, comparando os dados obtidos entre as regiões solimoense e jurutiense.

Em se tratando do componente lexical, em parte da amostra não houve variação expressiva em relação à maioria dos vocábulos nas duas regiões estudadas. Porém, foram identificadas algumas variantes lexicais específicas que delimitam cada região geográfica. Isso permite afirmar que houve arealização no que diz respeito à apropriação de léxicos distintos para o mesmo referente, diferenciando o português falado no Baixo Amazonas/PA do português falado no Médio Solimões/AM.

Verificamos que alguns nomes de instrumentos de pesca são específicos de uma região. Por exemplo, no Médio Solimões, é comum os termos *poita*¹¹ e *curumim*¹², enquanto, no Baixo Amazonas, é comum os nomes *mexeriqueiro*¹³ e *espinhel*.

¹¹ É uma corda grossa e longa composta por vários anzóis, que é lançada no meio do rio Solimões, correnteza abaixo, para fisgar peixes lisos como filhotes e dourados.

¹² É um anzol fixado em uma linha, geralmente posto no igapó para pegar pirarucu ou tambaqui.

¹³ É um anzol fixado em uma linha, que é presa a uma vara fina e comprida. Esse instrumento é destinado a pegar peixes de pequeno porte como jaraqui, jatuarana, pacus *etc.*

A *cuiapéua*¹⁴ e o *tarubá*¹⁵ são termos específicos das comunidades e lagos do Igarapé do Juruti Velho. No Médio Solimões, foi encontrado também o termo *tarubá*, porém com a definição de *remo* ou *pá* usada para mexer a farinha no forno. Por outro lado, no Baixo Amazonas, para mexer a farinha no forno, são usados os instrumentos *remo*, *rodo*, *cuiapéua* e *pá*, que são específicos dessa região. O nome do instrumento que seca a massa da mandioca para eliminar o excesso de tucupi é chamado de *prensa* no Médio Solimões e no Baixo Amazonas, porém nesta região predomina o *tipiti* e naquela a *prensa*.

O nome *pajiroba* se refere à bebida feita da massa da mandioca e é muito usada no Baixo Amazonas, principalmente durante o *puxirum* da campina, do roçado e do plantio. No Médio Solimões, porém, não é conhecida essa terminologia e é usada uma variante dela chamada de *caissuma* com designação diversa, pois é uma bebida feita do milho.

O termo *piracuí* se refere ao desfiado do peixe *bodó* ou *acari*, e não faz parte do cardápio solimoense. De Manaus, baixando o rio Amazonas, as pessoas apreciam o *piracuí*, que é feito da carne de peixe, evitando que se estrague. Essa comida é feita durante a época da abundância de *bodó*, e a venda dessa iguaria caracteriza uma forma de se ganhar dinheiro extra nas cidades de Parintins e de Manaus.

Por volta de 1980, nas comunidades do Igarapé do Juruti Velho (PA), era comum ouvirmos as pessoas falarem *galça* para *garça*, *macaca* para *amarelinha*, *piaçoca* para o *jaçanã*, *ambuá* para o *piolho-de-cobra*, *sambichuga* para *sanguessuga*, *combustol* para o óleo *diesel*, *lodi* para os grandes cargueiros etc. Atualmente, o uso da maioria desses vocábulos é raro nessas comunidades.

Por exemplo, o termo *galça* está caindo em desuso no Igarapé do Juruti Velho, sendo superado por *garça*, que obteve seis registros

¹⁴ Instrumento usado para esfriar a farinha no forno.

¹⁵ É uma bebida feita com a massa da mandioca. Para o preparo dessa bebida são feitos beijus que são envoltos em folha da planta curumim sobre um moquém (grelha feita de paus).

equivalentes a 88% do total. O mesmo está acontecendo com o vocábulo *macaca* que obteve 38% dos registros de ocorrência e está sendo substituído por *amarelinha*, que obteve percentual de ocorrência em 50%.

O vocábulo *ambuá* continua ocorrendo de forma predominante no Igarapé do Juruti Velho com percentual de 88%. Já o termo *sambichuga* encontra-se em desuso e está sendo substituído pela variante de prestígio *sanguessuga*, que ocorreu em 75% dos casos, o maior percentual registrado em relação aos demais oito pontos de inquérito. Ao considerarmos apenas os dados do Baixo Amazonas, predominou a variante *sanguessuga*, sendo registrada em 63% dos casos.

Nas comunidades do Igarapé do Juruti Velho, o termo *combustol* não obteve nenhuma ocorrência, ou seja, os informantes preferem falar, atualmente, *diesel*, que ocorreu em 100% dos contextos. Alguns informantes foram questionados se conheciam o vocábulo *combustol*. Eles responderam que conheciam, porém não usavam mais esse termo. Portanto, nesta pesquisa fica registrado, com base em conhecimento empírico, que antigamente se falava mais *combustol* nas localidades do Igarapé do Juruti Velho, e, atualmente, segundo os próprios informantes, só é usado pelas pessoas mais velhas.

O termo *lodi*, por sua vez, está seguindo o mesmo destino de *galça*, *sambichuga*, *combustol* e *macaca*. Por outro lado, a variante *navio* foi mais expressiva no Igarapé Velho com percentual de ocorrência em 63%.

A única exceção está acontecendo com o vocábulo *piaçoca*, pois apresentou percentual de ocorrência em 100%, comprovando que esse termo ouvido na década de 1980 por um dos pesquisadores, não sofreu processo de variação e mudança linguística. O mesmo percentual categórico foi registrado na vila do Juruti Velho.

Portanto, diante dos dados descritos nos parágrafos anteriores, o Baixo Amazonas constitui-se em uma comunidade linguisticamente diferente da comunidade do Médio Solimões por apresentar peculiaridades linguísticas em nível lexical. Apesar de

a região do Baixo Amazonas ser representada por dois pontos de inquérito, os dezesseis informantes representam a fala de várias comunidades que vivem no Igarapé do Juruti Velho ou que passaram a morar na vila do Juruti Velho. Os dados confirmam que a região do Baixo Amazonas é uma área dialetal distinta da área do Médio Solimões que, por sua vez, inclui em nossa amostra as comunidades da Costa do Juçara, Ariri, Saubinha e Itapéua, e as cidades de Coari, Codajás e Anamá. Os informantes das localidades do Médio Solimões mantiveram, na maioria dos vocábulos selecionados, a mesma unidade lexical predominante.

Com a realização desta pesquisa, esperamos ter contribuído para o conhecimento de alguns aspectos dialetais do português amazônico, mais precisamente no que diz respeito às variantes lexicais nos dois pontos do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, e nos sete pontos da região do Médio Solimões, no Estado do Amazonas.

Referências

- AZEVEDO, Orlando da Silva Azevedo. *Aspectos dialetais do português da região norte do Brasil: um estudo sobre as pretônicas e sobre o léxico no Baixo Amazonas (PA) e no Médio Solimões (AM)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.
- AZEVEDO, Orlando da Silva, MARGOTTI, Felício Wessling. Estudo linguístico-etnográfico sobre a mandioca no Baixo Amazonas. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 15/2, p. 13-43, dez. 2012.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Que dimensões outras, que não a diatópica, interessam aos atlas linguísticos? In: *CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES*, 22., 1998, Bruxelas. Actes... Tübingen: Niemeyer, 2000. v. 3, p. 411-416.
- CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CORRÊA, Hydelvídia Cavalcante de Oliveira. *O Falar do caboco amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semânticos de Itacoatiara e Silves*. Rio de Janeiro: PUC, 1980.

COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectologia*. Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad Universitaria Impreso y hecho en México, 1982.

MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão sócio-geográfica do português de contato com o italiano no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARGOTTI, Felício Wessling. Geolinguística pluridimensional: desafios metodológicos. *Anais do CELSUL*. GT Estudos Geolinguísticos no Brasil: um profícuo jubileu de ouro. Porto Alegre: 2008. 9p.

THUN, H. La geolinguística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). Congreso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, 21, 1995, Palermo. In: RUFFINO, Giovanni (org.). *Atti...Tübingen*: Niemeyer, 1998.

CAPÍTULO 3

CONTRIBUIÇÕES DA GEOLINGUÍSTICA PARA O MAPEAMENTO DO PORTUGUÊS FALADO EM COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS NO PARÁ

Marcelo Pires Dias*

Celiane Sousa Costa**

Marilucia Barros de Oliveira***

Introdução

Em 09 de dezembro de 2010, foi instituído pelo presidente da República, o senhor Luís Inácio Lula da Silva, por meio do decreto 7.387, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (doravante, INDL). Um dos principais objetivos do INDL é promover e valorizar a diversidade linguística brasileira.

O grupo de trabalho instituído para discutir as ações relativas ao inventário apontou, com base em aspectos histórico-sociológicos, seis categorias que receberiam ações, na condição de línguas brasileiras¹, por serem representativas do patrimônio

* Doutor em Estudos Linguísticos, Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mpdias@ufpa.br

** Doutora em Estudos Linguísticos, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: celucosta@gmail.com

*** Doutora em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mariluci@ufpa.br

¹ Apesar da classificação proposta pelo INDL, com base em argumentos políticos, entendemos, baseados em Lucchesi (2015), que as comunidades afro-brasileiras têm como idioma a Língua Portuguesa, não sendo, portanto, uma língua, mas uma variedade do Português Brasileiro (PB).

cultural brasileiro, quais sejam: i) indígenas; ii) imigração; iii) comunidades afro-brasileiras; iv) sinais; v) crioulas e; vi) língua portuguesa e suas variações dialetais. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), são objetivos centrais do INDL²: "promover e valorizar a diversidade linguística brasileira; fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre línguas faladas no Brasil; e contribuir para a garantia dos direitos linguísticos". Há, no Brasil, diferentes projetos que contribuem para o alcance desses objetivos. Dentre eles está o *Atlas linguísticos do Brasil* (ALiB) (CARDOSO et al, 2014), projeto que adota a orientação da Geolinguística.

O ALiB publicou, em 2014, dois volumes que se referem ao mapeamento da diversidade fonética e lexical presente nas capitais brasileiras, excetuando-se Palmas-TO. Esse projeto tem uma dimensão gigantesca e não poderia ser diferente dada as dimensões do território brasileiro e a diversidade étnica e cultural que nele se apresentam. Isso já justifica a não inclusão de comunidades tradicionais entre os pontos de inquérito, como as afro-brasileiras, por exemplo, ou seja, não se trata de uma incoerência do Projeto, mas de um limite, recorte explicável, inclusive porque a coleta nessas comunidades carece de algumas especificidades, o que alteraria, em alguns casos, o protocolo já adotado no ALiB e poderia inviabilizar a comparação entre os resultados. Posto isso, podemos dizer que o ALiB se ocupa mais especificamente do item IV das categorias apresentadas no inventário, ou seja, a língua portuguesa e suas variações dialetais.

Como se pode constatar nas categorias apresentadas anteriormente, as comunidades afro-brasileiras são alvo das ações do inventário, já que razões históricas-sociológicas apontam para a relevância que as variedades faladas nessas comunidades representam para a memória e identidade brasileira. De acordo com Morelo (p. 34, 2012), o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL) propôs, "que no grupo das línguas indígenas se

² Conferir <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140>.

distinguissem as ações necessárias a duas situações: a das línguas ameaçadas e próximas à extinção e a das línguas de grande população e extensão territorial, o que plenamente justificável". É importante ressaltar o destaque que o GT fez em relação às línguas indígenas, em especial àquelas que estão em perigo de extinção, mas, observando-se as diferenças relativas ao perigo de extinção de línguas, cabe lembrar que as variedades usadas por comunidades afro-brasileiras também acabam por serem extintas, especialmente nas últimas décadas por conta da presença massiva da escola que propõe a substituição da variedade por elas faladas pela variedade do português considerada "certa". Assim, para cumprir um dos objetivos principais do INDL, documentar as línguas faladas no Brasil e suas variedades, cabe investir em projetos de descrição de variedades usadas nessas comunidades, sob pena de registrarmos apenas o que restou do processo desenfreado e forte de homogeneização linguística que ocorre no Brasil (cf. LUCCHESI, 2017). Isso aponta para a importância de outro objetivo do INDL, a garantia dos direitos linguísticos. Na Amazônia, como diz Oliveira (2018), há um significativo número de trabalhos que se ocupou da descrição de línguas indígenas. Embora saibamos que isso ainda é insuficiente, frente ao grande desafio que se tem em relação à descrição dessas línguas, é muito superior aos estudos relativos às variedades faladas em comunidades afro-brasileiras. Recentemente, um grupo de estudo ligado à Secretaria de Cultura do Estado do Pará apontou a existência de 420 comunidades afro-brasileiras só nesse estado³. Poucas dessas comunidades tiveram a variedade linguística que usam registrada, mapeada. Dentre os trabalhos que registram variedades linguísticas nessas comunidades estão os de Dias (2017) e de Costa (2019). Esses trabalhos serão apresentados mais adiante com a finalidade de demonstrarmos como a Geolinguística foi adotada para diferentes fins no que se refere à

³ Esse estudo resultou de uma tarefa que tinha em vista construir uma cartografia de comunidades quilombolas no Pará, para construção de ações que facilitassem o recebimento do auxílio emergencial por essas comunidades.

documentação das variedades linguísticas usadas em comunidades afro-brasileiras localizadas no Nordeste e no Baixo Amazonas Paraense. Antes, entretanto, vamos fazer um breve percurso que destaca o avanço da Geolinguística nos últimos anos.

2. Dialetoлогия: tradição e contemporaneidade

A Dialetoлогия tem se mostrado uma área de estudo consolidada. As renovações experimentadas ao longo do tempo, tanto do ponto de vista metodológico quanto teórico, colaboraram para a construção e fortalecimento dessa área, fruto do empenho de dialetólogos que no decorrer das gerações fizeram e fazem com que a dialetoлогия continue relevante.

Desde os primeiros trabalhos nesse campo, como as iniciativas de Wenker para a construção do *Deutscher Sprachatlas* (DSA) e de Gilliéron para a construção do *Atlas Linguistique de France* (ALF), pioneiros no desenvolvimento dos primeiros processos para a formação de método geolinguístico em estudos de fenômenos linguísticos com produção de cartografia linguística, o objetivo continua: descrever a realidade linguística de determinada região, país ou continente, através de mapas. Trata-se de um exercício geolinguístico de grande envergadura e difícil de se realizar. Para realizá-lo, há que se considerar um conjunto de decisões e de princípios que fundamentam o trabalho de campo, a análise e a cartografia dos dados.

A iniciativa de Wenker teve impacto relevante na Dialetoлогия, mas foi com Gilliéron que o campo de estudo atingiu certa maturidade, tanto do ponto de vista do planejamento quanto na precisão do dado linguístico representado na dimensão diatópica. Contudo, as cartas linguísticas produzidas nos atlas de Wenker e de Gilliéron fundamentam-se apenas em uma dimensão de análise, que é a diatópica.

A partir da publicação do ALF, ocorreu uma série de aportes na Dialetoлогия, dentre os quais, destacamos as discussões sobre língua e a sociedade, diretamente ligadas à Sociolinguística

laboviana, e sobre as dinâmicas da vida social. Ambas discussões favoreceram a renovação da Geolinguística (ou Geografia Linguística) ao longo do século XX, o que permitiu a ampliação das dimensões de análise a partir dos "veios sociolinguísticos", como diria Cardoso (2010), bem como o surgimento de novas formas de coleta, registro e apresentação dos dados linguísticos, propiciando as condições ideais para o surgimento dos atlas pluridimensionais. Para esta autora (idem, p. 63-64), o fato de a Geolinguística adotar outros parâmetros além do diatópico é uma resposta aos apelos da realidade atual. Há que se considerar também que alterações metodológicas da Geolinguística permitiram o surgimento de novas formas de representação dos dados linguísticos em cartas, como o uso de símbolos e policromia (técnica adotada para a cartografia dos dados em Dias, 2019).

Com a Geolinguística Pluridimensional, ocorreram mudanças significativas nos atlas linguísticos. Para se ter uma ideia disso, é preciso observar comparativamente o espaço delineado nos atlas linguísticos. Antes os atlas apresentavam limitação no perfil social dos informantes, centravam-se em um único informante por localidade e eram predominantemente monodimensionais. Diferentemente, os atlas pluridimensionais, tais como o *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – ADDU* (THUN et al, 2000) e o *Atlas Linguístico do Brasil*, consideram outras dimensões além da diatópica, como as dimensões diassexual, diastrática, diageracional, dentre outras. De acordo com Thun (1998), a geolinguística pluridimensional é composta pelo eixo horizontal da Dialetologia e pelo eixo vertical da Sociolinguística, o que representa uma expansão das possibilidades de análises antes circunscritas à dimensão diatópica. Há um conjunto de trabalhos que caracterizam esta tendência de orientação geolinguística (THUN, 2005).

Outras mudanças importantes advêm da contribuição das tecnologias da informação, que possibilitaram o surgimento de atlas classificados como de 3ª geração, a exemplo do *Atlas Linguístico Sonoro do Pará* (ALISPA) (RASKY, 2004). Tais atlas são informatizados e

permitem a identificação do fenômeno linguístico associado à voz do informante e ao lugar de onde se fala. As tecnologias da informação também proporcionaram a informatização da tarefa de confecção dos mapas, por meio de Sistemas de Informação Geográficas, tais como os *softwares* QGIS e ArcGIS, e da gestão e armazenamento dos dados ambientes de *Cloud Computing*, que deixou de ser física e passou a ser em “nuvens”.

Ao longo do tempo, as mudanças ocorridas na Geolinguística tiveram impacto sobre diferentes estudos dialetológicos realizados no Brasil. Como veremos, os trabalhos acadêmicos apresentados adiante incorporaram alterações importantes da área. Atualmente, pesquisadores brasileiros da Dialetoлогия têm se deparado com uma série de desafios, dentre os quais, destacamos o mapeamento de comunidades de fala, como as populações tradicionais, em que se incluem indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, dentre outros. Considerando a quantidade de dados dialetológicos disponíveis, seja em forma de cartas publicadas ou de bancos de dados, também há a possibilidade de análises avançadas e estudos comparativos, de modo a observar elementos que ajudem a compreender, por exemplo, determinadas escolhas lexicais individuais e de grupo.

3. Por uma geolinguística representativa: um olhar sobre o *Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará* (AGQUINPA)

O Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará é fruto de uma tese de doutorado (DIAS, 2017), desenvolvida na Universidade Federal do Pará. Teve como objetivo mapear o léxico de seis comunidades quilombolas situadas na mesorregião Nordeste do Pará, região que apresenta um importante adensamento de comunidades quilombolas, tanto aquelas apenas reconhecidas como quilombolas quanto as que possuem a titulação.

A concepção do atlas se deu a partir de uma inquietação pela falta de trabalhos de cunho dialetológico em comunidades

tradicionais. É importante ressaltar que no âmbito da Universidade Federal do Pará, houve um expressivo crescimento do número de estudantes indígenas e quilombolas, que ingressaram através de Processo Seletivo Especial, portanto, a universidade passava a se tornar o *locus* da diversidade e coube a nós, tomarmos a iniciativa de descrever a realidade linguística das comunidades quilombolas, ainda pouco explorada no âmbito dos estudos geolinguísticos.

O trabalho de visita às comunidades e coleta de dados levou aproximadamente dois anos, de 2014 a 2016. O acesso à maioria das comunidades se deu através de rios e furos, e o contato com essas comunidades ocorria por meio das lideranças locais, que atuavam como ponte entre os entrevistadores e os entrevistados.

As comunidades escolhidas para a composição da rede de inquérito foram as seguintes: comunidade Cacau, localizada no município de Colares/PA; comunidade América, localizada em Bragança/PA; comunidade do rio Acaraqui, situada no território quilombola Campompema, no município de Abaetetuba/PA; comunidades África e Laranjituba, ambas localizadas no município de Moju/PA e a última localidade visitada, comunidade Taperinha, situada no município de São Domingos do Capim.

No total, foram entrevistados 24 informantes estratificados socialmente em sexo (masculino e feminino) e faixa etária (18 a 30 anos e 50 a 65 anos). Todos os entrevistados nasceram e foram criados nas comunidades, sem afastamento superior a três anos.

Depois da coleta de dados, que envolveu a aplicação do Questionário Semântico-lexical (QSL), incluindo uma adaptação contendo itens lexicais de origem bantu, os dados foram transcritos, organizados e tabulados para o posterior processo de cartografia informatizada no *software* de georreferenciamento de dados, intitulado QGIS. Destacamos aqui, a importância da construção da cartografia considerando elementos visuais, com o uso da policromia, o que propicia facilidade na observação da variação diatópica e também a opção por construir cartas pluridimensionais (THUN, 2010a), possibilitando a observação não só da variação diatópica, mas também da variação diasssexual e diageracional.

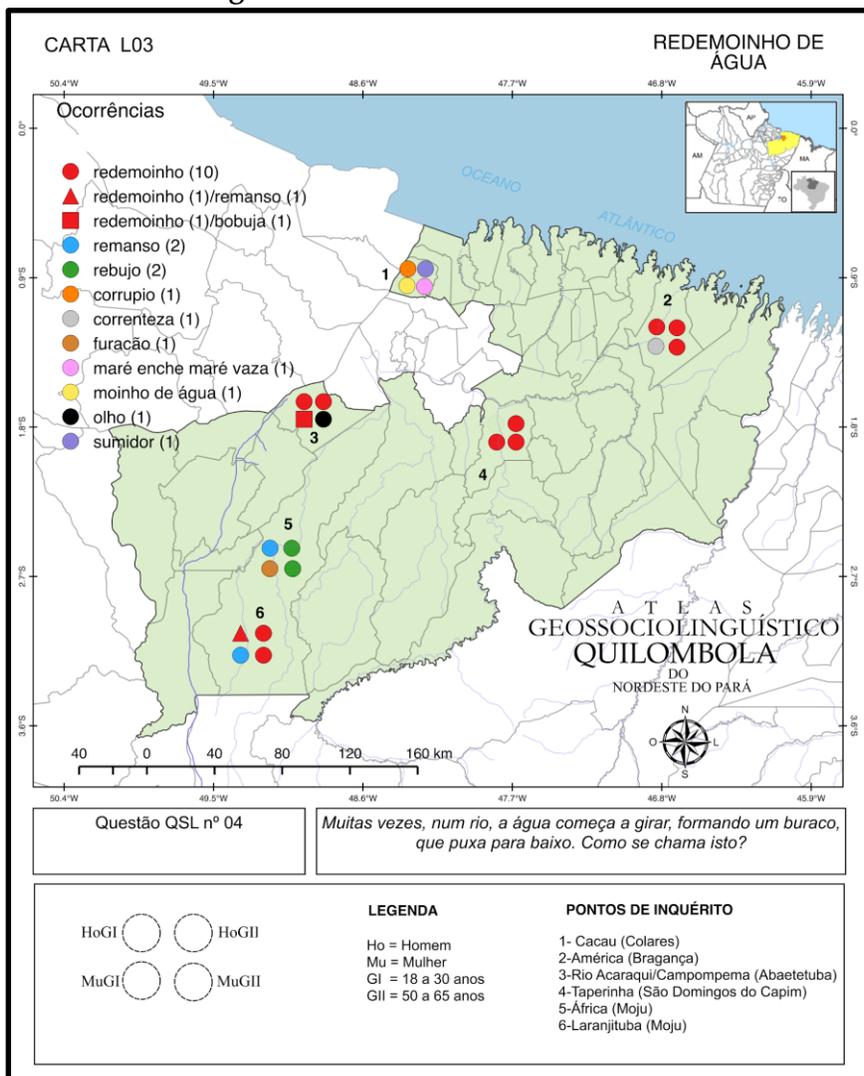
Ao final do processo de cartografia informatizada foi gerado um atlas linguístico, contendo 153 cartas linguísticas, distribuídas em 14 campos semânticos, saber: (i). Acidentes geográficos -5 cartas; (ii). Fenômenos atmosféricos - 11 cartas; (iii). Astros e tempo - 4 cartas; (iv). Atividades agropastoris - 14 cartas; (v). Fauna - 18 cartas; (vi). Corpo Humano - 18 cartas; (vii). Ciclos da vida - 10 cartas; (viii). Comportamento e convívio social - 9 cartas; (ix). Religião e Crenças - 6 cartas; (x). Jogos e diversões - 7 cartas; (xi). Habitação - 4 cartas; (xii). Alimentação e cozinha - 7 cartas; (xiii). Vestuário e acessórios - 6 cartas; (xiv). Vida urbana - 6 cartas.

Levando em consideração a proposta deste artigo, de apresentar uma amostra do trabalho produzido nas comunidades quilombolas tradicionais, elegemos a carta L03 - *Redemoinho de água*, que apresentou elevada variação, para realizar uma breve descrição e análise. Vejamos a descrição da carta:

3.1 Carta L03 - Redemoinho de água (Questão QSL nº 04)

A carta L03 corresponde às respostas que resultaram da pergunta acerca do movimento produzido nas águas, a partir da seguinte motivação: "*Muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, que puxa para baixo. Como se chama isto?*". Para a referida pergunta, tivemos uma quantidade elevada de respostas, com predomínio da resposta *redemoinho*, com 12 ocorrências no total. A referida variante predominou em quatro dos seis pontos de inquérito (ponto 2 - América; ponto 3 - Rio Acaraqui; ponto 4 - Taperinha e ponto 6 - Laranjituba). A seguir, apresentamos a carta L03:

Figura 01 – carta L03 - Redemoinho



Fonte: Dias (2017, p. 172).

As demais variantes tiveram a seguinte distribuição: *remanso* (3 ocorrências), *rebujo* (2 ocorrências), além de *bobuja*, *corrupio*, *correnteza*, *furacão*, *maré enche maré vaza*, *moinho de água*, *olho* e

sumidor, com uma ocorrência cada. A seguir, veremos a distribuição das variantes por faixa etária e sexo:

Quadro 01 – Distribuição de variantes por faixa etária e sexo

Variantes	18 a 30 anos	50 a 65 anos	Homem	Mulher
<i>redemoinho</i>	5	7	7	5
<i>rebujo</i>		2	1	1
<i>remanso</i>	3		2	1
<i>bobuja</i>	1			1
<i>corrupio</i>	1		1	
<i>correnteza</i>	1			1
<i>furacão</i>	1			1
<i>maré enche</i> <i>maré vaza</i>		1		1
<i>moinho de água</i>	1			1
<i>olho</i>		1		1
<i>sumidor</i>		1	1	

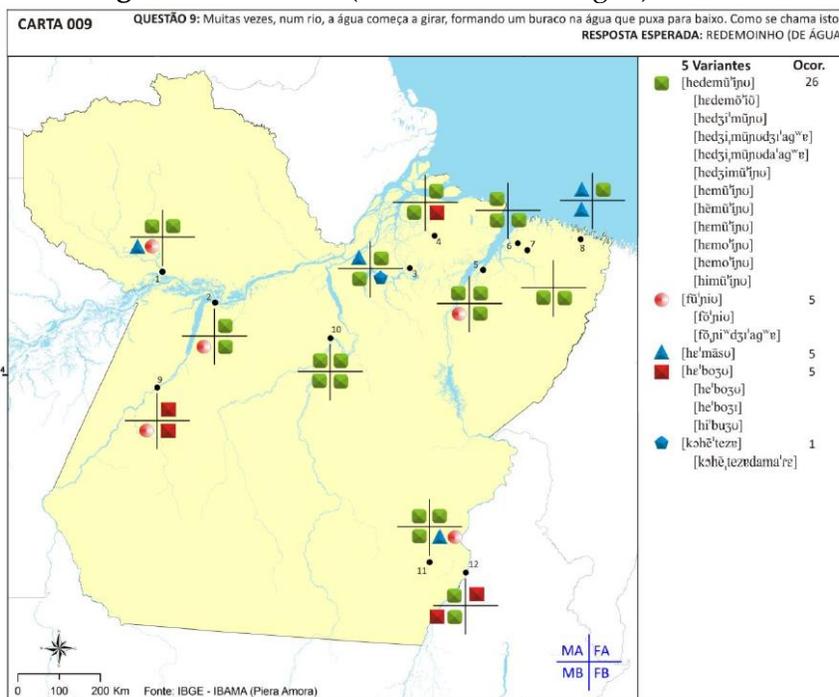
Fonte: Dias (2019)

É possível observar no quadro que a variante *redemoinho* predominou na faixa etária de 50 a 65 anos, com 7 ocorrências, enquanto entre os mais jovens (18 a 30 anos) tivemos 5 ocorrências. Do ponto de vista diassexual, a variante teve prevalência entre os homens, com 7 ocorrências, já entre as mulheres tivemos 5 ocorrências. No mesmo quadro, podemos observar que os mais jovens apresentaram um maior conjunto de variantes (7 no total, a saber: *redemoinho*, *remanso*, *bobuja*, *corrupio*, *correnteza*, *furacão* e *moinho de água*), em contrapartida, entre a faixa etária de 50 a 65 anos tivemos 5 variantes (*redemoinho*, *rebujo*, *maré enche* *maré vaza*, *olho* e *sumidor*), ou seja, há mais heterogeneidades entre os mais jovens.

É visível também a presença elevada de variantes entre as mulheres, com 9 no total, a saber: *redemoinho*, *rebujo*, *remanso*, *bobuja*, *correnteza*, *furacão*, *maré enche* *maré vaza*, *moinho de água* e *olho*, enquanto entre os homens, tivemos 5 variantes (*redemoinho*, *rebujo*, *remanso*, *corrupio* e *sumidor*).

Guedes (2012), autor do trabalho intitulado *Estudo Geossociolinguístico da Variação lexical na Zona Rural do Estado do Pará*, tomou como base os dados do *Atlas Linguístico do Pará* (ALIPA), que mapeou áreas rurais de 12 municípios e seguiu a mesma metodologia utilizada no AGQUINPA. Para a mesma questão explorada no atlas quilombola, obteve a seguinte distribuição diatópica:

Figura 02: carta 009 (Redemoinho de Água) - ALIPA



Fonte: Guedes (2012, p. 68).

Na figura 02, podemos conferir a carta 009, assim como o conjunto de variantes registradas. Cabe ressaltar que os pontos 5 e ponto 8, Abaetetuba e Bragança, respectivamente, também foram mapeados no AGQUINPA. De modo geral, no levantamento representado tivemos também a prevalência da variante *redemoinho* e a ocorrência das variantes *funil*, *remanso*, *rebojo* e *correnteza*. Dessa forma, podemos indicar que houve maior diversidade de variantes

no AGQUINPA, com 11 no total, enquanto no ALIPA tivemos a ocorrência de 5 variantes.

A diversidade de variantes mapeadas no AGQUINPA deve, provavelmente, ao contexto sociocultural e geográfico a qual as comunidades quilombolas estão inseridas, sempre às margens de rios, furos e igarapés, de onde tiram o sustento e por onde se deslocam, daí a importância da realização desse tipo de mapeamento, em comunidades tradicionais, pois podemos nos deparar com situações de elevada variação.

Posto isso, focalizamos como os resultados apresentados por meio dos recursos da Geolinguística são explorados quando o objetivo é construir atlas linguísticos. Destacamos alguns pontos, tais como: descrição das variantes encontradas, mapeamento das variantes, contabilização das variantes, descrição da atuação de variáveis externas, comparação entre os resultados com os de outros trabalhos. Aqui, são priorizados aspectos descritos dos resultados mapeados que, de forma mais sofisticada, resultam do uso de mapas e programas que adotam uma escala usada por geógrafos, o que proporciona, por exemplo, a percepção do distanciamento entre as comunidades, permitindo observar também a presença de acidentes geográficos que poderiam ter alguma implicação sobre o resultado, por exemplo, como destaca Dias (2017), ao tratar da presença de variantes que poderiam estar ligadas à hidrografia.

Essa forma de cartografar e discutir os resultados se assemelha à que já vem sendo utilizada pelo ALiB. Mas há outras possibilidades de uso da Geolinguística, a qual apresentaremos na seção seguinte.

4. Por uma geolinguística representativa: ampliando representações espaciais

Podemos dizer que a história de constituição dos quilombos no Baixo Amazonas deixa transparecer o papel do homem para a transformação dos espaços motivada pelas migrações e contatos

contínuos, pelas diferentes formas de apropriação do espaço e pelas convenções adotadas socialmente. Conforme Haesbaert (2004), além de dar uma visão de espaço desuniforme e multiterritorial, esses aspectos interferem nas representações espaciais dos grupos, implicando em territorialidades e territorializações distintas.

Como “produtos históricos de processo sociais” (idem), assim como a língua, todos esses aspectos dão os contornos necessários aos usos e variedades, revelando paisagem linguística também desuniforme. Desse modo, entendemos que a variação linguística também contribui para a ampliação de representações espaciais, na medida em que ela pode ser entendida como “uma força social importante para a construção de territorialidade e territorialização linguísticas” (COSTA, 2019, p. 140). Essa é uma das discussões levantadas na tese *Variação e territorialização linguísticas: um estudo geolinguístico da diversidade lexical em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas* (idem) e que pretendemos retomar aqui, ainda que sumariamente, a partir de dois itens léxicos, um relativo à categorização da experiência e outro ligado à tradição sociocultural.

Fundamentada em pressupostos teóricos e metodológicos da Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional (RADTKE; TUHN, 1996; THUN, 1998, 2000, 2009, 2010a) e nos conceitos de territorialidade e territorialização linguísticas (ALTENHOFEN, 2006, 2013, 2014), esta tese considerou a capacidade de renovação e de movimento, tanto dos grupos, quanto das variantes por reconhecer o espaço como uma construção social contínua, amparada na dinâmica das relações humanas, nos contextos multilíngues, nas experiências linguísticas oriundas de contatos (COSTA, 2019, p. 59), contrariamente à visão estática e uniforme que se poderia supor sobre o léxico e o espaço dessas comunidades. Como afirma Altenhofen (2014), tratar de territorialidade e territorialização linguísticas implica estudar o movimento de variedades e variantes no espaço linguístico. Para esse autor (idem, p. 73), territorialidade linguística corresponde ao "espaço de uso

real ou potencial de uma variante" e territorialização linguística "à ação de ocupar territórios e definir territorialidades".

Homens e mulheres da geração mais nova (de 18 a 30 anos) e da geração mais velha (acima de 50 anos) constituíram o perfil dos entrevistados. Eles participaram da pesquisa respondendo ao Questionário de Semântico-Lexical (QSL) elaborado pelo Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001) com acréscimo de novos itens léxicos e também de novos campos semânticos para contemplar o que a literatura linguística convencionou chamar de africanismos léxicos. Além do questionário, os dados da tese também foram obtidos a partir de conversa (CON) (cf. figura 04).

Com base em uma amostra diversificada e oral das ocorrências léxicas presentes nas comunidades quilombolas Abuí (em Oriximiná), Água Fria (em Oriximiná), Arapucu (em Óbidos), Silêncio (em Óbidos), Pacoval de Alenquer (em Alenquer), Saracura (em Santarém) e Tiningu (em Santarém), o estudo partiu da correlação entre variantes léxicas obtidas a partir de respostas espontâneas (RE) e sugerências (SUG)⁴ de forma a flagrar tendências de uso nas comunidades investigadas e, posteriormente, cotejo com dados do entorno (nas adjacências) obtidos em teses, atlas e banco de dados (contatos intervaretais) para, em seguida, buscar, em dinâmicas de movimento das variantes, itens léxicos representativos ou com potencial de representação simbólica da territorialidade no espaço variacional. RE e SUG demonstram diferentes formas de apropriação do fato linguístico, respectivamente: conhecimento ativo e passivo, conforme posição metodológica assumida por Thun (2010a) na Dialetoologia Pluridimensional e Relacional. A cartografia dos dados da tese incluiu preferencialmente itens léxicos

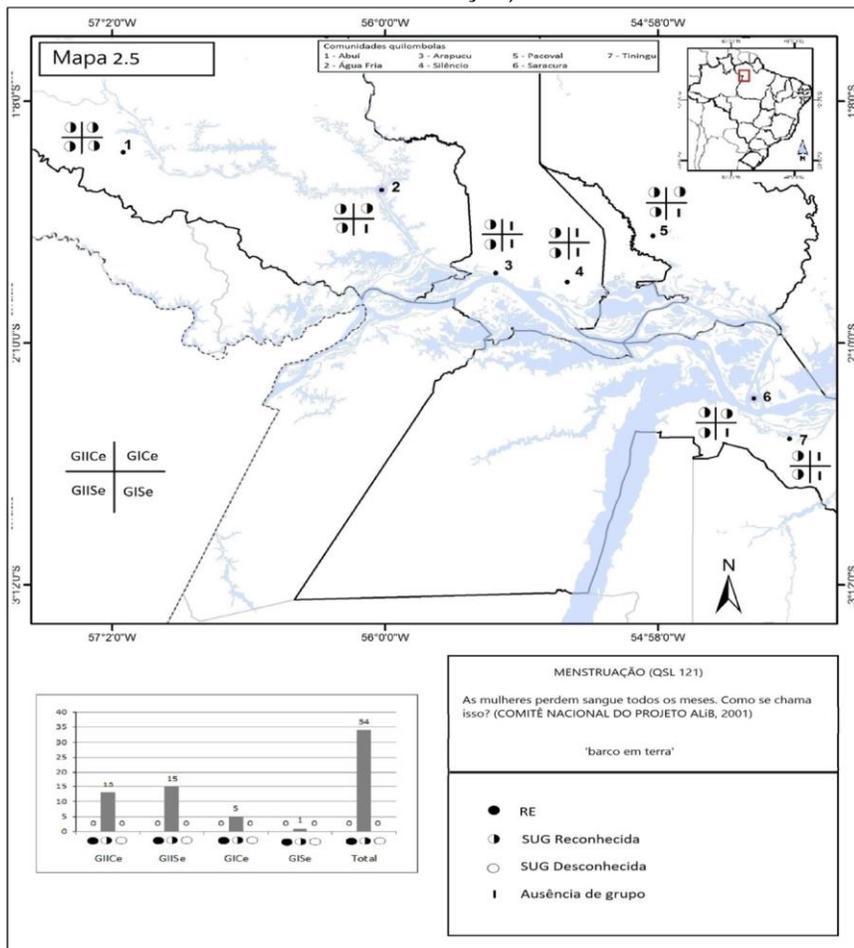
⁴ Sugerência (ou sugestão de resposta) corresponde a um tipo de resposta obtido a partir da terceira e última etapa do levantamento de dados em campo na Técnica em "Três Tempos" de Harald Thun (2010a), que inclui o procedimento metodológico de perguntar, insistir e sugerir.

representativos ou com potencial de representação simbólica da territorialidade no espaço variacional.

De modo geral, a análise revelou que os espaços linguísticos pressupõem redes de conexão com outras variedades (manifestando territorialidades não homogêneas) e particularidades de uso, e que as representações simbólicas, fundamentadas no contexto sociocultural, manifestam-se integradas ao costume e à experiência, sinalizando aspectos do modo de vida, da organização da vida social, das concepções e convenções estabelecidas e possibilitando a construção da referência simbólica da territorialidade (COSTA, 2019). Vale a pena dizer que, na tese, o referencial simbólico da territorialidade incluiu itens para além de africanismos, estratégia linguística mais comumente associada aos grupos de afro-brasileiros e as comunidades quilombolas. É o caso de 'barco em terra'.

A carta linguística 2.5 (cf. figura 03) demonstra a força do conhecimento passivo da variante 'barco em terra' nas comunidades quilombolas, pois a sugestão dessa ocorrência foi aceita em 100% dos casos, o que evidencia presença ainda expressiva no conhecimento lexical dos grupos. 'Barco em terra' não ocorreu como resposta espontânea nos dados da tese, além disso, ela é variante ausente nos dados do entorno e nos dicionários analisados.

Figura 03 – Carta linguística 2.5 - ‘barco em terra’ (QSL 121, lema menstruação).



Fonte: Costa (2019, p. 199).

A percepção subjetiva sobre ‘barco em terra’ presente no trecho a seguir (COSTA, 2019, p. 198) associa a variante a uma forma antiga da comunidade e denota representação simbólica baseada na crença e no costume, implicando no modo de vida e relações cotidianas.

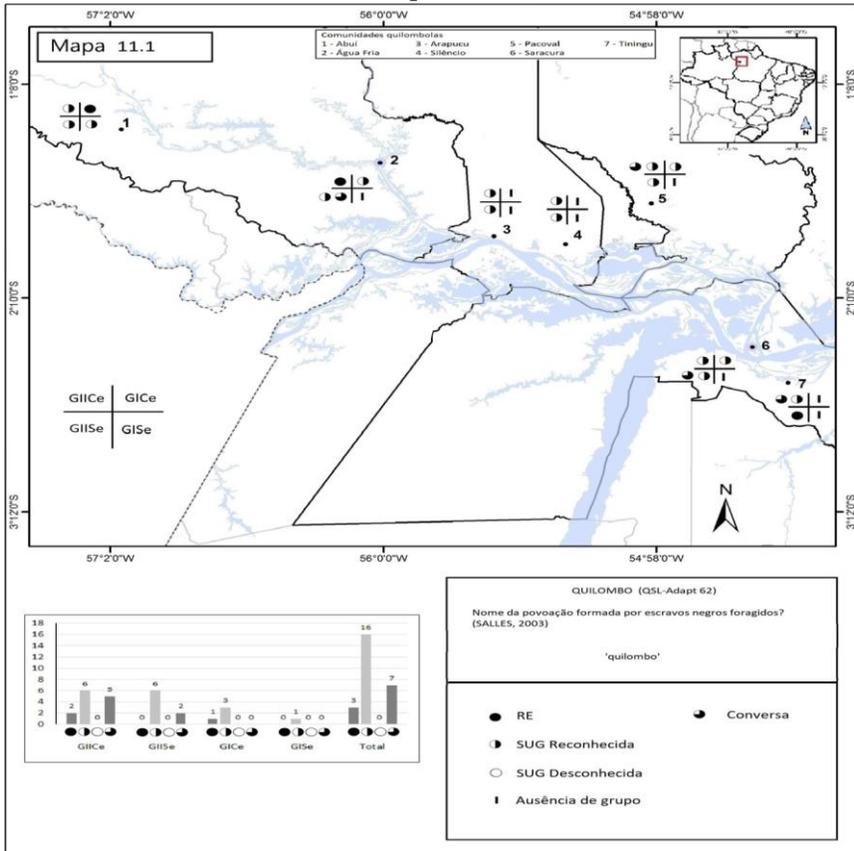
(66) “O *barco em terra* é quando a mulhé num vai... era de primero. Quando a gente (di)zia: ‘cadê o fulano? Ah tá de *barco em terra*, tá de *perna quebrada*, podia... [...] mas agora ninguém sabe mais quando mulhé mistroa, que todo tempo tá na bera” (ORXAB01, GISe, REQUEST-QSL 121)⁵.

A percepção subjetiva expressa em (66) evidencia costume e crença na comunidade, aparentemente antigos, que envolvem mulheres no período menstrual e impossibilidade de manter proximidade com o rio, possivelmente, associada a lenda do boto.

A carta linguística 11.1 (cf. figura 04) demonstra a presença de ‘quilombo’ no conhecimento ativo e passivo, o que torna essa variante com referência simbólica ativa e com certa vitalidade nas comunidades.

⁵ Trecho extraído da resposta dada à questão 121 do Questionário Semântico Lexical (REQUEST-QSL) por um entrevistado da geração mais velha não escolarizado (GISe) da comunidade quilombola Abuí em Oriximiná (ORXAB).

Figura 04 – Carta linguística 11.1 - ‘quilombo’ (QSL-Adapt 62, lema quilombo)



Fonte: Costa (2019, p. 195).

Diferentemente de ‘barco em terra’, ‘quilombo’ é um exemplo de variante mais integrada ao conhecimento lexical de grupos diversos por estar presente potencialmente na mente, na cultura, na nossa formação histórica e social, no discurso institucional brasileiro, nas mídias (COSTA, 2019). Apesar disso, o uso e apropriação de ‘quilombo’ convergem para zonas mais descontínuas e a representação simbólica é expressivamente mais prototípicas de zonas marcadas pela tradição sociocultural (idem). O trecho a seguir (ibidem, p. 208) ilustra o uso da variante

reportando-se a um lugar particular, o que favorece certa resistência do referencial simbólico da territorialidade na territorialização.

(76) “Passei uma temporada e essa temporada toda a gente passô a conversá com nossos *quilombola* né, que a gente sabe que o que a gente aprendeu no movimento e que tem uns que ele entendi que porque ele é negro, ele é considerado *quilombola*, e que aquilo que a gente aprendeu com o movimento é que sê sê *quilombola* nu é só porque é negro não. Aquilo que a gente entendeu é que sê *quilombola* são aquelas pessoas que... sê remanescente de *quilombo*, é aquelas pessoa que são descendente daquelas antepassado que não aceitaru sê escravo dos seus patrão não. Eles fugiru e se colocaru naquelas paragens que hoje a gente dá o nome de *quilombo* pra nu sê escravo não, são essas pessoas que pra nós são considerada remanescente de *quilombo*. Aquelas pessoas que aceitaru ser escravo de... dos seus patrão pra nós eles não são remanescente de *quilombo* não” (ORXAF02, GISe, CON)⁶.

‘Quilombo’ é item representativo e ‘barco em terra’ manifesta potencial de representação simbólica da territorialidade no espaço variacional. Ambos apresentam certa resistência nas dinâmicas de territorialização de variantes. O contraste gerado entre as informações linguísticas presentes nas cartas apresentadas, acrescido dos comentários metalinguísticos, orientam para essa interpretação qualitativa dos dados.

Naturalmente, em um estudo geolinguístico como este, amparado na Dialetologia Pluridimensional e Relacional, que reconhece a territorialização como fator de construção do espaço linguístico (COSTA, 2019), as cartas evidenciam marcas deixadas pelo uso, que é produzido nas dinâmicas de movimento das variantes e dos grupos. A maneira como os dados foram coletados e o que se priorizou dessa coleta também se sobressaem nas cartas.

⁶ Trecho extraído da conversa (CON) com um entrevistado da geração mais velha não escolarizado (GISe) da comunidade quilombola Água Fria em Oriximiná (ORXAF).

Como se pôde notar, no caso da carta 2.5 (cf. figura 03), o mapeamento da variante não acionada pelo conhecimento ativo só foi possível em razão da sugerência, ou seja, a resposta que decorreu do conhecimento passivo implicou em avaliações sobre a força ou não dessa variante nas comunidades pesquisadas. De igual modo, a distribuição diafásica (respostas dadas ao questionário e conversa) no caso da carta 11.1 (cf. figura 04) também evidenciou marcas de vitalidade.

Em analogia ao que disse Rossi (1967 *apud* CARDOSO, 2010, p.47), procuramos mostrar neste breve espaço um exemplo de estudo na área da Dialetoлогия para além da confecção de atlas linguístico.

Considerações Finais

O presente estudo apresentou duas pesquisas realizadas em comunidades afro-brasileiras, Dias (2017) e Costa (2019), com a finalidade de mostrar como os recursos da Geolinguística podem se prestar a diferentes tipos de trabalhos que tratam da variação e diversidade linguísticas.

Dias (2017) aponta para o uso da geolinguística com o fim de produzir um atlas em que a carta, informatizada e com auxílio do recurso da policromia, se apresenta como uma espécie de finalidade do trabalho. Já Costa (2019) usa a cartografia como um meio para discutir a territorialização linguística de variantes, ou seja, a carta linguística não é o fim, mas o meio para descrição da construção dos espaços de forma socialmente mais dinâmica. Enquanto o objetivo daquela é um atlas, Costa (2019) prevê um mapeamento que favoreça uma discussão mais qualitativa sobre as variantes encontradas nas diferentes comunidades pesquisadas.

Ambos os trabalhos incorporaram importantes avanços da Geolinguística tanto relacionado às técnicas de pesquisa quanto de registro da realidade dos fatos linguísticos, exemplificam como ela pode ser usada para diferentes fins e possibilitam reconhecimento do comportamento linguístico presente nas comunidades investigadas.

Como se nota, a Geolinguística que, iniciou com uma cartografia simples, mas não simplista, das variantes linguísticas, passou por várias modificações, adaptações ao longo do tempo, o que era uma necessidade dada as mudanças nas perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas e ao desenvolvimento das tecnologias, hoje se mostra como um importante método para o estudo da diversidade linguística no Brasil, podendo subsidiar pesquisas com diferentes finalidades, sejam elas quantitativas ou qualitativas.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Interfaces entre dialetologia e história. In: Jacyra Andrade Mota e Suzana Alice Marcelino Cardoso (Orgs.). *Documentos 2 - Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. 2006, p. 159-185.

_____. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. In: *Estudos Linguísticos, Sinop*, v. 6, nº 12, 2013, p. 31-52. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/viewFile/1216/860>. Acesso: maio/2016.

_____. O 'território de uma língua': ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. In: Ana Lourdes da Rosa Nieves Fernández (Org.). *Línguas em contato: onde estão as fronteiras?* Pelotas: Editora da UFPel, 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_7.387_de_9_de_dezembro_de_2010.pdf Acesso em 18 maio 2021

CARDOSO, S. A. M. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, S. A. M. et al. *Atlas Linguístico do Brasil – Introdução*. Londrina: EDUEL, 2014.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB (Brasil). *Atlas linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: Editora UEL, 2001.

COSTA, Celiane Sousa. *Variação e territorialização linguísticas: um estudo geolinguístico da diversidade lexical em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas*. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2019. Programa de Pós-Graduação em Letras.

DIAS, Marcelo Pires. *Atlas geossociolinguístico quilombola do Nordeste do Pará (AGQUINPA)*. 2017. 2 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Letras.

GUEDES, Regis José da Cunha. *Estudo geossociolinguístico da variação lexical na zona rural do estado do Pará*. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Letras.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004, n.p.. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso: 10 ago 2017.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do português no Brasil. *DELTA*, 33(2), 2017, p. 347-382.

MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Gragoatá* (UFF), v. 32, p. 31-42, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/article/view/114/90>>

OLIVEIRA, M.; SÁ, E. Redução das proparoxítonas no Atlas Linguístico Quilombola de Moxotó-Ipanema de Pernambuco. In: SÁ, E. OLIVEIRA, M. SANCHES, R. (Orgs.). *Diversidade linguística em comunidades tradicionais*. São Paulo: Pontes Editores, 2018, p. 17-36.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Nuevos caminos de la geolinguística românica. Um balance. In: _____ (Eds.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl, 1996, p. 25-49.

- RAZKY, Abdelhak. (Org.) *Atlas lingüístico sonoro do Pará*. Belém: PA/CAPES/UTM, 2004. CD Room.
- THUN, Harald et al. *Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU)*: Tomo 1 Consonantismo y vocalismo del español Fasc. A. 1. (Dialectologia Pluridimensionalis *Romanica*). Kiel: Westensee, 2000. 166 p.
- THUN, Harald. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*). In: *International Congresso of Romance Linguistics and Philology*. A cura di Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998, p. 701-729.
- _____. O português americano fora do Brasil. In: Eberhard Gärtner, Christine Hundt e Axel Schönberger (Eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt: TFM, 2000, p. 185-227.
- _____. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: Ana Maria Stahl Zilles (Org.). *Estudos da Variação Linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005, p. 63-92.
- _____. A geolingüística pluridimensional, a história social e a história das línguas. In: Vanderci de Andrade Aguilera (Org.). *Para a história do português brasileiro, Vol. VII: vozes, veredas, voragens*. Londrina: EDUEL, 2009, p. 533-558.
- _____. Pluridimensional Cartography. *Language and Space: an international handbook of linguistic*. Vol 2. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010a.

CAPÍTULO 4

VARIAÇÃO LEXICAL DO ITEM *GALINHA D'ANGOLA* NOS DADOS DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO PORTUGUÊS EM ÁREAS INDÍGENAS (ALiPAI)

Eliane Oliveira da Costa*

Regis José da Cunha Guedes**

Abdelhak Razky***

Introdução

Neste estudo toma-se como objeto de investigação o português falado em quatro Terras Indígenas paraenses e uma maranhense, a partir do *corpus* do Projeto *Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas* (ALiPAI). Esse Projeto resulta do Projeto *Mapeamento Geossociolinguístico do Português Falado em Áreas Indígenas nos Estados do Pará e Maranhão*, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014; surgiu paralelamente à elaboração do Projeto *Atlas Sonoro das Línguas Indígenas do Brasil* (ASLIB); desenvolve-se na Universidade Federal do Pará (UFPA); e tem por objetivo mapear o português falado em áreas indígenas

* Doutorado em Linguística. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). E-mail: elianecosta21@yahoo.com.br

**Doutorado em Linguística. Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: regisbspaz@gmail.com

***Doutorado em Linguística. Universidade de Brasília. Universidade Federal do Pará. E-mail: arazky@gmail.com

no território brasileiro, segundo Razky, Guedes e Costa (2018). Desse modo, representa uma perspectiva nova de investigação científica, haja vista a lacuna que até então existia no contexto das pesquisas geolinguísticas no Brasil.

Os primeiros estudos realizados no Projeto ALiPAI debruçaram-se sobre aspectos fonético-fonológicos e semântico-lexicais do português falado nas Terras Indígenas Teko-haw/PA, Trocará/PA, Nova Jacundá/PA, Sororó/PA e Cana Brava/MA. Tratam-se de duas teses de doutorado, a saber: *Perfil Geossociolinguístico do Português em contato com Línguas Tupí-Guaraní nos Estados do Pará e Maranhão* (GUEDES, 2017) e *Estudo Geossociolinguístico do Léxico do Português Falado em Áreas Indígenas de Língua Tupí-Guaraní nos Estados do Pará e Maranhão* (COSTA, 2018). Ademais, publicaram-se artigos científicos sobre fenômenos fonético-fonológicos e lexicais específicos. Essas pesquisas possibilitaram ainda que se conhecesse a situação das línguas indígenas faladas nas comunidades indígenas em questão.

O presente trabalho objetiva investigar a variação lexical dialingual e diaétnica do item *galinha d'angola* no português brasileiro em contato com cinco línguas indígenas, a saber: Tembé, Asuriní do Tocantins, Suruí Aikewára, Guaraní Mbyá e Guajajára, faladas em Terras Indígenas dos estados do Pará e Maranhão. Além disso, verifica como se dá a variação do item lexical em estudo nessas línguas. Justifica-se não só pela necessidade de se estudar as variedades étnicas do português do Brasil, aqui entendidas como variedades linguísticas faladas por povos indígenas brasileiros, mas também pela importância de se mapear os dados dialetais coletados para o ALiPAI também numa perspectiva plurilíngue.

Os dados aqui apresentados e analisados foram coletados nas Terras Indígenas Teko-haw/PA, Trocará/PA, Sororó/PA, Nova Jacundá/PA e Cana Brava/MA por meio do Questionário Semântico-Lexical (QSL), de 202 questões, aplicado de modo a se obter resposta tanto em língua portuguesa quanto em língua indígena. Em cada localidade, previu-se um total de dez colaboradores, estratificados por sexo, idade e escolaridade. A

gravação dos inquéritos, com equipamentos das marcas *Sony*, *Tascam* e *Zoom*, ocorreu dentro das aldeias, em lugares distintos, e apresentam duração variada. Os arquivos sonoros resultantes da coleta de dados foram organizados em pastas, uma para cada etnia, no computador do Projeto ALiPAI.

Os pressupostos teóricos da moderna Dialectologia (CARDOSO, 1996, 1999, 2010; AGUILERA, 2008; ISQUERDO, 2010), da Geossociolinguística (RAZKY, 1998, 2010; LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2020) e da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (THUN, 1995, 1998; RADTKE; THUN, 1999), nortearam o desenvolvimento desta pesquisa. Tais perspectivas de análise buscam conjugar os eixos espacial e social da língua, possibilitando, dessa maneira, uma análise mais abrangente e real de sua manifestação.

Dentro dessa perspectiva temática, este trabalho, em junção com os demais já citados nesta introdução, pode contribuir para a empreitada dos estudos geolinguísticos no Brasil quanto à realidade linguística do país, cujo conhecimento, segundo Cardoso (2010, p. 185), torna fundamental a procura pelos meios de apresentar o panorama linguístico do Brasil: “a língua portuguesa com as suas variedades; as línguas indígenas nas suas diferentes situações de uso e de expansão; os vestígios das línguas africanas; e as línguas de imigração”.

Este artigo se organiza da seguinte maneira: na primeira seção (introdução), caracteriza-se o estudo proposto; na segunda, desenvolve-se o referencial teórico; na terceira seção, delinea-se a metodologia; na quarta seção, faz-se a análise dos dados considerados; e, por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. Referencial teórico da pesquisa

O advento da Sociolinguística, na segunda metade do século XX, despertou a atenção de pesquisadores para o modo como os dialetólogos vinham observando a língua. Esses estudiosos

estavam concentrados na dimensão espacial (ou diatópica) da língua, estudando-a, dessa forma, sob uma perspectiva monodimensional. Tal postura tendia a não proporcionar um estudo amplo e real da língua, pois carecia de consideração sistemática de fatores sociais, cuja importância se tornou evidente com os estudos de Labov (2008), e passou a receber “críticas diversas, inclusive e sobretudo da geolinguística, por desconsiderar em cada ponto a variação social e dar aí impressão de que todos os membros da comunidade falam igual” (ALTENHOFEN, 2004, p. 142).

Nessa perspectiva, Radtke e Thun (1999, p. 33), em trabalho intitulado *Novos caminhos da geolinguística românica: um balanço*, resultante do Simpósio ‘Novos caminhos da geolinguística românica’, realizado em 1991, na Alemanha, observam, segundo seus pontos de vista, uma divisão na geolinguística e afirmam: “Não podemos reconhecer uma crise total, algo como ‘o apogeu e ponto de mudança de uma doença’”. A observação dos autores leva-os ainda a identificarem “o passo acelerado de alguns para experimentar novos parâmetros, métodos e também meios técnicos, enquanto outros ainda seguem comodamente na via única da variação diatópica”. Para esses geolinguístas, durante o referido Simpósio, a clareza quanto aos caminhos da geolinguística se fez evidente:

Ficou claro, durante o Simpósio, que a geolinguística moderna caminha para tornar-se uma verdadeira ciência da variação, no sentido amplo do grego *diálektos*. Essa ciência deveria, na realidade, alterar o seu nome e não mais denominar-se ‘geografia lingüística’ ou ‘geolinguística’, mas sim chamar-se ‘ciência da variação’ (*Variationswissenschaft*) ou algo equivalente. (RADTKE; THUN, 1999, p. 35).

O contexto em que se imprimia a necessidade da inclusão de fatores sociais no estudo da língua proporcionou o surgimento de diversos posicionamentos que intentavam juntar as perspectivas dialetológica e sociolinguística em prol de uma análise mais

completa de dados linguísticos. Assim, de um lado, Thun (1998, p. 704) defende que:

La Dialectología areal y la Sociolingüística, disciplinas históricamente separadas, confluyen en una geolingüística ampliada que puede llamarse oportunamente ‘Dialectología pluridimensional’ y que se entiende como parte de la ciencia general de la variación lingüística y de las relaciones entre variantes e variedades por un lado y hablantes por el outro.¹

O supracitado autor esclarece também que a Dialetoлогия Pluridimensional não abrange só os dialetos ‘puros’, contemplados pela Dialetoлогия tradicional ou socioletos da sociolinguística, tornando interessantes também: a) as variedades mistas, b) os fenômenos de contato linguístico entre línguas contíguas ou superpostas, tanto de minorias quanto de maiorias, c) as formas regionais, d) a variação diafásica (ou estilística), e) o comportamento linguístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) afrontado com o dos grupos topostáticos (pouco móveis no espaço), f) a atitude metalinguística dos falantes comparadas com seu comportamento linguístico, entre outros (THUN, 1998, p. 706).

Em relação à inclusão do parâmetro contatual na área de abrangência da Dialetoлогия Pluridimensional, Radtke e Thun (1999, p. 41) refletem que a escritura de atlas de natureza plurilíngue é uma tradição, mas que “‘plurilíngue’ não significa ‘contatual’” e entendem que esse parâmetro “é uma dimensão independente” e que seu estudo “abre um novo caminho que conduz através de todos os planos das variedades, desde o idioleto, através da desdialetoлизация (*Entdialektalisierung*), da regionalização

¹ “A Dialetoлогия areal e a Sociolinguística, disciplinas historicamente separadas, confluem em uma geolingüística ampliada que pode ser chamada oportunamente ‘Dialectología pluridimensional’ e que se entende como parte da ciência geral da variação linguística e das relações entre variantes e variedades de um lado e falantes por outro”. (Tradução nossa)

e da formação de uma koiné da ou entre as falas de grupos, até o contato entre línguas ‘comuns’”.

Estudos dialetológicos envolvendo áreas em que há contato linguístico, normalmente consideram a variável dialingual em seu aporte metodológico, objetivando mapear a variação decorrente do contato entre as línguas faladas nessas áreas. Todavia, em se tratando de áreas pluriétnicas, como as áreas indígenas estudadas nesta pesquisa, tem-se a necessidade de observar a variação a partir do fator etnicidade, para uma compreensão mais ampla do fenômeno da variação. Guedes (2020, p. 110-111) demonstra a possibilidade de se mapear a variação linguística a partir dessa perspectiva, nomeando essa variável como diaétnica:

A variável diaétnica consiste nas influências do fator etnicidade do colaborador na variação linguística. Em nossa percepção, a pertença de um indivíduo a um determinado grupo étnico induz o mesmo a atitudes linguísticas comuns a esse grupo, à uma prática linguística que é, ao mesmo tempo, uma prática identitária. Sendo parte da cultura, as línguas faladas por uma comunidade de fala são diretamente afetadas pela visão de mundo dessa comunidade, por seus costumes e valores, pelo sentimento de pertença ao grupo. É nesse ponto que a variável diaétnica se diferencia da variável dialingual. Enquanto esta representa a variação que ocorre na situação de contato linguístico, aquela vai além, representando as influências da etnicidade na variação linguística, dentro e fora das situações de contato linguístico e dialetal.

Por outro lado, Razky (1998, p.156), em artigo intitulado *O Atlas Lingüístico Geo-Sociolingüístico do Pará: abordagem metodológica*, afirma que “o ponto de vista sociolingüístico é de máxima importância para determinar as condições e os contextos intra e extralingüísticos onde ocorrem a variação e a mudança lingüísticas”, estas, por sua vez, devem ser vistas sob as perspectivas interna e externa, possibilitando abordar o locutor “tanto como indivíduo social, dentro de uma área geográfica específica, como indivíduo estatístico, que em um mapa geográfico

mostra flutuações de um subsistema lingüístico e em interação com outros subsistemas”.

O autor entende ainda que uma perspectiva geossociolinguística é imprescindível “para compensar os limites de cada uma das duas disciplinas: a Sociolinguística cuja maior parte dos trabalhos no Brasil se detém na dimensão social e local; e a Geolinguística, que se ocupa com o aspecto espacial com uma estratificação social mínima” (RAZKY, 2010, p. 172). Em relação à concepção do termo Geossociolinguística, Lima, Razky e Oliveira (2020, p. 15) explicam:

Por Geossociolinguística, termo introduzido por Abdelhak Razky em 1996, para a elaboração do Atlas Geossociolinguístico do Pará (RAZKY; CARDOSO, 1997; RAZKY, 1998, 2003, 2004, 2010; RAZKY *et al.*, 2010; LIMA, 2003), entendemos uma abordagem da variação linguística sustentada num tripé de fatores condicionantes: o espacial, o social e o lingüístico, sem abrimos mão também da perspectiva temporal.

A observação conjunta do geográfico com o social é fundamental e, nessa perspectiva, Cardoso (2010, p. 61) afirma que “a dialetologia e especificamente os estudos geolinguísticos deixam de apresentar-se numa visão predominantemente diatópica e passam a exibir, também cartograficamente, dados de natureza social”. Assim sendo, é dessa base de entendimento lingüístico, que tentam “combinar os planos geo- e sociolinguísticos, ora buscando dialetologizar a Sociolinguística, ora socializar a Dialetologia” (THUN, 1998, p. 703 *apud* ALTENHOFEN; THUN, 2016, p. 374-375), que parte este estudo, que privilegia um olhar cuja abrangência particulariza-se pela percepção de que a língua sofre influências geográficas, sociais, históricas, culturais etc.

A partir dessa nova acepção da Dialetologia brasileira, a elaboração de isoglossas vem mostrando também suas limitações devido às grandes mudanças sociais no Brasil que culminaram em grandes movimentos populacionais, uma grande concorrência no

setor de transporte público e transporte aéreo, além da descentralização de oportunidades de trabalho e empreendimento (RAZKY, TELES; COIMBRA, 2019).

Essa nova dinâmica migratória e mobilidade de recursos humanos provocaram mudanças importantes no âmbito da competência variacional dos falantes, pois influenciaram no desenvolvimento de uma competência bidialetal/pluridialetal e/ou bilíngue/plurilíngue dos falantes da primeira geração dos imigrantes, a qual influiu sobre a competência dialetal das gerações subsequentes. O resultado disso é a presença de uma significativa variabilidade linguística no mesmo espaço geográfico em termos de agrupamentos dialetais (RAZKY, 2013).

Havia, portanto, uma competência geolinguística local e uma competência sociolinguística com estratificações geográficas e sociais homogêneas que permitiam traçar isoglossas significativas para a Dialectologia tradicional. Com a dinamicidade dos movimentos populacionais, essa competência linguística monodimensional cedeu espaço para uma competência geossociolinguística que reflete a complexidade de cada falante e de cada comunidade linguística. Por isso, a noção de agrupamento, seja ele lexical ou fonético, torna-se uma resposta viável para dar conta das diferentes camadas do fluxo variacional.

O conceito de agrupamento lexical vem acompanhando essa mudança em curso do léxico que, por sua vez, é fruto de uma mobilidade geográfica dos falantes e do acesso ao universo lexical do outro, através dos meios de comunicação. Além disso, o fluxo de interações verbais, fruto de redes de comunicações complexas, vem quebrando o paradigma de isolexias ou, pelo menos, o colocando dentro de um conceito do contínuo linguístico bem conhecido dos estudos sociolinguísticos (RAZKY, 2013, p. 263).

A noção de agrupamento lexical, que se aplica também a outros componentes linguísticos variáveis, deu aos estudos geossociolinguísticos uma compreensão maior acerca dos fenômenos linguísticos, uma vez que *“le concept de regroupement lexical répond ainsi à cette dynamique linguistique que d’autres chercheurs ont pu*

dégager dans le cadre d'une dialectologie pluridimensionnelle"² (RAZKY; GUEDES, 2015, p. 161). A noção de agrupamento está, aos poucos, substituindo o conceito de isoglossas, buscando preencher a lacuna teórico-metodológica no que concerne às mudanças sociais no Brasil que refletem diretamente em configurações diatópicas complexas e que necessitam de olhar exploratório quanto à interpretação dos dados dialetais.

A utilização de agrupamentos permite delinear uma tipologia em *macroagrupamentos*, *microagrupamentos*, *nanoagrupamentos* e *supra-agrupamentos*. *Macroagrupamento*, dentro de um atlas estadual, diz respeito a uma variante linguística presente em um conjunto de localidades pertencentes a mais de uma microrregião do estado; *microagrupamento* refere-se à ocorrência de uma variante lexical ou fonética em um conjunto de localidades dentro de uma microrregião; um *nanoagrupamento* é a presença de uma variante em poucas localidades pertencentes a uma microrregião; e o *supra-agrupamento*, por sua vez, é uma manipulação ou abstração do conjunto das variantes de uma localidade, selecionando apenas a variante mais produtiva para justificar a homogeneidade de uma localidade, uma microrregião ou macrorregião.

A tipologia de agrupamento (RAZKY, TELES; COIMBRA, 2019) é capaz de responder à complexidade da variação em um dado espaço geográfico. Quando se aplica uma metodologia geossociolinguística, em que há uma estratificação social, obtêm-se resultados mais complexos do que na aplicação de metodologias da Dialectologia tradicional. Assim, ao invés de traçar isolexias ou isofonias, desenham-se linhas que se inter cruzam para mostrar contornos fonéticos ou lexicais com configurações diatópicas ou diastráticas mais complexas.

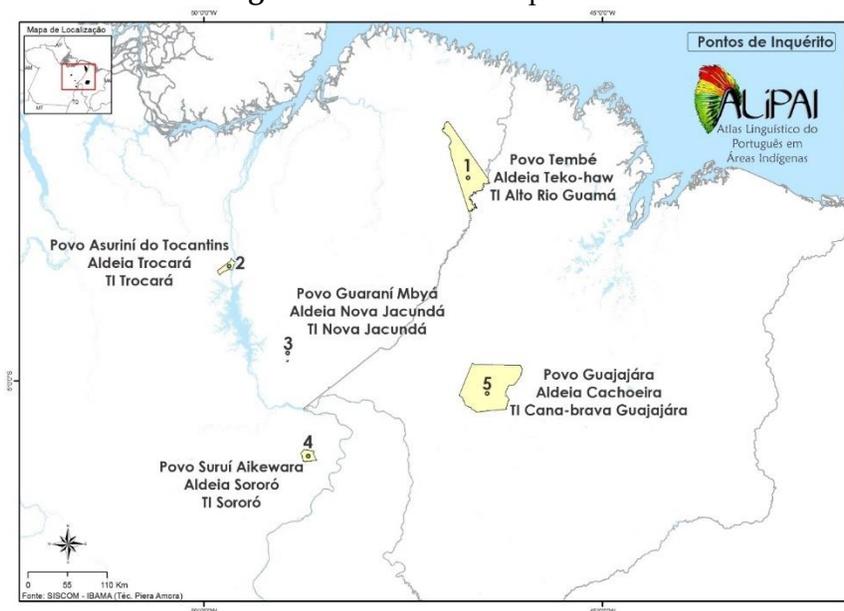
² "o conceito de agrupamento lexical responde assim a essa dinâmica linguística que outros pesquisadores conseguiram identificar no contexto de uma dialectologia pluridimensional". (Tradução nossa)

3. Metodologia

A pesquisa geolinguística, no que se refere aos aspectos metodológicos, estrutura-se a partir de três elementos fundamentais: a rede de pontos, os informantes (neste trabalho denominados colaboradores) e os questionários. No Projeto ALiPAI, cujos dados analisam-se neste estudo, tais elementos descrevem-se da seguinte maneira:

A rede de pontos compreende cinco localidades (Pontos de Inquérito - figura 1), a saber: Teko-haw, no município de Paragominas/PA; Trocará, no município de Tucuruí/PA; Nova Jacundá, no município de Rondon do Pará/PA; Sororó, no município de Marabá/PA; e Cana Brava, no município de Barra do Corda/MA. Na base da seleção dessas Terras Indígenas, puseram-se fatores relativos à língua indígena falada em cada uma delas (todas são da família Tupí-Guaraní, do tronco Tupí, de acordo com Rodrigues e Cabral (2002) e à facilidade de acesso a essas comunidades).

Figura 1 – Pontos de inquérito



Fonte: Elaborada pelos autores

Os colaboradores entrevistados foram selecionados a partir da predefinição de parâmetros diageracionais (Faixa etária 1 – 5 a 10 anos, Faixa etária 2 – 18 a 37 anos, Faixa etária 3 – 47 a 75 anos), diagenéricos (masculino e feminino) e diastráticos (não escolarizados ou escolarizados até a 8ª série (9º ano) e escolarizados a partir do 1º ano do ensino médio). Em cada uma das localidades previu-se um total de dez colaboradores. Contudo, ao todo, participaram da pesquisa 42 indivíduos, sendo oito Tembé³, oito Asuriní do Tocantins, nove Suruí Aikewára, nove Guaraní Mbyá e oito Guajajara⁴.

Os questionários utilizados para a coleta de dados foram quatro: i) Questionário Sociolinguístico (QS), ii) Questionário Fonético-Fonológico (QFF), iii) Questionário Semântico-Lexical (QSL) e iv) Questionário Fonético-Fonológico Complementar (QFFC).

O QS foi elaborado pelos pesquisadores do ALiPAI; teve como base estudos de natureza pluridimensional e contatual, principalmente o de Margotti (2004), intitulado *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano do sul do Brasil*; e buscou coletar dados relativos ao grau de bilinguismo e ao comportamento linguístico dos falantes em relação às línguas faladas nas comunidades indígenas investigadas (língua portuguesa e língua indígena). Esse instrumento metodológico, compreende 22 questões distribuídas em duas partes: i) Bilinguismo dos participantes da entrevista, com 16 perguntas, e ii) Bilinguismo na comunidade, com seis perguntas. Algumas das questões apresentam sugestões de resposta: QS/3 (Parte 1) – “Com quem você fala _____(LI)?” a) avós b) pais c) irmãos d) parentes e)

³ Em relação ao QSL, neste artigo são analisados dados relativos a quatro indígenas da etnia Tembé.

⁴ Essa configuração quantitativa se deu pelo fato de não ter sido possível, à época da pesquisa, encontrar indivíduos que se enquadrassem em alguns dos perfis sociolinguísticos definidos. Além disso, por questão de distanciamento, dificuldade de conseguir um novo acesso e tempo, não foi possível aplicar o QSL a um informante da aldeia Nova Jacundá (Guaraní Mbyá).

vizinhos f) outros, enquanto outras são diretas: QS/9 (Parte 1) – Quais línguas o(a) senhor(a) fala?

O QFF e o QSL foram elaborados pela equipe do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) e visam, respectivamente, coletar dados referentes à variação fonético-fonológica e lexical do português falado no Brasil. Esses instrumentos de coletas de dados comportam, respectivamente 159 questões e 202 questões. As perguntas de ambos os questionários, no ALiPAI, foram feitas de forma dupla, desta maneira: QFF/153 – “Qual o contrário de entrar?” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 18). “E na sua língua como se diz?” e QSL/63 – “... o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 26). “E na sua língua, como se diz?”. No caso dos colaboradores crianças, e também dos idosos, sempre que necessário, foram utilizados o QFF e o QSL ilustrados. Ademais, lançou-se mão da técnica da sugestão⁵ (THUN, 1995).

O QFFC foi elaborado pelos pesquisadores do ALiPAI a partir de fenômenos de influência fonético-fonológica cuja descrição foi realizada por Silva (2010) e objetivou registrar as possíveis influências do substrato de origem Tupí-Guaraní no português falado pelos indígenas das etnias Tembé, Asuriní do Tocantins, Guaraní Mbyá, Suruí Aikewára e Guajajara. Esse instrumento de coleta de dados comporta 37 questões e segue a mesma linha de raciocínio do QFF do ALiB: QFFC/7 – “Como se chama aquele bicho que vive no rio e tem a boca bem grande, come peixe e até gente?”. “E na sua língua, como se diz?”.

Além da resposta aos questionários, foi solicitado aos colaboradores adultos que relatassem uma experiência pessoal em língua portuguesa e em língua indígena, podendo o relato ser a narração de um fato ocorrido na aldeia ou uma história do povo a que pertenciam.

⁵ Consiste em dar ao informante sugestões de resposta, após pergunta e insistência pela obtenção da resposta esperada.

Os inquéritos foram realizados *in loco* com gravadores digitais profissionais das marcas *Sony*, *Tascam* e *Zoom*, com a intenção de garantir alta qualidade de som para o banco de dados do projeto ALiPAI. Inquiriu-se um colaborador por vez, sendo a gravação realizada em espaços distintos: a casa do colaborador, a escola da aldeia, uma área mais distante do centro da aldeia, entre outros. Em razão da disponibilidade dos colaboradores, a duração dos inquéritos é variada. As gravações foram realizadas por dois pesquisadores do Projeto Geossociolinguística e Socioterminologia (GeoLinTerm)⁶, do qual o ALiPAI constitui um eixo, no período de 2014 a 2016.

A cartografia dos dados do Projeto ALiPAI vem-se desenvolvendo com a utilização dos *softwares* editores de imagem *Photoshop* e *CorelDRAW*.

Com essa metodologia, constituiu-se um *corpus* representativo do português falado pelos indígenas das etnias Tembé, Asuriní do Tocantins, Guaraní Mbyá, Suruí Aikewára e Guajajara, a partir do qual emanam diversas possibilidades de pesquisa.

Para este estudo consideraram-se os cinco pontos referidos nesta metodologia e o QSL, mais precisamente a questão 67 (“...a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?”) (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 27). “E na sua língua, como se diz?”. Os dados lexicais aqui analisados, relativos às seis línguas em questão (Tembé, Asuriní do Tocantins, Guaraní Mbyá, Suruí Aikewára, Guajajara e Português) foram transcritos ortograficamente, tabulados, cartografados e analisados sob a perspectiva dialingual e diaétnica, considerando as dimensões diatópica, diastrática, diagenérica e diassexual.

4. Apresentação e análise dos dados

Apresentam-se a seguir três cartas linguísticas, nas quais se mapearam as variações dialingual e diaétnica nas cinco Terras Indígenas estudadas. O mapeamento da variação lexical do item

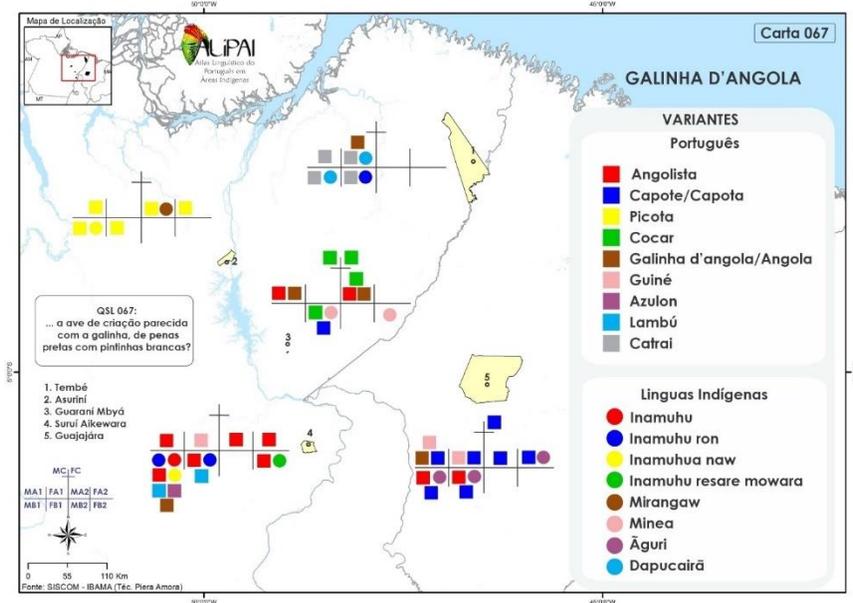
⁶ Regis Guedes e Eliane Costa.

galinha d'angola nos dados do projeto *Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI)* demonstrou a diversidade existente nas denominações para este item lexical entre os indígenas das comunidades estudadas.

Como se assinalou anteriormente, as cartas linguísticas apresentadas neste estudo representam as variações dialingual e diaétnica existentes nas áreas estudadas, que são contextos plurilíngues e pluriétnicos, isto é, são áreas em que há contato linguístico, tanto entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, quanto entre as próprias línguas indígenas pela mobilidade social dos indígenas entre as Terras Indígenas, visto que tanto os Asuriní do Tocantins e os Suruí Aikewára, quanto os Guajajara e os Tembé, possuem relações próximas de parentesco linguístico e etnológico.

Na carta 067, a seguir, apresentam-se todos os dados coletados do item lexical em estudo, o que permite uma visão geral de sua variação nas áreas estudadas. A carta em análise projeta o uso de 17 lexias diferentes, sendo 9 identificadas pelos próprios colaboradores como pertencentes à língua portuguesa e 8 lexias em línguas indígenas.

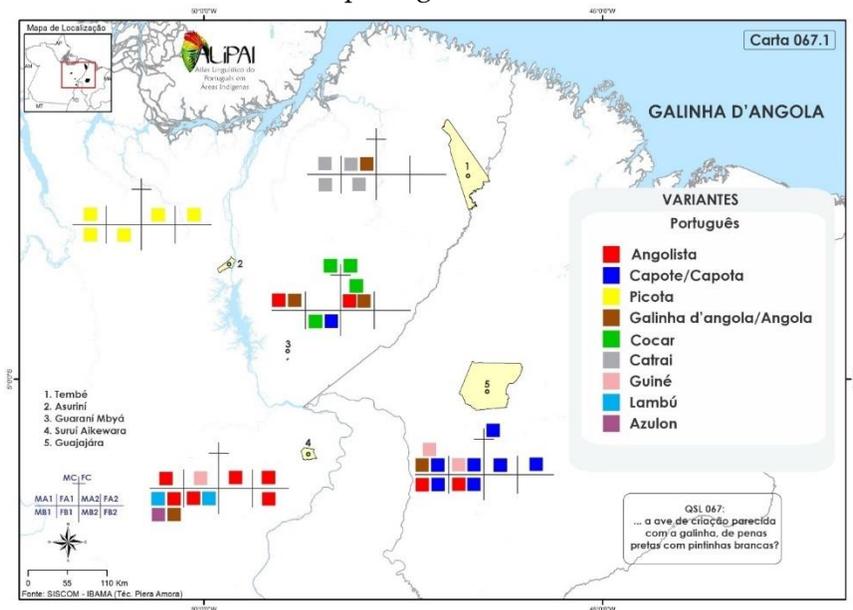
Figura 2 – Variação do item lexical *galinha d’angola* em língua portuguesa e em línguas indígenas



Fonte: Elaborada pelos autores

Analisando-se a carta 067.1, apresentada a seguir, a variação das lexias em língua portuguesa, verifica-se que a mais recorrente é *angolista* com 10 (23,8%) ocorrências (macroagrupamento), seguida de *capote/capota* com 8 (19,04%) ocorrências (microagrupamento). As lexias *picota* e *galinha d’angola* obtiveram 5 ocorrências cada uma (microagrupamento), assim como *cocar* e *catrai*, para as quais houve 4 registros (nanoagrupamento). A *guiné* obteve 3 registros, e *lambú* 2 ocorrências, o que constitui também nanoagrupamentos. Além dessas, houve uma ocorrência de *azulom* no ponto 4.

Figura 3 – Variação do item lexical *galinha d'angola* em língua portuguesa



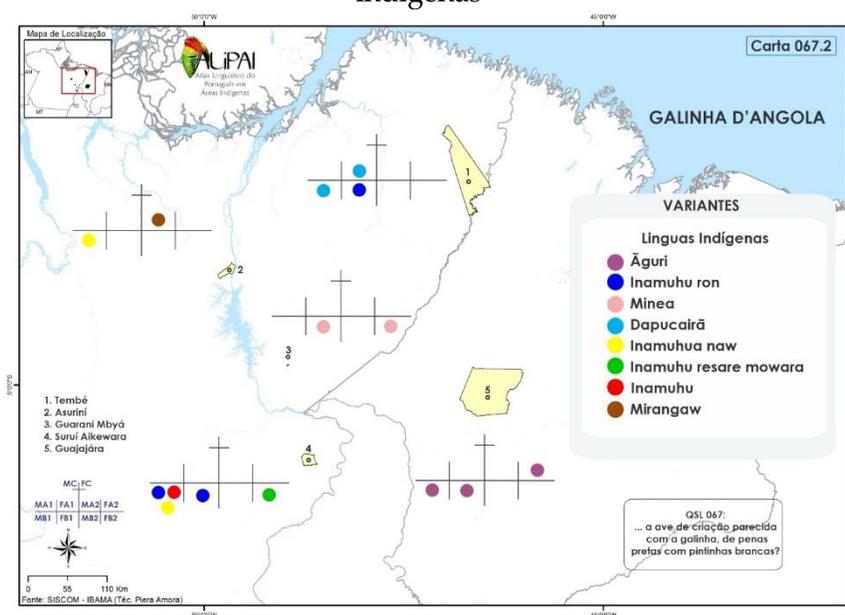
Fonte: Elaborada pelos autores

Observando-se a distribuição diatópica das lexis na carta 067.1, verifica-se que as formas angolista, capote/capota, galinha d'angola e guiné parecem ser as únicas presentes em mais de uma das áreas indígenas estudadas. Enquanto angolista obteve registro nos pontos 3, 4 e 5, capote/capota foi registrada nos pontos 3 e 5, galinha d'angola nos pontos 1, 3, 4 e 5, e guiné nos pontos 4 e 5. As demais variantes parecem compor agrupamentos lexicais diatópicos, tema estudado em Razky (2013) e Razky e Guedes (2015). A existência desses agrupamentos lexicais presentes na carta 067.1 se justificaria pelo fator diaétnico, pelas influências do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní na formação da língua portuguesa falada por esses indígenas, que pertencem a 5 etnias diferentes, o que se discute com maior profundidade em Guedes (2017; 2020).

Nessa perspectiva diaétnica, observou-se que a lexia *catrai* obteve registros unicamente entre os Tembé (ponto 1), da mesma forma que *picota* foi registrada somente entre os Asuriní (ponto 2), *cocar* somente entre os Guaraní Mbyá (ponto 3) e *lambú* somente entre os Suruí Aikewára. Portanto, a existência desses agrupamentos lexicais diatópicos observados parece estar atrelada ao contato plurilinguístico e pluriétnico nessas áreas, que se manifesta em empréstimos linguísticos entre o português e as línguas indígenas faladas por cada etnia nas áreas indígenas estudadas, o que, contudo, demanda uma investigação etimológica e etnográfica mais profunda.

Ao analisarmos a carta 067.2, a seguir, sobre a variação lexical entre as etnias indígenas aqui estudadas, observou-se que as lexias mais recorrentes em línguas indígenas são *ãguri*, com 3 ocorrências no ponto de inquérito 5 (Guajajára) e *inamuhu ron* com 1 registro entre os Tembé (ponto 1) e 2 entre os Suruí Aikewára (ponto 4).

Figura 4 – Variação do item lexical *galinha d'angola* em línguas indígenas



Fonte: Elaborada pelos autores

Em relação à variação desse item lexical nas cinco línguas indígenas estudadas, vale ressaltar que a ave em questão não é nativa do Brasil, mas do continente africano, como aponta o aspecto toponímico presente nas lexias registradas na carta 067.1: *galinha d'angola*, *angolista* e *guiné*.

Nesse contexto, é válido refletir sobre os processos de formação do léxico nas línguas indígenas em questão, sendo que o referente a ser nomeado não existia anteriormente no contexto de fala dessas comunidades indígenas. As análises aqui apresentadas apontam para a ocorrência de empréstimos linguísticos mútuos entre a língua portuguesa e as línguas indígenas estudadas.

A lexia *ãguri*, registrada na carta 067.2 como forma da língua Guajajára (no ponto 5) parece ser variante de *angolista*, o que constituiria um empréstimo direto do português. Nesse caso, a substituição do fonema lateral /l/ pelo tepe /ɾ/ se justificaria pela inexistência da lateral /l/ e pela existência do tepe /ɾ/ no quadro fonético da língua Guajajára, como apontou Silva (2010).

Por sua vez, a formação das lexias em línguas indígenas *inamuhu*, *inamuru ron*, *inamuhua naw* e *inamuhu resare mowara*, registradas também na carta 067.2, constitui-se a partir, não de um empréstimo do português, mas de uma analogia entre a ave exótica, a *galinha d'angola*, e uma ave silvestre (nativa do Brasil) o *lambú/nambú/inhambú*, como podemos observar nas figuras a seguir:

Figura 5– Galinha d'angola **Figura 6** – lambú/nambú/inhambú



Fonte: www.cpt.com.br



Fonte: dicionarioportugues.org

O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008) registra *lambú* da seguinte forma, apontando a etimologia do tupi:

lam·bu

(tupi *ina'mbu*)

substantivo masculino

[Brasil] [Ornitologia] O mesmo que *inhambu*.

Na carta 067.1, sobre a variação deste item lexical em língua portuguesa, registrou-se a lexia *lambú* no português falado por dois indígenas Suruí Aikewára (ponto 4), o que, neste caso, representa um empréstimo linguístico do tupi para o português.

Portanto, o registro de *ãguri* como forma da língua Guajajára e de *lambú* no português falado pelos Suruí Aikewára ilustra o processo de empréstimos linguísticos mútuos, ocorridos nesse contexto dialingual.

Por outro lado, observando-se o fator diaétnico, a carta 067.2, sobre a variação entre as línguas indígenas, verifica-se a existência de três agrupamentos lexicais diatópicos que parecem estar relacionados à pertença dos colaboradores às suas respectivas etnias. Entre os Tembé (ponto 1) houve dois registros (*nanoagrupamento*) da lexia *dapucairã*. Entre os Guaraní Mbyá houve dois registros (*nanoagrupamento*) da variante *minea*. Entre os Guajajára houve três registros (*nanoagrupamento*) da forma *ãguri*. Além disso, entre os Asuriní do Tocantins (ponto 2) houve um registro da lexia *mirangaaw*, que provavelmente representaria um agrupamento lexical diaétnico, caso a pesquisa pudesse ser realizada com mais colaboradores. Também foi mapeado um agrupamento lexical que não parece ter origem diaétnica, o da variante *inamuhu ron*, que ocorre tanto entre os Tembé (ponto 1), quanto entre os Suruí Aikewara (ponto 4) e está relacionado às ocorrências de variantes como *inamuhu*, *inamuhua naw* e *inamuhu resare mowara* registradas entre outras etnias estudadas.

Considerações finais

O estudo da variação do item lexical *galinha d'angola* nos dados do projeto *Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas* (ALiPAI) demonstrou, tanto a importância das línguas indígenas na formação do português falado no Norte/Nordeste do Brasil, quanto às influências da língua portuguesa na produtividade lexical das línguas indígenas faladas nas cinco áreas indígenas estudadas, o que expõe a complexidade e a diversidade pluringuística do Brasil.

Ao estudar a variação lexical do português falado na zona rural do estado do Pará, em Razky e Guedes (2015), associou-se a existência de agrupamentos lexicais diatópicos ao processo de povoamento do estado do Pará, que se deu de forma diferente nas diversas mesorregiões do estado, em função de aspectos históricos e econômicos. Contudo, o presente estudo, soma a esses aspectos anteriormente apresentados, os fatores dialingual e diaétnico.

O fator dialingual se manifesta no registro dos empréstimos linguísticos mútuos entre a língua portuguesa e as línguas indígenas faladas nas áreas indígenas estudadas. Já o fator diaétnico se apresentou no mapeamento de agrupamentos lexicais nas línguas indígenas, na carta 067.2, que demonstra o registro de algumas lexias circunscritas a um ponto de inquérito específico, sendo que cada um deles pertence a uma etnia diferente. Portanto, a existência desses agrupamentos lexicais diatópicos parece estar atrelada ao contexto plurilinguístico e pluriétnico dessas áreas indígenas.

Referências

- AGUILERA, V. de A.; YIDA, V. Projeto ALiB: uma análise das respostas e das não respostas de informantes das capitais. In: *Signum: estudos linguísticos*. Londrina: UEL, n. 11/2, dez. 2008.
- ALTENHOFEN, Cléo Wilson. Constituição do *Corpus* para um "Atlas Linguístico-Contatual" das Minorias Alemãs na Bacia do Prata". *Martius-Staden-Jahrbuch*, n. 51, p. 135-165, 2004.

- ALTENHOFEN, Cléo Wilson; THUN, Harald. As Migrações e os Contatos Linguísticos na Geografia Linguística do Sul do Brasil e Bacia do Prata. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; ROMANO, Valter Pereira (Orgs.). *A geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados*. Londrina: Eduel, 2016, p. 371-392.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Geolinguística no Brasil. *Quinto Império - Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*. n. 7, p. 11-24, 1996.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Dialectologia no Brasil: perspectivas. *Delta*. vol. 15, n. especial, 1999.
- CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. Atlas Lingüístico do Brasil: questionários. Londrina: EDUEL, 2001.
- COSTA, Eliane Oliveira da. *Estudo Geossociolinguístico do Léxico do Português Falado em Áreas Indígenas de Língua Tupí-Guaraní nos Estados do Pará e Maranhão*. 2018. 330 f. Tese (Doutorado em Letras), Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- GUEDES, Regis José da Cunha. *Perfil Geossociolinguístico do Português em contato com Línguas Tupí-Guaraní nos Estados do Pará e Maranhão*. 2017. 296 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- GUEDES, Regis José da Cunha. Variável diaétnica: repensando a variação geolinguística pluridimensional contatual. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. v. 12, p. 107-122, maio, 2020.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; COSTA, Daniela S. Silva. Designações para “pernilongo” nas capitais brasileiras: um estudo geolinguístico e léxico-semântico. *Revista Travessias*. n. 10, v. 04, p. 509-520, 2010
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LIMA, Alcides Fernandes de; RAZKY, Abdelhak; OLIVEIRA, Marilucia Barros de. A Metodologia Geossociolinguística. In: LIMA, Alcides Fernandes de; RAZKY, Abdelhak; OLIVEIRA, Marilucia

- Barros de (Orgs.). *Estudos Geossociolinguísticos do Português Brasileiro – Volume 2*. São Paulo: Pontes Editores, 2020, p. 11-48.
- MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão socio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. 2004. 314 f. Tese (Doutorado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- PRIBERAM. Dicionário *on line* Priberam. 2008. Disponível em: <<http://www.priberam.pt>>. Acesso em: 15 out. 2020.
- RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Novos Caminhos da Geolinguística Românica: um balanço. *Cadernos de tradução*. n. 5, p. 31-51, 1999.
- RAZKY, Abdelhak. O Atlas Geo-Sociolinguístico do Pará: abordagem metodológica. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Eduel, 1998, p. 155-164.
- RAZKY, Abdelhak. Uma Perspectiva Geo-Sociolinguística para a Análise do *Status* da Variável <s> em Contexto Pós-Vocálico no Nordeste do Estado do Pará. *Estudos Linguísticos e literários*. n. 41, p. 169-188, jan./jun., 2010.
- RAZKY, A. A dimensão sociodialetoal do léxico no projeto Atlas Linguístico do Brasil. *Signum: estudos da linguagem*, v. 16, p. 247-270, 2013.
- RAZKY, Abdelhak; GUEDES, Regis José da Cunha. Le continuum des regroupements lexicaux dans l’atlas géosociolinguistique du Pará. *Revista Géolinguistique*, n. 15, p. 149-162, jun., 2015.
- RAZKY, Abdelhak; GUEDES, Regis José da Cunha; COSTA, Eliane Oliveira da. A Pesquisa Linguística em Áreas Indígenas Brasileiras: desafios e estratégias. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 21, n. 1, p. 126-138, abr., 2018.
- RAZKY, Abdelhak; TELES, Iara Maria; COIMBRA, Diego. Agrupamentos fonéticos da vogal média anterior /e/ em posição pretônica no Atlas Linguístico de Rondônia (ALiRo). *Cadernos de Estudos de Linguísticos*. v. 61, p. 1-19, abr., 2019.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna Rodrigues; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara. Revendo a classificação interna da família Tupí-

Guaraní. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL, 1. 2002. *Atas [...] Belém: EDUFPA, 2002, t.1. 327-337 p.*

SILVA, Tabita Fernandes da. *História da língua tenetehára: contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família linguística tupí-guaraní do tronco tupí.* 2010. 1145 f. Tese (Doutorado em Linguística), Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

THUN, Harald. La Pluridimensionalidad del Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU). *In*: CONGRESO DEL ESPAÑOL DE AMÉRICAS. Bruxelas, 1995. 1-35 p.

_____. La Geolinguística como Linguística Variacional General (con Ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático do Uruguay). *In*: CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ROMANZA, 21. 1998. *Atti [...]* Tübingen: Niemeyer, 1998. 701-729 p.

CAPÍTULO 5

A PALATALIZAÇÃO NO SUL DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ATLAS LINGUÍSTICO DO SUL AMAZONENSE

Edson Galvão Maia*

Vanderci de Andrade Aguilera**

Introdução

Os fenômenos de variação fonética no Português Brasileiro há muito vêm ocupando espaço na agenda de pesquisadores das várias correntes teóricas e metodológicas. Tanto a realização das vogais, como das consoantes, despertam o interesse de dialetólogos, geolinguistas, lexicógrafos e sociolinguistas, entre outros, seja para caracterizar um dialeto; identificar a distribuição areal das variantes; reconhecer e incluir regionalismos em dicionários e vocabulários; ou mesmo para verificar como os falantes reagem à variedade local e à de outras localidades. Além disso, muitos desses pesquisadores se dedicam a descrever e analisar a forma pela qual as variantes se inserem em grupos socialmente estratificados.

Diante desse espectro de possibilidades, este trabalho objetiva expor e discutir o fenômeno da palatalização analisado por Maia

* Doutor em Estudos da Linguagem, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail: edson.galvao@ifam.edu.br

** Doutora em Letras, Universidade Estadual de Londrina. E-mail: vanderici@uel.br. Pesquisadora PQ 1C CNPq.

(2018a) em sua tese de doutorado, *Atlas Linguístico do Sul Amazonense – ALSAM* - orientada por Aguilera e defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina.

O recorte se faz necessário tendo em vista que a tese envolveu a análise de fenômenos não só fonéticos, mas também lexicais. Não se minimiza, todavia, nestas reflexões, a importância dos aspectos lexicais que ora se revestem de regionalismos, ora se aproximam da norma da língua portuguesa falada no Brasil. Partiu-se, no entanto, do princípio de que a palatalização é um fenômeno que, além de ser passível de apontar áreas dialetais brasileiras, pode ser analisado à luz de variáveis linguísticas e sociais, tais como o sexo, a idade e a escolaridade de seus falantes.

Este texto estrutura-se da seguinte forma: a primeira seção, que se segue à Introdução, diz respeito ao referencial teórico que embasou a tese *Atlas Linguístico do Sul Amazonense – ALSAM*; a segunda trata da palatalização em *corpora* amazonenses; a terceira desenvolve o tema central - a palatalização no sul amazonense - e se constitui de três subseções que trazem a análise de cada variável investigada: /S/ em coda, lateral seguida de /i/ e nasal palatal; na última seção, conclui-se o texto com as Considerações finais.

2. Atlas Linguístico do Sul Amazonense – ALSAM: Referencial teórico-metodológico

O *Atlas Linguístico do Sul Amazonense – ALSAM* tem suas bases teórico-metodológicas fundamentadas na Dialetoleologia Pluridimensional, a partir do método geolinguístico moderno que, de acordo com Thun (2000), “se caracteriza pelo alargamento do seu campo de observação e por um trabalho de profundidade mais desenvolvido” (p. 407), ao controlar sistematicamente as variáveis sociais, além da já consagrada variação espacial, e cartografar o significativo acervo de dados advindos dessa metodologia.

Esse alargamento se dá, principalmente pelas contribuições oferecidas pelo advento da Sociolinguística, a partir da década de

60. Segundo Mollica (2008), esta disciplina estuda “a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais” (p.09). A Sociolinguística considera a heterogeneidade da linguagem, abandonada por Saussure (1916) para que a Linguística alcançasse *status* de ciência, e considera a língua como um sistema heterogêneo dotado de variação, porém ordenado por um conjunto de regras, não apenas categóricas, mas também variáveis, mais ou menos aplicadas a depender do ambiente linguístico e/ou social. As variantes, por sua vez, são explicadas não só por fatores linguísticos, mas também, e principalmente, por fatores extralinguísticos como sexo, faixa etária, escolaridade, classe social, entre outros (COELHO *et al.*, 2015).

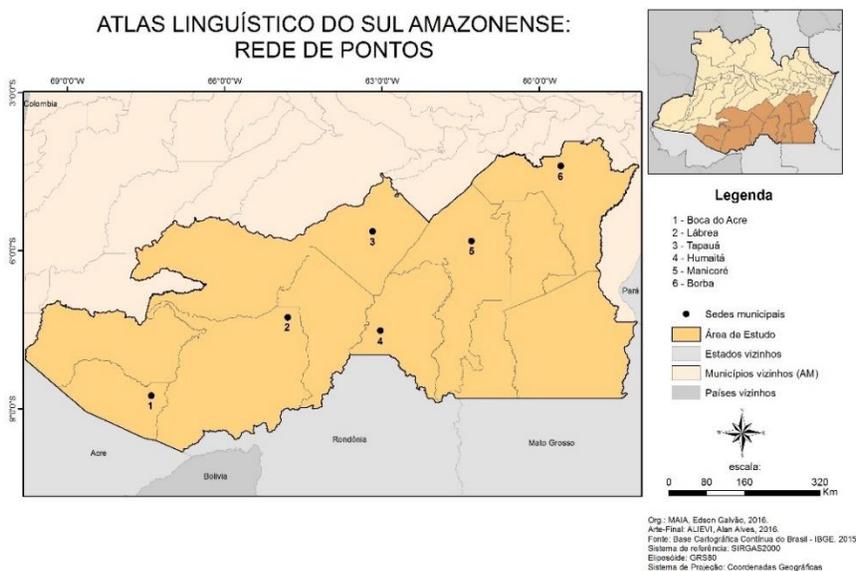
A partir da necessidade de conhecer as particularidades linguísticas das comunidades do sul amazonense e quais fatores linguísticos, históricos e sociais têm definido a fala desses grupos humanos, surge a proposta do ALSAM, que investiga a Mesorregião do Sul Amazonense, constituída pelas Microrregiões de Boca do Acre, Purus e Madeira, totalizando dez municípios do Estado do Amazonas.

A pesquisa que deu origem ao atlas objetivou, primordialmente, investigar, documentar e descrever parte da realidade linguística da mesorregião Sul Amazonense no que diz respeito à língua portuguesa falada, em seus aspectos fonético-fonológicos e semântico-lexicais. Especificamente, objetivou-se: (a) identificar tendências e agrupamentos de variantes fonéticas e lexicais que permitam localizar diatopicamente diferenças linguísticas; (b) observar a influência das variáveis sociais (escolaridade, sexo e idade) e linguísticas na constituição do falar sul amazonense; (c) realizar estudos interpretativos dos fenômenos considerados na perspectiva de sua interface com outras áreas do conhecimento; (d) disponibilizar a estudiosos e interessados nos estudos linguísticos dados que possam ser comparados a diferentes realidades linguísticas na região amazônica e no Brasil; (e) contribuir para a caracterização do falar amazonense,

especialmente do falar sul-amazonense e para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento de comunicação social diversificado, porém possuidor de uma unidade sistêmica.

A escolha da rede de pontos levou em consideração os aspectos geográficos, históricos, demográficos e socioeconômicos, além de privilegiar comunidades já alvos de outras investigações linguísticas, para fins comparativos, selecionando-se seis localidades representativas: Boca do Acre (Ponto 1), Lábrea (Ponto 2), Tapauá (Ponto 3), Humaitá (Ponto 4), Manicoré (Ponto 5) e Borba (Ponto 6).

Figura 1 – Rede de Pontos do ALSAM



Fonte: ALSAM, v. 2 (MAIA, 2018a).

Em cada um desses pontos, foram aplicados dois questionários: um fonético-fonológico (QFF), composto de 125 questões sobre os mais diversos fenômenos e baseado em questionários de outras pesquisas como o *Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM* (CRUZ, 2004) e o *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB*; e um semântico-lexical (QSL), composto de 264 questões,

contemplando diversas áreas semânticas, com perguntas também abordadas no ALAM e no ALiB, além de outras que atenderam à realidade local.

Os informantes, em um total de 48 (oito em cada ponto de inquérito), foram estratificados em sexo (masculino e feminino), idade (20-35 e 50-65 anos) e escolaridade (4-7 e 10-13 anos de escolaridade). Todos os informantes são naturais e têm pais e cônjuges também naturais da localidade investigada, possuem ainda pouca mobilidade, ou seja, não se afastaram por muito tempo do local de origem.

Os dados coletados, após passarem pelos tratamentos de transcrição (grafemática e fonética), informatização e análise, deram origem a 435 cartas linguísticas que compõem o *Atlas Linguístico do Sul Amazonense – ALSAM*, das quais 285 no âmbito lexical e 150 no âmbito fonético. As variáveis sociais foram consideradas na cartografia das formas lexicais, o que gerou um número de 172 cartas pluridimensionais.

Esses mapas representam uma amostra do falar sul amazonense do qual se destacam: (i) a realização fechada das vogais médias pretônicas; (ii) a pronúncia alveolar do /S/ em coda silábica; (iii), a concorrência entre o apagamento e a presença do /R/ em coda final; (iv) a pronúncia alveolar da lateral antes de vogal [i]; (v) a semivocalização e o apagamento da nasal palatal, além de outras características no campo fonético. No campo lexical, revelam a variação observada nas áreas semânticas Meio Físico, Meio Biótico e Meio Antrópico e em suas respectivas subáreas. Em todas se observam as influências das configurações geográficas, históricas, socioeconômicas e culturais da Mesorregião. Percebem-se pelo menos três agrupamentos no que se refere à diatopia: (i) as localidades das Microrregiões do Purus e Boca do Acre (municípios banhados pelo rio Purus) – Boca do Acre, Lábrea e Tapauá – se diferenciam das localidades da Microrregião do Madeira – Humaitá, Manicoré e Borba; (ii) as localidades de Manicoré e Borba se diferenciam das demais, ao passo que Humaitá se aproxima linguisticamente dos municípios do Purus; e (iii) as localidades de

Boca do Acre e Lábrea se diferenciam das demais, à medida que Tapauá se aproxima linguisticamente dos municípios do Madeira.

O recorte apresentado neste capítulo, diz respeito às variáveis fonéticas /S/ em coda silábica, lateral antecedendo vogal alta [i] e nasal palatal. A análise dessas variáveis demonstrou que a palatalização é um fenômeno determinante na caracterização do falar sul amazonense, a partir da delimitação de um agrupamento linguístico entre as localidades de Manicoré e Borba, que se diferenciam das demais localidades por apresentarem uma incidência maior da variante palatal desses fonemas.

3. Palatalização no Amazonas

A palatalização, entendida como o processo pelo qual um som vocálico ou consonântico passa a realizar-se em uma posição de ponto de articulação mais palatal (TRUDGILL; HERNÁNDEZ CAMPOY, 2007), ou fenômeno particular de assimilação sofrido por certas vogais e consoantes em contato com um fonema palatal (CRYSTAL 1988), é observada com muita frequência nas línguas românicas e, quiçá, nas *línguas do mundo*, segundo afirmam Battisti e Hermans (2016).

A primeira referência à realização do /S/ em coda silábica no Português Brasileiro parece ter sido a de Amaral (1920/1976), observando que, no dialeto caipira falado no interior paulista,

[...] o s post-vocálico tem sempre o mesmo valor: é uma línguo-dental *cicicante*, não se notando jamais as outras modalidades conhecidas entre portugueses e mesmo entre brasileiros de outras regiões; s propriamente *sibilante*, assobiado, e bem assim *chiante*, são aqui desconhecidos (AMARAL, 1976, p. 47).

Amaral não trata das consoantes /t, d, l/ seguidas de /i/, o que faz supor que era norma a realização não palatalizada desses segmentos na área investigada. Também não traz outras variantes da nasal palatal.

Nos últimos cinquenta anos, a palatalização passou a ser objeto de pesquisas acadêmicas, como as teses de Mota (1997 ; 2002), de Brescancini (1996) e a dissertação de Cagliari (1974), o que motivou o crescente interesse pelo fenômeno, sobretudo quanto ao comportamento do /S/ em coda silábica. Uma busca nos *sites* de trabalhos acadêmicos mostra dezenas de estudos sobre este tema, baseados em *corpora* constituídos pelos falares dos mais diversos pontos do país, como Pernambuco (MACEDO, 2004), Pará (OLIVEIRA, 2007), Santa Catarina (HAUPT, 2007; ŠMAICLOVÁ, 2010; BASSI, 2011), Rio Grande do Sul (DUTRA, 2007), Rio de Janeiro (BRANDÃO, 2008a, 2008b), Amapá (MONTEIRO, 2009), Tocantins (DIAS, 2009), Rio Grande do Norte e Ceará (CRISTÓFARO-SILVA; BARBOZA e GUIMARÃES, 2012), Sergipe (MENDONÇA; BORGES, 2018; RIBEIRO; CORRÊA, 2018), Bahia (LIMA e SCHERRE, 2018), Paraíba (LIMA, 2013; HENRIQUE, 2016), Alagoas (PEREIRA, 2018), entre outras.

No Amazonas, em seguida à tese de Cruz (2004), outras pesquisas se desenvolveram motivadas por essa iniciativa. Concluído seu doutorado, Cruz orientou dezenas de trabalhos de Iniciação Científica, Aperfeiçoamento e Dissertações de Mestrado, divulgando a importância de dar continuidade aos estudos geolinguísticos amazonenses. Dentre elas, destacamos a Dissertação de Maia (2012) sobre o /S/ pós vocálico nos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Tapauá; a de Justiniano (2012), com o *Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro* – ALFARIN e a de Lima (2007), sobre a realização das variantes palatais -nh- e -lh-, nos municípios de Itapiranga e Silves (parte do Médio Amazonas).

Para o ALAM, Cruz (2004) cartografou onze cartas com a distribuição de /S/ em coda interna e externa (*caspa, hóspede, luz, paz...*), oito com as variantes de /λ/ (*mulher, folha, família...*) e cinco com /ɲ/ (*amanhã, conheço...*).

A partir da leitura dessas dezenas de trabalhos baseados em *corpora* amazonenses, podem-se sugerir dois pontos a serem observados sobre a expansão do fenômeno de palatalização no Amazonas: (a) sendo inicialmente de origem portuguesa, esse

fenômeno funciona como marca da ocupação portuguesa na Amazônia ainda no século XVII, especialmente em relação ao /S/ em coda silábica e à nasal palatal; (b) principalmente em relação à lateral antecedendo [i], torna-se marca do falar da capital, o que tem sido fator primordial no que refere a sua difusão em outras regiões.

Os dados de Cruz (2004), no ALAM, sobre a palatalização do /S/ em coda silábica, bem como o levantamento realizado por Maia, Martins e Cruz-Cardoso (2017), acerca dessa variável em pesquisas realizadas no Amazonas, vêm confirmando a hipótese de haver uma isófona separando o estado em duas regiões conforme a realização palatal ou alveolar desse fonema. Acredita-se que esta isófona não se limite apenas à variável /S/ em coda silábica, mas também ocorra em outras variáveis como a lateral antecedendo vogal alta [i] e a nasal palatal.

Da mesma forma, acredita-se que as diferentes regiões marcam diferentes períodos de povoamento no Amazonas. As comunidades localizadas às margens dos rios Negro e Amazonas e que apresentaram fortes índices de palatalização são as localidades cujos povoados remontam ao século XVII, à época da ocupação amazônica pelos portugueses. Por sua vez, as localidades situadas principalmente às margens dos afluentes do rio Solimões, como Purus, Juruá e Madeira (mais para o interior), assim como mais ao interior do próprio Solimões (Médio e Alto Solimões), apresentam frequências menores de palatalização e têm seu povoamento remontando ao século XIX, à época da exploração da borracha na Amazônia. Portanto, é curiosa a observação de que quanto mais próxima do Estado do Pará (em direção ao mar), maior será a frequência da realização palatal do /S/ em coda (e possivelmente de outras variáveis). Cita-se o município de Parintins, onde essa palatalização é categórica nos dados do ALAM. No entanto, Benjamin Constant, Lábrea e Eirunepé, municípios muito ao interior do Estado (em relação ao mar e em diferentes direções)

apresentam, no ALAM, poucos casos de palatalização (geralmente condicionados por fatores de natureza linguística).¹

Com relação ao segundo ponto, sobre a palatalização da lateral antecedendo [i], Oliveira e Razky (2010) realizam um estudo sobre o fenômeno nas capitais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com os dados coletados para o *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* e constatam que a palatalização é uma característica da Região Norte, onde todas as capitais apresentaram índices altos do fenômeno, especialmente as capitais Belém (95%), Macapá (95%), Manaus (92%) e Boa Vista (88%). A pesquisa apontou, ainda, comportamento distinto das capitais mais ao sul da região, Porto Velho e Rio Branco, que, apesar de registrarem maior incidência de palatalização (66% e 70% respectivamente), apresentaram valores que se aproximam muito mais dos índices das capitais nordestinas Recife e Salvador.

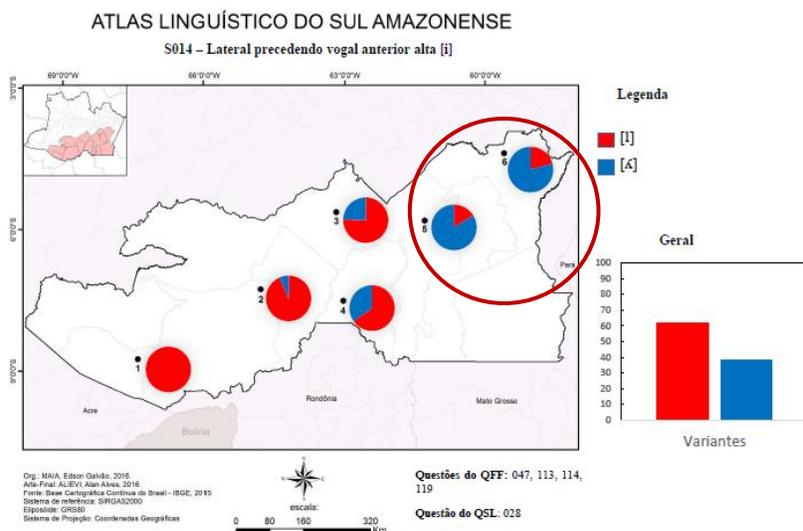
A partir desses resultados, acredita-se que a ligação geográfica e sócio-cultural de alguns municípios com Manaus (e também Belém, Macapá e Boa Vista) impulsionam tendências ao uso da variante palatal ainda que o município não tenha, a princípio, tido seu povoamento no século XVII. Os dados do ALSAM, dessa forma, permitem afirmar que os resultados obtidos no sul do Amazonas se aproximam muito mais dos resultados encontrados em Porto Velho e Rio Branco, capitais mais próximas à maioria dos municípios investigados, que da capital amazonense, o que revela a influência do fator diatópico para a caracterização do falar dessa região. Observando-se os resultados de Tapauá e Humaitá, nota-se que essas localidades se encontram nos limites que marcam as duas regiões opostas em relação ao fenômeno, sendo, portanto, as localidades onde a concorrência entre as variantes é maior, conforme será aprofundado nas seções seguintes.

¹ Cf. MAIA, Edson Galvão. Enfraquecimento do /S/ em Coda Silábica em Dados do Sul do Amazonas (Brasil). *Estudos de Linguística Galega*, 219-236, 2018b e MAIA, Edson Galvão. A Realização Fonética do /S/ Pós-vocálico nos Municípios de Boca do Acre, Lábrea e Tapauá. *Revista Papéis*. v. 19, nº 37, p. 119-138, 2015.

4. Palatalização no Sul do Amazonas a partir dos dados do ALSAM

No Sul do Amazonas, considerando os dados do ALSAM, essas hipóteses puderam ser confirmadas, a partir da análise das três variáveis: fricativa /S/ em coda silábica, lateral antecedendo vogal alta [i] e nasal palatal, conforme se observa nas cartas linguísticas analítico-sintéticas² S014, S015 e S016, de acordo com as Figuras 2, 3 e 4.

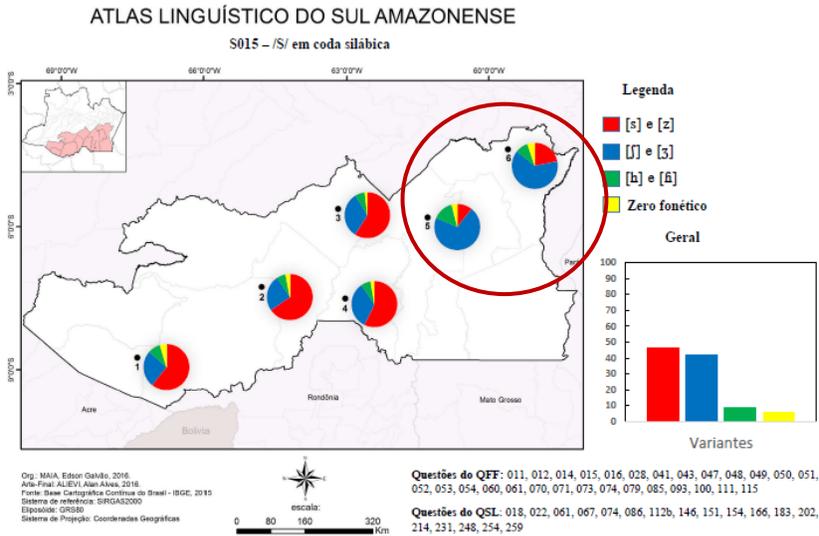
Figura 2 – Carta analítico-sintética S014 – Lateral precedendo vogal anterior alta [i] no Sul Amazônico



Fonte: ALSAM, v. 3 (MAIA, 2018a).

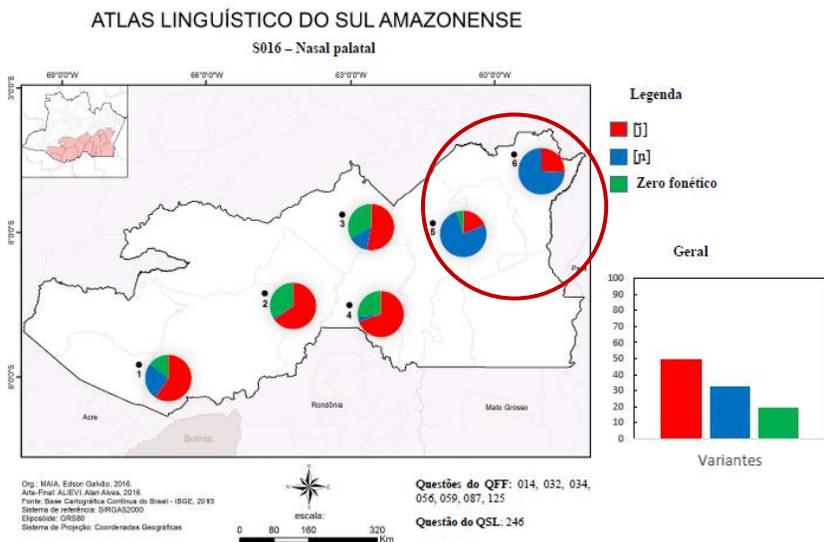
² Sobre os tipos de cartas linguísticas, Montes Giraldo (1987, p. 106) explica: “hay también mapas que pueden considerarse como de carácter mixto o intermedio entre los anteriores: se asigna un símbolo propio a cada variante, es decir, que podemos ver la respuesta de cada localidad, per no su forma fonética detallada”. Na tese, Maia denomina de carta-síntese a carta *analítico sintética*.

Figura 3 – Carta analítico-sintética S015 - /s/ em coda silábica no Sul Amazonense



Fonte: ALSAM, v. 3 (MAIA, 2018a)

Figura 4 – Carta analítico-sintética S016 – Nasal Palatal no Sul Amazonense



Fonte: ALSAM, v. 3 (MAIA, 2018a).

Observa-se, nas cartas S014, S015 e S016, que o comportamento linguístico dos pontos de inquérito 5 e 6 (Manicoré e Borba) diferem dos demais pontos, quanto ao uso da variante palatal. É importante observar que Manicoré e Borba se localizam às margens do rio Madeira (Médio e Baixo Madeira), porém estão localizadas menos ao interior em comparação com Humaitá (Ponto 3), banhado pelo mesmo rio. Assim como os municípios localizados nos rios Negro e Amazonas, as duas cidades tiveram sua ocupação no século XVII. Borba nasce da antiga missão jesuíta do Trocano, a qual posteriormente recebe a população de outra missão, Santo Antônio das Cachoeiras. Marco de sua história ainda foram os esforços dispensados pelo governo da recém-criada Capitania de São José do Rio Negro (Estado do Amazonas) para sua povoação, que incluíam o incentivo ao casamento entre portugueses e indígenas a fim de que se estabelecesse a primeira vila da capitania. Manicoré, cujas origens remontam à povoação do Crato, nasceu da necessidade de um ponto de apoio em uma rota comercial e recebeu povoamento de mais duas missões que não prosperaram, São Carlos do Jamari e Vila Nova Rainha, além de o próprio povoado ter migrado e se juntado à Freguesia de Baetas. Assim, não se pode desconsiderar a influência portuguesa dessas duas localidades, por terem surgido de missões e povoações que, ao longo do rio Madeira, um dos primeiros rios explorados na região, surgiam com vistas à ocupação portuguesa na Amazônia.

Soma-se a essas particularidades a localização das cidades: Borba e Manicoré possuem ligação de proximidade com Manaus, enquanto as outras localidades mantêm ligação mais estreita com Porto Velho e Rio Branco. Essa proximidade acaba sendo também linguística, pois os estudos dialetais e sociolinguísticos têm demonstrado que a palatalização, pelo menos no que se refere ao /S/ em coda silábica (ALiB) e à lateral antecedendo [i] (ALiB [CARDOSO *et al.*, 2014]; OLIVEIRA E RAZKY, 2010), é mais frequente em Manaus do que em Porto Velho e Rio Branco.

A seguir, apresentam-se as análises dessas variáveis, considerando os fatores linguísticos e extralinguísticos que podem estar condicionando o uso de determinadas variantes, além dos fatores histórico, geográficos e culturais já destacados.

4.1 Palatalização da fricativa /S/ em coda silábica no Sul do Amazonas

A análise do /S/ em coda silábica partiu das respostas às questões do QFF e do QSL que consideravam essa variável dependente, em um total de 1.993 ocorrências, codificadas e submetidas ao programa *Goldvarb X*. Na codificação foram consideradas as variáveis independentes linguísticas *Contexto subsequente*, *Contexto precedente*, *Posição no vocábulo* e *Tonicidade da sílaba*, além das variáveis independentes extralinguísticas *Localidade*, *Sexo*, *Idade* e *Escolaridade*.

Para a variável contexto subsequente, os amálgamas consideraram a classe natural, observando também o vozeamento. Oclusivas e fricativas foram reunidas (obstruintes), no entanto, a oclusiva alveolar surda [t] foi separada desse grupo pelo comportamento distinto que apresentou no *corpus* desta e de outras pesquisas realizadas no estado, sendo grande condicionador da palatalização do /S/ em coda silábica quando o precede.

Considerou-se como valor de aplicação da regra o fenômeno de palatalização, sendo selecionadas pelo programa, em ordem de relevância, as variáveis independentes *Contexto subsequente*, *Localidade*, *Escolaridade*, *Sexo*, *Posição no vocábulo* e *Contexto precedente*, cujos resultados se apresentam resumidos no quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis independentes selecionadas e fatores favorecedores da palatalização do /S/ em coda silábica no Sul Amazonense

VARIÁVEL SELECIONADA	FATORES FAVORECEDORES DA PALATALIZAÇÃO	PESO RELATIVO	EXEMPLOS
Contexto Subsequente	Oclusiva alveolar surda [t] Africada [tʃ]	0.98 0.68	e[ʃ]trada le[ʃ]te
Localidade	Manicoré Borba	0.87 0.82	-
Escolaridade	10 a 13 anos de escolaridade	0.57	-
Sexo	Feminino	0.56	-
Posição no vocábulo	Medial	0.55	de[ʒ]maio
Contexto Precedente	Vogais médias baixas [ɛ] e [ɔ] Vogais médias altas [e] e [o]	0.56 0.54	re[ʒ]guardo, fó[ʃ]foro pe[ʃ]coço, mo[ʃ]quito

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados do ALSAM, v.1 (MAIA, 2018a).

O Quadro 1 evidencia, como já preconizado na pesquisa de Maia (2012), que o contexto subsequente à consoante oclusiva alveolar surda [t] representa um contexto altamente favorecedor da palatalização no Sul Amazonense (0.984), conforme se observa na carta S015b, assim como o contexto subsequente à africada [tʃ] (0.687), carta S015f. Os contextos subsequentes às demais consoantes investigadas (demais oclusivas e fricativas surdas e sonoras, laterais e nasal [m]) desfavorecem a regra de palatalização do /S/ em coda silábica na mesorregião.

Maia (2015), ao buscar entender o motivo de a palatalização ser categórica diante de [t] em uma região na qual prevalece a variante alveolar, levanta uma hipótese, baseada na teoria de traços

distintivos e na teoria da sílaba. Segundo o autor, para obedecer ao princípio de boa formação silábica, o /S/ realiza-se como alveopalatal, a fim de seguir o movimento de aclave e declive silábico, já que o segmento consonantal [t] encontra-se no nível mais baixo da escala de sonoridade proposta por Jaspersen (1904 *apud* HOOPER, 1976). Maia (2015) justifica a não-ocorrência do fenômeno em contexto subsequente a outras consoantes oclusivas e fricativas, que também estão em um nível baixo na escala, pela não coincidência entre o traço [+coronal] que existe entre as matrizes fonológicas da fricativa alveolar [s] e as de outras consoantes, como existe com a matriz [t]. Essa semelhança no ponto articulatorio das duas consoantes é resolvida com a articulação da fricativa alveopalatal, cujo traço [-coronal] a distingue de [t] em termo de sonoridade, atendendo ao Princípio de Sequência de Sonoridade, discutido em Clements (1990), de acordo com o qual existe uma tendência nas línguas de manterem próximos aos núcleos apenas os segmentos mais sonoros (MAIA, 2015).

Observa-se, ainda, a relevância da variável *localidade*, selecionada em segundo lugar pelo programa, para a caracterização do fenômeno de palatalização do /S/ em coda silábica no Sul Amazonense. As localidades de Manicoré e Borba são apontadas como favorecedoras da regra de palatalização (0.876 e 0.820), enquanto as demais a desfavorecem, conforme sinalizam as cartas apresentadas na seção anterior.

Quanto à escolaridade, observa-se que o nível mais alto de escolaridade do informante favorece o uso da variante alveopalatal do /S/ em coda silábica (0.575), enquanto o nível mais baixo a desfavorece (0.424), embora os pesos relativos estejam na zona neutra.

Da mesma forma, as mulheres favorecem a palatalização do /S/ em coda silábica no Sul Amazonense (0.563) e os homens a desfavorecem (0.436), de acordo com o Quadro 1. O predomínio da alveopalatal entre as mulheres e entre os falantes mais escolarizados pode indicar que, a exemplo do que ocorre na capital amazonense, essa variante seja mais prestigiada na comunidade de fala.

No que se refere, à participação da variável *posição no vocábulo* para a realização do /S/ em coda silábica no Sul Amazonense, constata-se que a posição medial favorece a palatalização (0.552), ao passo que a posição final a desfavorece (0.284). Esse resultado também foi observado no ALiB em Manaus.

Por fim, verifica-se que a variável independente *contexto precedente*, selecionada por último na rodada, parece ser relevante para a caracterização da variável dependente no Sul Amazonense. As vogais médias baixas e altas favorecem a palatalização do fonema (0.568 e 0.541, respectivamente) e as vogais e semivogais altas a desfavorecem (0.474).

Porém, ao realizar os cruzamentos entre as variáveis selecionadas pelo *Goldvarb X* na rodada com o intuito de verificar se uma não estaria se sobrepondo às outras, observou-se que a variável contexto subsequente, selecionada em primeiro lugar, se sobrepõe à variável contexto precedente, não sendo possível afirmar que a variável contexto precedente realmente seja relevante para a realização do /S/ em coda silábica na Mesorregião, uma vez que, quando o contexto subsequente não é oclusiva alveolar surda [t] ou africada [tʃ], os índices de palatalização reduzem-se consideravelmente, chegando até a 12%.

4.2 Palatalização da lateral antecedendo vogal alta [i] no Sul do Amazonas

Para a análise da lateral diante de vogal alta anterior [i]), consideraram-se as respostas dadas às questões do QFF e do QSL que abrangiam essa variável dependente. Essas questões geraram um *corpus* de 265 ocorrências da lateral no contexto investigado. Essas ocorrências foram codificadas e analisadas com auxílio do pacote estatístico *Goldvarb X*. Para a rodada, consideraram-se as variáveis independentes linguísticas *Contexto Precedente*, *Tonicidade* e *Número de sílabas no vocábulo*, além das variáveis independentes extralinguísticas *Sexo*, *Idade*, *Escolaridade* e *Localidade*.

A realização da lateral precedendo [i] apresentou maior frequência para a lateral alveolar (62%). Esse resultado confirma a hipótese de diferenciação entre o falar dessa região do que se considera um aspecto característico do falar amazonense, a palatalização da lateral diante de [i].

Com relação aos fatores que estão atuando na variação da lateral antes de [i], considerando-se como valor de referência a palatalização, o programa *Goldvarb X* selecionou as variáveis *localidade*, *sexo* e *contexto precedente*, nesta ordem de relevância. Assim, apresentam-se os resultados de acordo com esses fatores.

Quadro 1: Variáveis independentes selecionadas e fatores favorecedores da palatalização do /S/ em coda silábica no Sul Amazonense

VARIÁVEL SELECIONADA	FATORES FAVORECEDORES DA PALATALIZAÇÃO	PESO RELATIVO	EXEMPLOS
Contexto Subsequente	Oclusiva alveolar surda [t]	0.98	e[ʃ]trada
	Africada [tʃ]	0.68	le[ʃ]te
Localidade	Manicoré	0.87	-
	Borba	0.82	
Escolaridade	10 a 13 anos de escolaridade	0.57	-
Sexo	Feminino	0.56	-
Posição no vocábulo	Medial	0.55	de[ʒ]maio
Contexto Precedente	Vogais médias baixas [ɛ] e [ɔ]	0.56	re[ʒ]guardo,
	Vogais médias altas [e] e [o]	0.54	fó[ʃ]foro, pe[ʃ]çoço, mo[ʃ]quito

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados do ALSAM, v.1 (MAIA, 2018a).

O fator diatópico apresenta-se como o de maior relevância para a variação desse fenômeno na região investigada, pois, conforme se demonstra no Quadro 2, os municípios de Manicoré e Borba favorecem a regra de palatalização, ao passo que os demais municípios a desfavorecem.

É interessante observar a localização dos municípios na Mesorregião, confirmando o agrupamento na região estudada no que se refere a esse fenômeno, conforme consta da carta-análítico-sintética S014, a qual mostra que a palatalização se concentra nos municípios pertencentes à microrregião do Madeira que se localizam mais ao norte (Ponto 5 - Manicoré e Ponto 6 - Borba). Por sua vez, nos municípios do Purus (Ponto 1: Boca do Acre, Ponto 2: Lábrea e Ponto 3: Tapauá) predomina a alveolar, principalmente os que se localizam mais ao sul. Humaitá, que pertence à microrregião do Madeira, aproxima-se mais dos municípios do Purus, fato que não surpreende, tendo em vista sua recorrência em outros casos. Evidencia-se a definição de limites para a realização deste fenômeno uma vez que os dois municípios que apresentam maior variação (Tapauá e Humaitá) se encontram na fronteira das duas regiões que se opõem no que se refere a essa variável. Uma possível explicação para esse resultado são as influências recebidas pelos estados vizinhos, em virtude da configuração geográfica da Mesorregião, conforme se discutiu na seção anterior.

Para a análise do *contexto precedente*, considerou-se a hipótese de que um contexto anterior com palatalização (consoante alveopalatal) condicionaria o uso da variante palatal, em virtude do traço de anterioridade combinado com o traço de altura presente nesses segmentos, o que levaria a uma comodidade na articulação da palatal. Conforme demonstra o Quadro 2, a hipótese foi confirmada. Quando há palatalização na consoante anterior, há uma tendência à realização palatal da lateral, por assimilação, ou seja, consoantes com palatalização favorecem a regra de palatalização, com peso relativo de 0.733. O contexto precedente à vogal central [a] e a posição inicial da lateral (sem contexto precedente) também se apresentam como favorecedores da regra de palatalização, embora com pesos relativos próximos ao peso neutro (0.645 e 0.563, respectivamente). Por sua vez, a consoante alveolar (sem palatalização) desfavorece a regra de palatalização, conforme esperado.

A análise da variável *sexo* demonstra que as mulheres lideram a regra de palatalização da lateral diante de [i], apesar de o peso relativo se aproximar do ponto neutro. Estudos sociolinguísticos têm demonstrado que as mulheres das sociedades ocidentais, em situação de fala monitorada, mostram-se mais conservadoras no seu modo de falar, ou seja, são mais sensíveis às variantes de prestígio, o que nos levaria a considerar a variante palatal como mais conservadora na região. No entanto, com base na história das comunidades investigadas, verifica-se que a variante mais antiga na região é a alveolar, trazida pelos migrantes nordestinos na ocasião de ocupação da região e formação das cidades.

É importante ressaltar ainda que, no caso da lateral diante de vogal alta anterior [i], é difícil falar em prestígio, uma vez que os falantes parecem não ter consciência da variação no nível fonético (a consciência está no nível fonológico) e, portanto, não percebem a variação. Corrobora com essa afirmação o fato de o fator escolaridade não ter se mostrado relevante no condicionamento da variável.

Nesse contexto, Labov (2008) evidencia o papel das mulheres na promoção da mudança linguística, ao utilizar, em situação de fala não monitorada, mais as formas inovadoras do que os homens. Logo, se se considera a não consciência da variação, também é possível afirmar que as mulheres entrevistadas na pesquisa para esta tese não estejam se monitorando no momento da articulação da lateral e, portanto, estão utilizando uma forma inovadora,

Resultado semelhante se observa na carta F03 C 2S, do ALiB (CARDOSO *et al.*, 2014), para a capital rodoniense, Porto Velho. Nessa localidade, no que se refere às variantes registradas para os vocábulos *liquidificador* e *liquidação*, as mulheres lideram a regra de palatalização com frequência de uso categórico.

Feitas essas considerações, é importante observar se a lateral diante de [i] está passando por um processo de mudança na região em estudo. No entanto, não podemos deixar de considerar a variável *localidade*, selecionada como principal fator de influência para essa variação. Dessa forma, os dados para a variável *sexo* parecem confirmar a hipótese de que a mudança esteja ocorrendo

de uma realização alveolar para uma realização palatal, comum na capital e em outras regiões amazonenses. Essa mudança já se concretizou nas localidades de Borba e Manicoré, municípios mais próximos e que mantêm maior contato com a capital e onde as realizações da lateral são preferencialmente palatais. As forças da influência de outras regiões e a distância e menor ligação com a capital amazonense dos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Humaitá parecem bloquear essa mudança, nesses municípios, principalmente nos dois primeiros. Já o município de Tapauá apresentou uma concorrência maior entre as variantes, o que leva à hipótese de que a variante inovadora (palatal) esteja entrando na região do Purus por esse município, o qual também possui uma ligação mais estreita com a capital do Amazonas, e essa mudança está sendo liderada pelas mulheres.

4.3 Palatalização da nasal palatal no Sul do Amazonas

Com relação à variável nasal palatal, não foi possível realizar uma análise multivariada, por meio do programa estatístico *Goldvarb X*, no entanto é importante tecer algumas considerações relativas à frequência.

A análise dessa variável considerou oito cartas/questões (QFF 014 – espinha, 032 – botinho, 056 – canoinha, QFF 034 – conheço, 059 – pamonha, 087 – amanhã, 125 – senhor e a questão do QSL 246 – peconha). Os resultados gerais observados estão resumidos na Tabela 1:

Tabela 1: Nasal palatal no Sul Amazonense

	[ɲ]		[j]		ø	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Boca do Acre	16/62	26	37/62	60	9/62	14
Lábrea	1/63	2	41/63	65	21/63	33
Tapauá	9/64	14	34/64	53	21/64	33
Humaitá	2/63	3	44/63	70	17/63	27

Manicoré	49/64	76	12/64	19	3/64	5
Borba	46/62	74	16/62	26	0/62	0
TOTAL	123/378	32	184/378	49	71/378	19

Fonte: ALSAM, v. 1, (MAIA, 2018a).

A nasal palatal realiza-se na mesorregião majoritariamente como semivogal nasalizada [j] ([kõjˈjesu] para *conheço*, por exemplo), com 49% das ocorrências, no entanto a nasal palatal [ɲ] ([pãˈmõɲɐ] para *pamonha*, por exemplo) apresenta índices consideráveis de 32%, sendo a variante mais frequente em Manicoré (76%) e Borba (74%). O apagamento ([isˈpĩɐ] para *espinha*, por exemplo) representa 19% dos dados, sendo mais frequente em Lábrea e Tapauá (33%, em ambas).

No ALAM, as variantes zero fonético (apagamento) e semivogal nasalizada foram agrupadas para representar a não-ocorrência da nasal palatal. Também se observou separadamente o fonema nas palavras em que ele se encontrava no sufixo de diminutivo *-inho*. Dessa forma, excetuando as ocorrências da nasal palatal no sufixo de diminutivo (nos quais as não-ocorrências chegam a 85%), as não-ocorrências de nasal palatal somam 69,7%, enquanto as ocorrências chegam a 30,3%. Agrupando-se esses dados, observa-se que os resultados do ALSAM se aproximam dos do ALAM: 68% de não-ocorrências contra 32% de ocorrências.

Os resultados referentes ao contexto linguístico observado nesta pesquisa, nasal palatal sucedendo vogal tônica [i], encontram-se nas cartas analítico-sintéticas S016a e S016b e estão resumidos no Quadro 3:

Quadro 3 – Nasal palatal sucedendo vogal tônica [i] e demais contextos

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	%		
	[ɲ]	[j]	∅
Sucedendo [i] tônico	24	18	48
Demais contextos	31	68	1

Fonte: ALSAM, v.1 (MAIA, 2018a).

Pode-se observar, no Quadro 3, que a presença da vogal tônica [i] antes da nasal palatal favorece o seu apagamento. Nos outros contextos, a variante que predomina continua sendo a semivogal nasalizada. Esse Quadro permite levantar a hipótese de que o processo de apagamento da nasal inicia-se pela semivocalização [j], na qual a nasal mantém apenas o traço de nasalidade [j]. Em seguida, quando a vogal tônica é alta anterior [i], a semivogal sofre assimilação permanecendo apenas o traço de nasalidade. A baixa ocorrência de apagamento nas localidades em que a nasal palatal [ɲ] é predominante (Borba e Manicoré) e a alta produtividade nas que a semivogal nasalizada [j̃] é mais frequente (Humaitá, Boca do Acre, Lábrea e Tapauá) fortalecem essa hipótese (cf. Tabela 1).

No que se refere aos fatores extralinguísticos, observaram-se os seguintes resultados, dispostos no Quadro 4:

Quadro 4 – Nasal palatal no Sul Amazonense, de acordo com as variáveis *sexo, idade e escolaridade*

	[ɲ]		[j]		∅	
SEXO	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Feminino	68/123	55,3	85/184	46,2	33/71	46,5
Masculino	55/123	44,7	99/184	53,8	38/71	53,5
TOTAL	123/378	32	184/378	49	71/378	19
IDADE	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
20 a 35 anos	53/123	43	99/184	53,8	36/71	50,7
50 a 65 anos	70/123	57	85/184	46,2	35/71	49,3
TOTAL	123/378	32	184/378	49	71/378	19
ESCOLARIDADE	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
4 a 7 anos	53/123	43	98/184	53,3	37/71	52,1
10 a 13 anos	70/123	57	86/184	46,7	34/71	47,9
TOTAL	123/378	32	184/378	49	71/378	19

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do ALSAM, v.1 (MAIA, 2018a).

Embora com índices quase paritários, a análise das dimensões diassexual, diageracional e diastrática da variação revelou que a variante nasal palatal parece ser mais conservadora e prestigiada ao predominar entre as mulheres (55,3%), entre os mais idosos (57%) e entre os mais escolarizados (57%), enquanto a variante semivogal nasalizada parece ser mais inovadora e menos prestigiada, pois apresenta maior frequência entre os homens (53,8%), entre os mais jovens (53,8%) e entre os menos escolarizados (53,3%).

Considerações Finais

Este estudo apresentou como propostas expor e discutir o fenômeno da palatalização analisado por Maia (2018a) em sua tese de doutorado - *Atlas Linguístico do Sul Amazonense ALSAM*. Dentre os vários aspectos investigados pelo autor, selecionaram-se, para este trabalho, as variáveis /S/ em coda silábica (*estrada, leste, desmaio*); /l/ seguido de /i/ (*livro, galinha*), e /ɲ/ (*conheço, pamonha*).

Maia (2018a) submeteu os dados ao Programa *GoldVarb X* e, na codificação, considerou determinadas variáveis independentes linguísticas para cada fenômeno investigado, além das variáveis independentes extralinguísticas *Localidade, Sexo, Idade e Escolaridade*.

Os resultados indicaram como fatores determinantes para a palatalização de /S/ em coda silábica no Sul Amazonense: (i) o *Contexto Subsequente* (/t/ e /d/), a *posição medial* (*leste, desmaio*), a *localidade* (Manicoré e Borba), o sexo (feminino) e a *escolaridade* (o nível mais alto de escolaridade do informante). O predomínio da alveopalatal entre as mulheres e entre os falantes mais escolarizados pode indicar que, a exemplo do que ocorre na capital amazonense, essa variante seja mais prestigiada na comunidade de fala.

Quanto à realização da lateral seguida de /i/, os resultados apresentados pelo *GoldVarb X* indicaram que a variável localidade (Manicoré e Borba), o contexto subsequente (consoante com palatalização, a vogal central baixa [a] e a ausência de contexto precedente, ou seja, início de vocábulo: *desligo, galinha, livro*) e o sexo (feminino) favorecem a ocorrência da variante palatal.

Relativamente aos registros da palatal nasal que ocorrem, por exemplo, em *conheço*, *pamonha* e *espinha*, a distribuição espacial das variantes mostrou-se semelhante à dos demais fenômenos aqui estudados, pois a realização de [ɲ] é mais frequente em Manicoré e Borba. Quanto às variáveis extralinguísticas, os dados indicaram que o sexo (feminino), o nível de escolaridade (nível maior) e a faixa etária (Faixa II) são fatores que favorecem a variante [ɲ]. Observando as variáveis linguísticas, constatou-se que a vogal tônica [i], precedendo a nasal palatal, favorece o apagamento desta consoante (isp̃ia) e os demais contextos favorecem a ocorrência de [j].

Importante destacar em todas as variáveis investigadas a influência do fator diatópico a partir incidência da realização palatal nas localidades de Borba e Manicoré, municípios que apresentam configurações históricas e geográficas que se opõem às demais localidades pesquisadas. Ambas as localidades têm origens na ocupação portuguesa da Amazônia, no século XVII e hoje são as duas cidades da Mesorregião que mais estão ligadas à capital amazonense, Manaus, onde a palatalização também apresenta valores consideráveis, como têm apontado os estudos dialetológicos e sociolinguísticos realizados no Estado.

É certo que os fenômenos aqui analisados não esgotam as possibilidades de estudo sobre o falar amazonense. Ao contrário, reconhece-se que um manancial profícuo está à espera de exploração criteriosa para dar continuidade ao muito que se fez e ao muito que se poderá fazer rumo a uma descrição do Português falado no Brasil.

Referências

AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira*: gramática – vocabulário. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

BASSI, Alessandra. *A Palatalização da fricativa em coda silábica no falar florianopolitano e carioca: uma abordagem fonológica e geolingüística*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2011.

BATTISTI, Elisa; HERMANS, Ben. Palatalização no Português Brasileiro e nas Línguas do mundo: motivação estrutural, seleção de gatilhos e alvos. *Lingüística*. vol. 32, no.1, p. 61-75, jun 2016.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Variação em coda silábica na fala popular fluminense. *Revista da ABRALIN*, V.7, nº. 1, p. 177-189, jan/jun. 2008a.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Estudo variacionista sobre a palatalização de S em coda silábica na fala fluminense. *Anais do CELSUL*, p. 1-8, 2008b.

BRESCANCINI, Cláudia Regina. *A palatalização da fricativa alveolar não-morfêmica em posição de coda no português falado em três regiões de influência açoriana do município de Florianópolis - uma abordagem não-linear*. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva, et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. 2 vols. Londrina: Eduel, 2014.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *A palatalização em português: uma investigação palatográfica*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1974.

CLEMENTS, George Nickerson. The role of the sonority cycle. in core syllabification. In KINGSTON, J.; BECKMAN, M. (orgs.). *Papers in laboratory phonology*. Cambridge: CUP, 1990, p. 283-333

COELHO, Izete Lehmkuhl. et al. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

CRISTÓFARO SILVA, Thaís; BARBOZA, Clerton; GUIMARÃES, Daniela; NASCIMENTO, Katiene. Revisitando a palatalização no português brasileiro. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 59-89, jul./dez. 2012.

- CRUZ, Maria Luiza de Carvalho. *Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM*; 2 vols. Tese de doutorado defendida no Curso de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 2. ed., Oxford, Basil Blackwell, 1988.
- DIAS, Ana Lourdes Cardoso. *Processo de Palatalização no Português: Lagoa da Pedra e Cana Brava – TO*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- HAUPT, Carine. *Sibilantes coronais - o processo de palatalização e a ditongação em sílabas travadas na fala de florianopolitanos nativos: uma análise baseada na fonologia da geometria de traços*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- HENRIQUE, Pedro Felipe de Lima. *A percepção da fricativa coronal em coda medial por pessoenses*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.
- HOOVER, Joan. *An Introduction to Natural Generative Phonology*. New York: Academic Press, 1976.
- JUSTINIANO, Jeiviane dos Santos. *Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro (ALFARIN)*. Dissertação (Mestrado em LETRAS) - Universidade Federal do Amazonas, 2012.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- LIMA, Francinery Gonçalves. *A realização das variantes palatais - nh- e -lh-, nos municípios de Itapiranga e Silves (parte do Médio Amazonas)*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, 2007.
- LIMA, Izete de Souza. *Acomodação dialetal: análise da fricativa coronal /S/ em posição de coda silábica por paraibanos residentes em Recife*. Dissertação de Mestrado apresentada à coordenação de Pós-

Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

LIMA, Jares Gomes; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Restrições linguísticas na palatalização do /S/ pósvocálico seguido de [t] ou [ʃ] na fala de Caravelas – Bahia. *Revista da Anpoll* v. 1, nº 45, p. 30-46, maio/ago., 2018.

MACEDO, Sandra Siqueira de. *A palatalização do /S/ em coda silábica no falar recifense*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MAIA, Edson Galvão. *Atlas Linguístico do Sul Amazonense – ALSAM*. 3 vols. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018a.

MAIA, Edson Galvão. Enfraquecimento do /S/ em coda silábica em dados do sul do Amazonas. *Estudos de Linguística Galega*, Santiago de Compostela – Espanha, Volume especial I, p. 219-236, 2018b.

MAIA, Edson Galvão. A Realização fonética do /S/ pós-vocálico nos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Tapauá. *Revista Papéis*. v. 19, nº 37, p. 119-138, 2015.

MAIA, Edson Galvão *A realização fonética do /S/ pós-vocálico nos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Tapauá*. Dissertação (Mestrado em LETRAS) - Universidade Federal do Amazonas, 2012.

MAIA, Edson Galvão; MARTINS, Flávia Santos; CRUZ-CARDOSO, Maria Luiza de Carvalho. Reflexões Sobre a Variação do /S/ em Coda Silábica no Falar Amazonense: a hipótese de uma isófona. *Web Revista Sociodialeto*, [S.l.], v. 7, n. 20, p. 479 – 502, out. 2017. Disponível em: <<http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/28>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MENDONÇA, Josilene de Jesus; BORGES, Cósma Karine Vieira. Percepção da palatalização do /S/ em coda: atitudes linguísticas de universitários. *Revista Tabuleiro de Letras* (PPGEL, Salvador, online), vol.: 12; n. 03, dez. 2018.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília.; BRAGA, Maria Luiza.

- (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2008
- MONTEIRO, Renata Conceição Neves. *A produção palato-alveolar de /S/ nas vozes do Amapá*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.
- MONTES GIRALDO, José Joaquín. *Dialectología General e Hispano Americana*. 2 ed. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.
- MOTA, Jacyra Andrade. *O -s em coda silábica na norma culta de Salvador*. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.
- MOTA, Jacyra Andrade. *Sobre o traço palatalidade em Ribeirópolis (Sergipe)*. Tese para concurso de professor assistente. Universidade Federal da Bahia, 1997.
- OLIVEIRA, Marilucia Barros de. *A palatalização da lateral alveolar /L/ em posição prevocálica no falar de Ituiutaba-PA*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2007.
- OLIVEIRA, Marilucia Barros de; RAZKY, Abdelhak. *Imagens Preliminares da Realização Variável de /l/ em Posição prevocálica no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil*. In: MARÇALO, Maria João et al (orgs.). *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Universidade de Évora, 2010.
- PEREIRA, Thamires Marques. *A palatalização da nasal alveolar em União dos Palmares-AL*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.
- RIBEIRO, Cristiane Conceição de Santana; CORRÊA, Thaís Regina de Andrade. *Avaliação social da palatalização de /t, d/ em Sergipe*. *Revista A Cor das Letras*, v. 19, n. Especial Dossiê: VII Encontro de Sociolinguística, p. 108-123, mar., 2018.
- ŠMAICLOVÁ, Gabriela. *Palatalização do /S/ em coda silábica no Português falado na Costa da Lagoa em Florianópolis*. *Working Papers Linguistics*, nº. esp.: p. 33-44, 2010.
- THUN, Harald. *Introduction à la table ronde*. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOLOGIE

ROMANES, 22., 1998, Bruxelles. *Actes...*, vol.3. Vivacité et diversité de la variation linguistique. Tübingen: Niemeyer, 2000. p. 407-409.
TRUDGILL, Peter; HERNÁNDEZ CAMPOY, Juan Manuel. *Diccionario de Sociolingüística*. Madrid: Gredos, 2007.

CAPÍTULO 6

ATLAS LINGUÍSTICO DOS KARIPUNA DO AMAPÁ - ALIKAP

Romário Duarte Sanches*

Introdução

A geolinguística no Estado do Amapá iniciou em 2003 com a visita da equipe do *Atlas Linguístico do Brasil - ALiB*, coordenada pela professora Vanderci Aguilera, da Universidade de Londrina (UEL). Na ocasião, a equipe buscava por informantes nativos da região, conforme previa a rede de pontos do ALiB, contemplando, assim, duas localidades do Amapá: Macapá (capital) e Oiapoque (município localizado na fronteira franco-brasileira).

Aguilera (2016) relata que, com a ajuda de Rosana Amâncio, conseguiu entrevistar 11 informantes, do total de 12, sendo sete na capital Macapá e quatro no município de Oiapoque/AP, extremo norte do Estado. As entrevistas coletadas no Amapá foram incorporadas a outras já recolhidas em diferentes regiões do Brasil. O conjunto desses dados linguísticos está servindo de base para elaboração de um atlas linguístico nacional, cujos dois primeiros volumes foram publicados em 2014.

Após essa primeira investida da pesquisa geolinguística em território amapaense, os estudos começam a se tornar mais

* Doutor em Letras (Linguística) pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Coursou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGLET, da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Professor na Universidade do Estado do Amapá – UEAP. E-mail: romariodsanches@gmail.com

evidentes a partir de 2008 com a Dissertação de Mestrado de Celeste Ribeiro, sobre o (r) pós-vocálico, e em seguida, em 2009, com a Dissertação de Mestrado de Maria Eneida Fernandes, sobre a lateral palatal (lh). Esses dois trabalhos sobre variação fonética do português falado no Amapá e no Pará, estiveram sob a orientação do professor Abdelhak Razky, membro do comitê nacional do ALiB, e que tem contribuído incansavelmente para que novos estudos sejam realizados na região amazônica.

Com o incentivo do professor Abdelhak Razky e a determinação da professora Celeste Ribeiro, em 2010, eles iniciaram o Projeto *Atlas Linguístico do Amapá - ALAP*, do qual passei a integrar a equipe como pesquisador. O ALAP foi publicado em 2017 e teve grande influência em minha formação acadêmica. Em 2015, defendi minha Dissertação de Mestrado sobre variação lexical no Amapá, tendo como base o banco de dados do ALAP. E em 2020, defendi minha Tese de Doutorado sobre variação lexical do Português e do Kheuól¹.

A partir dos resultados da Tese, organizei e publiquei, ainda no ano de 2020, o segundo atlas linguístico amapaense: o *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá - ALIKAP*. Com isso, visando apresentar este atlas, pretendo neste capítulo comentar brevemente sobre o povo indígena estudado, o aporte teórico e metodológico utilizado e, por fim, uma amostra das cartas linguísticas do ALIKAP.

2. Referencial teórico

O referencial teórico adotado para a elaboração do *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá - ALIKAP* contou, principalmente, com os postulados das áreas de Contato Linguístico (cf. WINFORD, 2003) e da Dialetoologia Pluridimensional (cf. THUN, 1998; ALTENHOFEN; THUN, 2016). A seguir situo brevemente cada área de estudo.

¹ Variedade linguística falada por indígenas do povo Karipuna do Amapá, localizado em Terras Indígenas da região do Oiapoque/AP.

2.1 Contato Linguístico

O contato de línguas, em longo ou em curto prazo, tem apresentado inúmeros processos ou fenômenos linguísticos inerentes à dinamicidade das línguas naturais, a exemplo disso, têm-se a interferência fonológica, os empréstimos lexicais, a criação de novas palavras ou, até mesmo, o surgimento de novas variedades linguísticas. Os estudos atuais sobre línguas em e de contato no Brasil confirmam esses diferentes resultados envolvendo graus de influência de uma variedade sobre a outra, sobretudo, quando se trata do português de contato com línguas indígenas.

A expressão *Contato Linguístico* é usada por Trudgill e Campoy (2007, p. 75) para definir “situações em que grupos de dois ou mais falantes que não têm a mesma língua materna em comum estão ou entram em contato social”. Para os autores, embora em curto prazo, a comunicação entre os dois grupos possa ser difícil, em longo prazo pode fazer com que ambas as línguas influenciem umas às outras como consequência do bilinguismo por parte dos falantes envolvidos.

Vale lembrar que o contato entre/de línguas também tem culminado em fenômenos como mudança de código, mudança de língua, língua franca, línguas crioulas, situação de multilinguismo, pidginização etc. Esse cenário, em uma perspectiva sociopolítica de língua, segundo Sankoff (2003), não pode ser concebido como uma mera atividade individual, mas deve ser compreendido como um produto histórico de forças sociais.

O ALIKAP por se tratar de um atlas contatual, evidenciou inúmeros empréstimos linguísticos nas duas variedades estudadas (Português-Kheúól), assim, como suporte teórico para explicar esses fenômenos, foram utilizados os postulados de Winford (2003) que busca entender o empréstimo linguístico com base nas estruturas gramaticais, fonológicas, lexicais etc., de uma língua dominante em uma língua dominada. Contudo, não se trata de um fenômeno simples, para o autor há um contínuo de empréstimo que se estende desde o empréstimo lexical simples, como um contato casual, ao empréstimo estrutural muito forte, induzido por contato constante.

Desta forma, Thomason e Kaufman (1988) *apud* Winford (2003) apontam para uma escala com cinco estágios ou níveis de empréstimos, representando o aumento de intensidade do contato e o aumento de distância tipológica das línguas.

Quadro 01 - Escala de empréstimos de Thomason e Kaufman (1988)

Estágios	Características
1. Contato casual	1. Somente empréstimos lexicais;
2. Contato levemente intenso	2. Empréstimo estrutural leve; conjunções e partículas adverbiais;
3. Contato mais intenso	3. Um pouco mais de empréstimo estrutural; (com o uso de apositivos, afixos derivacionais);
4. Pressão cultural forte	4. Empréstimo estrutural moderado (apresentam características estruturais que causam, relativamente, pequenas mudanças tipológicas);
5. Pressão cultural muito forte	5. Empréstimo estrutural forte (apresentam características estruturais que causam uma interrupção tipológica significativa).

Fonte: Extraído de Winford (2003, p. 30), adaptado pelo autor.

Seguindo as ideias de Haugen (1950), Winford (2003) classifica os fenômenos de contato lexical em duas grandes categorias: i) *empréstimos lexicais*, que envolvem a reprodução de palavras da língua dominante e as ii) *criações lexicais*, que são palavras nativas usadas para expressar conceitos de uma língua estrangeira ou dominante.

Nesta primeira categoria, os *empréstimos lexicais* podem ser subdivididos em duas subcategorias: a) palavras emprestadas (*loanwords*), na qual a totalidade ou parte da composição morfêmica do empréstimo deriva da língua-fonte externa; e b) empréstimos por substituição (*loanshifts*), em que a composição do item emprestado é totalmente nativa e o seu significado deriva, em partes, da língua doadora. Cada uma dessas subcategorias pode ser

ainda dividida de acordo com os tipos de *importação* e *substituição* envolvidos no processo.

No caso das palavras emprestadas (*loanwords*), essas são divididas em: estrangeirismos puros (*pure loanwords*) e em misturas de empréstimos (*loanblends*). Os estrangeirismos puros consistem em palavras simples ou compostas que, às vezes, sofrem modificações semânticas. As misturas de empréstimos (*loanblends*), por sua vez, envolvem a transferência de partes do sistema da língua estrangeira, em ação simultânea a reprodução de estruturas linguísticas que “sobram” da língua nativa (importação de um morfema estrangeiro combinado a um morfema nativo).

Já no caso dos empréstimos por substituição (*loanshifts*) ou empréstimos de significados, a palavra nativa sofre extensão do seu significado a partir do modelo da língua doadora. Esse tipo de processo envolve uma composição lexical que permite ampla variedade de resultados, como os *calques* que são as traduções literais (imitações) que se efetuam na transposição entre uma língua-fonte para uma língua-alvo.

Na segunda categoria, a formação de novas palavras envolve a *importação de palavras*, sendo esta um subproduto do empréstimo lexical. Para Winford (2003), novas composições podem ser construídas de materiais nativos para expressar novos conceitos, além de ser possível encontrar novas composições que são criadas a partir de materiais estrangeiros. Trata-se de inovações com base em padrões nativos ou extensões criativas de um padrão estrangeiro que não tem correspondência na língua-alvo.

Diante dessa breve apresentação do aporte teórico, é possível apreciar os dados do ALIKAP com cautela, atentando para fenômenos de contato latentes nas cartas lexicais, e com isso, analisá-las à luz de teorias ou modelos que versam sobre línguas de/em contato.

2.2 Dialetologia Pluridimensional e Contatual

As mudanças sociais e geográficas ocorridas nos últimos séculos, além das novas perspectivas científicas, provocaram avanços na pesquisa dialetológica no Brasil, tendo em vista as inovações teóricas ou metodológicas que se configuraram nas universidades a fim de suprir as necessidades do campo da Dialetologia.

Um dos principais modelos de pesquisa dialetal que tem se fixado no Brasil é a Dialetologia Pluridimensional e Relacional - DPR (THUN, 1998). De modo recente, baseado na DPR, Altenhofen e Thun (2016) propuseram a Dialetologia Pluridimensional e Contatual - DPC, direcionando e ampliando o estudo da variação linguística para os espaços onde há contato linguístico entre grupos falantes de variedades distintas.

Para compreender o que seria essa DPC, é necessário retomar o modelo de DPR, postulado pelo dialetólogo alemão Harald Thun, em meados da década de 1990. Thun (1998) busca com a DPR relacionar o espaço monodimensional da variação diatópica com o espaço pluridimensional (mais de uma dimensão variacional), unindo, assim, o eixo vertical da variação (viés sociolinguístico) com o eixo horizontal (viés da dialetologia tradicional). Esse modelo permite também controlar dimensões e parâmetros linguísticos/extralinguísticos (cf. Quadro 02). O objetivo central é atingir o princípio da *pluridimensionalidade* intrínseco à variação linguística.

Quadro 02 – Dimensões e parâmetros da Dialetologia Pluridimensional e Relacional

Dimensão	Parâmetro
Diatópica	Topostático
Diatópica-cinética	Contraste entre colaboradores topostáticos e topodinâmicos
Diastrática	Classe sociocultural
Diageracional	Faixa etária
Diassexual	Homem ou mulher

Dialingual	Duas ou mais línguas faladas por grupos étnicos diferentes
Diafásica	Estilo (resposta espontânea, leitura e conversa livre)
Diarreferencial	Diferenças entre a fala objetiva, a forma e a metalinguagem.
Diarreligiosa	Prática religiosa
Diamésica	Contraste entre a língua escrita e a língua falada

Fonte: Thun (2010, p. 514), adaptado pelo autor.

Para Thun (2005), a DPR é uma ciência geral da variação linguística, pois, parte do pressuposto de que o estudo variacionista monodimensional ou bidimensional deve ser estendido ao espaço tridimensional, combinando o eixo horizontal da Dialetoлогия com o eixo vertical da Sociolinguística.

Com isso, o autor defende que o termo *Dialetoлогия* é o mais adequado a se utilizar quando se trata de pesquisa geolinguística pluridimensional, isto é, que busca combinar *espacialidade*, *socialidade* e *temporalidade* das variedades linguísticas.

É notório que as bases metodológicas e a intersecção epistemológica da Dialetoлогия com a Sociolinguística favoreceram a construção do modelo de DPR e, posteriormente, da DRC, que também, segundo Altenhofen e Thun (2016), busca combinar espacialidade e socialidade.

Essa postulação implica em novas mudanças no saber/fazer dialetológico, pois parte do princípio de que, havendo uma nova configuração geográfica e social, não se pode aplicar um modelo de Dialetoлогия que não atente para as novas necessidades da pesquisa e da realidade linguística. Não obstante, isso não quer dizer que o método e a técnica usados pela Dialetoлогия tradicional estejam obsoletos, mas que estão passando por um processo de aprimoramento científico, a partir de novas investigações sobre a espacialidade e a socialidade das variedades linguísticas.

Com base nessas postulações, o ALIKAP foi pensado a partir das dimensões diatópica, diageracional, diassexual e dialingual, controlando assim, o espaço geográfico a ser estudado, a idade e o sexo do falante, e por fim, o contato de línguas existente nas comunidades indígenas, como o Português-Kheuól.

3. Metodologia da pesquisa

O conjunto de mapas ou cartas linguísticas resulta em um atlas linguístico, trazendo à tona uma amostra representativa de como as pessoas falam em determinados espaços geográficos. O processo de elaboração de um atlas linguístico, precisa estar em consonância com o aporte teórico e metodológico adotado. No caso do ALIKAP, o método geolinguístico pluridimensional deu suporte a pesquisa de campo, pois, ajudou i) na localização espacial das variedades linguísticas, ii) na delimitação do perfil dos colaboradores que foram entrevistados, iii) a escolher os tipos de questionários aplicados, e por fim, iv) no tratamento e na cartografia de dados linguísticos.

3.1 Caracterização do povo indígena *Karipuna do Amapá*

Os colaboradores selecionados para esta pesquisa geolinguística foram os indígenas *Karipuna do Amapá* que residem no extremo norte do Estado do Amapá. Atualmente, este povo conta com 2.991 indígenas e 22 aldeias² localizadas na Terra Indígena Uaçá (ao longo rio Curipi e da BR-156, que liga a capital Macapá ao município de Oiapoque), na Terra Indígena Galibi (ao longo do Rio Oiapoque) e na Terra Indígena Juminã (no Igarapé Juminã³).

As aldeias *Karipuna* são: Manga, Espírito Santo, Santa Isabel, Açaizal, Kunanã, Ariramba, Taminã, Estrela, Ahumã, Cutiti/Jõdef,

² Dados cedidos pela Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará (CRANP) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

³ Afluente do rio Oiapoque/AP.

Curipi, Japiim, Piquiá, Kariá, Txibidon, Paxiubal, Benoá, Zacarias, Bastion, Encruzo, Pakapuá e Igarapé da Onça. Abaixo o Quadro 03 com as informações mencionadas.

Quadro 03 – População indígena Karipuna do Amapá

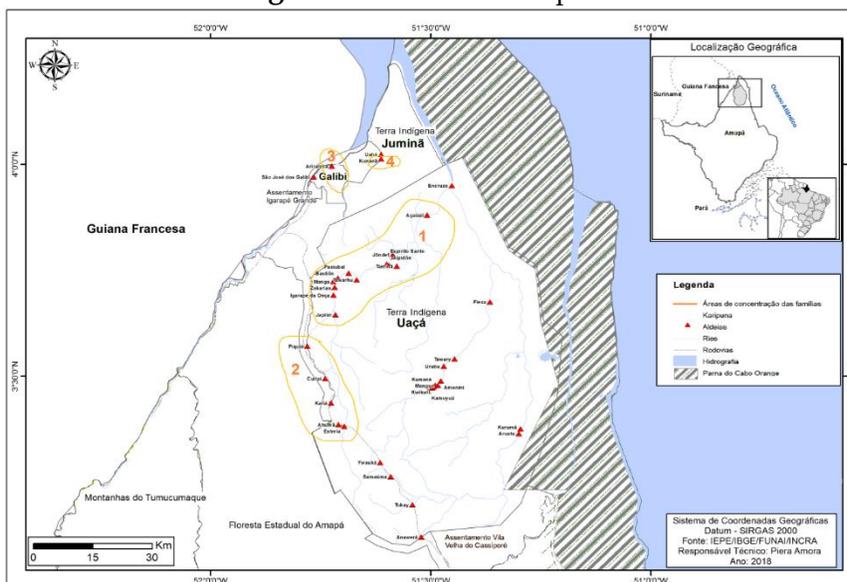
Aldeia	Localização	Terra indígena	População
1.Manga	Rio Curipi	Uaçá	1014
2.Espírito Santo	Rio Curipi	Uaçá	602
3.Santa Isabel	Rio Curipi	Uaçá	371
4.Açaizal	Rio Curipi	Uaçá	118
5.Kunanã	Igarapé Juminã	Juminã	96
6.Ariramba	Rio Oiapoque	Galibi	88
7.Taminã	Rio Curipi	Uaçá	87
8.Estrela	BR 156	Uaçá	80
9.Ahumã	BR 156	Uaçá	78
10.Cutiti/Jõdef	Rio Curipi	Uaçá	65
11.Curipi	BR 156	Uaçá	64
12.Japiim	Rio Curipi	Uaçá	60
13.Piquiá	BR 156	Uaçá	48
14.Kariá	BR 156	Uaçá	47
15.Txibidon	Rio Curipi	Uaçá	43
16.Paxiubal	Rio Curipi	Uaçá	39
17.Benoá	Rio Curipi	Uaçá	30
18.Zacarias	Rio Curipi	Uaçá	21
19.Bastion	Rio Curipi	Uaçá	12
20.Encruzo	Rio Curipi	Uaçá	12
21.Pakapuá	Rio Curipi	Uaçá	10
22.Igarapé da Onça	Rio Curipi	Uaçá	6
Total			2.991

Fonte: Sanches (2020).

Para ilustrar a localização das aldeias, foi elaborada a Figura 01, apresentando quatro áreas de concentração das famílias *Karipuna*. A primeira (1) está na TI Uaçá, no curso do rio Curipi,

somando 15 aldeias. A segunda (2), também na TI Uaçá, mas percorrendo a BR-156, com cinco aldeias. A terceira (3), está na TI Galibi, no rio Oiapoque, com uma aldeia. E a última área (4), localizada na TI Juminã, no Igarapé Juminã, com uma aldeia.

Figura 01 – Aldeias Karipuna



Fonte: Sanches (2020).

Entre os indígenas *Karipuna do Amapá*, encontram-se falantes de Português, de Kheuól⁴ (crioulo de base francesa) e de Francês (variedade da Guiana Francesa). Em sua maioria, este povo usa o Português como L1 e o Kheuól como L2, exceto na aldeia Espírito Santo, onde há a predominância do Kheuól como L1.

⁴Alleyne e Ferreira (2007) concebem o Kheuól como uma variedade do *Amazonian French Creole*, interligado (em termos sócio-históricos e linguísticos) com o crioulo francês falado na Guiana Francesa.

3.2 Pontos de inquérito

A seleção das localidades definidas para o *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá - ALIKAP* foi feita a partir dos seguintes critérios: i) histórico das comunidades; ii) aspectos socioculturais; iii) contato linguístico da região; iv) tempo de existência das localidades; v) localização geográfica; vi) e o número de falantes Português-Kheuól. Deste modo, selecionei nove aldeias indígenas *Karipuna*. O quadro a seguir indica o nome das aldeias, sua localização e a Terra Indígena (TI) habitada.

Quadro 04 – Comunidades indígenas pesquisadas

Aldeia	Localização	Terra Indígena	Nº Populacional
1.Manga	Rio Curipi	Uaçá	1014
2.Espírito Santo	Rio Curipi	Uaçá	602
3.Santa Izabel	Rio Curipi	Uaçá	371
4.Açaizal	Rio Curipi	Uaçá	118
5.Kunanã	Igarapé Juminã	Juminã	96
6.Ariramba	Rio Oiapoque	Galibi	88
7.Ahumã	BR 156	Uaçá	78
8.Curipi	BR 156	Uaçá	64
9.Kariá	BR 156	Uaçá	47

Fonte: Sanches (2020).

Os dados expostos no Quadro 04 expressam somente as comunidades pesquisadas e o número aproximado de indígenas em cada uma delas. Com base nesses dados, presume-se que há um total de 1.000 indígenas falantes do Kheuól, considerando os níveis de bilinguagem entre eles e acrescentando os indígenas do grupo Galibi-Marworno, também falantes desta variedade linguística.

3.3 Perfil dos informantes

O ALIKAP conta com 36 falantes indígenas *Karipuna* estratificados socialmente, ou seja, para cada localidade foram entrevistados quatro indígenas: dois homens e duas mulheres, com idades diferenciadas.

Quadro 05 – Perfil dos informantes

Informantes	Idade	Sexo
01 - MA	18-30 anos	Masculino
02 - FA	18-30 anos	Feminino
03 - MB	Acima de 50 anos	Masculino
04 - FB	Acima de 50 anos	Feminino

Fonte: Sanches (2020).

De acordo com o Quadro 5, os colaboradores foram divididos em dois grupos: sexo (18 homens e 18 mulheres) e idade (18 informantes de primeira faixa etária entre 18 a 30 anos; e 18 informante de segunda faixa etária, acima de 50 anos).

3.4 Tratamento do *corpus* da pesquisa

Em relação ao tratamento do *corpus* coletado, foram utilizados três instrumentos de pesquisa, o primeiro corresponde à ficha do colaborador, o segundo ao questionário sociolinguístico do projeto *Atlas Linguístico do Português falados em Área Indígena – ALiPAI* e o terceiro ao Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil - ALiB*, este último foi adaptado para atender às necessidades da pesquisa em área indígena.

Os dados coletados foram registrados em arquivos de áudio formato MP3 e tratados com auxílio do programa computacional *Audacity*. Após a organização dos dados foi iniciado o processo de produção das cartas linguísticas com o auxílio do *soft Corel DRAWX8*.

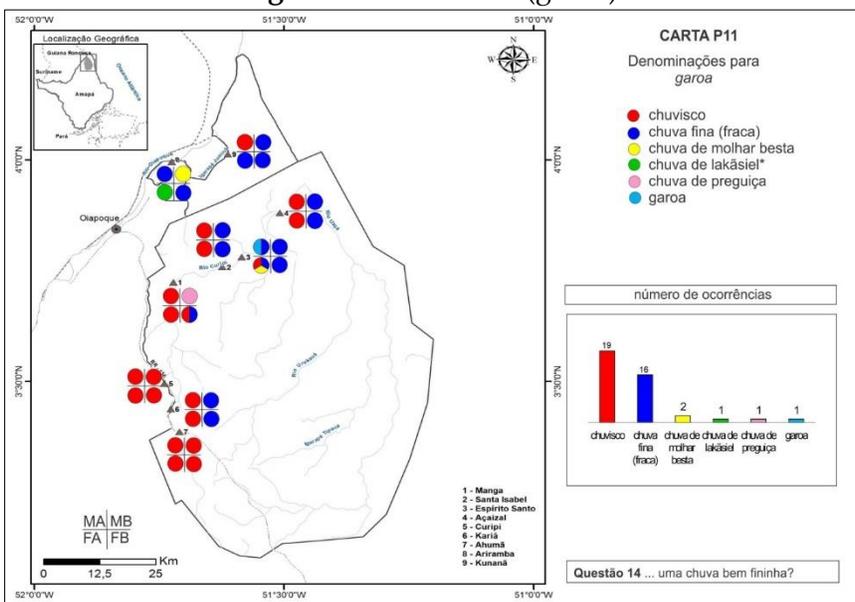
4. Amostra dos resultados do ALIKAP

O *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá – ALIKAP* tem em sua composição um conjunto de 106 cartas lexicais do Português e do Kheuól. A seguir, apresento uma amostra das cartas publicadas e da análise feita com base nas discussões de Sanches (2020).

A amostra das variantes lexicais apresentada aqui é referente ao item 11 (garoa) e 77 (cigarro de palha). A primeira carta registra as denominações para *garoa* em Português e em Kheuól.

Em um primeiro momento, busquei saber dos informantes como eles chamam para “uma chuva bem fininha”, por meio disso, as respostas fornecidas em Português foram: *chuvisco*, *chuva fina (fraca)*, *chuva de molhar besta*, *chuva de lakãsiel*, *chuva de preguiça* e *garoa*.

Figura 02 – Carta P11 (garoa)



Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme a Figura 02, a variante *chuvisco* foi registrada com 19 ocorrências, sendo realizada em quase todos os pontos de inquérito, com predominância nos pontos 05 e 07; a variante *chuva fina (fraca)*

registrou 16 ocorrências, distribuídas nos pontos 01, 02, 03, 04, 06, 08 e 09, com predominância no ponto 03; *chuva de molhar besta* registrou 2 ocorrências, uma no ponto 03 e outra no ponto 08; *chuva de lakãsiel*, *chuva de preguiça* e *garoa* ocorreram 1 vez, a primeira no ponto 08, a segunda no ponto 01 e a terceira no ponto 03.

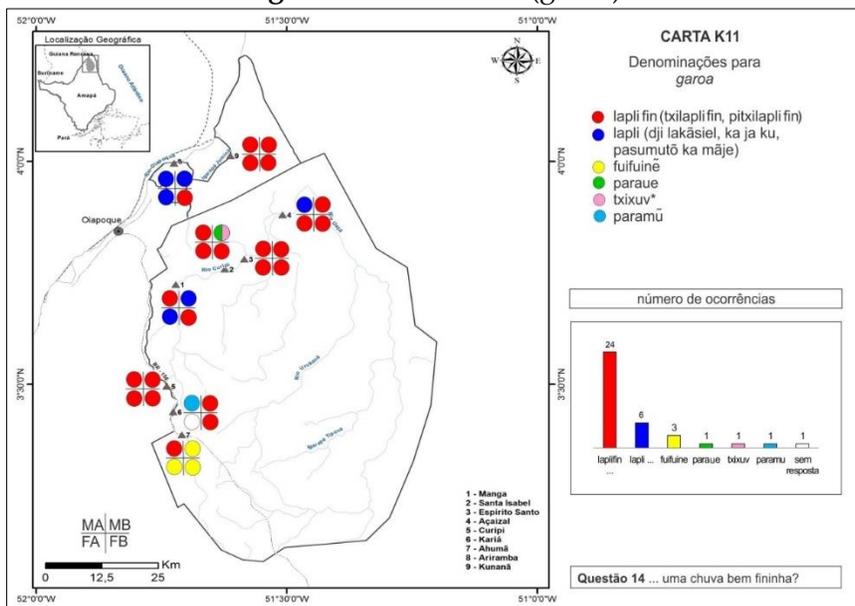
Ainda relacionado ao item *garoa*, busquei saber quais as denominações utilizadas pelos indígenas para nomear o mesmo fenômeno descrito, só que desta vez em Kheuól. Assim, as respostas dadas por eles foram: *laplifin* (*txilaplinfin*, *pitxi lapli fin*)⁵, *lapli* (*dji lakãsiel*, *ka ja ku*, *pasumutō ka mãje*)⁶, *fuiifuinē*⁷, *parawe*, *txixuv* e *paramũ*.

⁵ *Lapli* significa chuva em português, enquanto *fin* significa fino. As partículas *pitxi* ou *txi*, em Kheuól, são usadas para expressar a forma diminutiva de algumas palavras, como em *txilapli* ou *pitxi lapli*. A forma *txi* é usada como uma abreviação de *pitxi* (significa *pequeno* em Português).

⁶ A forma *dji* é usada na função preposição, como o *de* em Português. A lexia *lakãsiel* significa arco-íris. Alguns informantes chamam *garoa* em Kheuól de *lapli dji lakãsiel*, ou seja, *chuva de arco-íris*. Eles acreditam que a chuva fraca que cai e não molha as pessoas é decorrente do aparecimento do arco-íris no céu. Outros dizem que esta chuva está relacionada com a atividade de alimentação da preguiça. Este animal recebe o nome, em Kheuól, de *pasumutō*. Por isso alguns informantes chamam de *lapli pasumutō ka mãje* que, numa tradução aproximada do Português, quer dizer *a chuva que acontece quando a preguiça está comendo ou chuva de preguiça*. A partícula *ka* em Kheuól é uma forma de aspecto e tempo que acompanha os verbos, dando ideia de continuidade, já a palavra *mãje* representa o verbo *comer* em Português.

⁷ A expressão *fuiifui* indica algo que é muito pequeno, para além das formas *txi* ou *pitxi*.

Figura 03 – Carta K11 (garoa)



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 03 apresenta a ocorrência de seis variantes lexicais, sendo duas delas complexas, como *lapli fin* (*txilapli fin*, *pitxi lapli fin*), com 24 ocorrências, e *lapli* (*dji lakāsiel*, *ka ja ku*, *pasumutō ka māje*), com 6 ocorrências. A primeira variante ocorreu em todas as localidades. A segunda foi registrada somente nos pontos 01, 04 e 08. No caso da variante *fuifuinē*, esta obteve 3 registros, todos no ponto 07. Enquanto as formas *paraue*, *txixuv* e *paramū* obtiveram apenas 1 ocorrência. As duas primeiras foram mencionadas pelo mesmo informante, no ponto 02, e a última, foi mencionada no ponto 06.

Algumas observações devem ser destacadas aqui, no que concerne à ocorrência das lexias *paraue*, *txixuv* e *paramū*. No caso de *paraue*, foi impossível confirmar, até o presente momento, seu significado ou sua relação etimológica com outras línguas. Em *txixuv*, notei a constituição de uma lexia híbrida (*txi* (Kheuól) + *xuv* (Português)). Em *paramū*, a lexia parece pertencer à língua “Galibi

antigo”, já que consta no vocabulário desta língua (cf. RONDON; FARIA, 1948) com significado equivalente ao de *arco-íris*.

É importante notar que entre os *Galibi Marworno* há o reconhecimento de que o Kheuól falado por essa etnia seja diferente do Kheuól falado pelos *Karipuna*. Outra informação importante tem relação com o registro da variante *paramũ* que foi mencionada uma única vez por um informante jovem da aldeia Kariá (ponto 06). Este informante se autodenomina como pertencente à etnia *Karipuna*, contudo, seus pais foram criados na aldeia Kumarumã, considerados assim descendentes da etnia *Galibi Marworno*. Isso pode indicar que *paramũ* constitui-se em uma variante lexical que teve uma boa transmissão para geração seguinte e acompanhou a dinâmica migratória de seus falantes. Neste caso, citam-se os pais naturais da aldeia Kumarumã, da etnia *Galibi Marworno*, que foram morar na aldeia Kariá.

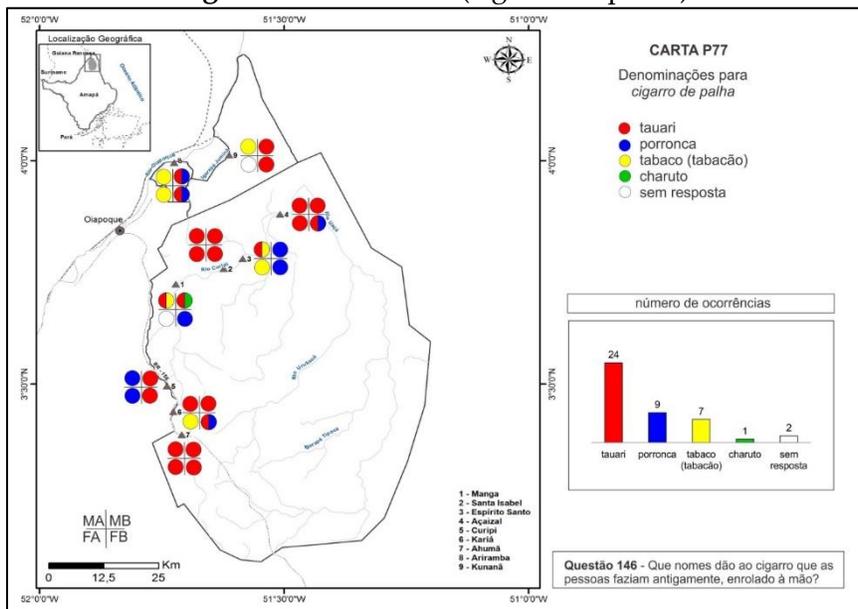
Historicamente, entre os *Galibi Marworno*, conta-se que seus antepassados foram falantes das línguas Aruã e Maraon. Nimuendaju, que esteve no Rio Uaçá em 1925, registrou mais de cem palavras na língua Galibi, uma dúzia na língua Aruã e apenas dois vocábulos em Maraon. Atualmente, nos rituais xamânicos, especialmente nos cantos, encontram-se palavras denominadas pelos indígenas de “Galibi antigo”, e uma dessas palavras é *paramũ*, registrada neste trabalho como sendo do Kheuól *Karipuna*, no entanto, esta lexia é bastante usada nas comunidades da etnia *Galibi Marworno*, como na aldeia Kumarumã.

O segundo item lexical apresentado aqui diz respeito às variantes usadas pelos indígenas para se referirem a *cigarro de palha* em Português. Para obtenção das respostas, busquei saber dos informantes o nome dado “ao cigarro que as pessoas faziam antigamente, enrolado à mão”. As respostas coletadas foram: *tauari*, *porronca*, *tabaco (tabacão)* e *charuto*.

A Figura 04 aponta que o uso mais frequente para *cigarro de palha* foi a variante *tauari*, com 24 ocorrências, mencionada em todos os pontos pesquisados. *Porronca* apareceu com 9 ocorrências, nos pontos 01, 03, 04, 05, 06 e 08. Já para a variante *tabaco (tabacão)*,

foram registradas 7 ocorrências, mencionada nos pontos 01, 03, 06, 08 e 09. Por último, a variante *charuto* apareceu com 1 ocorrência, no ponto 01.

Figura 04 – Carta P77 (cigarro de palha)



Fonte: Elaborado pelo autor.

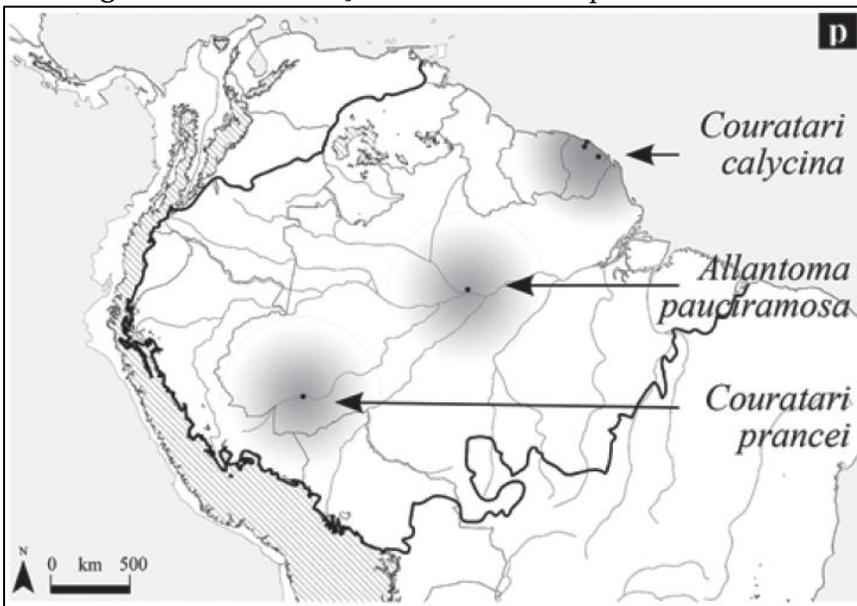
Um resultado que nos chama atenção, tendo em vista a leitura da Figura 04, é a predominância da variante *tauari*⁸ na área indígena *Karipuna*, uma vez que esta não foi registrada no *Atlas Linguístico do Brasil - ALiB*⁹ e, tampouco, no *Atlas Linguístico do Amapá - ALAP*. Apesar disso, a frequência de uso da variante *tauari* no extremo

⁸ Termo dicionarizado como língua geral amazônica (nheengatu). *Tauari*: tavarí, a entrecasca de uma espécie de *Curataria* que serve de mortalha para cigarro, muito usada em todo o interior do Amazonas. Extrai-se cortando a casca do tavarizeiro da largura desejada, batendo-a depois com um macete ou coisa que o valha, até separar a parte externa do líber, e continuando para depois separar as diversas folhas do líber entre si (STRADELLI, 2014, p. 496).

⁹ Referente aos dados publicados sobre as capitais brasileiras.

norte do Brasil pode ser explicada por fatores ligados ao ecossistema em que a população indígena *Karipuna* está inserida. Com base no estudo botânico conduzido por Procópio *et al.* (2010), acerca da distribuição geográfica de espécies de *tauari* pela Amazônia, constatei que há uma espécie de *tauari* na Guiana Francesa, na região de divisa com ao Brasil, contemplando também a região do Oiapoque, onde estão localizados indígenas *Karipuna*, conforme Figura 05.

Figura 05 – Distribuição endêmica de espécies de *tauari*



Fonte: Procópio *et al.* (2010, p. 889).

O *tauari* é uma planta lenhosa, da família *Lecythidaceae*, em sua maioria, encontrada no estado do Amazonas. A figura 05 mostra que a espécie *Couratari calycina* concentra-se na Guiana Francesa, e se dispersa pelo extremo norte do Brasil. Esse resultado é importante para esclarecer a presença da lexia *tauari* na região do Oiapoque e entender o motivo de não ter sido registrada na carta

L50¹⁰ do ALAP. A explicação para este fato pode ter relação direta com o *habitat* da espécie *tauari*, já que esta predomina na região de florestas de terra firme e isso, conseqüentemente, pode provocar a ausência de uso do vocábulo nas cidades urbanas onde foram realizadas as entrevistas para o ALAP, até mesmo no município de Oiapoque/AP.

De fato, a existência da árvore *tauari* em Terras Indígenas, além da experiência e do contato dos indígenas *Karipuna* com a planta, mediante extração de fragmentos da árvore para o preparo manual do cigarro, pode ter motivado os indígenas a designar o *cigarro enrolado à mão* pelo nome *tauari*, mas isso é apenas uma hipótese, ainda é preciso investigar de forma aprofundada, incluindo, por exemplo, dados de outros atlas linguísticos do Norte do Brasil.

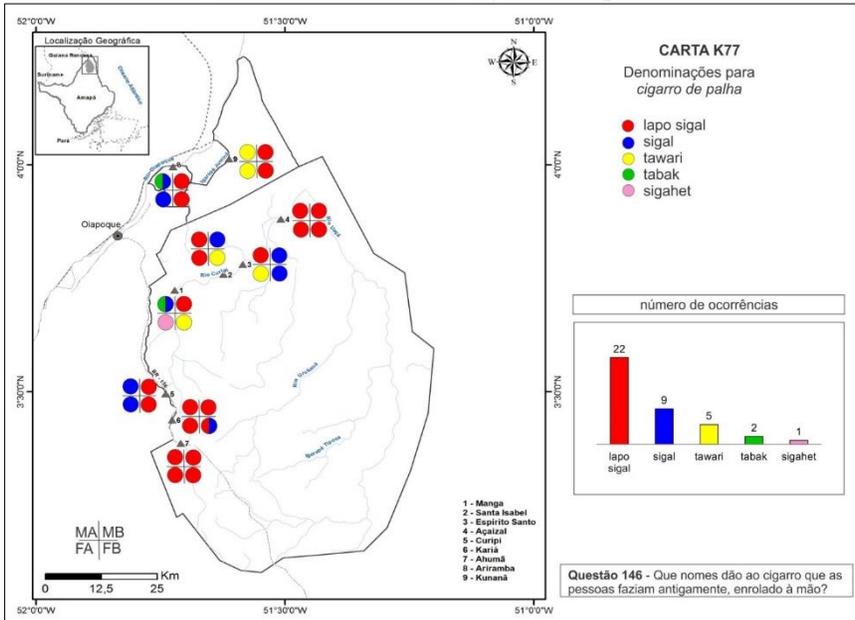
Para finalizar a apresentação deste subcapítulo, perguntei aos informantes como eles chamam o “cigarro em enrolado à mão” em Kheuól. Por meio dessa pergunta, obtive as seguintes respostas: *lapo sigal*, *sigal*, *tawari*, *tabak* e *sigahet*¹¹.

A Figura 06 apresenta as variantes lexicais para *cigarro de palha* em Kheuól e seus respectivos números de ocorrência. A forma predominante na área indígena *Karipuna* foi *lapo sigal*, com 22 ocorrências, sendo mencionada em todos os pontos de inquérito. A variante *sigal* obteve 22 ocorrências, sendo mencionada em seis localidades (01,02, 03, 05, 06 e 08). A lexia *tawari* ocorreu nos pontos 01,02, 03 e 09, com o total de 5 ocorrências. Já *tabak* obteve 2 ocorrências, uma no ponto 01 e outra no ponto 08. Por último, a variante *sigahet*, com 1 ocorrência no ponto 01.

¹⁰ Razky, Ribeiro e Sanches (2017, p. 172-173).

¹¹ Em Português, *lapo* pode ser traduzido como *casca*, enquanto *sigal* é entendido como cigarro, *tabak* como *tabaco* e *sigahet* como *cigarro*.

Figura 06– Carta K77 (cigarro de palha)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nisso, duas variantes merecem destaque: *lapo sigal* e *sigal*. A primeira é uma lexia complexa e, a segunda, uma lexia simples. Ambas foram consideradas como lexias distintas, apesar de apresentarem a mesma acepção. No caso da forma *lapo sigal*, há uma especificação do tipo de cigarro, por meio do qualificador *lapo*, fazendo referência a um tipo específico de cigarro feito de casca, que remete ao cigarro de *tauari*. Já a lexia simples *sigal*, refere-se a um tipo qualquer de *cigarro*, seja industrializado, seja artesanal.

Outras observações importantes estão relacionadas às variantes *tawari*¹², *tabak* e *sigahet*. A primeira, cartografada em português, como consta na carta P77 (Figura 04); a segunda e a terceira, possivelmente, têm sua origem na língua francesa: *tabac* e *cigarette*. Esses casos foram discutidos em análises geolinguísticas

¹² A palavra foi grafada em Kheuól, com a letra “w”, a fim de representar a semivogal [w], e obedecer às regras de escrita da língua.

considerando os fenômenos de contato linguístico, sobretudo os processos de empréstimos nas variedades do Português e do Kheuól (cf. SANCHES, 2020).

Considerações finais

Este capítulo apresentou uma prévia do *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá - ALIKAP*, comentando sobre o seu processo de construção até a sua publicação, o que resultou em 106 cartas lexicais em Português e em Kheuól, sobre diferentes campos semânticos.

Dessa forma, acredito que a pesquisa geolinguística no Amapá tem se intensificado nas últimas décadas. Atualmente, podemos contar com um atlas linguístico estadual sobre o Português não-indígena, realizado em área urbana (ALAP), e outro, de tendência bilíngue (Português-Kheuól), realizado em comunidades indígenas *Karipuna* (ALIKAP).

Além desses atlas é possível também encontrar artigos, monografias e dissertações sobre o mapeamento fonético-fonológico e semântico-lexical do Português falado tanto em área urbana como em área indígena. Esses trabalhos têm servido de apoio para novas pesquisas descritivas e aplicadas, e, principalmente, para construção de um acervo representativo de nosso patrimônio linguístico-cultural.

Espero em breve que as cartas linguísticas do ALIKAP adentrem as salas de aulas das escolas indígenas *Karipuna*, como instrumento para o ensino-aprendizagem do Kheuól, tendo em vista o enfraquecimento de uso dessa língua cada vez mais presente entre os falantes.

Referências

AGUILERA, Vanderci. *Nossa ida ao Amapá*. In: CARDOSO, Suzana (et al.). Documentos 6: histórias e memórias. Salvador: Quarteto, 2016, p. 229-235.

- ALLEYNE, Mervyn; FERREIRA, Jo-Anne. Comparative perspectives on the origins, development and structure of Amazonian (Kariþúna) French Creole. In: HUBER, M.; VIVEKA, V. (orgs.). *Synchronic and diachronic perspectives on contact languages*, vol. 32, p. 325-357. John Benjamins Publishing, 2007.
- ALTENHOFEN, Cléo; THUN, Harald. As migrações e os contatos linguísticos na geografia linguística do Sul do Brasil Baía do Prata. In: AGUILERA, Vanderci; ROMANO, Valter. *A Geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados*. Londrina: Eduel, 2016, p. 371-392.
- FERNANDES, Maria Eneida. *Distribuição Geo-sociolinguística da Lateral Palatal /lh/ nos estados do Amapá e Pará*. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária). Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- PROCÓPIO, Lilian (et al.). As espécies de tauari (Lecythidaceae) em florestas de terra firme da Amazônia: padrões de distribuição geográfica, abundâncias e implicações para a conservação. *Acta bot. bras.* 24(4), p. 883-897, 2010.
- RAZKY, Abdelhak; RIBEIRO, Celeste; SANCHES, Romário. *Atlas Linguístico do Amapá*. São Paulo: Labrador, 2017.
- RIBEIRO, Celeste. *A variável (r) posvocálica medial nos estados do Amapá e Pará: Um estudo Geossociolinguístico*. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária). Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva; FARIA, João Barbosa de. *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil: Tomo I*. (Publicação 76 do Conselho nacional de proteção dos Índios, Anexo 5). Rio de Janeiro: Comissão Rondon, 1948.
- SANCHES, Romário. *Atlas Linguístico dos Kariþuna do Amapá*. Rio Branco: NEPAN, 2020.
- SANCHES, Romário. *Microatlas linguístico (português-kheuól) da área indígena dos Kariþuna do Amapá*. 2020. 247f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará (Programação de Pós-Graduação em Letras), Belém-PA, 2020.

- SANCHES, Romário. *Variação Lexical nos dados do projeto Atlas Geossociolinguístico do Amapá*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- SANKOFF, Gillian. Linguistic outcomes of language contacts. In: TRUDGILL, P.; CHAMBERS, J.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). *Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 478-499.
- STRADELLI, Ermanno. *Vocabulário Português-Nheengatu, Nheengatu-Português*. Cotia – SP: Ateliê, 2014.
- THOMASON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. *Language contact, creolization, and genetic linguistic*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana. (Org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p.63-92.
- THUN, Harald. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: RUFFINO, Giovanni (Org.). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Tübingen: Niemeyer, 1998, p. 701-729.
- THUN, Harald. Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo. In: AUER, Peter; SCHMIDT, Erich. (Eds.). *Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation*. Vol. 1: Theories and methods. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010b. p. 706-723.
- TRUDGILL, Peter; CAMPOY, Juan Manuel. *Diccionario de Sociolingüística*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.
- WINFORD, Donald. *An introduction to contact linguistics*. Malden: Blackwell, 2003.

CAPÍTULO 7

ATLAS LINGUÍSTICO DOS SERTÕES CEARENSES (ALSCE)

Fabiana dos Santos Lima*
Maria do Socorro Silva de Aragão**

Introdução

O estado do Ceará teve sua ocupação realizada de dentro para fora, ou seja, dos sertões para a capital, região litorânea. Acreditamos que as características linguísticas do estado tenham seguido o mesmo trajeto. Com base nessa perspectiva, foi realizado um estudo geolinguístico da mesorregião Sertões Cearenses que representa o maior cenário geográfico e histórico dessa ocupação. Além disso, essa região tornou-se um grande polo sócio, econômico, político e cultural do Estado devido ao grande fluxo de pessoas por meio rodoviário e ao forte investimento no desenvolvimento social, cultural e educacional. Tudo isso permitiu que essa região se tornasse uma rica fonte do vernáculo cearense.

Levando-se em consideração todos esses aspetos, produzimos o *Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses (ALSCE)*. Sua construção foi definida a partir dos seguintes objetivos: fazer o levantamento do léxico e dos aspectos morfossintáticos da mesorregião; dar seguimento aos estudos dialetológicos e geolinguísticos do falar cearense; e oferecer

* Doutora em Linguística, professora da Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE. E-mail: fabianalima@ifce.edu.br

** Doutora-convidada e orientadora pela Universidade Federal do Ceará instituição de atuação. E-mail: socorro.aragao@terra.com.br

subsídios importantes para a pesquisa geolinguística no Brasil e para os estudos da Língua Portuguesa falada.

Este atlas de pequeno domínio foi construído seguindo os preceitos da geolinguística moderna, unindo aspectos dialetológicos e sociolinguísticos para registrar dados lexicais e morfossintáticos dessa região. Com isso, resultou-se em uma produção de 110 cartas linguísticas, sendo 80 lexicais e 30 morfossintáticas.

Os pressupostos teóricos embasaram-se especialmente em Coseriu (1982), Cardoso e Ferreira (1994), Monteiro (1995), Radtke e Thun (1999) e Romano (2014) e as bases metodológicas seguiram a orientação do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil - ALiB*, (CARDOSO et al., 2013). No que diz respeito à produção das cartas linguísticas, foi usado o programa [SGVCLIN], *Software de Geração e Visualização de Cartas Linguísticas*¹.

Com isso, além dos dados cartografados, foi possível fazer uma análise preliminar dos aspectos lexicais e morfossintáticos obtidos, como o tipo de lexia motivada pelo contexto sociocultural: *Raso* para *Riacho* (L01), *Canoa* e *Prancha* para *Ponte* (L02); *Fluxo* para *Corrente* ou *onda* do rio (L04), *Dilúvio* para *Tempestade* (L10), e *Evaporação* para *Orvalho* (L16), e a realização do plural para os nomes constando alguns aspectos: (i) formas segundo os padrões gramaticais (*pães*, *leões*, *degraus*, *flores* e *olhos*), (ii) pluralização somente no determinante (*uns leão*, *vários degrau* e *dois olho*), (iii) acréscimo somente da marca de plural (*pãos* e *leãos*), (iv) hipercorreção (*degrais* e *dregais*) e (v) substituição do lexema (*cariocas*, *leoa*, *escada*, *buquê*, *rosa* e *arranjo*).

¹ ROMANO, V; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. In: *RELin Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n.1, pp. 119-151, 2014. Disponível em <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5757>>. Acesso em: 17 out. 2017.

2. Referencial teórico do ALSCE

A construção do ALSCE seguiu toda a base da Geolinguística moderna, desde a escolha dos pontos até a produção das cartas linguísticas em que foram discutidos os passos dos estudos geolinguísticos no Brasil e no Ceará, até chegarmos aos dias atuais. Dessa forma, fazemos uma pequena síntese dessa discussão no texto a seguir.

Nos primeiros anos do século XXI, uma das grandes preocupações dos geolinguistas era combater as críticas feitas pelas ciências afins de que seus métodos, após um século de aplicação, continuavam sendo os mesmos, isto é, o foco da pesquisa era uma localidade, com a escolha de apenas uma dimensão extralinguística (sexo, ou idade) e um elemento estilístico.

A pressão estabelecida por essas críticas, contudo, proporcionou ganhos positivos à Geolinguística, uma vez que impulsionou os estudiosos a repensar seus métodos investigativos e, ao mesmo tempo, traçar um novo cenário. Então, em vez de se buscar o dialeto puro, voltou-se para analisar a influência dos meios de comunicação de massa tanto no meio rural quanto urbano, mudando a ótica do dialeto nessas duas áreas, bem como a importância da mobilidade do homem que provoca mudanças sociais, culturais e linguísticas.

Geolinguistas, como Radtke e Thun (1999) foram determinantes para o desenvolvimento das novas formas de se fazer pesquisa dialetológica nos dias de hoje, incentivando os novos pesquisadores a se aventurarem pelas veredas dialetais. O direcionamento que deram aos estudos dialetais primam por uma Geolinguística multidimensional que vai além da variação diatópica e acrescenta a seus estudos os parâmetros diastráticos e diafásicos.

Com isso, sabemos que as funções da Geolinguística perpassam a coleta e o registro de materiais linguísticos através de Atlas que confirmam hipóteses, põem em evidência novos fatos e contribuem para esclarecer e modificar uma série de problemas que antigamente eram de difícil solução.

Assim os Atlas linguísticos possuem vantagens que as pesquisas dialetais não têm, por permitirem que se comprove a existência de uma forma, que se tenha induções de índole histórica e de caráter geral a respeito da mesma e que se façam importantes deduções no campo da comparação linguística. Dessa forma, a Geolinguística “mostra, por um lado, o constante jogo dialético entre inovação e conservação, entre criação individual e tradição, e, por outro, o jogo entre o ato individual e norma social, entre heterogeneidade e homogeneidade” (COSERIU, 1982, p.105).

Dependendo do enfoque que se deseja abordar, os mapas linguísticos podem ser apresentados através de cartas sintéticas, pontuais, similares, demonstrativas ou interpretativas. Entretanto não se deve superlotar as cartas de informações que, em vez de esclarecer, confundirão os analisadores. Diante desses desafios, programas computacionais vêm sendo criados e testados com intuito de facilitar a divulgação dos dados linguísticos coletados e, ao mesmo tempo, manter um banco de dados geolinguísticos.

Dentre eles, podemos citar: o Sistema do Processamento de Dados Geolinguísticos (SPDGL), utilizado pelo ALERS (Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil) e pelo ALMS (Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul) , o Mapeamento de Variação Linguística (MVL), programa específico utilizado pelo ALAM (Atlas Linguístico do Amazonas) e, mais recentemente o Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas (SGVCLin), que se propõe ajudar a todos os pesquisadores geolinguistas que se embasem pela metodologia desenvolvida pelo ALiB (ROMANO, 2014).

Enquanto os atlas linguísticos semântico-lexicais de abordagem pluridimensional possuem a função de registrar os itens lexicais alinhados com os fatores socioculturais que os cercam, os morfossintáticos, dentro deste mesmo alinhamento, dedicam-se aos fatos mais gerais do Português falado, tornando-se uma importante fonte de análise linguística do ponto de vista gramatical.

Sendo assim, O ALSCE cumpriu seu principal papel ao registrar uma “parte viva da língua, patrimônio social da comunidade”, como

conceituam Antunes e Vianna (2006, p. 24), e propôs-se a oferecer um considerável volume de dados aos interessados nos estudos linguísticos, como lexicógrafos, gramáticos, escritores e professores, para que estes aprimorem seu campo de atuação, valorizando o falar de sua comunidade linguística, em consonância com a variante culta (CARDOSO et al., 2013).

É preciso ressaltar que os estudos geolinguísticos no Brasil só foram alavancados com o início da implantação do Projeto ALiB, em 1996, do século passado. Desde então, novos trabalhos foram surgindo, proporcionando uma verdadeira revolução nos estudos geolinguísticos brasileiros.

Hoje, 24 anos depois, o projeto ALiB é referência no mundo inteiro, principalmente, como exemplo de perseverança e de estímulo aos novos e futuros dialetólogos e geolinguistas que se alimentarão com os frutos desse imenso trabalho. As produções continuam intensas entre atlas regionais, estaduais e de pequeno domínio como próprio ALSCE. Segundo Romano (2013, p. 231), os atlas de pequeno domínio são atlas “que contemplam determinada região dentro de um estado, de limites internacionais, de determinada etnia ou município”. Esses atlas surgiram a partir do incentivo dos cursos de Pós-Graduação das universidades em todo o país, incentivando cada vez mais o fazer dialetológico.

No que diz respeito aos estudos geolinguísticos no Ceará que também se insere no cenário nacional, atualmente o Estado conta com cinco trabalhos: o atlas estadual, o ALECE - *Atlas Linguístico do Estado do Ceará* (2010) e quatro de pequeno domínio, o ALiG - *Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Iguatu* (2009), dissertação de mestrado, realizado por mim, o ALCa - *Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano* (2011), dissertação de mestrado, realizada por Jamile Monteiro, o Alicace - *Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri cearense* (2019), tese de doutoramento, realizada por Carlos Alberto Saraiva e o ALSCE - *Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses* (2019), tese de doutoramento.

Vale ressaltar que entre a pesquisa do Atlas estadual e os de pequenos domínios há um hiato de mais de 20 anos. Dessa forma,

os métodos utilizados são diferentes especialmente no que se refere ao tipo de questionário, à seleção dos informantes e à produção das cartas linguísticas. Os atlas realizados entre os anos de 2009 e 2019 seguem a metodologia do Projeto ALiB que veremos a seguir.

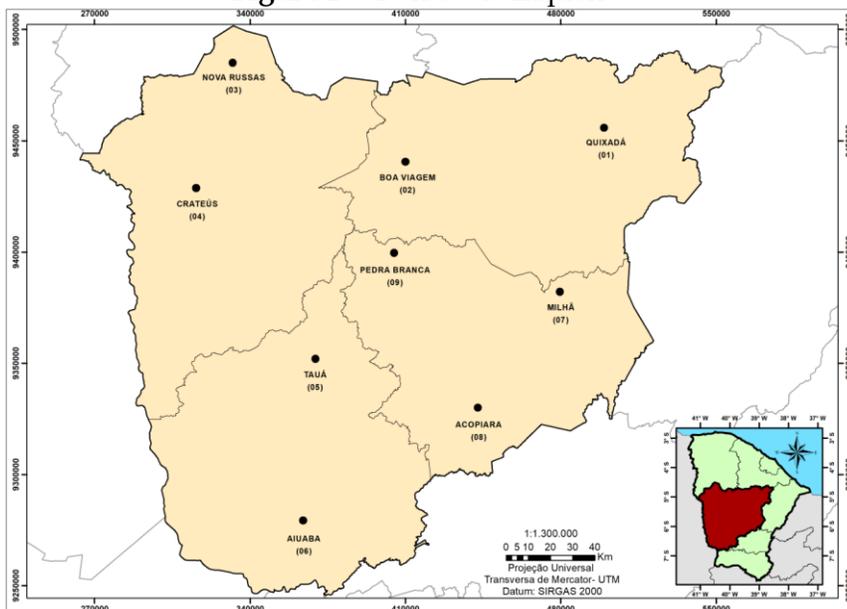
3. Metodologia

A metodologia foi desenvolvida com base nas orientações do Projeto ALiB, na versão revisada de 2013 e nos princípios da Geolinguística moderna, fazendo o registro de parâmetros diatópicos e diastráticos da mesorregião Sertões Cearenses por meio do controle de 03 variáveis extralinguísticas: sexo, idade e escolaridade (CARDOSO et al., 2013).

Os sertões cearenses, mesmo dividido em quatro microrregiões, possuem características geográficas muito semelhantes representadas por um bioma tipificado pelos efeitos dos longos períodos de seca, trazendo limitações para o seu desenvolvimento econômico e social. Além disso, detém grande importância na construção histórica do Estado do Ceará, por fazer parte da rota da carne de charque e do algodão, principais atividades econômicas do povo sertanejo. Essas rotas foram os primeiros passos para o desenvolvimento de estradas e rodagens na região que demarcaram a ligação do sertão com a capital, região litorânea.

Diante desse cenário, construímos uma malha linguística de nove pontos representados pelas principais cidades de cada microrregião, mantendo uma equidistância razoável para que os dados coletados fossem bastante representativos da localidade pesquisada. Sendo assim, estabelecemos os seguintes pontos de inquéritos: (01) Quixadá, (02) Boa Viagem, (03) Nova Russas, (04) Crateús, (05) Tauá, (06) Aiuaba, (07) Milhã, (08) Acopiara e (09) Pedra Branca.

Figura 1 – Pontos de Inquérito



Fonte: Caroline Amorim (2018)²

No que diz respeito à escolha dos informantes, a seleção foi feita levando em consideração, especialmente a variação diastrática. Neste ponto, as variáveis diastráticas selecionadas foram sexo, idade e escolaridade. A variável idade foi representada por duas faixas etárias; uma mais jovem, de 18 a 30 anos, e outra mais velha, de 45 a 60 anos; enquanto a variável sexo foi representada por um homem e uma mulher para cada faixa etária e para cada nível escolar.

Quanto à variável escolaridade, optamos por selecionar duas variantes: a primeira representada por informantes com escolaridade até o Ensino Médio, e a segunda por informantes com nível superior, mesmo se tratando de uma região do interior do Estado, já que a metodologia do ALIB nos orienta a selecionar

² Bolsista do PIBIC/PRPI/IFCE (2018), que produziu o mapa-base por meio do programa ArcGis (Plataforma de Mapeamento e Análise de dados via satélite), versão educacional.

apenas a variante da primeira modalidade de ensino, Ensino Fundamental, para as localidades do interior do Estado. Essa decisão foi alicerçada pela forte presença de cursos universitários em cidades do interior e, conseqüentemente, a elevação do nível escolar da população. Isso nos impulsionou a verificar se havia interferências relevantes no falar da região pesquisada.

Com isso, os informantes foram selecionados com base nos critérios apresentados no quadro 1:

Quadro 1 – Seleção das Variáveis

Variável	Variantes
Número total de informantes	72
Faixa Etária	FE1 - 18 a 30 anos FE2 - 45 a 60 anos
Sexo	F - Mulher - 36 M - Homem - 36
Escolaridade	EM - Escolarizado até o Ensino Médio ES - Ensino Superior

Como o ALSCE é atlas semântico-lexical e morfossintático, utilizamos os questionários QSL e QMS do caderno de questionário do Projeto ALiB, republicado nos Documentos 4 (CARDOSO et al., 2013), com todo seu instrumental, na pesquisa realizada *in loco*, por meios de inquéritos gravados com um gravador digital de voz da marca ZOOM H4NSP, em formato *wave*.

É preciso enfatizar que o contato com os informantes se realizou primeiramente por meio das escolas de ensino médio e/ou profissionalizantes, algumas com as secretarias de Ação Social e, por fim, por meio da estratégia “amigo do amigo”, tornando-se a mais eficaz, por justificar a aproximação entre inquiridor e informante, já que deixa de ser um ser “estranho” e passa a ter intimidade por ser amigo de seu amigo (MILROY, 2007).

Quanto à transcrição dos dados, seguimos a orientação do ALiB, fazendo uma transcrição grafemática, até mesmo dos fatos fonéticos que requeriam alguma atenção. No entanto essas

informações não deixaram de ser registradas, aparecendo nas notas explicativas das cartas linguísticas. A análise dos dados voltou-se para a seleção de itens lexicais e morfossintáticos representativos do falar cearense a partir de dados coletados que constituíram as cartas elaboradas por meio de *software* específico para esse tipo de trabalho conhecido como [SGVCLIN], *Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas*. Dessa forma, foram produzidas 110 cartas linguísticas sendo 80 semântico-lexicais e 30 morfossintáticas, como veremos a seguir.

4. Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses (ALSCE)

4.1 Apresentação

As cartas presentes no *Atlas Linguístico dos Sertões cearenses* possuem um mapa na posição centro-esquerda com os pontos das localidades e um gráfico em forma de pizza abaixo de cada ponto, representando as realizações por localidade em cores diferentes.

Ainda dentro do mapa, encontram-se informações sobre o nome do atlas na parte superior centralizado, as informações geográficas no lado direito canto superior e inferior, um gráfico destacando a porcentagem das realizações linguísticas e o nome da ferramenta de produção, [SGVCLin].

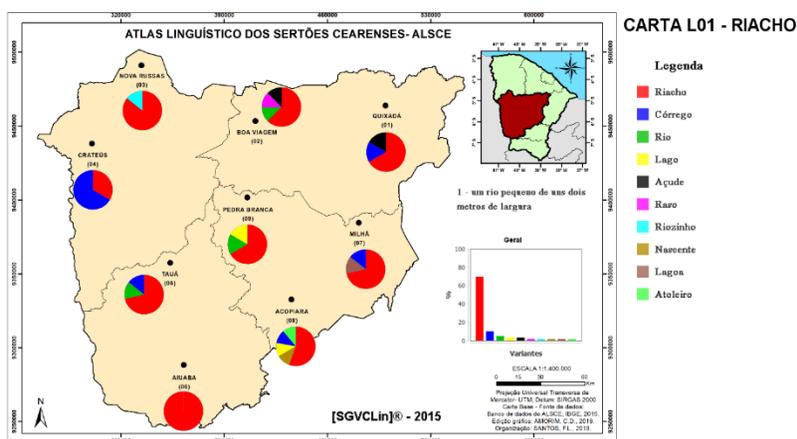
Na posição direita da carta, externa ao mapa-base, encontram-se as informações sobre o nome da carta linguística, o número e a pergunta do questionário utilizado e as realizações linguísticas na posição vertical. O nome da carta vem representado pela seguinte configuração: a palavra Carta, a letra L para as cartas semântico-lexicais e a letra M para as morfossintáticas, seguindo do número sequencial e o nome do item linguístico documentado. (Ex. Carta L01 RIACHO, Carta M02 ALFACE). Em algumas cartas, o número e a pergunta realizada para obtenção do dado estão dentro do mapa, logo acima do gráfico de porcentagem, para que haja mais espaço para as variantes coletadas de forma que o leitor possa entender a informação dada.

Quanto às variantes documentadas, elas são elencadas verticalmente dentro de uma legenda por ordem de realização. Assim as primeiras variantes são sempre as que obtiveram maior frequência. Além disso, são categorizadas por cores diferentes que aparecem das mais vibrantes às mais frias de acordo com a frequência de realização, sempre da maior para a menor. No entanto, quando ultrapassa o número de 10 variantes, o sistema associa essa informação a “outros” atribuindo a cor cinza para as demais. Em algumas cartas, a informação “outros” vem suprimindo as demais variantes coletadas; já em outras essas variantes estão presentes no corpo da carta com a cor cinza.

Por fim, algumas cartas possuem notas explicativas que atestam informações sobre Respostas não produtivas (RNP), realizações de algumas variantes, esclarecimentos sobre a produção de certas variantes, dados de realização dos informantes, realizações fonéticas e curiosidades sobre alguns dados linguísticos. Essas notas foram colocadas logo abaixo de cada carta equivalente conforme as representações a seguir.

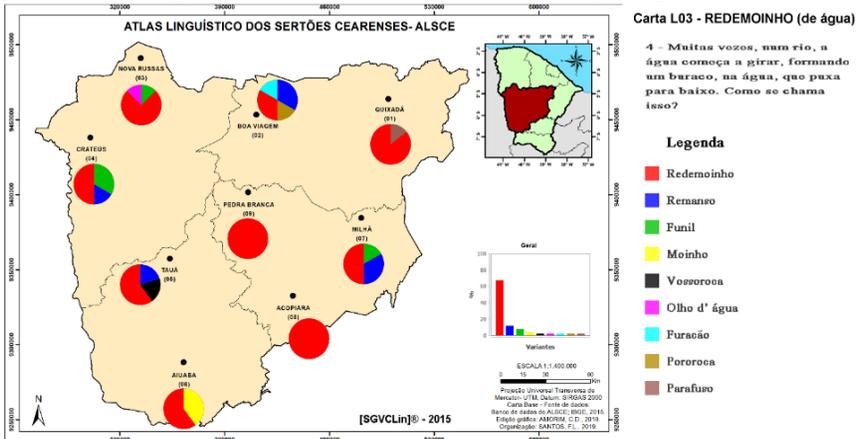
As figuras 2, 3 e 4 representam o formato das cartas semântico-lexicais simples e com notas explicativas. Já as figuras 5, 6 e 7 representam o formato das cartas morfossintáticas.

Figura 2 – Carta L01 Riacho



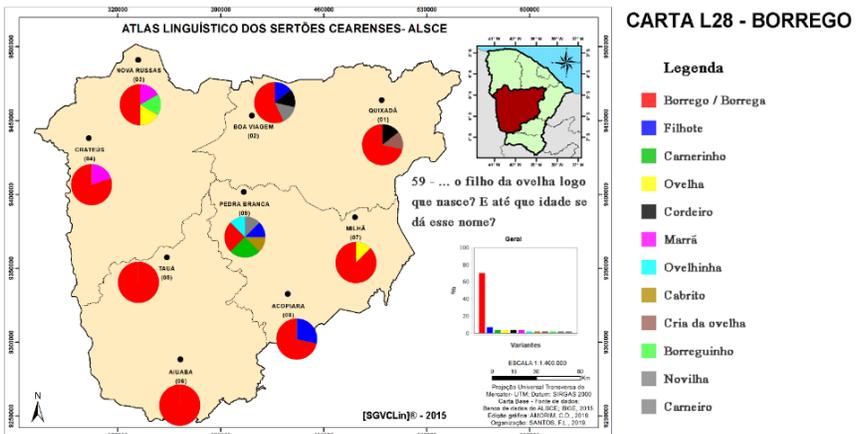
Fonte: [SGVCLin] (LIMA, 2019)

Figura 3 – Carta L01 Redemoinho (de água)



NOTA Foram identificadas as seguintes variações fonéticas do item lexical redemoinho: *Redimuinho / Ridimoinho / Ridimunhim*

Figura 4 – Carta L28 Borrego



NOTAS

Em relação à segunda parte da pergunta: “E até que idade se dá esse nome?”, as respostas variaram:

1. Em termos de tempo de vida:

INF 02.5 - Boa Viagem: Uns seis meses.

INF 03.3 - Nova Russas: Mais ou menos uns dois meses.

INF 04.8 - Crateús: Três ou quatro meses.

2. Em termos de tamanho:

INF 05.4 - Tauá: Até ele ficar grande.

INF 06.1- Aiuaba: Até perto de 1 metro de altura.

INF 08.7 - Acopiara: Enquanto é novinho.

3. Em termos de amamentação:

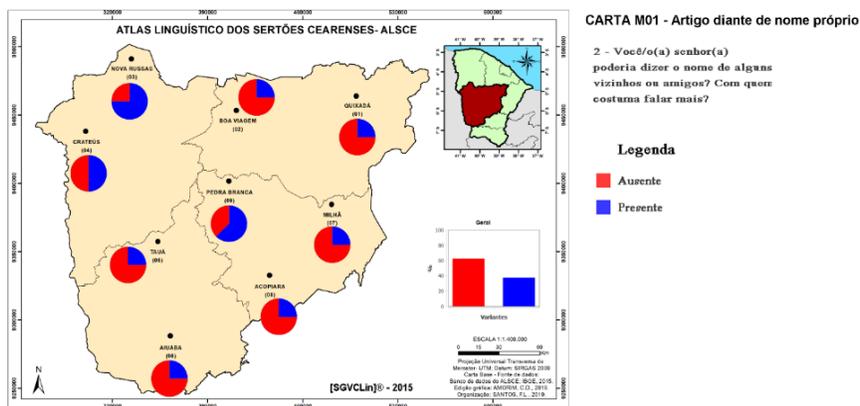
INF 01.8 – Quixadá: Até eles tirarem a mama.

INF 05.5 - Tauá: Até parar de mamar.

INF 06.6 - Aiuaba: Até primeira cria.

Foi identificada a variação fonética do item lexical Borrego: Burrego. A variação deu-se no feminino também: *Burrega*.

Figura 5 – Carta M01 Artigo diante de nome próprio

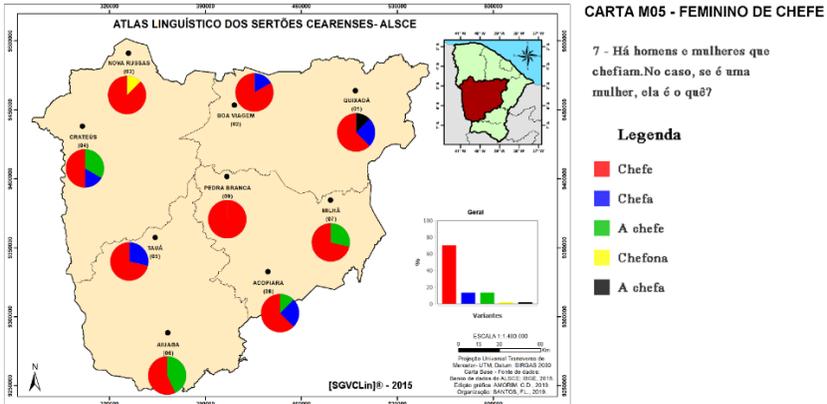


Fonte: [SGVCLin]. (Lima, 2019)

NOTA

Foram identificadas as seguintes variações fonéticas do item lexical redemoinho: *Redimuinho / Ridimoinho / Ridimunhim*

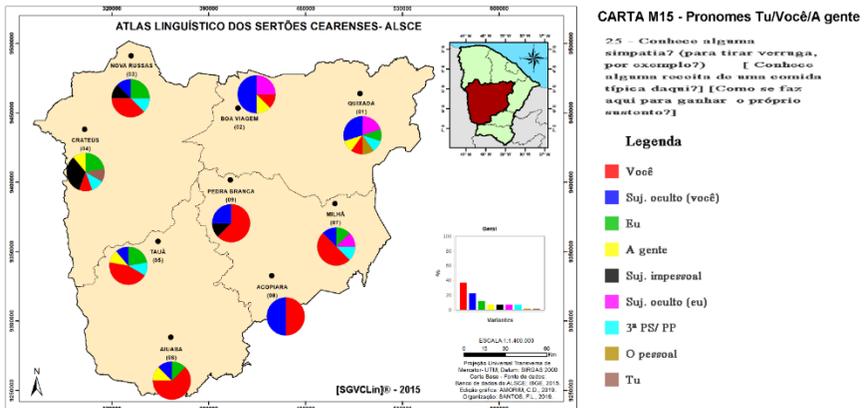
Figura 6 – Carta M05 Feminino de Chefe



NOTA

Obtivemos as seguintes Respostas não produtivas (RNP): *Patroa / Matriarca / Dona / Líder.*

Figura 7: Carta M 15. Pronomes Tu/você /a gente



NOTAS

Ocorrência com Sujeito oculto (você)

INF 01.5: "pega uma garrafa de litro branca..."

Ocorrência com Sujeito oculto (eu)

INF 01.2: "Passo no liquidificador, depois adiciono a massa o fermento."

Ocorrência com 3ªPS/PP

INF 01.8: "ai elas colocavam um prato branco tinha que ser ágata né..." cê quer que eu saiba fazer aqui o baião de dois pra ti?"; "Primeiro o que que eu faço, eu douro a cebola no alho com azeite..."

Ocorrência com Sujeito impessoal

INF 03.5: "Pegar um trevo de quatro folhas, guardar na carteira."

4.2 Breves considerações

4.2.1 As cartas semântico-lexicais

O critério de escolha das cartas de cunho lexical foi motivado pelos itens lexicais já cartografados nos três atlas publicados até então no Ceará. A ideia era criar uma imagem cartográfica do falar cearense com base nos registros cartográficos dos atlas já produzido em nosso Estado para alicerçar os estudos dialetológicos e sociolinguísticos sobre questões como variação e mudança. Seguindo esse critério, foi feito um levantamento de 79 itens, no entanto resolvemos acrescentar a carta L57 (Menina) para fazer par com a L56 (Menino) e analisar se as variantes obtidas se relacionam com seus respectivos gêneros. Com isso, totalizamos ao final 80 cartas semântico-lexicais.

No que diz respeito à produção lexical, observamos a prevalência de lexias simples, representadas por substantivos, na maioria dos casos, seguidos por adjetivos e algumas formas nominais do verbo e advérbios, como nos exemplos a seguir: *Riacho* (L01), *Tempestade* (L08), *Sereno* (L14), *Úmida* (L15), *Amanhecer* (L18), *Anoitecendo* (L19), *Ontonte* (L21), *Anteontem* (L22), *Arrendado* (L29), *Derrengado* (L40), *Cachingando* (L52), *Derradeiro* (L55), *Feminina* (L57), *Traído* (L60), *Alcoólico* (L62), *Esbafarido*, e *Cheio e Estufando* (L76).

Em alguns casos, os substantivos foram representados tanto no diminutivo quanto no aumentativo: *Riozinho* (L01), *Noitinha* e *Tardezinha/Tardinha* (L19), *Carneirinho* e *Borreguinho* (L28), *Aviãozinho* (L41), *Gogozinho* (L48), *Rapazinho* e *Pivetinho* (L56), *Meninota*, *Meninazinha* e *Garotinha* (L57), *Bebarrão* e *Bebum/bebão* (L62) e *Comilão/comilona* (L77). A variação de gênero e número também é bem expressiva como nestes exemplos: *Cabo/cabos* (L24),

Cesto(a)(s) (L26), *Faladeira/falador* (L58), *Pitoco/Pituca* (L63), *Esgalamido/esgalamida* (L77), *Terreno(s)* (L79) e *Bar/Bares* (L80).

Observamos, ainda, que há uma significativa presença de lexias compostas e complexas. Dentre as compostas, encontramos as mais comuns voltadas para os campos semânticos: atividades agropastoris, fauna e jogos e diversões infantis, podendo aparecer em outros campos também: *Arco-íris* (L13), *João-de-barro*, *Maria-de-barro* e *Joana-de-barro* (L32) *Lambe-água* e *Bebe-água* (L41), *Oso-do-vintém* (L53), *Mão-de-vaca* e *Mão-fechada* (L59), *Mulher-da-vida* (L61), *Pé-inchado* (L62), *Bolinha-de-gude*, *Bola-de-gude* e *Bila-de-gude* (L69), *Pega-pega* e *Esconde-esconde* (L70).

Ainda em relação aos aspectos da produção lexical, é preciso fazer algumas considerações sobre a produtividade dos pontos, especialmente, sobre aqueles onde não obtivemos nenhum dado, seja porque o informante não lembrava, seja porque não sabia, a questão é que, em alguns pontos, não houve quase ou nenhuma produção diante de uma determinada pergunta.

Dentre as cartas onde não houve nenhuma realização por ponto, tivemos dois casos: a carta L18 (Alvorada) nos pontos 06 (Aiuaba) e 07 (Milhã), e a carta L25 (Canga) no ponto 01 (Quixadá). A carta L18 ainda apresentou baixo índice de produção lexical; pois, de um total de 72 informantes, só obtivemos 11 respostas válidas.

Além disso, outras cartas apresentaram um baixo índice de produção lexical por ponto, mesmo apresentando um bom número de respostas válidas. Podemos citar, como exemplo, a carta L41 (Libélula) em que tivemos a produção de vários itens lexicais, contudo a maioria dos informantes das localidades de Tauá e Aiuaba não souberam responder. Com isso, deixamos essas informações registradas nas notas explicativas.

No caso das respostas válidas, precisamos destacar as cartas L21 (Antes de ontem) e L22 (Antes de antes de ontem). A produção referente aos itens lexicais indicativos de tempo foi bem baixa comparando ao indicativo das datas. Uma vez que os informantes encontravam dificuldades para responder com os advérbios de

tempo equivalentes, preferiam denominá-los por meio de datas ou dos dias da semana como nos exemplos a seguir:

1. Carta L21: (INF. 01.8) - INQ.: *E o dia que foi antes desse dia?*
/INF.: *Segunda, foi seis.*

2. Carta L22: O informante (INF. 03.4 - Nova Russas) respondeu que se chama pelo nome do dia. INF.: Não sei não. INQ.: *o... [...] INF: *Aí já não chama mais nada. Chama o nome dele mesmo. / INQ: *ah certo! Entendi. / INF: *É o nome do dia mesmo, quinta feira, ou sexta, ou sábado...****

Outro ponto que merece ser considerado é a escolha dos itens lexicais transcritos. A orientação, segundo o Questionário do ALiB (2001), é que a transcrição seja feita de forma grafemática, sem a influência das variações fonéticas próprias da fala, uma vez que um de seus objetivos é

[...] oferecer aos estudiosos da Língua Portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos), aos pesquisadores de áreas afins (história, sociologia, antropologia e outras e aos pedagogos (gramáticos, autores de livro-texto para o ensino fundamental e o ensino médio, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil (SANTOS, 2004, p. 128).

Sendo assim, a representação do item lexical de acordo com a forma dicionarizada faz-se necessária. Diante desse impasse, optamos por registrar no corpo da carta a forma dicionarizada e colocar uma observação contendo as demais formas fonéticas na nota explicativa. Dessa forma, a transcrição grafemática foi mantida e registramos as formas fonéticas produzidas em respeito aos nossos informantes.

Para exemplificar, apresentamos aqui as cartas mais expressivas em relação à variação fonética. São elas: L04 e L05, ambas cartografam *Redemoinho*; L17, retratando *Neblina*, e L22 em que os itens lexicais se configuram muito mais como uma variação fonética do termo *Antes de antes de ontem* do que uma variação

lexical propriamente dita. Temos ainda as cartas L37 para *Espinhaço*; L39 para *Úbere*; L44 para *Argueiro*, e L45 para *Zarolho*.

Para finalizar as considerações sobre as cartas semântico-lexicais, destacamos algumas lexias que acreditamos ter sido realizadas por motivações socioculturais, algumas delas foram classificadas como RNP e outras foram consideradas: *Raso* (L01: Riacho); *Canoa* e *Prancha* (L02: Ponte); *Fluxo* (L04: Corrente, ou onda do rio); *Dilúvio* (L10: Tempestade); *Evaporação* (L16: Orvalho); *Meteoro* e *Cometa* (L20: Estrela Cadente); *Guidão*, *Apoio* e *Ferro* (L24: Cabos do Carrinho de Mão); *Freio* (L25: Canga); *Ajudante*, *Boia fria* e *Trabalhador de Aluguel* (L29: Trabalhador); *Aviãozinho* e *Mariposa* (L41: Libélula); *Tapuru*, *Larva* e *Largo* (L42: Tapuru, ou bicho da goiaba); *Placenta* (L51: Útero); *Pivetinho* (L56: Menino); *Feminina* (L57: Menina); *Cornélio* (L60: Corno); *Inimigo* (L64: Diabo); *Espiritismo* (L66: Macumba); *Mortal* e *Capoeira* (L68: Cambalhota); *Fechadura*, *Chave* e *Trinco* (L71: Tramela); *Lanche* (L74: Café Da Manhã), e *Piranha* (L78: Presilha).

Uma carta que merece atenção pela especificidade de sua resposta é a L28 (Borrego). Para obtenção de sua lexia, fazemos duas perguntas (*Como se chama cria da ovelha logo que nasce? E até que idade se dá esse nome?*). Sendo assim, com o intuito de melhor representar esses dados, retratamos por meio da carta a resposta para a cria da ovelha e colocamos nos comentários, em forma de notas, as variações de idade obtidas nas respostas dos informantes, conforme subitem 4.1.

Em termos gerais, as lexias encontradas ao longo destas 80 cartas se assemelham às dos demais atlas do Estado do Ceará, ocorrendo pequenas diferenças com a presença de novas variantes. Com isso, podemos supor que estas realizações fazem parte do patrimônio vernacular do cearense.

4.2.2 As cartas morfossintáticas

A construção das cartas morfossintáticas partiu da observação dos resultados das transcrições do QMS para quais itens nos

chamavam mais atenção, devido à variação morfossintática presente na fala dos informantes. Questões que já nos eram comuns, mas que careciam de dados científicos comprobatórios. Neste limiar entre a intuição e a ciência, selecionamos 30 itens morfossintáticos que nos pareceram os melhores representantes da morfossintaxe cearense os quais estão retratados aqui, em forma de cartas, e alicerçados por comentários nas notas explicativas, sempre que necessários, seguindo o mesmo padrão das cartas léxicas.

As cartas de M01 a M03 referem-se à presença ou ausência do artigo diante de substantivos. No que diz respeito à carta M01, em que se destaca a presença ou ausência do artigo diante de nomes próprios, a nossa intuição levantava a hipótese de que a presença do artigo se faria mais presente na microrregião mais próxima da capital e ausente nas regiões mais distantes, seguindo o mesmo caminho da palatização. Contudo, pelos dados obtidos, essa hipótese não se confirmou. Curiosamente as cidades que mais apresentaram a presença do artigo foram Pedra Branca, Nova Russas e Crateús, ou seja, as mais equidistantes da capital.

Já nas cartas M02 (Alface) e M03 (Guaraná) começa a aparecer o fenômeno que será comum às cartas que apresentarem realizações mais complexas como a flexão do verbo saber. Ou seja, os informantes buscarão outras formas de produção para representar o mesmo elemento. Assim podemos observar a presença de *A folha de alface* (M02) e *Refrigerante* (M03) representando alface e guaraná precedidos ou não de artigo ou de outro determinante (*Esse guaraná*). Obtivemos um número significativo de respostas com a lexia refrigerante e outras denominações. Para se manter fiel ao fenômeno pesquisado, consideramos essas realizações como não produtivas e fizemos referências nas notas explicativas.

As realizações referentes ao gênero foram contempladas da carta M04 a M07. Nelas, além de identificarmos variação morfossintática, identificamos variação lexical. A carta que mais apresentou variação lexical foi a M05 (*Chefa, Patroa, Matriarca, Dona e Líder*), justamente pelo fenômeno da substituição citado acima. Nas cartas M04 e M07,

encontramos duas lexias inusitadas (*Germana* e *Presidência*). Tais lexias estão retratadas nas notas explicativas.

Nas cartas destinadas à observação do número, escolhemos retratar os lexemas lápis (M08), pão (M09), leão (M10), degrau (M11), flor (M12) e olho (M13), já que, dependendo da escolarização e do meio em que o informante vive, podem ocorrer variações na formação deste plural. Sendo assim, registramos realizações com a forma segundo os padrões gramaticais (*pães, leões, degraus, flores e olhos*); com a pluralização somente no determinante (*uns leão, vários degrau e dois olho*), com o acréscimo somente da marca de plural (*pãos e leãos*), com hipercorreção (*degrais e dregais*) e com substituição do lexema (*cariocas, leoa, escada, buquê, rosa e arranjo*), estes últimos considerados não produtivos.

Com relação à carta M13 (Plural de Olho), fazem-se necessárias algumas observações. Primeiro esse lexema é estudado pelos questionários do ALiB nas três áreas: fonética-fonológica (QFF), lexical (QSL) e morfossintática (QMS). Além disso, é um dos itens registrado no ALECE e que foi pesquisado neste trabalho. Para não nos tornarmos, repetitivos, achamos produtivos registrar apenas nas cartas morfossintáticas, pois analisaríamos não só sua realização de número, mas também seu aspecto fonético. Sendo assim, obtivemos as seguintes produções: *Vários olhos, Olhos, Dois olho, Zolho e Muitos Zói*.

A substituição do lexema é bastante marcada em algumas cartas, como em M14 (*Mais gostosa* concorrendo com *Melhor*), e em M19 (*Pouca* concorrendo com *menas*). Essa estratégia usada pelos informantes fica mais marcada ainda quando se trata de algumas formas verbais.

As mais representativas são M20 (Viver 3ª PP), em que os informantes buscaram outras realizações no lugar da forma *vivem* (*Vão morrer, Têm vida, Tá vivo e Morrerão*); M21 (Caber 1ª PS) em que a expressão mais usada para substituir *caibo* foi *Não vou*, dentre outras; M22 (Saber 1ª PS) em que usaram outras flexões do verbo saber (*Sabia, Tá sabendo, Fiquei sabendo...*) ou outra forma verbal motivada pelo teor da pergunta (*Casou-se*); M23 (Trazer 1ª PS) em

que a forma padrão *Trouxe* concorreu com suas variações fonéticas (*Truxe* e *Trago*) e com outras formas dos verbos esquecer e lembrar (*Esqueci* e *Lembrei*), por fim, a carta M24 (Por 1ª PS).

A primeira observação sobre essa carta (M24) é a ausência de realização das formas verbais do verbo *por* independente do tempo verbal ou da motivação da pergunta-base (*Uma pessoa procura um objeto (chave, sandália) e não acha. Então ela pergunta onde você /o (a) senhor (a) pôs. Como é que você /o (a) senhor (a) responde?*). Sendo assim, as realizações morfossintáticas concentraram-se nas formas dos verbos estar (em algum lugar), colocar, deixar, guardar e botar, entre outros, variando entre a 1ª e a 3ª PS. Ainda apareceu a forma *Cadê* referindo-se ao lugar onde estaria o objeto.

No que se refere ao modo como os pronomes circundam na fala do cearense, registramos algumas ocorrências por meio das cartas M15, M16, M17 e M18. Dessas quatro cartas, as duas primeiras se referem ao modo como os pronomes pessoais (*tu, nós*) se relacionam com suas formas concorrentes (*você* e *a gente*), e as duas últimas, à realização do *Comigo* e *Conosco*.

As realizações obtidas na carta M15 mostram toda a diversidade da língua no seu ambiente de uso. Os informantes extrapolaram a barreira da presença desses pronomes e fizeram uso de formas verbais em suas diversas possibilidades (*Sujeito oculto (eu), Sujeito oculto (você), Sujeito Impessoal* e 3ª PS/PP), além do uso diversificado dos pronomes (*Eu, Tu, Você* e *a Gente*). A carta M16 segue o mesmo padrão registrando as seguintes ocorrências: (*A gente, Nós, Sujeito Oculto, Sujeito Composto* e *Verbos no Infinitivo Pessoal e Impessoal*).

As cartas M17 e M18 registram a forma padrão *Comigo* e *Conosco*, no entanto encontramos as realizações *Com a gente, Juntos*, a expressão de chamamento *Vamos (bora)*, *Com nós, Mais nós*, além do nome da pessoa convidada.

As cartas M25 e M26 têm o objetivo de investigar as realizações verbais dos tempos presente e pretérito do indicativo. Após uma exaustiva análise de como iríamos representar essas realizações, chegamos à decisão de representar pelos tempos e formas verbais

mediante a resposta do informante. Com isso, chegamos às seguintes ocorrências: M25 (*Forma simples do verbo, Ausência verbal, Presente, Infinitivo, Verbo ir + infinitivo e Advérbio de tempo + presente do indicativo*), e M26 (*Futuro do pretérito, Pretérito imperfeito do indicativo, Verbo ir + infinitivo e Infinitivo*). Vale ressaltar que essas ocorrências foram exemplificadas nos comentários equivalentes a cada carta.

Quanto às quatro últimas cartas, a M27 (Ter/Haver) confirma a tendência do cearense em utilizar as formas do verbo *Ter* para caracterizar a ideia de existência em detrimento do verbo *Haver*. Já as cartas M28, M29 e M30 representam as realizações da negativa no falar cearense e a sua preferência pela dupla negação (*Eu não acredito que não, Não vi não e Eu não tenho medo não*).

Estas observações foram apenas uma pequena análise preliminar e superficial do mar de possibilidades que o ALSCE oferece, mesmo assim já é possível vislumbrar a riqueza dos dados documentados.

Considerações Finais

É notório, com a produção do ALSCE, que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado. Contudo há percepções factíveis, observadas ao longo da investigação, que não podem deixar de ser mencionadas.

Uma delas é que o falar cearense segue o padrão da ocupação dos “sertões de fora”, política expansionista da coroa portuguesa quando ainda era capitania, ou seja, seguiu o caminho construído de acordo com a ocupação das sesmarias, da rota da carne de charque e do algodão. Como a mesorregião localiza-se no início do centro do Estado indo na direção oeste, é ponto de passagem de todas essas rotas que vão em direção à capital. Com isso, permite-se claramente observar que as características linguísticas fazem a mesma rota.

Como podemos perceber, a complexidade de uma pesquisa geolinguística é imensa e os desafios são maiores ainda sem nenhuma garantia de que os resultados alcançados são

satisfatórios, contudo, nenhum pesquisador deve se contentar com o produto acabado.

É certo que temos mais um atlas para contribuir com os estudos da língua falada. Mesmo com suas lacunas, ainda pode proporcionar boas pesquisas e diminuir a distância entre a academia e a sala de aula.

Referências

ANTUNES, Carolina; VIANNA, Marlene Machado Zica. O dialeto rural não é mais aquele... In: SEABRA, Maria Cândida C. T. de (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p.13-27.

CARDOSO, S.; FERREIRA, C. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CARDOSO, S. A. M et al (Org.). *Projeto Atlas Linguístico do Brasil: Documentos 4*. Salvador: Vento Leste, 2013.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionário 2001*. Loderina: Ed. EUL, 2001.

LIMA, Fabiana dos Santos. *Atlas linguístico léxico-semântico de Iguatu (ALIG)*. 2009. 137f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza-CE, 2009.

LIMA, Fabiana dos Santos. *Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses (ALSCE)*. 2019. 333f - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2019.

MILROY, L. 2007. Social networks. In: CHAMBERS, J.K., TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). *The Handbook of Language Variation and Change*. Blackwell Reference Online, Blackwell Publishing, p. 411-428. Disponível em:<http://www.blackwellreference.com/subscriber/book?id=g9781405116923_9781405116923>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MONTEIRO, Jamyle dos Santos. *Atlas linguístico léxico-semântico de Capistrano (ALCa)*. 199f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza (CE), 2011.

MONTEIRO, José Lemos. Fontes bibliográficas para o estudo do dialeto cearense. *Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa*. Fortaleza, 9: 68-94, 1995.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. *Novos caminhos da geolinguística românica: um balanço*. In: Cadernos de tradução, nº 05. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ROMANO, V. P. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. In: *Entretextos*, v. 13, n. 2, 203-242, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16388>>. Acesso em 12 dez. 2019.

ROMANO, V; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. In: *RELin Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n.1, pp. 119-151, 2014. Disponível em <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5757>>. Acesso em 12 dez. 2019.

SANTOS, Irenilde Pereira dos. Técnicas de transcrição grafemática para o ALiB: reflexões. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; MILANI, Gleidy Aparecida L.; MOTA, Jacyra Andrade (orgs.). *Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALiB: Documentos 1*. Salvador: ILUFBA: EDUFBA, pp. 125-138, 2004.

SARAIVA, Carlos Alberto Moreira. *Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri cearense* (Alicace). 2019. 410f - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2019.

CAPÍTULO 8

ATLAS FONÉTICO E LÉXICO-SEMÂNTICO DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE – Alicace¹

Carlos Alberto Moreira Saraiva*
Maria Socorro Silva de Aragão**

Introdução

O Alicace, seguindo a tradição dos estudos geolinguísticos no Ceará, vem acrescer os conhecimentos linguísticos aos já existentes, visto que já foram elaborados três atlas linguísticos: o Atlas Léxico-Semântico de Iguatu – ALIg (LIMA, 2009), o Atlas Linguístico do Ceará (BESSA, 2010), no Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano (MONTEIRO, 2011), como também vem juntar-se aos poucos estudos dialetais no Ceará, especialmente na região do Cariri, onde encontramos as dissertações *As múltiplas realizações do fonema /S/ em posição de coda na fala do cratense* (SARAIVA, 2001) e *A vibrante em posição de coda na cidade de Crato* (Abreu 2000), que utilizaram informantes do banco de dados do PROFALA-UFC, especificamente do Projeto: O Português falado no Ceará, cujo

¹ O Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri cearense – Alicace é resultante da tese de Doutorado de Carlos Alberto Moreira Saraiva, orientada pela Profa. Dra. Maria Socorro Silva de Aragão, defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará.

* Professor da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: jasaraiivarros@gmail.com

** Professora da Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: socorro.aragao@terra.com.br

corpus foi coletado em cidades da região do Cariri, especialmente Crato, Barbalha, Nova Olinda, Juazeiro, Várzea Alegre, Altaneira, Mauriti, Caririaçu e Brejo Santo, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Elias Soares.

Nesse contexto, a elaboração do *Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região Do Cariri Cearense* justifica-se por fazer o registro fonético, lexical e semântico do falar de uma região que apresenta peculiaridades em seu povoamento e especificidades em sua localização geográfica por se situar ao sul do Estado do Ceará, tendo como limites os Estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí, visto vez que constitui uma forma de oferecer subsídios aos interessados nos estudos linguísticos (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, pedagogos, geógrafos e profissionais de áreas afins), além de possibilitar-lhes o conhecimento da realidade linguística e cultural da região e, também, contribuir para o entendimento da língua como instrumento social de comunicação diversificado e pluricultural.

Para tanto, traçamos como objetivo primeiro da pesquisa descrever e mapear a variação linguística no que diz respeito às realizações fonéticas e léxico-semânticas da língua falada na região do Cariri cearense, com o intuito de:

a) identificar que influências exercem as variáveis extralinguísticas ou sociogeolinguísticas (diassexual e diageracional) nos fenômenos de conservação, inovação e transição nos níveis fonéticos, lexicais e semânticos;

b) descrever a realidade do português falado na região do Cariri cearense para identificar fenômenos fonéticos, lexicais e semânticos caracterizadores de diferenciações ou de unidades linguísticas na região;

c) verificar que variantes linguísticas (fonéticas e léxico-semânticas) ocorrem com maior frequência em cada município pesquisado e quais apresentam maior representatividade na região do Cariri cearense;

Portanto, para a realização desta pesquisa, tomamos como fundamento os pressupostos teóricos e metodológicos da Dialetoлогия

e da Geolinguística orientados por Coseriu (1982), Brandão (1991), Ferreira e Cardoso (1994), Isquerdo (2001), Cardoso (2010).

2 O Alicace: a pesquisa

2.1 A região do Cariri cearense

A Região do Cariri cearense possui uma área de aproximadamente de 17.390,30 km². Situando-se ao sul do Estado do Ceará, limita-se ao norte com os municípios de Aiuaba, Saboeiro, Jucás, Cariús e Cedro; a oeste, com o Estado do Piauí; a leste, com os municípios de Umari, Baixio, Ipaumirim e o Estado da Paraíba; e ao sul, com o Estado de Pernambuco, cujo extremo é demarcado pela Chapada do Araripe².

Embora situada em pleno sertão nordestino, essa região apresenta alguns aspectos naturais que a diferem das demais regiões. Isso decorre da abundância de água, do clima ameno e dos solos férteis, uma vez que toda a sua parte sul é ocupada pela Chapada do Araripe, cuja formação rochosa de Embasamento Pré-cambriano e rochas sedimentares e Cristalinas datadas do período Mesozóico, favorecendo com que as águas das chuvas sejam absorvidas no seu topo e retidas em seu subsolo, surgindo em sua encosta mais de 300 fontes de água cristalina. Essas características, segundo os historiadores, foram o marco para a colonização da região por volta do século XVIII, pois, como evidencia Alves ((1945, p. 98)

Quem rompe os sertões distantes da baía, Alagôas e Pernambuco, onde predominam as formações xerofilas, com sua vegetação de espinho, em galgando a chapada do Araripe, pela encosta

² A Chapada do Araripe, com cerca de 180 km de extensão e abrangendo parte dos Estados de Pernambuco, Piauí e Ceará, é um espaço formado por um bioma diversificado em suas características geológicas, geomorfológicas, pedológicas, climáticas, hidrográficas/hidrológicas e de vegetação. Além dessas características, a Chapada do Araripe apresenta vários sítios ecológicos de importância fundamental na identificação dos processos de evolução da Terra.

setentrional, ao atingir o alto da serra, sente logo a mudança da paisagem geográfica, e mais deslumbrado fica ao avistar do lado cearense, a natureza ressurgida na exuberância da flora e no verde dos canaviais que pontilham a terra com o verde gaio de sua folhagem.

A vista do viadante descansa, em contemplando a natureza virente de todo o Vale do Cariri. É um oásis em meio das terras adustas dos sertões nordestinos.

Sobre os primeiros habitantes, as suas culturas e línguas, pouco é sabido, embora, existam vestígios da população pré-histórica, evidenciada nos sítios arqueológicos, onde foram encontrados restos de urnas funerárias e ossos humanos, pedras lapidadas e registros rupestres em cavernas e rochas, oriundos de várias épocas, o que indica a existência de populações diferentes que habitavam, principalmente, o sopé da Chapada do Araripe.

O seu povoamento ocorreu com a chegada dos criadores de gado, vindos da Bahia, de Sergipe e Pernambuco que, seguindo as correntes de água para o pasto e acompanhados dos missionários, tentaram atrair os grupos indígenas para se fixarem em lugares de catequese cristã, promovendo a chamada “pacificação”. Devido à fertilidade do vale do Cariri, começaram a surgir os primeiros núcleos urbanos (como a Missão Velha e a Missão do Miranda, hoje a cidade do Crato), crescendo assim a atividade agrícola com a produção de vários gêneros alimentícios e, desde o século XIX, a cultura da cana-de-açúcar, que ainda pode ser encontrada até hoje. No entanto, afirma-se que a colonização do vale do Cariri deva, também, à notícia de que na região havia ouro em abundância, o que ocasionou uma grande corrida por famílias oriundas de Portugal para o sertão, esperando que, com as riquezas das terras inexploradas, pudessem aumentar o patrimônio material e o prestígio pessoal com a corte portuguesa. Foi essa busca pelo ouro, nas ribanceiras do Rio Salgado, que trouxe para essa região os colonizadores, bem como a doação das sesmarias, permitindo o surgimento de vilas que, posteriormente, tornaram-se municípios com processos distintos de formação, tendo ocorrido as suas emancipações

nos três últimos séculos, conforme sequência a seguir: Crato (1764), Jardim (1814), Barbalha (1846), Missão Velha (1864), Santana do Cariri (1885), Juazeiro do Norte (1911) e Nova Olinda (1957). E foram esses municípios, desde os seus aldeamentos às suas emancipações, os responsáveis pela primeira etapa da história econômica, social e política da região do Cariri cearense.

A região do Cariri cearense, embora já recebesse essa designação “no linguajar do povo, da Imprensa, da Literatura e da Crônica Histórica, de tal forma, que criou força de Lei”³, seus municípios integravam, oficialmente, a Região Centro-Sul do Ceará, pois somente em 24 de setembro de 2015, o Projeto de Lei que institui as 14 regiões de Planejamento do Estado foi aprovado pela Assembleia Legislativa, dentre as quais figura a Região do Cariri.

Atualmente, essa Região, com uma população estimada em 1.014.610 hab., é constituída por 29 municípios:⁴.

3 Metodologia da pesquisa em foco

3.1 Pontos de Inquéritos⁵

Para a elaboração do Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense – Alicace – foram escolhidos seis municípios, observando-se apenas a distância geográfica entre eles.

³ FIGUEIREDO FILHO, Jose Alves de. A história regional como parte integrante do ensino universitário. In: *Revista de História*. V. 36, n. 74 (1968). São Paulo: USP, 1968. p. 463-473. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/127399/124570>. Acesso em 15 jun. 2018.

⁴ Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre. Fonte: CEARÁ. Perfil das Regiões de Planejamento: Cariri. Fortaleza: IPECE, 2017.

⁵ Os dados geográficos e populacionais dos pontos de inquéritos foram obtidos no site do IBGE, considerando-se o censo de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Assim, dos 29 municípios que formam a região, a nossa pesquisa constitui-se de 06 pontos de inquéritos localizados nos municípios de Crato, Porteiras, Várzea Alegre, Aurora, Tarrafas e Araripe, cujos dados históricos, geográficos e sociais são descritos a seguir:

1) O município de Crato, conhecido inicialmente por Missão do Miranda, Aldeia do Brejo Grande e Missão dos Cariris Novos, foi elevado à categoria de vila por meio da Carta Régia datada de 16 de dezembro de 1762, e a sua instalação em 21 de junho de 1764, recebendo a denominação de Vila Real do Crato, elevada à categoria de cidade por meio da Lei Provincial nº 628, de 17 de outubro de 1853. A denominação *Crato* reporta, segundo alguns historiadores, a uma homenagem feita a D. Antônio, Prior do Crato, príncipe bastardo que pretendia o Trono Luso. Para outros, a designação foi uma homenagem ao Vilarejo de Crato, na região de Alentejo, em Portugal.

Com a extensão territorial de 1.176,5 km² e população total de 121.428 habitantes, limita-se ao norte, Caririáçu, Farias Brito; ao oeste, Nova Olinda, Santana do Cariri; ao leste, Barbalha, Juazeiro do Norte, Caririáçu; e ao sul, Estado de Pernambuco.

2) O município de Porteiras, cuja denominação decorre de duas porteiras existentes em uma grande lagoa chamada de Ariosa: a Porteira de Fora e a Porteira de Dentro. Ainda pertencente ao município de Jardim, foi elevado à categoria de Município em 17 de agosto de 1889, por meio da Lei nº 2.169. Em 1920, a Lei nº 1.794, de 9 de outubro foi suprimido, mas restaurado 1922, conforme a Lei nº 2.002, de 16 de outubro, passando a denominar-se Conceição do Cariri. No ano de 1931, o Decreto-Lei nº 193, de 20 de maio, foi novamente suprimido, passando a figurar como distrito de Brejo Santo até 1951, quando novamente foi restaurado à categoria de município por meio da Lei nº 1.158, de 22 de novembro.

Com extensão territorial é de 217,6 km² e população total de 15.061 habitantes, tem como municípios limítrofes ao norte, Brejo Santo e Missão Velha; ao oeste, Jardim e Missão Velha; ao leste, Brejo Santo; e ao sul, Jardim e Jati.

3. O nome do município de Várzea Alegre, segundo a tradição, foi dado pelos viajantes que percorriam a região do Cariri que, encantando-se com a beleza daquele vale verdejante e com a cantoria dos pássaros, época em que pertencia ao município de Lavras da Mangabeira. A sua criação ocorreu por meio da Lei Provincial nº 1.076, de 30 de novembro de 1863, e sua elevação à categoria de Município pela Lei nº 1.329, de 10 de outubro de 1870. Em 20 de maio de 1931, o Decreto Estadual nº 193, suprimiu-o, anexando o seu território ao município de Cedro. Porém, em 4 de dezembro de 1933, o Decreto Estadual nº 1.156, restaura-lhe a categoria de Município.

Com extensão territorial é de 835,7 km² e população total de 38.434 habitantes, o município de Várzea Alegre limita-se ao norte, Cedro e Cariús; ao oeste, Cariús e Farias Brito; ao leste, Granjeiro, Lavras da Mangabeira e Cedro; e ao sul, Farias Brito, Caririaçu e Granjeiro.

4) Segundo a tradição, a denominação do município surgiu do nome de uma mulher chamada Aurora, que era mantida como concubina por um influente coronel e morava em um barraco que também servia de ponto comercial de nome *Venda*, atendendo tropeiros viajantes às margens do Rio Salgado. Aquele ponto comercial, com o passar dos anos, tornou-se um povoado, ora pertencente ao município de Lavras da Mangabeira, cuja criação se deu por meio da Lei Estadual n.º 2.047, de 10 de novembro de 1883.

Com extensão territorial de 885,83 km² e população total de 24.566 habitantes tem como municípios limítrofes ao norte, Lavras da Mangabeira; ao oeste, Caririaçu; ao leste, Estado da Paraíba; e ao sul, Barro, Milagres e Missão Velha.

5) O nome do município de Tarrafas deve-se, consoante a tradição, a uma rede de pescar (chamada tarrafa) que ficou presa em um poço do Rio Bastiões, cujo fato levou os habitantes a chamarem o local onde se originou o povoado de poço da tarrafa. A sua elevação à categoria de vila deu-se pelo Ato Governamental, de 7 de junho de 1920, e à categoria de município por meio da Lei nº 6.810, de 3 de dezembro de 1963, sendo suprimido pela Lei nº

8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação. Em 21 de outubro de 1987, foi novamente elevado à categoria de município pela Lei nº 11.360, modificada conforme Lei nº 11.484/88.

Com extensão territorial de 454,4 km² e população total de 8.910 habitantes limita-se ao norte, Cariús, Jucás e Saboeiro; ao oeste, Saboeiro, Antonina do Norte e Assaré; ao leste, Farias Brito e Cariús; e ao sul, Assaré e Farias Brito.

6) O termo Araripe, que denomina o município desmembrado do município de Assaré em 03 de agosto de 1875, pela Lei Estadual n.º 1.661, provém da denominação dada à chapada que se estende entre o Ceará e Pernambuco, e vem do tupi guarani **aria** (dia, tempo, mundo, claridade), **ari** (começo, nascimento) e **pe** (em, lugar, onde) e significa “lugar onde o dia começa”.

Com extensão territorial de 1.099,9 km² e população total de 20.685 habitantes tem como municípios limítrofes ao norte, Potengi; ao oeste, Salitre; ao leste, Santana do Cariri; e ao sul, Estado de Pernambuco.

3.2 Escolha dos Informantes

Em todos os pontos de inquérito foram selecionados 04 informantes, totalizando 24 cujo perfil pode ser verificado no quadro seguinte:

Quadro 01 - Perfil dos informantes

Ponto	Informante	Nome	Sexo	Idade	Escolaridade
Crato	01	RMS	H	29 anos	9º ano
	02	VSMS	M	18 anos	9º ano
	03	FMF	H	70 anos	0 ano
	04	MIS	M	54 anos	5º ano
Porteiras	01	FSL	H	19 anos	8º ano
	02	FRF	M	30 anos	8º ano
	03	CFS	H	63 anos	5º ano
	04	FSM	M	64 anos	8º ano
	01	PVC	H	19 anos	8º ano

Várzea Alegre	02	REMS	M	29 anos	9º ano
	03	AQM	H	56 anos	7º ano
	04	RAB	M	66 anos	9º ano
Aurora	01	RTA	H	20 anos	4º ano
	02	MAER	M	25 anos	9º ano
	03	MIPS	H	50 anos	4º ano
	04	FOL	M	59 anos	4º ano
Tarrafas	01	FDL	H	30 anos	8º ano
	02	MS	M	22 anos	9º ano
	03	ARS	H	69 anos	6º ano
	04	APC	M	65 anos	4º ano
Araripe	01	JDPGJ	H	27 anos	9º ano
	02	MEPSA	M	23 anos	9º ano
	03	REA	H	65 anos	0 ano
	04	MLBN	M	49 anos	4º ano

3.3 Questionários

Para a coleta dos dados, foi aplicado diretamente aos informantes o questionário do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (COMITÊ NACIONAL DO ALiB, 2001), considerando tanto os aspectos fonéticos e fonológicos quanto os semânticos e lexicais⁶, visto que o nosso objetivo foi apurar a variação dos fonemas ou sequências de vogais ou consoantes, bem como caráter onomasiológico e diatópico na fala da população da região do Cariri cearense.

⁶ O Questionário Fonético-Fonológico (QFF) é composto de 159 questões, objetivando apurar a variação dos fonemas ou sequências de vogais ou consoantes; o Questionário semântico-lexical (QSL), composto de 202 questões distribuídas em 14 áreas semânticas: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios, vida urbana.

3.4 Pesquisa de campo

A coleta dos dados, para a qual contamos com a presteza de alguns munícipes, visto que éramos desconhecidos em alguns pontos do inquérito, o que acarretava a falta de confiança das pessoas, ocorreu entre o período de maio de 2017 a outubro de 2019.

Em algumas localidades, contamos com a colaboração de alguns alunos do Curso de Letras da Universidade Regional do Cariri – URCA, residentes na localidade, para apresentação dos possíveis informantes. A aplicação dos questionários se deu de forma espontânea e individualmente a cada informante, ocorrendo, na maioria das vezes, na sua própria casa ou em escolas do município. A aplicação dos questionários somente aconteceu após dadas as explicações sobre o propósito da entrevista, que era uma pesquisa de doutorado, cujo objetivo era fazer um mapeamento das palavras usadas atualmente para nomear as coisas da nossa região. Após o consentimento do informante em ser entrevistado, era feita a leitura do “Termo” de concordância do uso dos dados na pesquisa.

3.5 Transcrição do *corpus* e seleção dos itens para as cartas

Após a coleta e o arquivamento dos dados, procedemos à transcrição do material, de sorte que garantíssemos o tratamento e a elaboração das cartas do Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense – Alicace.

O *corpus* coletado encontra-se transcrito fonética e graficamente, obedecendo aos seguintes critérios:

a) todas as respostas do Questionário fonético-fonológico foram transcritas com base no Alfabeto Fonético Internacional (IPA), cujos sinais e diacríticos foram reduzidos para a adequação dos dados aos parâmetros do Programa Computacional SGVCLin (SEABRA; ROMANO; OLIVEIRA, 2015), utilizado tanto na elaboração das cartas fonéticas quanto as lexicais.

b) todas as respostas obtidas por meio do Questionário léxico-semântico foram transcritas grafematicamente.

Para a seleção dos itens que compõem as cartas linguísticas, optamos por registrar as variações fonéticas e léxico-semânticas que apresentam maior relevância sob o ponto de vista pluridimensional, visto que o propósito dessas cartas é mostrar a ocorrência real de determinado fenômeno linguístico presente na região pesquisada, considerando a variável diatópica em consonância com a diagenérica e a diageracional.

Assim, para elaboração das cartas fonéticas, adotamos os seguintes critérios: frequência da ocorrência, distribuição regular e número de variantes fonéticas do item. Em relação à frequência da ocorrência, optou-se por cartografar as questões cuja resposta apresente um percentual igual ou superior a 50%, ou seja, que tenha havido 12 ou mais ocorrências de dada variante. Já quanto à regularidade da distribuição da ocorrência, decidiu-se usar o item que foi dado como resposta pelo menos por um dos informantes de cada ponto, ou seja, que se encontre presente em todos os pontos. Já com relação ao número de variantes fonéticas elegeu-se o item que apresenta, no mínimo, duas variantes fonéticas, ainda que uma delas apresente ocorrência ímpar. A partir desses critérios, do total de 159 questões do QFF, foram elaboradas 112 cartas fonéticas, numeradas de 1 a 112.

Para a elaboração das cartas lexicais, levamos em conta a presença de uma mesma variante em pelo menos 50% das ocorrências, sempre observando se houve a ocorrência de três itens lexicais em cada ponto de inquérito. Apesar de se procurar fazer uma fotografia linguística da nossa região, nos casos em que se verificou uma grande dispersão dos itens lexicais, optamos por não elaborar a carta, mesmo tendo o nosso trabalho o objetivo de fazer uma descrição detalhada do falar da Região do Cariri cearense.

Com isso, do total de 197 questões lexicais, foram elaboradas 140 cartas, numeradas de 1 a 140, obedecendo à ordenação dos campos semânticos.

4. O Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri cearense - Alicace

O Alicace compõe-se de apenas um volume, no qual se encontram a introdução, uma exposição dos aspectos geográficos, históricos, sociais e econômicos da região do Cariri cearense, com detalhamento dos municípios-pontos, uma abordagem teórica sobre os estudos linguísticos norteadores dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa Dialetológica e Geolinguística, além de um panorama sobre a variação linguística, especificamente a fonética e a lexical, que são o eixo central desta pesquisa, a exposição de toda a metodologia adotada para a realização desta pesquisa, as cartas fonéticas e léxicas, as considerações finais, as referências e os anexos.

4.1. As cartas linguísticas

Nas cartas linguísticas do Alicace evidencia-se a realidade diatópica, diagenérica e diageracional existente na região do Cariri. Assim, para descrever a realidade linguística da dessa região, foram elaboradas 112 cartas fonéticas e 140 cartas lexicais: nas primeiras, registramos a ocorrência das variantes de um fonema ou dos vários fonemas nos pontos investigados, que representam as formas variantes do falar da Região do Cariri cearense; nas segundas, registramos os itens lexicais usados pelos falantes da região para expressar o mesmo conceito, independentemente da variação fônica comprovada em cada ponto.

Vejamos a análise de alguns itens fonéticos e lexicais nas cartas linguísticas do Alicace.

4.1.1 Cartas Fonéticas

Embora tenhamos utilizado o Questionário Fonético-Fonológico do ALib, as Cartas Fonéticas do Alicace, podemos fazer uma análise das variantes encontradas em todas as localidades

pesquisas. No entanto, optamos por apresentar quais fenômenos fonéticos (ou processos)⁷ ocorrem na fala do Cariri cearense, a partir da análise dos itens de duas cartas fonéticas, conforme transcrevemos foneticamente, seguindo as orientações de Cristóforo Silva (2001)⁸:

1) o item *prateleira*, para o conceito “... aquilo assim (*mímica*) onde se colocam objetos na cozinha (latas de mantimentos na cozinha, enfeites na sala...) ou produtos para vender no supermercado, mercearias etc.”, verificado na Carta nº 1, apresentou sete variantes, em que verificamos a ocorrência dos fenômenos fonéticos seguintes:

a) [pahtɾ'lerɐ]

A ocorrência do fenômeno “metátese” foi verificada em todas as localidades, com maior frequência na fala das mulheres jovens e dos homens mais velhos.

b) [paʃtr'lerɐ]

Neste caso, primeiramente ocorre a transposição (metátese) do fonema /R/ para a posição de coda; em seguida, a transformação do /R/ em um segmento fricativo alveolar desvozeado /s/ que sofre, com grande frequência, a palatalização quando ocorre diante do fonema oclusivo desvozeado /t/.

c) [pratɾ'lerɐ]

O fenômeno iotização, ou seja, queda da semivogal /y/, ora representado nesta carta, ocorreu com muita frequência na fala da região.

d) [patɾ'lerɐ]

Apesar de se verificar a síncope nas proparoxítonas, verificamos a sua ocorrência no apagamento de apenas um segmento em palavras cujo acento tônico recai na penúltima sílaba

⁷ Os processos fonológicos aqui especificados encontram-se tratados na sub-parte 2.2.1 a variação fonética (SARAIVA, 2019, p. 66-70).

⁸ CRISTÓFARO SILVA, Thais. *Fonética e fonologia do português* - roteiro de estudos e guia de exercícios. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

(- paroxítonas), como evidenciado na ocorrência do item *prateleira* na fala do Cariri cearense.

e) [pratʃr'leɾɐ]

Embora tenha ocorrido a africativização da consoante oclusiva alveolar desvozeada do item apresentado, esse fenômeno foi verificado apenas na fala de uma informante jovem no Cariri cearense.

f) [pratʃlɛjɾɐ]

Na realização do item *prateleira*, verificamos o alteamento da vogal média anterior fechada /e/, cuja realização ocorre com a transformação desse segmento em uma vogal alta /ɪ/.

g) [platr'leɾɐ]

O fenômeno observado na realização acima pode ser entendido como um distúrbio fonológico. No entanto, observamos que a informante não apresenta nenhuma dificuldade em articular o segmento fonológico tepe alveolar vozeado [r], visto que se podem verificar as realizações [te'zɔɾɐ] e [travɪ'sɛɾɐ] em respostas aos itens “tesoura” e “travesseiro”.

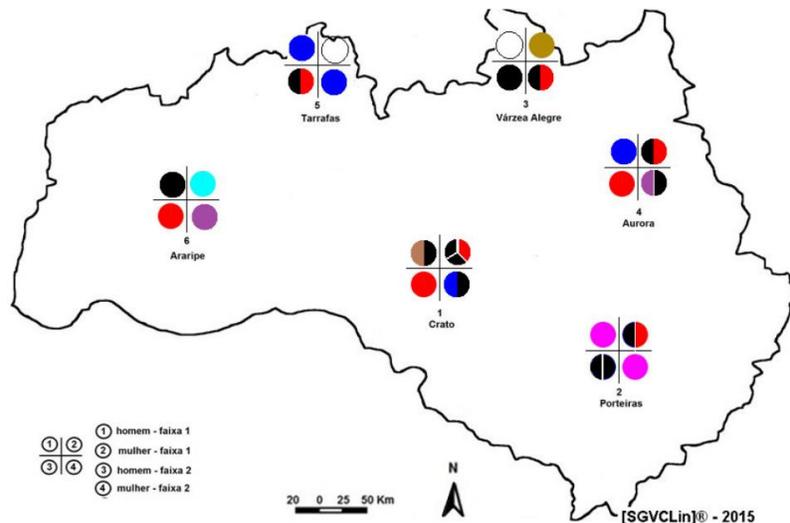
A figura seguinte apresenta detalhadamente as realizações das variantes em todos os pontos de inquérito da pesquisa:

Figura 1 - Carta Fonética do item *prateleira*.



Atlas Fonético e Léxico-Semântico do Cariri cearense
Alicace

Carta nº 1
PRATELEIRA



- ① homem - faixa 1
- ② mulher - faixa 1
- ③ homem - faixa 2
- ④ mulher - faixa 2

Variantes

- outras respostas
- [paɦtɾ'leɾv]
- [paɦtɾ'leɾv]
- [paɦtɾ'leɾv]
- [pratɾ'leɾv]
- [patɾ'leɾv]
- [platɾ'leɾv]
- [pratɾ'leɾv]
- [pratr'lejrɐ]
- sem resposta

Nota:

1. Foram registradas as seguintes formas:
 - a) [ah'maRyɯ] pelos informantes CRA1, CRA2 (2ª resp.), POR2, POR3 (1ª resp.), VAR3, VAR4, AUR2 e AUR4;
 - b) [IS'taɦ] pelos informantes CRA2 (1ª resp.), CRA4; POR3 (2ª resp.), TAR3 e ARA1.

Fonte: Moreira Saraiva (2019, p. 124)

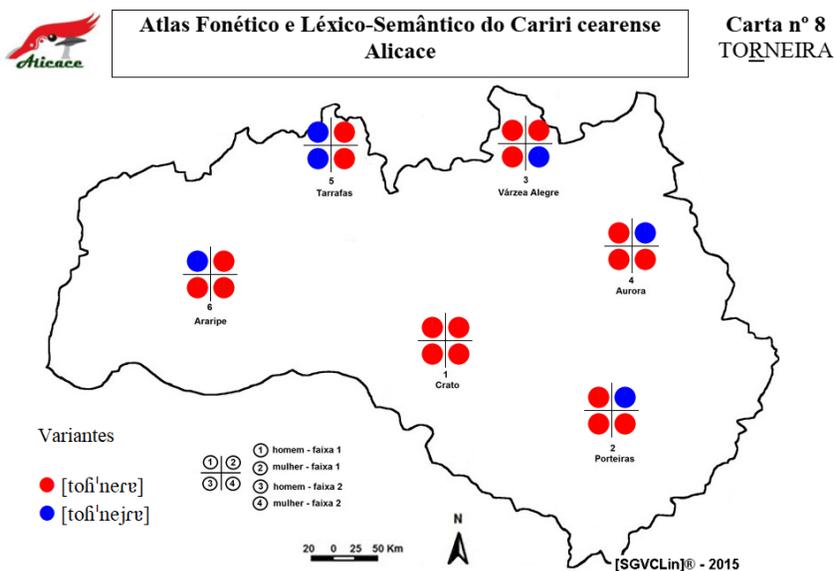
2. o item *torneira*, para o conceito “Como se chama aquilo que se abre quando se quer lavar as mãos numa pia?” que se encontra na Carta nº 8, apresentou apenas a realização de duas variantes, das quais a maior ocorrência foi verificada na sua forma variante que apresenta o fenômeno de monotongação, ou seja, processo em que ocorre a perda da semivogal do ditongo. A respeito dessa mudança, Câmara Jr. (1999, p.170, grifo do autor), ao defini-la, enfatiza a sua natureza fonética, uma vez que a

Mudança fonética que consiste na passagem de um ditongo a uma vogal simples [...] Para pôr em relevo o fenômeno da monotongação

chama-se, muitas vezes, MONOTONGO à vogal simples resultante, principalmente quando a grafia continua a indicar o ditongo e ele ainda se realiza numa linguagem mais cuidadosa. Entre nós há, nesse sentido o monotongo *ou /ô/*, em qualquer caso, e *ai /a/*, *ei /ê/* diante de uma consoante chiante (p)ouca, (b)oca, (c)caixa, como *acha*, (d)deixa), como fecha.

No item em análise, o processo de monotongação é resultante do apagamento da semivogal [y] que ocasiona a redução do ditongo em [tofi'nejrɐ] resultando, pois, uma vogal simples [e], levando-se à uma maior ocorrência do monotongo [tofi'nerɐ] na fala do Cariri cearense. Para uma melhor compreensão da ocorrência das variantes, observe a sua distribuição, conforme expressa a figura a seguir:

Figura 2 - Carta Fonética do item *torneira*.



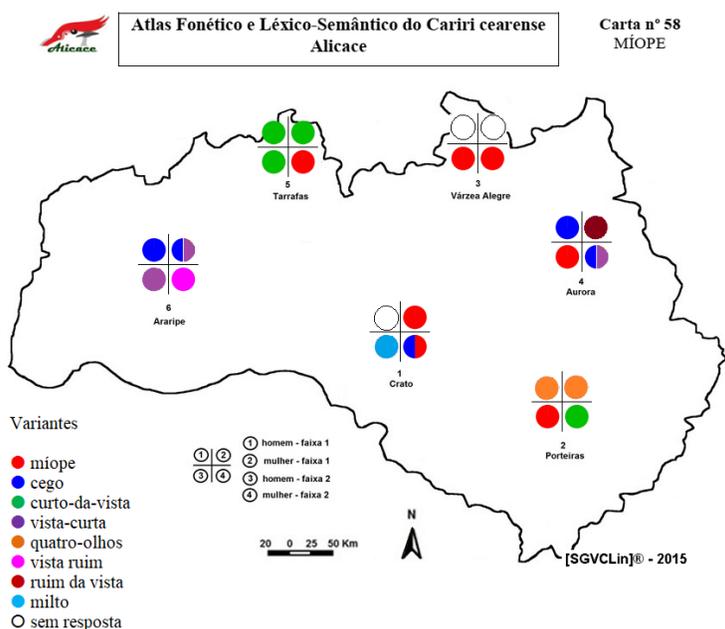
Fonte: Moreira Saraiva (2019, p. 131)

4.1.2 Cartas léxicas

Embora tenham sido elaboradas 140 cartas léxicas no Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense – Alicace, optamos, neste trabalho, por fazer a apresentação de apenas duas em que observamos no primeiro caso a grande ocorrência do item esperado como resposta à questão proposta; no segundo, a variante que apresentou maior frequência não constava como uma possível resposta à questão.

1. O item *míope* para o conceito “como se chama a pessoa que não enxerga longe, e tem que usar óculos?”, constante na Carta nº 58, os informantes apresentaram as seguintes variantes: *míope*, *cego*, *curto-da-vista*, *vista-curta*, *quatro-olhos*, *vista ruim*, *ruim da vista*, *milto*, como se pode observar a frequência das variantes na Carta Léxica representada na figura, a seguir:

Figura 3 - Carta Fonética do item lexical *míope*.



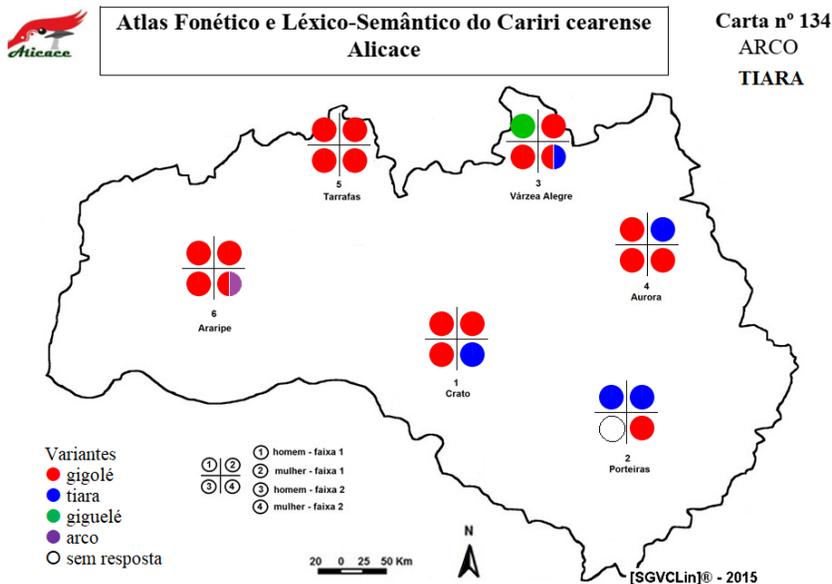
Fonte: Moreira Saraiva (2019, p. 293)

Observamos que o item lexical míope apresentou ocorrência em cinco pontos, não havendo a sua realização no ponto 6, onde verificamos três variantes, a saber: *vista-curta*, *cego* e *vista ruim*. Com relação à forma *curto da vista*, que ocorre com grande frequência no ponto 5, mas ocorre apenas uma realização no ponto 2 não nos leva a acreditar que haja uma relação de uso dialetal, pois a distância geográfica entre os dois pontos é muito grande, não apresentando entre si grandes fluxos de seus habitantes. Os dois municípios não se caracterizam como pólos de desenvolvimento econômico ou educacional para que haja uma necessidade de intercâmbio entre a sua população.

2. Na questão “Como se chama o objeto de metal ou plástico que pega de um lado a outro da cabeça e serve para prender os cabelos?” apresentada na Carta nº 134, os informantes da região do Cariri cearense apresentaram as variantes *gigolé*, *tiara*, *giguelé* e *arco*, sendo a forma *gigolé* a variante que apresentou uma grande frequência, cuja ocorrência se deu em todos os pontos da região, com exceção do ponto 6, que apresentou apenas uma ocorrência na fala da informante mulher com mais idade.

O poeta Mundim do Vale (2008), no poema intitulado “É o novo!”, usa a palavra *gigolé* como sendo uma forma “antiga”, visto que, ao iniciar o poema, anuncia que a rima antiga a ser feita é um pedido de um amigo e que as palavras foram saindo da sua cabeça, pois as coisas por elas apresentadas já não mais existem.

Figura 4 - Carta lexical do item “arco”, “tiara”.



Fonte: Moreira Saraiva (2019, p. 365)

Considerações finais

Esta pesquisa é uma contribuição aos estudos geolinguísticos por meio da caracterização do falar cariariense, pois, certamente, o Atlas Fonético e Semântico-Lexical da Região do Cariri Cearense – Alicace, pode, de alguma forma, assegurar uma visão aprofundada das particularidades linguísticas em seus aspectos fonéticos-fonológicos e semânticos-lexicais de toda uma região. Por isso, acreditamos que esta pesquisa representa um passo no caminho a percorrer no conhecimento das variedades linguísticas, sabidas, mas pouco exploradas pelos estudiosos da região.

Enfim, seguindo os caminhos traçados pela Dialectologia moderna e pela Geolinguística, como também das orientações contidas na metodologia do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, procuramos registrar neste Atlas Linguístico, o falar de uma região com o propósito de fazer a sua descrição, que pode ser verificada nas 252 cartas linguísticas (112 cartas fonéticas e 140 semântico-

lexicais), cujos itens retratam a realidade linguística da região estudada nos seus aspectos fonético e semânticos-lexicais.

Com relação ao aspecto fonético, pode-se verificar, na região do Cariri cearense, a ocorrência dos fenômenos fonológicos de supressão, de inserção, de substituição e de transposição de fonemas. E quanto ao aspecto lexical, podemos verificar que houve ocorrência de itens em todos os campos semânticos do questionário aplicado, embora tenha havido casos em que o item lexical não ocorreu em todas as localidades, como se verifica nas questões seguintes: 4 - redemoinho (de água); 6 - onda de rio; 15 - chuva de pedra; 18 - garoa; 32 - via láctea; 47 - soca; 53 - haste do carrinho de mão; 55 - cangalha; 57 - jacá; 58 - bolsa; 61 - trabalhador de enxada em roça alheia; 75 - lombo; 82 - manco; 85 - libélula; 89 - pálpebra; 90 - cisco; 93 - míope; 95 - conjuntivite; 105 - pomo-de-adão; 109 - cheiro nas axilas; 114 - pernetá; 115 - manco; 117 - rótula; 119 - calcanhar; 130 - filho adotivo; 136 - pessoa tagarela; 138 - pessoa sovina; questão 140 - assassino pago; questão 155 - cigarro de palha; questão 146 - toco de cigarro; questão 150 - amuleto; questão 160 - esconde-esconde; 162 - pega-pega; questão 164 - chicote queimado; 165 - gangorra; 168 - tramela; 171 - fuligem; 183 - empanturrado; 191 - rouge; 198 - rotatória.

Portanto, acreditamos que esse Atlas Linguístico vai em muito contribuir para a preservação da nossa memória linguística, que aflora em determinadas lexias que nos levam a tempos pretéritos, como a palavra *galamarte*, que aparece como resposta à QSL 165 (Como se chama uma tábua apoiada no meio onde cada criança se senta numa ponta e quando uma sobe e a outra desce?) apresentada na Carta nº 112; e as palavras *biliro* e *misampli*, que se apresentam como respostas à QSL 192 (Como se chama um objeto fino de metal, para prender o cabelo?) constante na Carta nº 133, que representam itens lexicais que há muito não ouvimos, ou talvez nunca tenha sido ouvidas, mas que aparecem nesta pesquisa.

Referências

- ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. LIX, p, 94-133. 1945. Disponível em: <https://www.institutoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1945/1945-OValedoCariri.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- BESSA, José Rogério Fontenele. *Atlas Linguístico do Ceará*. v. I, v. II. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- COMITÊ NACIONAL DO ALiB. *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários. Londrina: EDUEL, 2001.
- COSERIU, E. A Geografia Linguística. In: COSERIU, E. *O homem e sua linguagem*. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro, Presença/São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. de (Orgs.). *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2001, p. 91-100
- LIMA, Fabiana dos Santos. *Atlas Linguístico Léxico-semântico de Iguatu*. 2009. 136 f. Dissertação de mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3598>. Acesso em 07 abr. 2017.
- MONTEIRO, Jamyle dos Santos. *Atlas linguístico léxico-semântico de Capistrano*. 2011. 199 f. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2011. Disponível em: www.uece.br/posla/dmdocuments/JamyledosSantosMonteiro.pdf. Acesso em 07 abr. 2017.
- MOREIRA SARAIVA, Carlos Alberto. *Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri cearense*: Alicace. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.

ROMANO, V; SEABRA, R; OLIVEIRA, N. [SGVCLin]: software para geração e visualização de cartas linguísticas. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 119-151, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5757>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SARAIVA, Carlos Alberto Moreira. *As múltiplas realizações do fonema /S/ em posição de coda na fala do cratense*. 2001. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2000.

VALE, Mundim. É o novo! In: Mundo Cordel. Disponível em: <http://mundocordel.blogspot.com/2008/05/poesia-de-mundim-do-vale.html>. Acesso em 13 nov. 2020.

CAPÍTULO 9

ATLAS LINGUÍSTICO DO LITORAL PERNAMBUCANO (ALITOPE): CONTEXTURA E DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Edmilson José de Sá*

Eraldo Batista da Silva Filho**

Introdução

Os estudos dialetais e geolinguísticos em Pernambuco começaram a ser desenvolvidos a partir do projeto de construção do *Atlas Linguístico da Zona da Mata Sul* (ALMEIDA, 2009). No ano seguinte, a fim de avançar na exploração das variedades linguísticas do Estado, inspirando-se no *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI et al., 1963), no *Atlas Linguístico da Paraíba* (ARAGÃO; MENEZES, 1984), no *Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA et al. 1987) e no *Atlas Linguístico de Sergipe II* (CARDOSO, 2002), surgiu o projeto do *Atlas Linguístico de Pernambuco*, concluído como Tese de Doutorado por Sá (2013).

Nesse ínterim, alguns atlas de pequeno domínio foram construídos, abrangendo *corpora* coletados em municípios e em mesorregiões do Estado. Contudo, considerando a extensão e o número de municípios ainda não investigados nos limites pernambucanos, constata-se que ainda há muito o que pesquisar.

* Mestre em Linguística (UFPE) e Doutor em Letras (UFPB): E-mail: edjm70@gmail.com

** Mestre em Linguística (UFPE) e Doutor em Letras (UFPE): E-mail: eraldofilho@hotmail.com

Por isso, a proposta a ser descrita adiante visa à apresentação do *Atlas Linguístico do Litoral Pernambucano*, o primeiro nas áreas costeiras do Estado.

A escolha para um trabalho de descrição dialetal no litoral se justifica pelo número de pontos de inquéritos que podem ser explorados, já que, no atlas estadual, a distribuição de pontos apenas contemplou a capital Recife e outros municípios distribuídos em microrregiões interioranas. Considera-se, ainda, a importância dos municípios litorâneos para a História do Brasil e os dados coletados poderão auxiliar na descoberta de marcas dialetais motivadas pelas heranças ibéricas que, mestiçadas com contribuições indígenas e africanas, compõem a cultura de Pernambuco e se manifestam tanto em usos e costumes como na língua falada.

Este artigo se articula em seções que se iniciam com aspectos sobre a Dialetoologia litorânea, evidenciando, em seguida, o litoral de Pernambuco e os estudos geolinguísticos já realizados no Estado 'onde o mar se arreventa', no intuito de caracterizar o projeto do atlas linguístico aqui proposto. Para tanto, descrever-se-ão a rede de pontos, o perfil dos informantes e a composição da pesquisa. Isso permitirá que se emita, pelo menos, uma conclusão aproximativa que abrigue as perspectivas futuras almejadas na obtenção do produto final do projeto em tela.

2. Aspectos sobre a Dialetoologia litorânea

Se for tomado como orientação o Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil publicado pelo IBGE em 2011, o oceano sempre teve um papel importante na história do Brasil desde seu descobrimento, pois a expansão colonial portuguesa que permitiu a incorporação do continente americano ao mundo do europeu surgiu justamente por vias marítimas. Além disso, outros povos atracaram na costa brasileira munidos de interesses distintos:

Os franceses foram os primeiros que, desde o século XVI, comerciavam os produtos da terra com os nativos, circulando no litoral do Brasil contrabandeando pau-brasil, animais, resinas vegetais e outros. [...] Na foz do Amazonas, ingleses, holandeses e irlandeses estabeleceram feitorias privadas. (ATLAS, 2011, p. 22)

O Brasil possui 18 áreas litorâneas, sendo 14 na costa e quatro nas ilhas oceânicas a saber: Foz do Amazonas (PA e AP), Baía de Marajó (PA), Baía de São Marcos (MA), Recife (PE), Foz do rio Sergipe (SE), Baía de Todos os Santos (BA), Região de Abrolhos (BA), Baía de Vitória e adjacências (ES), Baía de Guanabara (RJ), Baía de Sepetiba (RJ), Santos e adjacências (SP), Baía de Paranaguá (PR), Ilha de Florianópolis (SC), Lagoa dos Patos (RS) e as ilhas oceânicas Atol das Rocas, Fernando de Noronha, Arquipélago de São Pedro e São Paulo e Trindade. Junto a essas áreas, encontram-se também espaços urbanizados nos municípios costeiros de Norte a Sul do país.

Do ponto de vista dialetal e geolinguístico, atlas estaduais já contemplam dados cartografados de municípios costeiros, incluindo, em sua maioria, as capitais como o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – 1963, o *Atlas Linguístico da Paraíba* – 1984, o *Atlas Linguístico de Sergipe* – 1987, o *Atlas Linguístico de Paraná* – 1994, o *Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil* – 2002, o *Segundo Atlas Linguístico de Sergipe* – 2005, o *Atlas Linguístico Sonoro de Pará* – 2004, o *Atlas Linguístico do Amazonas* – 2004, o *Atlas Linguístico de Paraná - II* – 2007, o *Atlas Linguístico do Estado do Ceará* – 2010, o *Atlas Linguístico de Pernambuco* – 2013 e o *Atlas Linguístico do Estado de Alagoas* – 2017, além, obviamente, do *Atlas Linguístico do Brasil*¹.

De modo mais específico, alguns atlas linguísticos de litorais brasileiros já foram construídos. O primeiro pesquisado

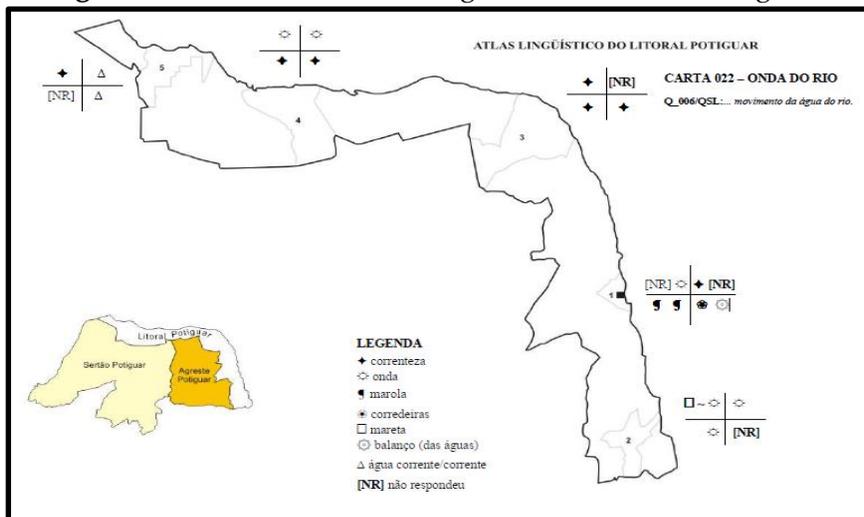
¹ O Atlas Linguístico do Brasil teve dois volumes publicados em 2014. O primeiro contempla a introdução, enquanto o segundo a apresenta as 159 cartas linguísticas, com dados de 25 capitais de estado. Já estão programados os volumes que contemplarão os resultados das 225 localidades e os demais dados das capitais. Maiores informações podem ser acessadas através do site www.alib.ufba.br.

inteiramente em áreas costeiras do Brasil coube à Maria das Neves Pereira, como tese de Doutorado, defendida na UFRJ em 2007.

Os inquéritos realizados no Rio Grande do Norte permitiram a construção do *Atlas Linguístico do Litoral Potiguar*, projeto interligado ao Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte – ALIRN –, para o qual 24 informantes, pertencentes a cinco municípios, selecionados dentre os 11 que compõem a rede de pontos do Projeto ALIRN², responderam perguntas de natureza fonético-fonológica, semântico-lexical, morfossintática e ainda elocuições livres indicadas na metodologia do Atlas Linguístico do Brasil.

Além de oito cartas introdutórias, foram construídas 80 cartas linguísticas, distribuídas em 35 fonéticas, 10 morfossintáticas e 35 cartas léxicas, a exemplo da carta 22 que traz as variantes para onda de rio, disposta, a seguir, na figura 1.

Figura 1 – Carta 22 do Atlas Linguístico do Litoral Potiguar



Fonte: Pereira (2007)

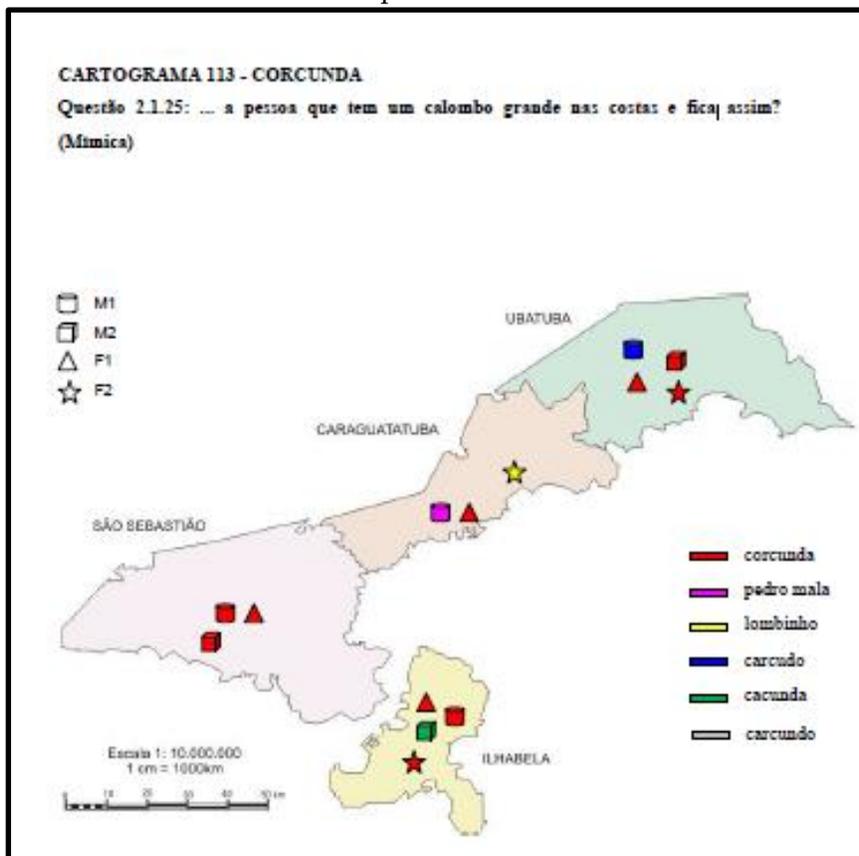
² O Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte – ALIRN possui 11 pontos, dos quais 5 foram selecionados para o atlas litorâneo por se localizarem na área desejada. Não há informações de os inquéritos realizados nesse atlas serem aproveitados no atlas estadual.

Seguindo a linha dos atlas linguísticos com *corpora* coletados em áreas costeiras, outra Tese de Doutorado de autoria da professora Márcia Regina Teixeira da Encarnação culminou na apresentação do *Atlas Semântico-Lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – Municípios do Litoral Norte de São Paulo*, organizado em 2010, conforme inquéritos realizados nos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba a informantes com perfil diastrático semelhante ao proposto pelo ALiB, com 2 homens de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos e 2 mulheres com mesma faixa etária e Ensino Fundamental completo.

Concluída a triagem das variantes mais acentuadas, foram construídas 208 cartas, a partir das quais histogramas, gráficos e tabelas foram produzidos, de modo a registrar a diversidade semântico-lexical do litoral norte paulista.

A figura 2, na sequência, apresenta a carta 113 com as denominações para *corcunda* no Atlas do litoral de São Paulo:

Figura 2 – Carta 113 com denominações para corcunda no litoral paulista



Fonte: Encarnação (2010)

Junto a esses dois atlas eminentemente litorâneos, pretende-se investigar, no litoral de Pernambuco, aspectos fonético-fonológicos e semântico-lexicais. Para tanto, adentra-se, agora, nas especificidades do projeto que ora se apresenta.

3. Conhecendo o litoral de Pernambuco

Conhecida pela alcunha de ‘Veneza Brasileira’ por ser cortada por rios, canais e pontes, a cidade do Recife, capital do Estado de

Pernambuco, se une aos municípios de Goiana, Igarassu, Paulista, Olinda, Jaboatão, Cabo, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros na topografia costeira que se estende ao solo profundo e argiloso das formações arqueanas decompostas. Segundo Sette e Andrade (1959, p. 88), trata-se da zona:

[...] dos arrecifes coralígenos e areníticos, das praias orladas de coqueirais e das colinas terciárias, mostrando as chagas das barreiras coloridas. Os habitantes do litoral têm procurado se adaptar em função dos acidentes topográficos e das condições mesológicas.

Os autores classificam os ‘arrecifes’ como uma verdadeira muralha natural onde arrebentam as ondas vindas do alto-mar, que sempre constituíram abrigos às caravelas lusitanas, facilitando a função de feitorias e cidades que, hodiernamente, usufruem do porto do Recife para ancorar e transitar barcaças carregadas de açúcar, abacaxi e coco seco.

São justamente nessas praias pernambucanas que reside o pescador de jangada, escondido entre os coqueirais e se agrupando em mocambos cobertos de palha e organizados sob o sistema de colônias.

Outras atividades econômicas da zona litorânea descritas em Sette e Andrade (1959, p. 89) consistem na exploração de cloreto de sódio contido na água do mar em salinas muito numerosas no município de Paulista e na ilha de Itamaracá, como também no aproveitamento das ocorrências calcárias para a fabricação de cal e de cimento.

Apenas dois municípios têm contato direto com o oceano: a capital, Recife, e a vizinha Olinda. Enquanto na primeira crescem os arranha-céus que podem ser vislumbrados no trânsito intenso de veículos, movimentando-se pelas ruas estreitas e novas avenidas junto às quais os rios e pontes contribuem para a perífrase que lembra a cidade italiana, Olinda, por sua vez, mesmo integrando da planície costeira, exhibe duas funções opostas: a parte alta, que expõe um museu urbano de um passado remoto que dura

séculos e a zona da mata, localizada por trás da zona costeira, que abrange grandes áreas urbanas dos municípios que a compõem.

4. Estudos geolinguísticos sobre o falar de Pernambuco

Os estudos geolinguísticos em Pernambuco foram iniciados em 2009, com a construção do *Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco* – ALMASPE (ALMEIDA, 2009). Esse atlas pioneiro foi elaborado por Edilene Maria Oliveira de Almeida, como Dissertação de Mestrado, defendida em 2009 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Para esse atlas, foram selecionados seis pontos de inquérito a saber: Barreiros, Belém de Maria, Palmares, Ribeirão, São Benedito do Sul e Sirinhaém. Os informantes possuíam 18 a 30 anos e 40 a 65 anos, aos quais foi aplicado o Questionário Semântico-Lexical do ALiB e os dados permitiram a construção de 45 cartas linguísticas.

Antes que fosse concluído o atlas estadual, o primeiro atlas linguístico municipal de Pernambuco coube a Ferreira (2010), que construiu o *Atlas Linguístico de Buíque* -ALIBUI. Para tanto, foram inquiridos 20 informantes selecionados de cinco bairros de maior representatividade no município, mantendo-se exclusivamente em sua zona urbana, já que a zona rural não fazia parte do foco desse trabalho.

Os informantes, que foram escolhidos de acordo com o perfil sugerido na metodologia do ALiB. A eles, foi aplicado o *Questionário Semântico Lexical*, com suas 202 questões distribuídas em 14 campos semânticos, além de 08 questões voltadas para o Sítio Arqueológico Vale do Catimbau, uma das especificidades do município. Das respostas, foram organizadas 40 cartas linguísticas, de modo a registrar as primeiras marcas dialetais de natureza lexical do município pernambucano.

O *Atlas Linguístico de Pernambuco* – ALIPE foi produto da tese de Doutorado construída por Sá (2013) e publicada em 2016. O projeto seguiu os procedimentos teórico-metodológicos do atlas nacional, com inquéritos em 20 municípios: Afrânio, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Ouricuri, Salgueiro, Floresta, Tacaratu,

Serra Talhada, Custódia, São José do Egito, Tupanatinga, Arcoverde, Águas Belas, Garanhuns, São Bento do Una, Taquaritinga do Norte, Palmares, Limoeiro e Recife. Os informantes responderam questões dos Questionários Fonético-Fonológico, Semântico-Lexical e Morfossintático e, após selecionar o *corpus* com os fenômenos e denominações mais acentuados, foram construídas 50 fonéticas, 47 léxicas e oito morfossintáticas.

Com os critérios dos atlas já construídos no Estado, o *Atlas Linguístico Bidimensional do Sertão do Pajeú Pernambucano – ALBISERPE* foi construído por Sá (2017) e os inquéritos realizados em Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Igaraci, Ingazeira, Quixaba, Tabira, pontos não contemplados no atlas estadual (ALIFE), resultaram na construção de 63 cartas léxicas.

Silva (2018) construiu o *Atlas Linguístico da Pedra - ALiPED*, sendo esse o segundo atlas municipal de Pernambuco, e a pesquisa a informantes de seis bairros do município com perfil entre 18 e 40 e 50 e 70 anos de idade e baixa escolaridade resultou em um *corpus* a partir do qual foram construídas 199 cartas semântico-lexicais.

Adentrando na Dialetoologia rural, chega-se ao *Esboço de um Atlas Linguístico Rural de Pernambuco*, organizado por Sá e Andrade Neto (2013), com inquéritos realizados em 29 sítios pertencentes a seis municípios do Agreste e Sertão do estado. Os informantes com idade a partir dos 13 anos e Ensino Fundamental em fase de conclusão responderam a um questionário de 75 itens rurais dos seguintes campos semânticos: *agricultura familiar, agroecologia, associativismo, caatinga, caprinos, convivência com semiárido, cooperativismo, criação de gado, criação de galinhas, ervas daninhas, extrativismo, hortifruticultura, plantas medicinais, pragas na agricultura e suinocultura*. Desse *corpus*, foram aproveitadas denominações que resultaram em 40 cartas linguísticas.

No âmbito das comunidades tradicionais, foi construído por Sá (2018) o *Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambuco – ALQUIMIPE*, com inquéritos realizados em cinco quilombos, pertencentes às duas microrregiões escolhidas – Moxotó e Ipanema. Os informantes tinham entre 18 e 30 e 50 e 70

anos de idade e escolaridade até o quinto ano do Ensino Fundamental, anos iniciais e poucas ausências da comunidade.

Os informantes responderam perguntas dos Questionários Fonético-Fonológico e Semântico-Lexical do ALiB, acrescidas de questões tanto inseridas nos campos semânticos já existentes como através de adaptações, como ocorreu com o campo ‘vida urbana’ que foi substituído por ‘vida no quilombo’ e a inserção do campo semântico ‘aspectos culturais do quilombo’. As respostas constituíram *corpus* que permitiu a construção de 11 cartas fonéticas e 20 cartas léxicas.

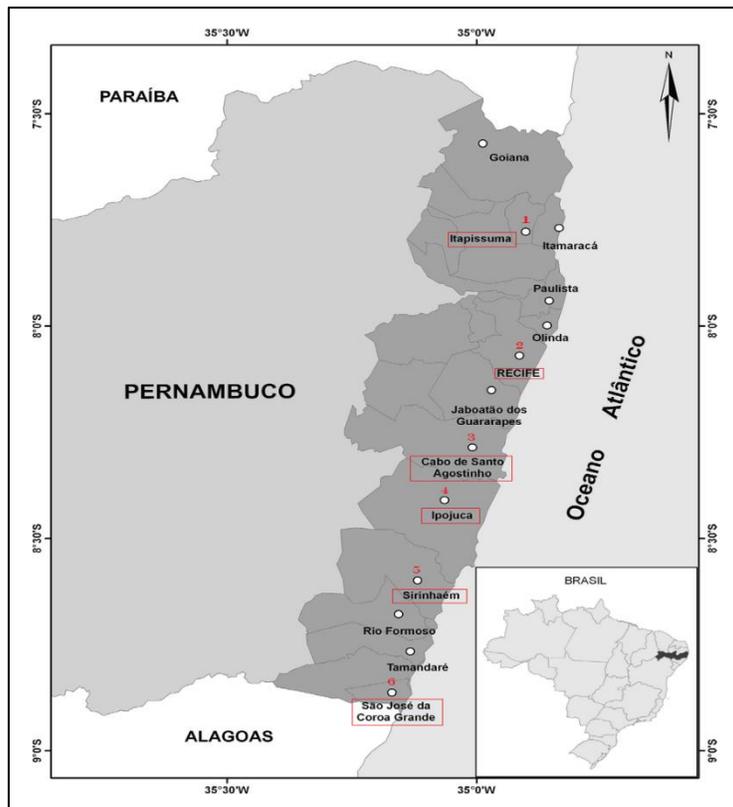
5. O projeto ALITÓPE

Para apresentar o projeto do *Atlas Linguístico do Litoral de Pernambuco – ALITÓPE*, convém, inicialmente, caracterizar os pontos de inquérito para, em seguida, exibir o perfil de informantes e a composição da pesquisa.

5.1 Rede de pontos

Esta subseção objetiva descrever a rede de pontos em que esta pesquisa se desenvolverá. Desse modo, aqui serão apresentados os seis municípios, do litoral de Pernambuco, que comporão este trabalho, conforme encontrado em Borges (2007) e endossado nas páginas oficiais dos referidos municípios. A figura 3 apresenta uma distribuição cartográfica dos pontos.

Figura 3 – Distribuição dos pontos de inquérito no mapa do litoral de Pernambuco



Fonte: Organização do autor a partir do mapa da zona costeira construído por Lessa et al. (2011, p. 42)

5.1.1 Itapissuma

Antes de sua formação, como município, a cidade de Itapissuma era uma aldeia indígena situada entre o mar e o rio Itapissuma. O Distrito foi criado pela lei municipal nº 11, de 30 de novembro de 1892, subordinado ao município de Igarassu. Em 1982, foi desmembrada de Igarassu através de uma lei estadual.

As principais atividades econômicas deste município são a agropecuária, o comércio e indústrias de transformação. Conforme

o censo de 2010, sua população era de 23.769 habitantes. Em 2020, a população estimada foi de 26.900 pessoas, em uma área de 74.235 km². Em 2017, sua renda *per capita* foi de R\$ 53.081,09 e, em 2018, o salário médio deste município era de 3,1 salários-mínimos.

Itapissuma apresenta, conforme registrado em IBGE (2016), uma taxa de 97,6% de escolarização de pessoas entre 6 e 14 anos de idade. Para o IDEB (2017), a Rede Pública deste município, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentou 5,1% de escolarização e, para os anos finais desse mesmo Ensino, 4,9%. Em 2018, o IDEB registrou 18 escolas que ofereciam o Ensino Fundamental e 04 que ofereciam o Ensino Médio.

5.1.2 Recife

A origem da cidade de Recife, no Estado de Pernambuco (PE), remonta à terceira década do século XVI, quando era uma estreita faixa de areia protegida por uma linha de arrecifes, que formava um ancoradouro conforme mencionado por Silva Filho (2018). Devido às suas características físicas favoráveis, o local passou a abrigar um porto.

O município de Recife é considerado um dos maiores centros de produção artística e cultural do Nordeste, com destaque para a música. Acrescentando-se a tudo isso, esta cidade tem sido destaque em seu centro universitário e na produção de conhecimentos, possuindo o segundo mais importante polo de Informática do Brasil e o terceiro mais importante polo médico do Brasil.

De acordo com o censo de 2010, a cidade metropolitana do Recife possui uma população residente de 1.537.704 pessoas, sendo 709.819 homens e 827.885 mulheres. O censo estimou uma população de 1.653.461 pessoas, em uma área de 218.843 km². Em 2017, sua renda *per capita* foi de R\$ 31.743,72 e, em 2018, o salário médio deste município era de 3,3 salários-mínimos.

Recife apresenta, conforme registrado em IBGE (2016), uma taxa de 97,1% de escolarização de pessoas entre 6 e 14 anos de idade. Para o IDEB (2017), a Rede Pública deste município, nos anos

iniciais do Ensino Fundamental, apresentou 5,1% de escolarização e, para os anos finais desse mesmo Ensino, 4,9%. Em 2018, o IDEB registrou 753 escolas que ofereciam o Ensino Fundamental e 199 que ofereciam o Ensino Médio.

5.1.3 Cabo de Santo Agostinho

Antes de sua formação, o município do Cabo de Santo Agostinho era povoado por indígenas da etnia Caetés. As primeiras povoações, chamadas de Arraial do Cabo, surgiram na segunda metade do século XVI. Segundo afirma Sebastião de Vasconcelos Galvão, autor do Dicionário Iconográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco, o povoamento sede deste município vem de 1618; antes dessa data, compunha-se de algumas casas esparsas, distantes uma das outras.

Em 09 de julho de 1877, foi elevado à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 1.269, passando a ser denominada Município de Santo Agostinho do Cabo. O Cabo (como é chamado, atualmente) teve sua economia centrada no desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar a partir de 1570, com a doação de sesmarias ao longo do Rio Pirapama. Mais tarde, com a criação de novos engenhos, o Cabo passou a representar o poderio econômico de Província de Pernambuco, época em que a cana-de-açúcar representava a força de crescimento do país.

Atualmente, o município do Cabo de Santo Agostinho é considerado o maior núcleo industrial de Pernambuco. O Porto de Suape favoreceu a construção de um parque industrial nas suas proximidades, sendo considerado um dos complexos industriais e portuários mais importantes do Brasil.

Com uma área territorial de 445,343 km², conforme registrado em IBGE (2016), o Cabo tem uma população estimada de 208.944 habitantes. No último censo, foram confirmadas 185.025 pessoas moradoras deste município. Em 2017, sua renda per capita foi de R\$ 48.689,25 e, em 2018, o salário médio deste município era de 2,5 salários-mínimos.

O Cabo apresenta uma taxa de 96,5% de escolarização de pessoas entre 6 e 14 anos de idade. Para o IDEB (2017), a Rede Pública deste município, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentou 4,8% de escolarização e, para os anos finais desse mesmo Ensino, 4,2%. Em 2018, o IDEB registrou 120 escolas que ofereciam o Ensino Fundamental e 21 que ofereciam o Ensino Médio.

5.1.4 Ipojuca

Este município foi criado em 1843, por meio de uma Lei Provincial. Antes de sua criação, em 1530, era um território habitado pelos índios Caetés, passando depois a ser ocupado pelos portugueses, que começaram a explorar sua terra fértil em massapê. Atualmente, é um dos referenciais turísticos de Pernambuco, devido às suas praias e aos seus monumentos históricos.

Conforme o censo de 2017, sua população era de 80.637 habitantes, em uma área de 521.801 km². Em 2020, a população estimada foi de 97.669 pessoas. Em 2017, sua renda *per capita* foi de R\$ 115.089,32 e, em 2018, o salário médio deste município era de 3,4 salários-mínimos.

Ipojuca apresenta uma taxa de 97,3% de escolarização de pessoas entre 6 e 14 anos de idade. Para o IDEB (2017), a Rede Pública deste município, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentou 4,5% de escolarização e, para os anos finais desse mesmo Ensino, 3,3%. Em 2018, o IDEB registrou 81 escolas que ofereciam o Ensino Fundamental e 09 que ofereciam o Ensino Médio.

5.1.5 Sirinhaém

Derivada da língua tupi, Sirinhaém significa “bacia ou viveiro de siris”. O povoamento das terras deste município teve início no século XVII. Em 1627, o então povoado foi elevado à categoria de Vila. Em 1759, foi elevado a Distrito e, em 1963, a Município.

Conforme o censo de 2010, sua população era de 40.296 habitantes, em uma área de 374.321 km². Em 2020, a população

estimada foi de 46.361 pessoas. Em 2017, sua renda *per capita* foi de R\$10.654,16 e, em 2018, o salário médio deste município era de 1,8 salários-mínimos.

Sirinhaém apresenta, conforme encontrado em IBGE (2016), uma taxa de 94,1% de escolarização de pessoas entre 6 e 14 anos de idade. Para o IDEB (2017), a Rede Pública deste município, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentou 4,4% de escolarização e, para os anos finais desse mesmo Ensino, 3,3%. Em 2018, o IDEB registrou 40 escolas que ofereciam o Ensino Fundamental e 6 que ofereciam o Ensino Médio.

5.1.6 São José da Coroa Grande

O município de São José da Coroa Grande pertenceu, antes de sua criação, à cidade de Barreiros, de onde se originou boa parte de sua população inicial, no ano de 1853. Por ser uma área rica em pesca e fértil para a agricultura, foi, inicialmente, habitada por índios Caetés.

Em 1901, o então povoado passou a ser Distrito da cidade de Barreiros. A derivação de seu nome é de *puirassu* (nome dado a ela pelos índios Caetés) que, em tupi, significa coroa grande. Isso ocorreu porque as águas do mar formam grandes bancos de areia em suas praias, em forma de coroa. Em 1958, através de uma lei estadual, tornou-se um distrito autônomo de Barreiros.

Conforme o censo de 2010, sua população era de 18.180 habitantes, em uma área de 69.184 km². Em 2020, a população estimada foi de 21.586 pessoas. Em 2017, sua renda *per capita* foi de R \$11.978,44 e, em 2018, o salário médio deste município era de 1,6 salários-mínimos.

São José da Coroa Grande apresenta, de acordo com IBGE (2016), uma taxa de 95,8% de escolarização de pessoas entre 6 e 14 anos de idade. Para o IDEB (2017), a Rede Pública deste município, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentou 4,2% de escolarização e, para os anos finais desse mesmo Ensino, 3,4%. Em

2018, o IDEB registrou 18 escolas que ofereciam o Ensino Fundamental e 3 que ofereciam o Ensino Médio.

5.2 O perfil dos informantes

Os informantes a serem inquiridos serão escolhidos a partir do perfil já consolidado em Ferreira e Cardoso (1994) e que pertença à dimensão diastrática cujos critérios se distribuem da seguinte forma: quatro pessoas entre 18 e 30 e 50 e 65 anos, contemplando os dois sexos e a escolaridade que não ultrapasse o quinto ano (antiga 4ª série do Ensino Fundamental), como sugerido nos parâmetros aplicados no *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) (CARDOSO et al., 2014).

Para que o *corpus* seja o mais fidedigno possível, requerer-se-á que o informante seja natural do município e, preferencialmente, de filiação com igual procedência, sem problemas articulatórios e poucas ausências do seu local de naturalidade, que não ultrapassem mais de um terço de vida.

5.3 A composição da pesquisa

A ideia é que sejam aplicados os mesmos questionários do *Atlas Linguístico de Pernambuco*, para que se obtenha um panorama fonético e lexical do litoral do Estado. Após a transcrição dos inquiridos, proceder-se-á a triagem dos fenômenos e denominações mais relevantes e satisfatoriamente quantificados para a cartografia.

Essa triagem será feita por meio de tabelas construídas a partir da inserção dos dados no programa SGVCLin - Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas, desenvolvido para a geração e visualização das cartas linguísticas na iminência de facilitar o manejo dos dados mais adequadamente.

O *software* de que tratam Romano, Seabra e Oliveira (2014, p. 128) permite inserir os questionários e armazenar as variantes linguísticas obtidas na coleta de dados e, mais adiante, organizar cartas diatópicas; diatópicas/diassexuais; diatópicas/

diageracionais; e isoglossas, a partir da geração de relatórios que auxiliem na compreensão de questões extralinguísticas associadas aos fenômenos explicados nas teorias da linguagem.

Palavras finais

Parece não haver, para quem olha superficialmente, diferenças dialetais significativas no Português do Brasil. De fato, no estabelecimento da comunicação, em qualquer lugar do país, quase nenhuma dificuldade é encontrada por parte de seus falantes. Porém, ressalta-se, aqui, a heterogeneidade presente em todas as línguas utilizadas pelo ser humano. Assim, um olhar de um linguista atento identifica, claramente, as muitas diferenças que caracterizam as variedades linguísticas, seja diastrática, seja diatopicamente.

Por ocorrerem em comunidades rurais, em sua formação, a que, muitas vezes, se dá pouca ou nenhuma importância, as variedades linguísticas nelas presentes têm perdido suas características peculiares, historicamente definidas, antes de serem devidamente documentadas. E isso também ocorre, naturalmente, em comunidades ditas urbanas. Esse processo de perda se acelerou a partir da segunda metade do século XX, com o impulso dos movimentos migratórios.

Desse modo, é relevante a documentação desses falares das comunidades do interior de Pernambuco, tanto por seu caráter histórico quanto pelo enriquecimento trazido para o conhecimento do PB e, nas áreas costeiras, à exceção da capital, Recife, trabalhos dessa natureza parecem ser desconhecidos. Já que os pontos de inquérito serão constituídos de municípios com notável tradicionalidade, que fizeram parte da formação do Estado de Pernambuco, o projeto aqui descrito não só contribuirá para os estudos linguísticos do Brasil, mas também para as teorias linguísticas gerais.

Ao se considerar essa perspectiva, pode-se assumir que o Português falado no interior do Nordeste do Brasil, que tem sido

pouco estudado sistematicamente, deve guardar muitos fenômenos pouco conhecidos e ainda não devidamente comprovados.

No projeto ALITOPE, os pontos de inquérito do litoral foram selecionados por se compreender a importância deles na região nordestina e, em específico, na pernambucana, nos primeiros séculos da formação do país, sendo essa região de colonização bastante antiga, onde muito cedo começaram a se formar pequenas comunidades que estão na base de várias das sedes de municípios hoje existentes.

Pelo fato de esses falares específicos de Pernambuco serem contemplados com poucos estudos linguísticos que tragam conhecimentos suficientes acerca de seu funcionamento nos diferentes níveis da gramática, pode-se dizer que, sobre eles, muita coisa ainda precisa ser desvendada. Como forma de tentar preencher uma lacuna e fornecer um estudo que contribua para um melhor conhecimento do Português do Brasil, objetiva-se, aqui, desenvolver uma descrição geral das variedades do Português falado na referida faixa litorânea.

Referências

ALMEIDA, Edilene Oliveira. *Atlas linguístico da mata sul de Pernambuco - ALMASPE*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2009.

ARAGÃO, Maria do Socorro da Silva.; MENEZES, Cleuza Bezerra. *Atlas linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984.

ATLAS GEOGRÁFICO DAS ZONAS COSTEIRAS E OCEÂNICAS DO BRASIL / IBGE, Diretoria de Geociências. - Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

BORGES, Marieta. *Pernambuco*. Recife: Prazer de Ler, 2007.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas linguístico de Sergipe II*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2002.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas linguístico do Brasil*. V.1. Londrina: UEL, 2014.

ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira da. *Atlas semântico-lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – municípios do Litoral Norte de São Paulo*. 3 vol. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA, Carlota da Silva. *et al. Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA; Aracaju: Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, Joseane Cavalcanti. *Atlas lingüístico de Buíque*. Monografia de Especialização em Língua Portuguesa. UPE, Petrolina, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016. Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 2016. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidade@>>. Acesso a 10 de maio de 2021.

IDEB - Índice de desenvolvimento da educação básica, 2017. Dados disponíveis em <http://ideb.inep.gov.br/site/>. Acesso a 10 de maio de 2021.

LESSA, Analbery Monteiro et al. Análise multidimensional dos sistemas de produção pesqueira do Estado de Pernambuco, Brasil. In: HAIMOVICI, Manuel. *Sistemas pesqueiros marinhos e estuarinos do Brasil: caracterização e análise da sustentabilidade* Rio Grande: Ed. da FURG, 2011.

PEREIRA, Maria das Neves. *Atlas geolinguístico do litoral potiguar*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2007.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *RELin Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n.1, p. 119-151, 2014

ROSSI, Nelson *et al. Atlas prévio dos falares baianos – APFB*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1963.

SÁ, Edmilson José de; ANDRADE NETO, Austriclínio. *Esboço de um atlas lingüístico rural de Pernambuco: Agreste centro-meridional de Pernambuco*. Olinda: Livro Rápido, 2013.

_____. *Atlas Linguístico de Pernambuco*. Tese de doutorado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

_____. *Atlas Linguístico de Pernambuco*. São Paulo: Ixtlan, 2016.

_____. *Atlas Linguístico Bidimensional do Sertão do Pajeú Pernambucano – ALBISERPE*. Monografia de Especialização em Língua Portuguesa. AESA-CESA, Arcoverde, 2017.

_____. *Atlas Linguístico quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambucano - ALQUIMIPE*. Relatório de Pós-Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2018.

SETTE, Hilton; ANDRADE, Manuel C. *Geografia e história de Pernambuco*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1959.

SILVA FILHO, Eraldo Batista da. *Oclusivas Alveolares e Africadas Alveopalatais no Português de Recife*. Tese de Doutorado. Recife, 2018.

CAPÍTULO 10

ATLAS LINGUÍSTICO DE CORUMBÁ E LADÁRIO (ALiCoLa): QUESTÕES METODOLÓGICAS E RESULTADOS

Beatriz Aparecida Alencar*
Aparecida Negri Isquierdo**

Palavras iniciais

Este trabalho discute dados documentados no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALiCoLa) (ALENCAR, 2013)¹ que descreveu uma amostra da língua portuguesa falada por moradores dos municípios de Corumbá e de Ladário, localidades de grande relevância histórica, situadas no Extremo Oeste de Mato Grosso do Sul na fronteira com a Bolívia e o Paraguai. O texto apresenta e discute os caminhos percorridos na pesquisa de campo que deu origem ao ALiCoLa, destacando os critérios metodológicos e a fundamentação teórica que subsidiaram a

* Doutora em Letras, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail beatriz.alencar@ifms.edu.br

** Doutora em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista Produtividade CNPq. E-mail aparecida.isquierdo@gmail.com

¹ Atlas produzido por Beatriz Aparecida Alencar, como dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens/UFMS, defendida em 2013 com o título *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário: uma descrição da língua portuguesa falada no extremo oeste de Mato Grosso do Sul*. Trabalho orientado por Aparecida Negri Isquierdo.

execução do trabalho, além de publicizar uma amostra dos resultados obtidos e cartografados no atlas.

O trabalho está estruturado em quatro tópicos, além das palavras iniciais, finais e referências. O primeiro tópico situa a área geográfica pesquisada, pontuando informações históricas que justificam a importância da localidade e a proposta e objetivos do Atlas Linguístico; o segundo tópico, por sua vez, debruça-se sobre o referencial teórico-metodológico que norteou a construção do ALiCoLa; o terceiro tópico, por seu turno, foi destinado à discussão dos critérios adotados para a composição do atlas e, por fim, o quarto tópico traz a análise dos resultados obtidos com destaque para os fenômenos linguísticos evidenciados pela pesquisa acadêmica que teve como produto final o ALiCoLa.

2. Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALiCoLa): contextualização da área e objetivos

Corumbá é um dos mais antigos municípios do estado de Mato Grosso do Sul e reveste-se de grande relevância histórica. O seu território é banhado pelo rio Paraguai que no passado foi uma das principais vias de acesso à região. Foi por meio dele que chegaram ao território, posteriormente denominado de Mato Grosso, viajantes espanhóis, colonizadores portugueses e outras diferentes levas de europeus que por ele transitaram dos séculos XVI ao XIX, cenário que mudou no início do século XX quando o caminho pelas águas foi substituído pelas vias férreas da antiga Ferrovia Noroeste do Brasil e, apenas na década de 1980, o acesso foi mais facilitado, com a chegada das vias rodoviárias. Quanto a Ladário, inicialmente foi distrito de Corumbá, tornando-se independente em 1953. Um dos grandes destaques na história local desse município é a presença do arsenal da Marinha, desde em 1825, o que contribuiu em muito para a formação populacional e cultural da cidade, pois muitos militares externos ao Centro-Oeste brasileiro passaram a fixar ali o seu domicílio.

Nota-se, pois, que duas características são relevantes para a compreensão dessa região: i) a diversidade cultural – a formação étnica da população resulta do contato entre a população nativa, o colonizador português, bolivianos e paraguaios, árabes e de migrantes oriundos de outros Estados do Brasil, sobretudo de paulistas – bandeirantes no século XVIII – e de cariocas que se instalaram no município de Ladário após a fixação do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil (século XIX) e, ii) a localização geográfica – o isolamento da região em relação às demais do Estado em decorrência da própria localização geográfica e também pelas características que singularizam o bioma Pantanal que cobre grande parte da área do município de Corumbá. Além disso é preciso considerar a distância entre Corumbá/Ladário e Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul (415 km). Essas particularidades geográficas também incentivaram a permanência dos habitantes nativos na região em razão do baixo índice de deslocamentos da população de Corumbá/Ladário para os demais municípios do Estado, durante boa parte de sua história.

Nesse contexto histórico-geográfico, a produção do ALiCoLa justificou-se pela necessidade e importância da documentação da língua portuguesa falada pelos habitantes de núcleos urbanos pertencentes a essas localidades que, também em virtude das características geográficas, justificava a produção de um atlas linguístico que cobrisse a área de fronteira sul-americana, no caso, Brasil, Paraguai e Bolívia, com representatividade histórica e características geográficas peculiares.

Registre-se ainda que Corumbá já figurava em trabalhos geolinguísticos de caráter estadual e nacional, pois foi ponto de inquérito de duas pesquisas na área de Dialetologia e Geolinguística: o Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007), ponto nº 12, e Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO *et al.*, 2014), localidade nº 113.

Nesse cenário, o ALiCoLa teve como objetivos: i) documentar e descrever a língua falada na região pesquisada; ii) identificar diferenças diatópicas, diastráticas, diassexuais e diageracionais no

nível lexical no falar dos habitantes das localidades selecionadas para a pesquisa; iii) apurar graus de influência dos diversos grupos étnicos presentes na região na norma lexical local; iv) estabelecer possíveis relações entre as cartas do atlas proposto e as que integram o Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul (ALMS); v) detectar possíveis mudanças em curso na Língua Portuguesa falada na área pesquisada; vi) organizar um banco de dados de natureza geolinguística das falas corumbaense e ladarense com possibilidade de ser disponibilizado, futuramente, a estudantes e a pesquisadores interessados em dados da língua oral veiculada nas regiões investigadas.

Este trabalho, como já pontuado, tem como propósito fornecer uma visão geral do ALiCoLa com destaque para a fundamentação teórica, a metodologia e resultados obtidos, particularmente no que tange à norma lexical regional com base no léxico documentado pelo Atlas nos municípios de Corumbá e Ladário, no início do século XXI. No tópico subsequente, são discutidos parâmetros teórico-metodológicos que orientaram a produção do trabalho dialetal em questão.

3. Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALiCoLa): referencial teórico-metodológico

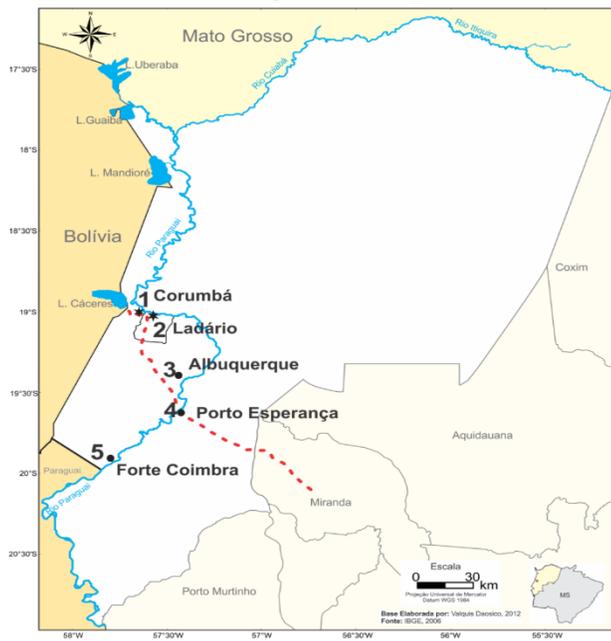
Para a produção do atlas buscou-se aporte teórico em princípios da Dialetoлогия e da Geolinguística, fundamentando-se, dentre outros, em Ferreira e Cardoso (1994); Cardoso (2010) e Thun (2005). Como o atlas “é por excelência, uma investigação de cunho horizontal, ou seja, busca-se uma fotografia da realidade nos espaços geográficos considerados” (CARDOSO, 2010, p. 92), a Geolinguística auxilia sobremaneira para a concretização desse intento. Em pesquisas de cunho geolinguístico são, pois, essenciais decisões metodológicas como a definição da rede de pontos e do perfil dos informantes, como também a elaboração do questionário linguístico que orienta a coleta de dados. Nesse processo, foram fundamentais para a produção do

ALiCoLa, os parâmetros metodológicos adotados pelo Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil).

O Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário configura-se, pois, como um atlas de pequeno domínio e de caráter topostático² que contou com uma rede de pontos formada por cinco localidades situadas entre o rio Paraguai e a linha do trem, delimitadores esses que foram importantes vias de acesso à região pantaneira em diferentes momentos da colonização e do povoamento da região. Sendo assim, para a definição da rede de pontos foram considerados como referenciais o modo e a época da colonização, o viés histórico-cultural e a posição geográfica considerando-se, para a seleção dos pontos de inquéritos, o espaço entre as margens do rio Paraguai e os trilhos da antiga estrada de Ferro Noroeste do Brasil, além da importância econômica na região, da densidade demográfica e da questão da distribuição geográfica dos pontos na área investigada. A figura 1 a seguir traz as localidades que compõem a rede de pontos, sua respectiva numeração e disposição nos mapas de Corumbá e Ladário.

² Define-se como de pequeno domínio um trabalho dialetológico que realiza pesquisa de campo em uma área geográfica de menor extensão e que, conseqüentemente, apresente um maior detalhamento de dados. Por sua vez, o caráter topostático considera informantes nascidos e que preferencialmente tenham vivido sempre na localidade ou a maior parte da vida nela, o que se entende como um informante estático ou com pouca mobilidade entre diferentes cidades ou regiões do país (THUN, 2005).

Figura 1 – Distribuição da rede de pontos do ALiCoLa



Fonte: Alencar (2013, p. 78)

Em cada localidade da rede de pontos, foram selecionados quatro informantes, o que totalizou um universo de 20 inquiridos. Para a definição do perfil dos informantes foram considerados os seguintes critérios: i) naturalidade (nascidos e criados na localidade, com pais também da mesma região linguística); ii) faixa etária (18-30; 50-65); iii) sexo (masculino e feminino); iv) escolaridade: máximo o Ensino Fundamental completo. Acresce-se ainda que era necessário que os entrevistados tivessem pouca ou nenhuma mobilidade (profissões que exigissem pouco deslocamento e não ter prestado serviço militar fora da cidade), com relacionamentos, prioritariamente, com pessoas da região. Também foi controlada na seleção do informante a não apresentação de problemas de dentição que interferissem na articulação dos fonemas. O quadro 01 na sequência detalha esses parâmetros metodológicos.

Quadro 1 – Distribuição dos informantes do ALiCoLa, segundo a localidade

Número do ponto	Localidades	Número de Informantes
1	Corumbá	04
2	Ladário	04
3	Albuquerque	04
4	Porto Esperança	04
5	Coimbra ³	04

Fonte: Elaboração das autoras

Por fim, a organização do questionário linguístico utilizado como instrumento de coleta de dados foi pautada fundamentalmente nos questionários do ALMS – Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007) e do ALiB – Atlas Linguístico do Brasil (COMITÊ NACIONAL..., 2001). Também foram consultados os questionários do ALiPP – Atlas Linguístico de Ponta Porã (REIS, 2006) e do ALMESEMT – Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso (CUBA, 2009). Desse modo, o questionário linguístico do ALiCoLa reuniu 431 perguntas distribuídas do seguinte modo:

Quadro 2 – Estrutura do questionário linguístico do ALiCoLa

Questionário	Nº de questões
Questionário Fonético-Fonológico	167 perguntas
Questionário Semântico-lexical	249 perguntas
Questões de Pragmática	02 perguntas
Questões Metalinguísticas	06 perguntas
Temas para Discurso Semidirigido	04 perguntas
Propostas de Narrativas	03 perguntas
Total	431 perguntas

Fonte: Alencar (2013, p. 82)

³ Na carta, o ponto 5 consta como Forte Coimbra que é o nome mais conhecido pelos moradores da região.

Definidas as questões metodológicas que orientaram a pesquisa, deu-se início à coleta dos dados linguísticos *in loco*, tarefa executada por duas inquiridoras: a autora do projeto, Beatriz Aparecida Alencar, então mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens/PPGEL/UFMS (inquiridora 1) e uma bolsista de Iniciação Científica do Projeto ALiB, Juliany Fraide Nunes (inquiridora 2), ambas, na época, orientandas da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquendo. Essa tarefa foi realizada em três viagens, nos meses de abril e maio de 2012, que duraram ao todo 17 dias. Primeiramente foi aplicado um questionário teste e, a partir da análise do inquérito experimental⁴, efetivados os devidos ajustes e definida a versão definitiva do instrumento de coleta de dados. Assinale-se ainda que os inquéritos foram realizados, em sua maioria, pelas duas inquiridoras, alternando-se os papéis de inquiridora principal e de inquiridora auxiliar⁵.

As transcrições dos inquéritos⁶ seguiram as normas definidas pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB com o objetivo de uniformizar os dados com vistas a futuros estudos comparativos e/ou para a disponibilização do material para outros pesquisadores.

As gravações foram arquivadas em diferentes mídias (computador, CD Rom, HD externo) e as informações relativas às perguntas que geraram cartas inseridas em um software de armazenamento e manipulação de dados geolinguísticos⁷.

⁴ Os inquéritos experimentais foram realizados em dois dias.

⁵ Apenas no ponto 04, Porto Esperança, os inquéritos foram realizados com a presença de apenas a inquiridora principal por questões de logística/deslocamento para a localidade.

⁶ As transcrições foram realizadas por estudantes do curso de Letras da UFMS/Campo Grande, em sua maioria bolsistas e/ou ex-bolsistas do projeto ALiB, pela autora do atlas e por um familiar da proponente com experiência em transcrição de dados linguísticos. Todas as transcrições foram revistas pela autora do ALiCoLa, então mestranda do PPGEL/UFMS.

⁷ Para tanto, utilizou-se o Agiumsearch que é um sistema de armazenamento de dados mantido pela empresa Agiumsoft – Desenvolvimento e Aluguel de Sistema de propriedade de Wallace Nascimento e Adriano Pessoa.

Concluída a etapa de sistematização e análise dos dados lexicais e esboçadas as cartas linguísticas – três modelos de cartas com propósitos específicos considerando a natureza das informações –, iniciou-se o processo de cartografia dos dados, contando-se, para tanto, com o apoio de profissionais das áreas de cartografia e de design gráfico⁸. O quadro 3 reúne as propostas e descrições dos modelos de cartas linguísticas utilizados⁹.

Quadro 3: Tipos de cartas produzidos para o ALiCoLa
(ALENCAR, 2013)

Cartas	Objetivos
Variação Diatópica (símbolo: pizza)	Apresenta a distribuição diatópica e o percentual de ocorrências por localidade
Variação Diatópica (símbolo: retângulo)	Marcar a presença ou não de determinados itens lexicais nas localidades
Variação Social	Visualizar informações relevantes do ponto de vista sociolinguístico
Semasiológica	Registrar quando uma mesma unidade lexical designa diferentes conceitos

Fonte: Elaboração das autoras

Nos tópicos subsequentes, são apresentadas a estruturação do trabalho e a composição do atlas e discutidos resultados pontuais obtidos com a produção do Atlas em foco.

⁸ Para a produção do mapa-base contou-se com o auxílio de Valquis Silva, acadêmico do curso de Geografia da UFMS/Nova Andradina e, para a configuração do layout das cartas e respectiva edição, com as contribuições da Profa. Dra. Luciene Freitas-Marins/UFMS.

⁹ Esses modelos foram utilizados no atlas conforme as necessidades específicas de cada fenômeno lexical evidenciado. Na análise dos dados, os modelos poderão ser visualizados.

4. Composição do ALiCoLa: breves considerações

O acervo de cartas que compõe o ALiCoLa é composto por quatro cartas introdutórias – Carta I – Localização de Corumbá e Ladário no Mato Grosso do Sul; Carta II – Distribuição das bacias hidrográficas do estado; Carta III – Apresentação da rede de pontos e Carta IV – Identificação das inquiridoras na realização das entrevistas – e 243 cartas lexicais¹⁰. A apresentação das cartas sobre o léxico de corumbaenses e ladarenses obedeceu à estrutura do questionário linguístico que, por sua vez, foi organizado em duas áreas principais, a do *homem* e a da *natureza*, às quais se vincularam 14 subáreas semânticas, dentre as quais foram selecionadas as 177 que foram objeto de cartografia (vide quadro 4).

Quadro 4: Demonstrativo da relação entre a estrutura do questionário linguístico e a cartografia de dados no ALiCoLa.

Áreas	Subáreas	Nº de perguntas/ questionário	Nº de cartas/ atlas
Natureza	Acidentes Geográficos e Elementos Hidrográficos	12	08
	Fenômenos Atmosféricos	14	09
	Astros e fenômenos ligados ao Tempo	9	03
	Flora e Atividades Agropastoris	41	24
	Fauna	33	23
Homem	Corpo humano	30	22
	Ciclos da Vida	15	12

¹⁰ Registre-se que, em razão do prazo regulamentar para conclusão do curso de Mestrado (dois anos), foram priorizados, para fins de cartografia e análise, os dados lexicais. Assim os dados documentados com o auxílio das perguntas relacionadas às outras partes do questionário linguístico ainda permanecem inéditos.

	Cultura, Convívio e Comportamento Social	17	15
	Religião e Crenças	08	07
	Brinquedos e Diversões	18	15
	Habitação	14	09
	Alimentação e Utensílios	23	19
	Vestuário	09	07
	Vida urbana	06	04
Total		249	177

Fonte: Elaboração das autoras

Considerando-se as áreas semânticas, nota-se que o Atlas reuniu maior número de cartas sobre dados de questões relacionadas à área *homem*, contabilizando um total de 62,14% contra 37,85% ligadas à *natureza*. Desta forma, considerando-se que 177, das 249 perguntas do QSL, geraram cartas linguísticas, representativamente, 71,08 % dos dados coletados por meio do QSL estão cartografados (ALENCAR, 2013, p. 95). O ALiCoLa foi organizado em dois volumes: o primeiro com os parâmetros teórico-metodológicos que nortearam a construção do atlas e os resultados obtidos no estudo e o segundo com o Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário, propriamente dito. Na continuidade do texto, destacam-se aspectos gerais sobre a norma lexical dos habitantes de Corumbá e Ladário, evidenciada pelo atlas em questão.

5. Discussão dos dados: tendência evidenciadas

O Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário documentou particularidades em termos de norma lexical que apontam para tendências na fala dos habitantes de Corumbá e Ladário, dentre outras: i) presença de conservadorismos léxicos; ii) traços da influência da língua espanhola; iii) presença de regionalismos no

vocabulário registrado; iv) baixo índice de ocorrência de itens lexicais relacionados ao universo rural. Esses pontos são analisados, na sequência, com base na(s) carta(s) lexicais que evidenciaram cada fenômeno.

5.1 Presença de traços de conservadorismos léxicos

A cartografia e a análise dos dados evidenciaram tendências de uso de unidades lexicais representativas de épocas pretéritas, ou seja, de um léxico mais conservador que remete à colonização dos portugueses e respectiva fixação no território contemplado pelo ALiCoLa. Essa predisposição à manutenção de determinados itens do léxico possivelmente se acentuou pelo próprio isolamento geográfico de Corumbá e Ladário em relação às demais localidades do estado até final do século XX e em virtude de o município de Corumbá abrigar o bioma Pantanal. Um dos casos é registrado nas Cartas 184 (figura 3) e 185 – *funda* (figura 04) que demonstram a predominância dessa denominação para nomear o “brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (mímica) que os meninos usam para matar passarinho” (QSL/ALiCoLa 186). Trata-se de uma herança lusitana que se justifica pela significativa presença de portugueses em Corumbá, desde o século XVIII, quando foi fundada a Vila de Nossa Senhora de Albuquerque. Esse dado da história social, somado à situação geográfica da localidade, favorece o isolamento da região e a conseqüente manutenção de características de linguagem. Observem-se os dados das figuras 2 e 3.

Figura 2 – Produtividade de *funda* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – variável diatópica

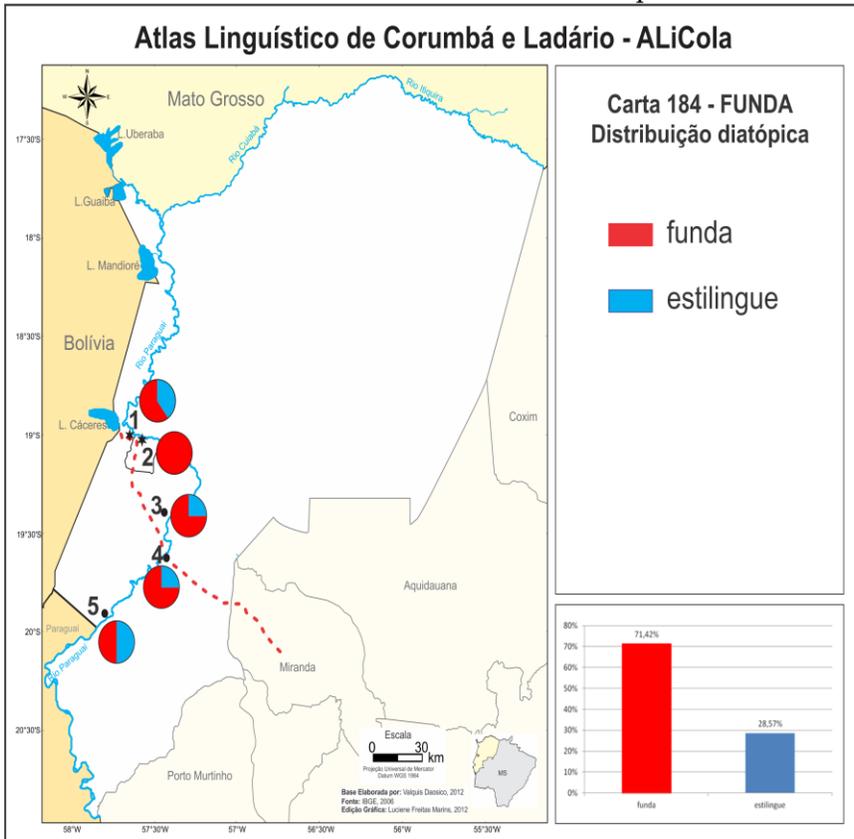
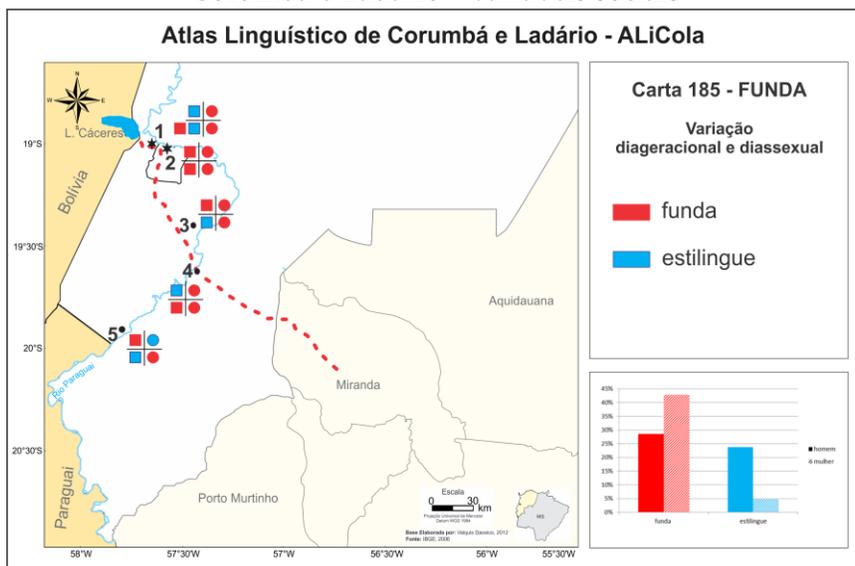


Figura 3 – Produtividade de *funda* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – variáveis sociais



Fonte: Alencar (2013, p. 519).

Os dados da figura 2 (carta 184) demonstram que a unidade lexical *funda* foi produtiva em todas as localidades da rede de pontos, sendo resposta única em Ladário (ponto 02), enquanto na Carta 185 (figura 3) os dados mapeados deixam transparecer que a forma *funda* é predominante entre as informantes do sexo feminino, com exceção da jovem de Coimbra (ponto 05).

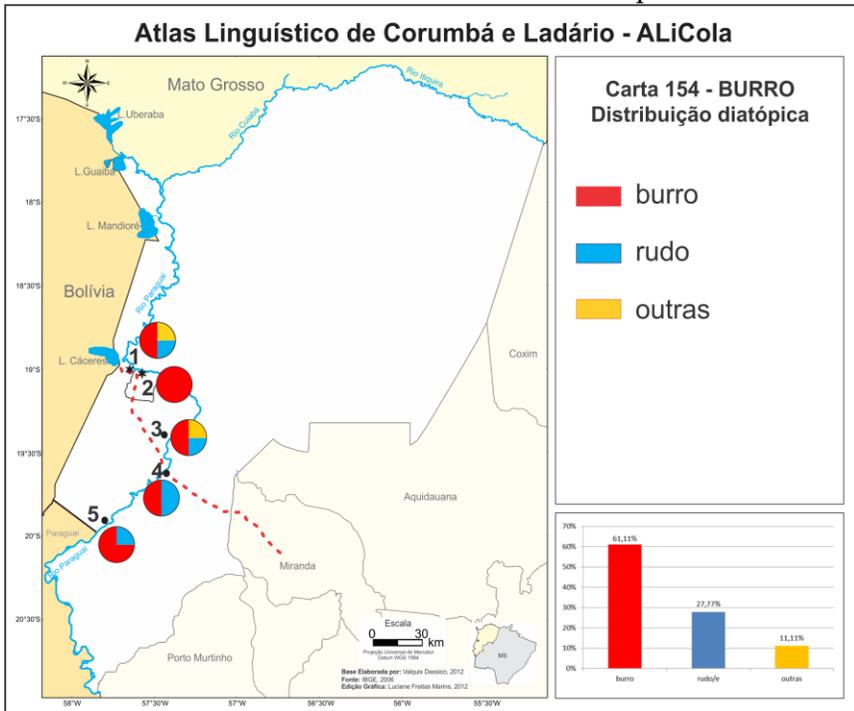
A denominação *funda* representa, pois, uma marca de conservadorismo na norma lexical da população das localidades investigadas, o que é atestado pelo alto percentual de ocorrências e distribuição entre os falantes dos diferentes perfis.

Esse comportamento difere de outra marca de conservadorismo documentada na Carta 154 – *burro* que registra a unidade lexical *rude/rudo*¹¹ para nomear “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas” (QSL/ALiCoLa 156),

¹¹ Registre-se que “[...] a palavra *rudo* é marcada por Houaiss (2001) como de uso no século XIV” (ALENCAR, 2013, p. 99).

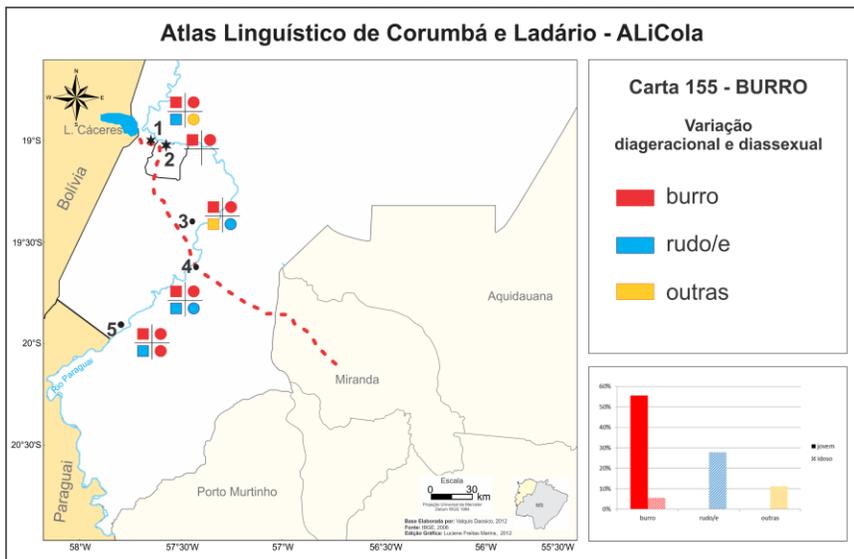
denominação essa que parece estar desaparecendo da norma lexical do grupo investigado. Considerando as variáveis sociais, nota-se que, no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário, *rude/rudo* tem cinco registros, todos fornecidos por informantes da faixa etária II como atesta a figura 5. A documentação dessas formas lexicais aconteceu nas localidades de Corumbá (ponto 1), Porto Esperança (ponto 4) e Coimbra (ponto 5), as mais antigas em termos históricos (Vejam-se as figuras 4 e 5).

Figura 4 – Produtividade de *rude/rudo* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – variável diatópica



Fonte: Alencar (2013, p. 461)

Figura 5 – Produtividade de *rude/rudo* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – variáveis sociais



Conforme a figura 5, observa-se que a unidade lexical *rude/rudo* foi mais produtiva em Porto Esperança, mencionada pelos dois informantes da faixa etária II. Essa presença da denominação no falar dos mais idosos também reforça o caráter conservador da forma lexical, além de indicar um possível apagamento dessa denominação “para nomear a pessoa com dificuldade de aprender as coisas” (QSL 156), em um futuro não muito distante.

Ainda a respeito da manutenção dessas unidades na norma lexical do português do Brasil, particularmente a veiculada na região Centro-Oeste, recupera-se aqui o resultado do estudo de Benke (2012), a partir dos dados do ALiB relativos às capitais brasileiras. A pesquisa atestou o registro de *rude/rudo* em diferentes capitais do Brasil com destaque para a Região Centro-Oeste (com ocorrências em Cuiabá e Campo Grande): “As unidades lexicais *rude* e *rudo*, também documentadas em todas as regiões brasileiras, ocupam o segundo lugar em termos de produtividade nas capitais

brasileiras, atingindo o maior percentual na região Centro-Oeste (22,85%)" (BENKE, 2012, p. 133).

5.2 Traços da influência da língua espanhola

O Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário também registrou a presença de unidades lexicais de base espanhola no vocabulário local, o que se justifica pela própria situação de fronteira dessas localidades com países falantes do espanhol como língua oficial (Paraguai e Bolívia), além do acentuado pelo distanciamento em relação às demais localidades brasileiras, o que intensificou o acesso fluvial e, por extensão, a aproximação entre os povos fronteiriços no decorrer da história das localidades, pela situação de fronteira de Corumbá com dois países da Bacia Platina. Essa característica fica evidenciada na carta 233 (figura 6) que documenta a unidade lexical *abanico*¹² para “nomear aquele objeto que as mulheres usam para fazer vento quando está muito calor” (QSL/ALiCoLa 241) na área investigada.

Na figura 6, a seguir, verifica-se que a unidade lexical *abanico* foi fornecida como resposta pelos informantes de todas as localidades da rede de pontos do atlas, com menor incidência nas áreas urbanas dos municípios, ao contrário dos pontos de inquéritos rurais onde houve maior índice de registro de *abanico*, com destaque para Coimbra. Possivelmente a presença desse item lexical nos pontos 3, 4 e 5 da rede se justifique pelo menor índice de contatos da população com pessoas externas à localidade. Isso se aplica principalmente ao Coimbra, cujo acesso é bastante controlado por se tratar de uma base do exército brasileiro, somado ao fato de ali residirem algumas famílias tradicionais descendentes de paraguaios.

¹² Segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola: “1. m. Instrumento compuesto por un conjunto de varillas articuladas por un extremo y pegadas por el otro a una tela o un papel que se despliega con ellas en semicírculo” (Disponível em <https://dle.rae.es/abanico?m=form>. Acesso em 06 dez.2020).

A figura 7, por sua vez, destaca o contraste das ocorrências de *abanico* entre os municípios e os distritos e respectiva influência de variáveis sociais. Nota-se que *abanico* ocorre entre informantes do sexo masculino e feminino de modo equilibrado. Quanto ao fator diageracional, a diferença é mais evidente, pois *abanico* obteve maior índice de registros na fala dos informantes idosos. As figuras 6 e 7 na sequência confirmam o exposto.

Figura 6 – Produtividade de *abanico* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – variável diatópica

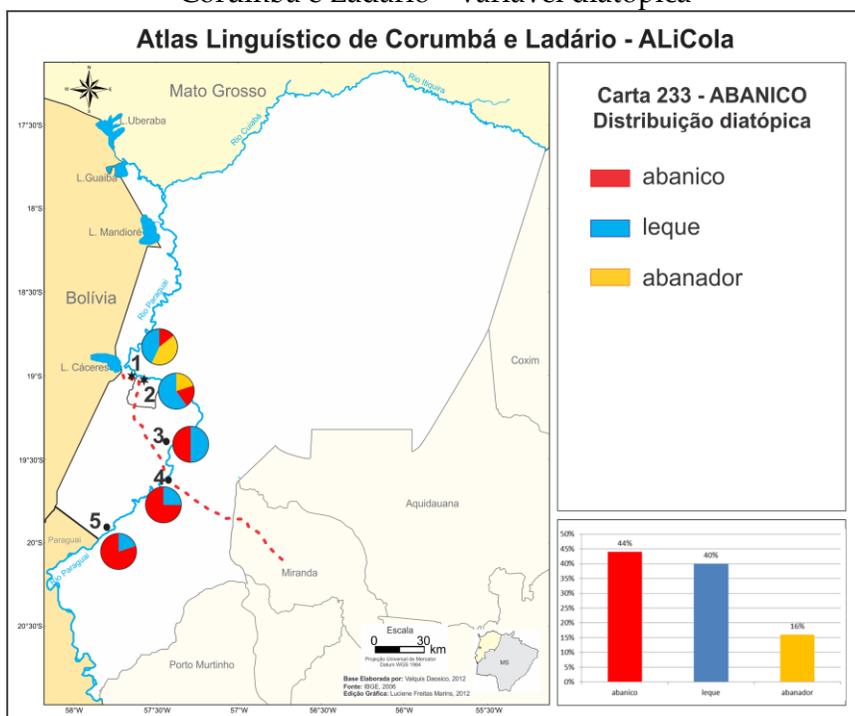
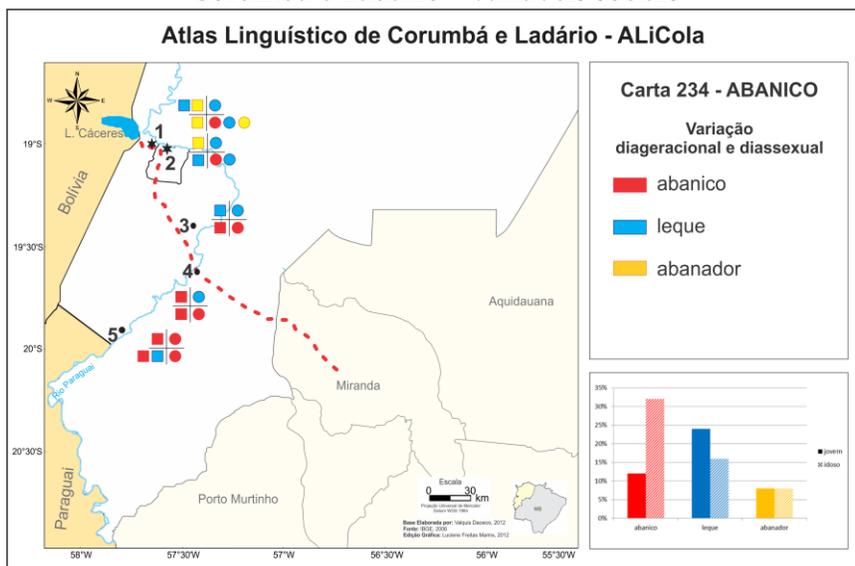


Figura 7 – Produtividade de *abanico* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – variáveis sociais

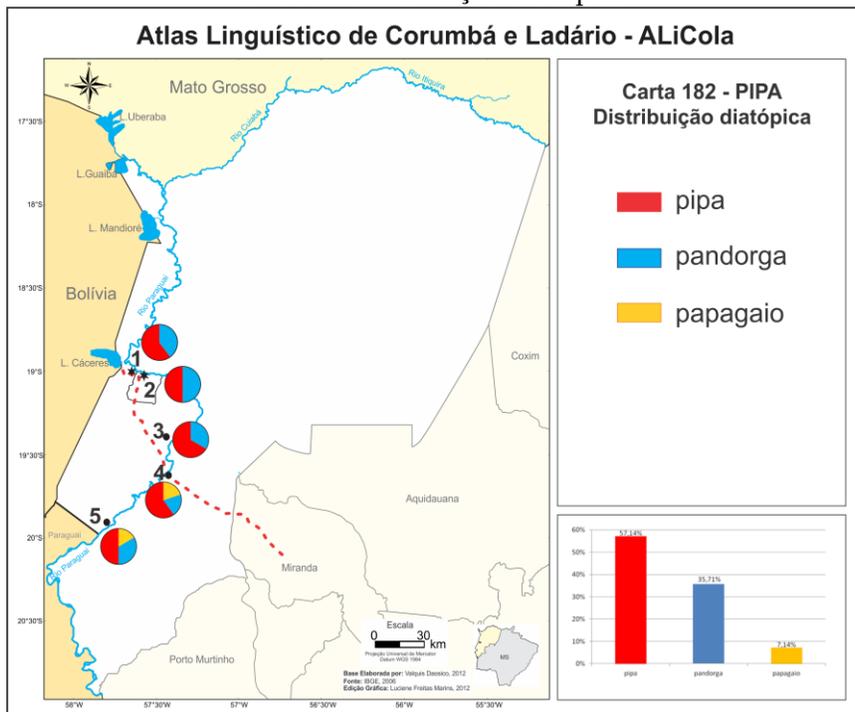


Fonte: Alencar (2013, p. 610)

Essa singularidade notada nas respostas de informantes da segunda faixa etária também ocorre em um exemplo de influência da língua espanhola documentado pelo atlas: o uso da unidade lexical *pandorga*¹³ para denominar “o brinquedo feito de varetas cobertas de papel e amarrado numa linha bem cumprida, que as crianças, quando está ventando, soltam no ar e ficam segurando pela linha” (QSL 185). A unidade lexical *pandorga* foi fornecida por 40% dos informantes jovens contra 60% dos mais idosos. No que se refere à variação diatópica, nota-se que, ao contrário de *abanico* que está mais concentrado na área rural, *pandorga* ocorre com maior evidência na área urbana, concorrendo com *pipa* e *papagaio*, como demonstra a figura 8.

¹³ Segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola: “f. Cometa que se sube en el aire”. (Disponível em <https://dle.rae.es/pandorga> <https://dle.rae.es/pandorga>. Acesso em 06 dez.2020).

Figura 8 – Produtividade de *pipa* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – variação diatópica



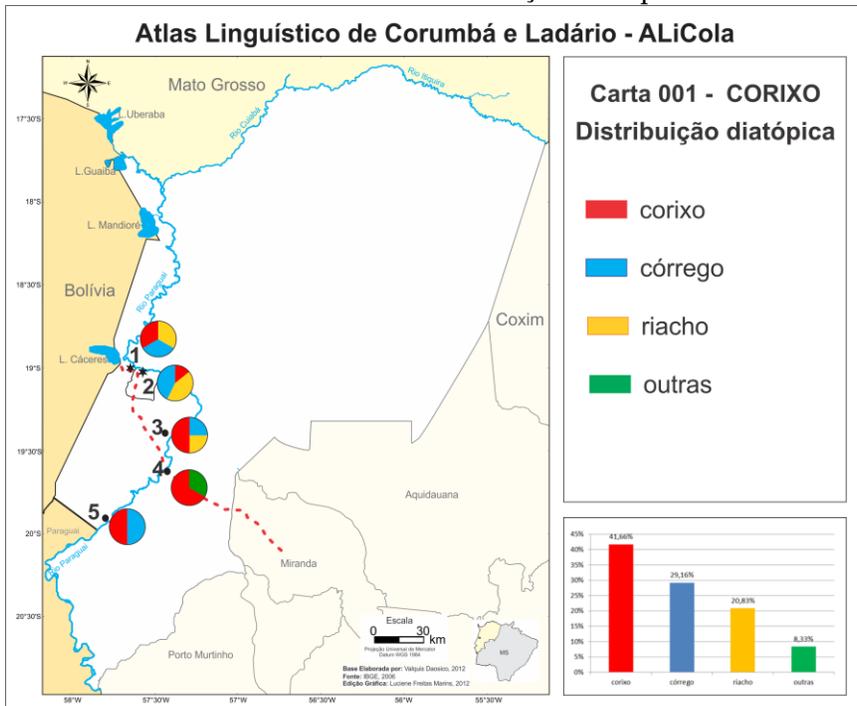
Observa-se nessa figura que *pipa* e *pandorga* são as denominações mais produtivas e estão registradas em todas as localidades, atestando a vitalidade dessas formas lexicais em todo o território investigado.

5.3 Presença de regionalismos no vocabulário registrado:

No ALiCoLa também destaca-se a presença de unidades léxicas consideradas regionalismos na norma lexical do português do Brasil, sobretudo em casos que apontam para a relação entre o homem e o meio ambiente. Entre outros, destacam-se as ocorrências da forma *corixo* para nomear “um rio pequeno e estreito, de uns dois metros de largura” (QSL 001) que, segundo Alencar (2013, p. 105), é registrada

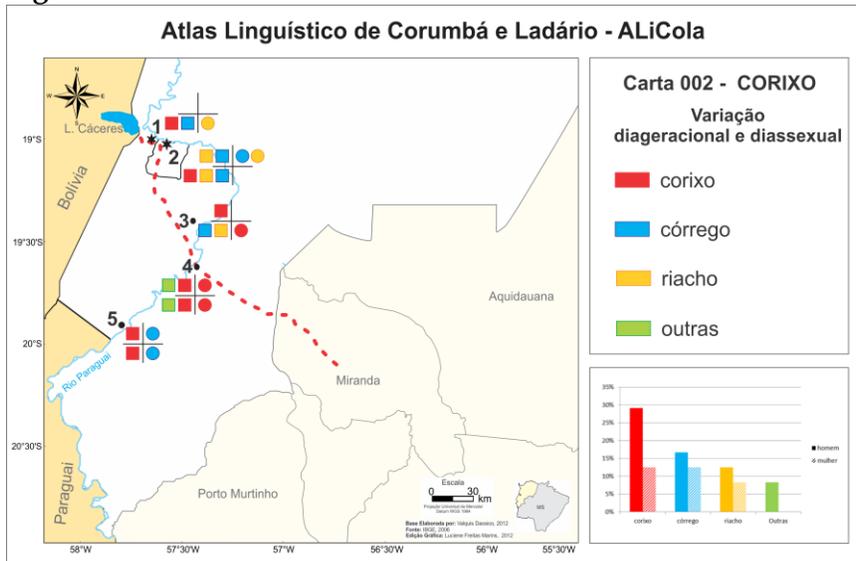
por “diferentes lexicógrafos como regionalismo dos estados da região Centro-Oeste, em especial na região coberta pelo Pantanal”. Na sequência, as figuras 9 e 10 demonstram, respectivamente, o registro de *corixo* para nomear o referente em causa nos pontos de inquéritos do atlas e a produtividade dessa denominação segundo o perfil dos informantes.

Figura 9 - Produtividade de *corixo* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – variação diatópica



Fonte: Alencar (2013, p. 206)

Figura 10 - Produtividade de *corixo* no ALiCoLa – variáveis sociais



Fonte: Alencar (2013, p. 108).

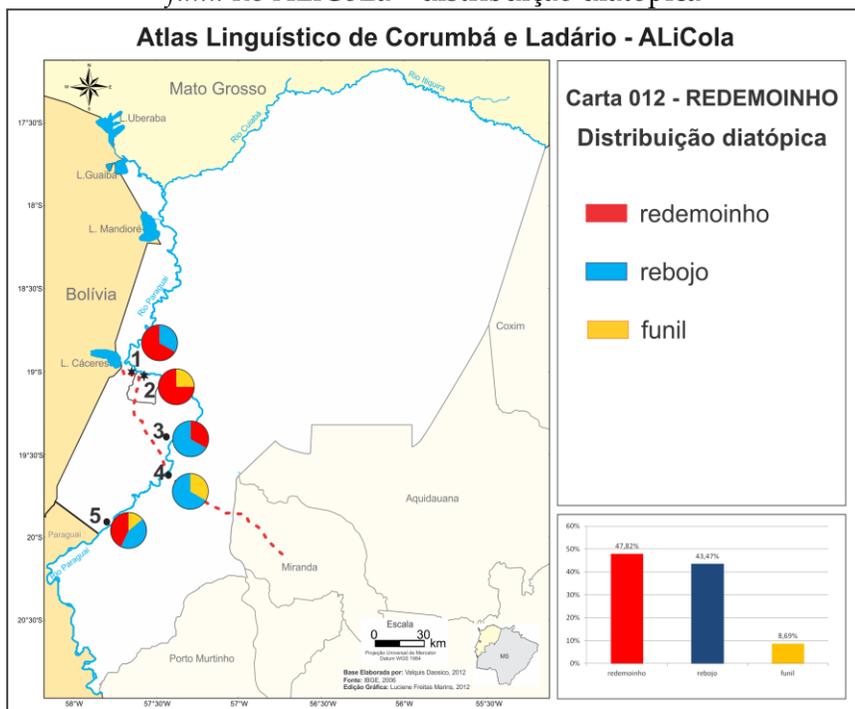
A figura 9 demonstra que a denominação *corixo* foi a mais produtiva no território investigado, sendo fornecida com maior índice nos pontos 3, 4 e 5 e menor concentração nos pontos 1 e 2, denotando ser uma denominação mais conhecida pelos habitantes das áreas não urbanas de Corumbá e que possuem maior contato com esse tipo de elemento hídrico.

Já em relação às variáveis sociais, a Carta 2 (figura 10) aponta para um comportamento de certa forma distinto entre os dados obtidos nas sedes dos municípios e os oriundos dos distritos, pois nas áreas urbanas a forma *corixo* foi mencionada apenas pelos informantes do sexo masculino, faixa etária II, enquanto nas áreas distritais foi citado por informantes de todos os perfis, com alta produtividade em Porto Esperança (ponto 4) com quatro ocorrências.

Esse quadro se assemelha ao que ocorre com a denominação *rebojo* que se destaca pela produtividade na região pantaneira e que igualmente é indicada em dicionários como regionalismo do Brasil como denominação do “[...] movimento em espiral causado por queda de cachoeira; redemoinho” (HOUAISS, 2001), como se

observa na Carta 12 (figura 11) que informa os registros das denominações cartografadas no atlas para *rebojo*.

Figura 11: Produtividade das unidades lexicais *redemoinho*, *rebojo* e *funil* no ALiCoLa – distribuição diatópica



Fonte: Alencar (2013, p. 222).

Os dados da figura 11 demonstram um expressivo percentual do item lexical *rebojo* para nomear “o fenômeno em que, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, na água, que puxa para baixo” (QSL 008).

As cartas 12 e 13 do ALiCoLa relacionadas à forma *redemoinho* demonstram que *rebojo* foi mais expressiva nos pontos de inquérito nos distritos, não tendo sido registrada em Ladário. Por sua vez, nas áreas distritais a forma *redemoinho* foi citada como resposta por informantes de todos os perfis, com maior incidência em Ladário e em Coimbra (três ocorrências).

Além dos casos relacionados a elementos hidrográficos ainda cabe destaque a presença de duas denominações que indicam nomes que se referem a elementos da fauna brasileira. É o caso de *papa-mosquito* e *amassa-barro* que se configuram como nomeações regionais de animais conhecidos em diferentes regiões do país, imprimindo “cor local” ao léxico dos corumbaenses e ladarenses.

A denominação *papa-mosquito* foi utilizada predominantemente para nomear “o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a perna traseira na água” (QSL 106). Além de *papa-mosquito*, apenas duas respostas foram consideradas válidas na região investigada como nomeação desse tipo de elemento da fauna: as formas lexicais *papa-vento* e *helicóptero* que foram registradas como ocorrências únicas, citadas por informantes do sexo feminino, faixa etária II, respectivamente, de Ladário e Coimbra - Carta 105 (ALENCAR, 2013, p. 374).

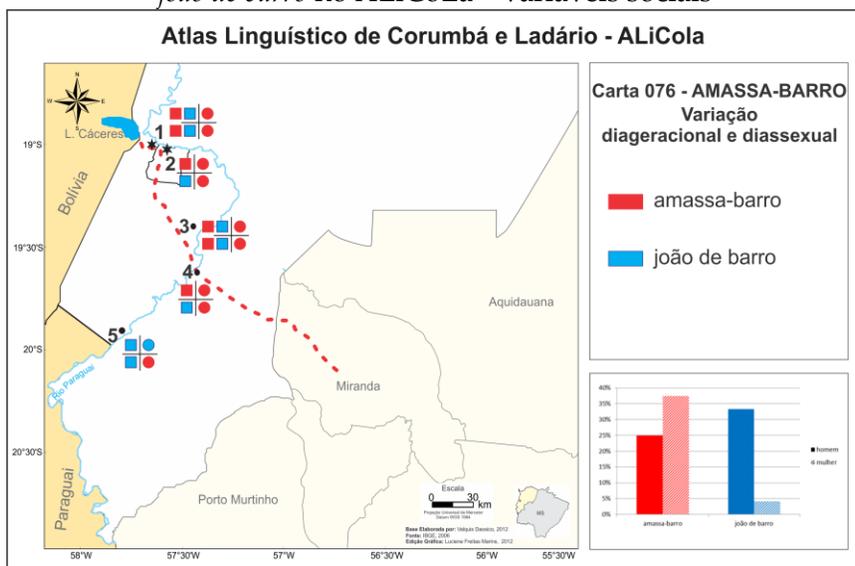
A forma *amassa-barro* também foi documentada de modo significativo como denominação da “ave que faz a casa com terra nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa?” (QSL 007). Ressalte-se que a unidade lexical *amassa-barro* é recorrente em trabalhos que tratam sobre o homem pantaneiro (BANDUCCI, 2007) e foi fruto da análise realizada no artigo *O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras*, de Isquerdo (2009) que informa que essa denominação foi documentada nos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul: “Os dados do Projeto ALiB e do Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul analisados neste trabalho ratificam a marca dialetal registrada pelo lexicógrafo no verbete *amassa-barro*, no que tange ao Mato Grosso, estendendo-se, nesse caso, a marca de uso também ao Mato Grosso do Sul” (ISQUERDO, 2009, p. 56).

Para além da situação geográfica, Isquerdo (2009) associa o uso da unidade lexical *amassa-barro* ao processo de ocupação e povoamento do território, pois ocorre a presença dessa unidade léxica somente em localidades situadas ao longo do rio Paraguai, pois a denominação segue o caminho desse importante rio

brasileiro que corta a fronteira adentrando ao Paraguai, país vizinho.

Retomando os dados do ALiCoLa, a figura 12 indica a distribuição da denominação *amassa-barro* nos pontos investigados de acordo com os perfis de falantes considerados.

Figura 12 - Produtividade das unidades lexicais *de amassa-barro e joão de barro* no ALiCoLa – variáveis sociais



Fonte: Alencar (2013, p. 324)

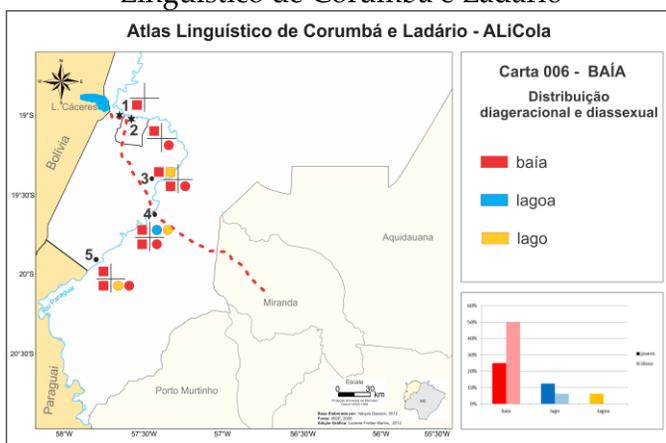
Nota-se, pelos dados da figura 12, que a unidade lexical *amassa-barro* foi mencionada de modo expressivo entre os informantes da maioria dos pontos de inquérito, exceto em Coimbra. Quanto à variação diageracional e diasssexual, observa-se que a forma *amassa-barro* está difundida entre falantes de diferentes faixas etárias, inclinando-se como uma preferência no modo de nomear das informantes do sexo feminino e também dos entrevistados da faixa etária I. Essa forte presença de *amassa-barro* na região investigada demonstra o vigor da denominação em Corumbá e Ladário, na atualidade.

5.4 Universo rural: comportamentos diversos

Tendo em vista o fato de o município de Corumbá cobrir uma expressiva área não urbana, tinha-se a expectativa de que o uso de denominações de caráter rural fosse ser marcante na norma lexical dos falantes naturais dos pontos de inquéritos pesquisados, expectativa que não se confirmou. Segundo Alencar (2013, p. 102), “outros fenômenos também se destacaram entre os resultados obtidos pelo ALiCoLa, dentre eles, o grande número de não respostas para perguntas ligadas ao universo rural e o alto índice de equívocos quanto à nomeação de acidentes geográficos e de elementos hidrográficos”.

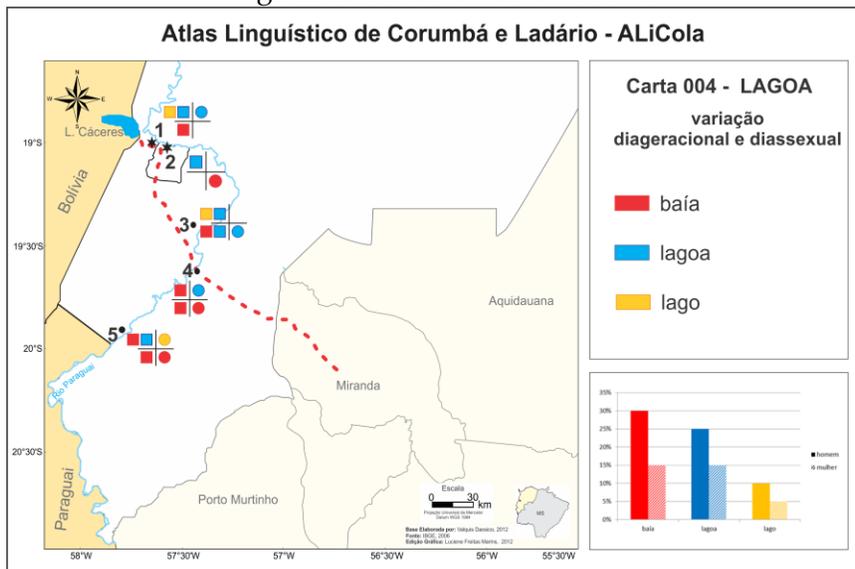
Nesse particular cite-se o caso da dificuldade dos informantes de diferenciar dois acidentes geográficos existentes no Pantanal: i) *baía* “extensão de água de forma arredondada que nunca seca e pode ter uma parte enorme recoberta por vegetação bem verde, uma pequena prainha, às vezes tem água salgada”? (QSL/ALiCoLa 003) (figura 13) e, ii) *lagoa* “E o nome de uma grande quantidade de água parada cercada de terra por todos os lados que às vezes seca na época da seca no Pantanal?” (QSL/ALiCoLa 002) (figura 14).

Figura 13 – Representatividade da unidade lexical *baía* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário



Fonte: Alencar (2013, p. 213)

Figura 14 - Representatividade da unidade lexical *lagoa* no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário



Fonte: Alencar (2013, p. 210)

Apesar de a denominação *baía* ter sido documentada em todas as localidades da rede de pontos do ALiCoLa, do ponto de vista da variável idade, observa-se que a maioria das menções vieram de informantes da faixa etária II. No âmbito dos falantes da faixa I, o registro de *baía* predominou nas respostas fornecidas pelos informantes do sexo masculino. Além disso, há uma grande concentração de respostas nos pontos de inquéritos que não são sede de município.

Ainda na figura 14, nota-se que o informante tem dificuldade de diferenciar os dois acidentes geográficos e, conseqüentemente, de nomeá-los. No ALiCoLa, com o objetivo de demonstrar essa particularidade foram produzidas duas cartas semasiológicas (cartas 7 e 8) que representam essa relação, apresentadas, respectivamente, por meio das figuras 15 e 16.

Figura 15 – Carta semasiológica de lagoa

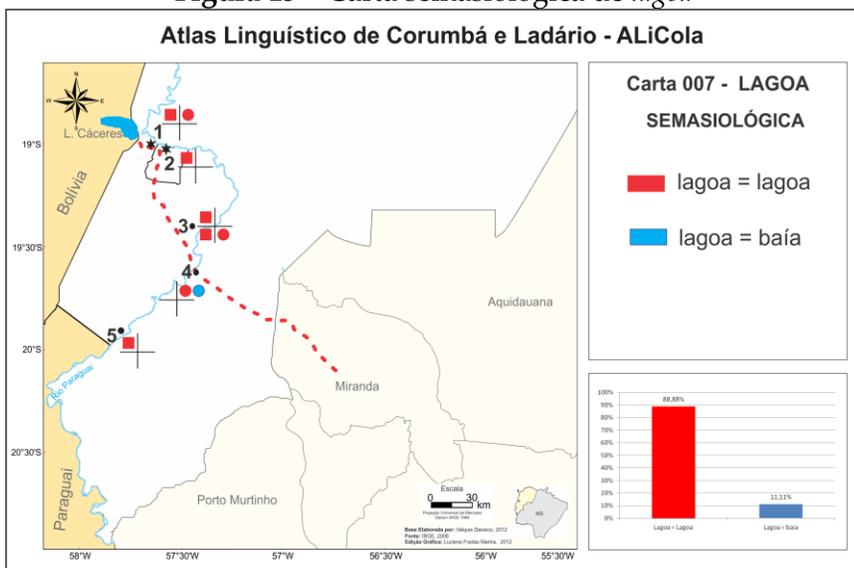
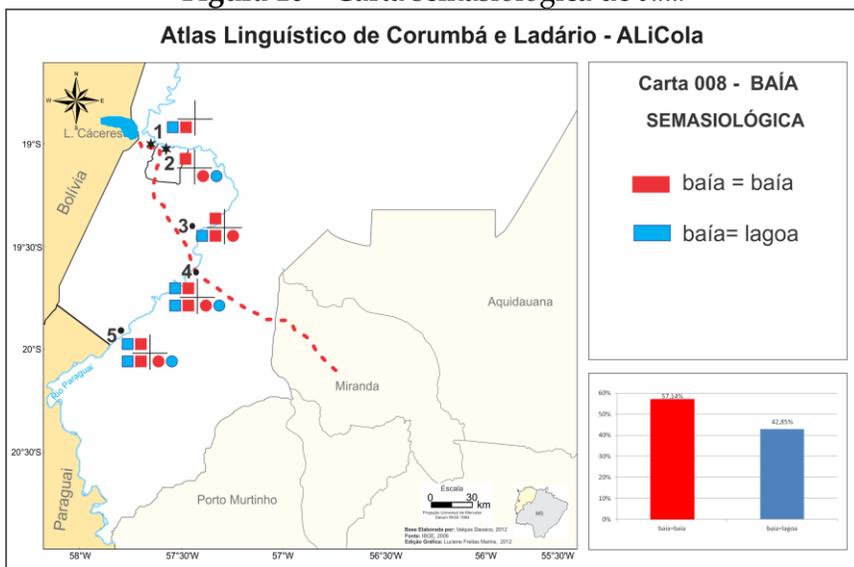


Figura 16 – Carta semasiológica de baía



Cabe esclarecer que no bioma Pantanal os dois acidentes hidrográficos têm características similares, sendo diferenciadas pelo fato de, no período de estiagem, somente a *lagoa* secar. Todavia, esse traço distintivo parece não ser mais tão evidente e significativo entre os falantes urbanos:

A busca de respostas para o acidente geográfico normalmente designado por *lagoa* (QSL 002) registrou o item lexical *baía* em 42,85% das respostas, unidade lexical essa que no universo pantaneiro designa outro referente. Ao contrário, na pergunta que buscava a unidade lexical *baía* (QSL 003) houve apenas uma ocorrência do item lexical *lagoa* (ALENCAR, 2013, p.100).

Nas subáreas dos *acidentes geográficos e elementos hidrográficos* abundam casos similares ao da *baía* e da *lagoa*, justamente pela não familiaridade de falantes urbanos com elementos de aspectos da natureza muito comuns para os habitantes da zona rural¹⁴.

Um outro panorama foi observado nas respostas documentadas para as perguntas vinculadas às subáreas *fauna e atividades agropastoris* que foram pouco produtivas em termos de registro de respostas e, conseqüentemente, geraram número mínimo de cartas: apenas 40% das perguntas foram cartografadas.

Palavras Finais

Este trabalho teve como propósito fornecer uma visão geral do Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário – ALiCoLa (ALENCAR, 2013) e discutir uma amostra dos dados documentados pelo Atlas que teve como objetivo mais amplo documentar a língua portuguesa falada em dois municípios do Extremo Oeste sul-mato-

¹⁴ Um outro exemplo: para a pergunta 008/QSL/ALiCoLa – "muitas vezes, num rio, a água começa girar, formando um buraco, que puxa para baixo. Como se chama isto?" –, por exemplo, foram apuradas nove denominações: *poço, redemoinho, rebojo, vulcão, funil, onda, remanso, correnteza, corrente de água*. Mais exemplos dessa natureza estão arrolados no quadro 6 da dissertação de Alencar (2013, p. 103-104).

grossense, fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Por ser um trabalho de natureza dialetal, critérios como perfil de informante, questionário linguístico e rede de pontos foram elementos fundamentais para a produção do Atlas. Como demonstrado, a delimitação do território investigado considerou dois fios condutores, ambos de natureza regional: as margens do rio Paraguai e as linhas do trem da ferrovia Noroeste, principais vias de acesso à região pantaneira até a segunda metade do século XX, quando foi construída a rodovia que liga as duas cidades pantaneiras a Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Nesse contexto histórico-geográfico o rio Paraguai teve papel decisivo nos diferentes episódios da história local, pois

[...] foi o protagonista de diferentes episódios fundamentais para a formação histórico-cultural da região: a chegada do homem branco em território de vários povos indígenas, as levadas migratórias, as transações comerciais e o espaço fluvial compartilhado pelos diferentes países da América do Sul (ALENCAR, 2013, p. 110).

Essas particularidades geográficas e demais características do bioma Pantanal (isolamento, alagamento, longas secas) acabam por deixar suas marcas no léxico local, de modo especial em nomeações de elementos hidrográficos e/ou acidentes geográficos, como é o caso da nomeação de acidentes geográficos como *corixo*, *vazante* e *rebojo* e de animais como o *papa-mosquito* e *amassa-barro* que materializam a relação do homem com o ambiente. Também em decorrência das limitações geográficas, situações de conservadorismos léxicos foram documentados como reflexos da presença de portugueses na região desde o período da colonização, como se observa no uso de itens lexicais como *funda*, *resguardo*, *rudo*. Além disso, houve registros de casos que denotam influências da língua espanhola no léxico corumbaense/ladarense, fenômeno provavelmente decorrente do contato do português com o espanhol falado na Bolívia e no Paraguai, como ocorre com *abanico* e *pandorga*.

Merece ainda registro o fato de 68% das cartas produzidas para o Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário coincidirem com as do Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul, o que permite a realização de estudos comparativos entre os dados documentados pelos dois atlas, cotejos que poderão motivar trabalhos futuros, como a produção de um vocabulário dialetal do Extremo Oeste de Mato Grosso do Sul. Além disso, dado o contingente de material linguístico ainda de caráter inédito, estudos futuros poderão ser realizados voltados, por exemplo, para fenômenos fonéticos. Por fim, acresce-se que estudos contrastivos a partir de cartas do ALiCoLa, do ALMS e das que comporão os futuros volumes do Atlas Linguístico do Brasil com dados do interior.

Referências

- ALENCAR, Beatriz Aparecida. *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário: uma descrição da língua portuguesa falada no extremo oeste de Mato Grosso do Sul*. 2013. 620 f. 2 vol. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. *A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007
- BENKE, Vanessa Cristina Martins. *Tabus linguísticos nas capitais do Brasil: um estudo baseado em dados geossociolinguísticos*. 2012. 313 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística. Tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Introdução. Vol 1. Londrina: Editora EdueL, 2014.

- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001*. 2 ed. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- CUBA, Marigilda Antônio. *Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso*. 2009. 497 f. 2 vol. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO Suzana Alice Marcelino (Orgs.). *Dos sons às palavras nas trilhas da língua portuguesa*. Homenagem a Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais brasileiros. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-59.
- REIS, Regiane Coelho Pereira. *Atlas Linguístico do município de Ponta Porã- MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai*. 2006. 469 f. 2 vol. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2006.
- OLIVEIRA, Dercir Pedro (Org.). *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul (ALMS)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: *Diccionario de la lengua española*, 23.^a ed., [versión 23.4 en línea]. <<https://dle.rae.es>> Acesso em: 06 dez.2020.
- THUN, Harald. A dialetologia no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (Org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p. 63-92.

CAPÍTULO 11

ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DE COLÍDER- MATO GROSSO

Maria José Basso Marques*
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida**

Introdução

O Norte mato-grossense situa-se no centro da área designada por Antenor Nascentes (1953) como Território Incaracterístico linguisticamente, na sua proposta de divisão dialetal do Brasil. À época, essa faixa territorial se constituía de “floresta densa e habitada, predominantemente, por populações indígenas que coincide, atualmente, com áreas dos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Goiás” (ISQUERDO; TELES, 2014, p.48).

* Doutoranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: marialider@gmail.com

** Professor titular e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: msantiago@usp.br

Figura 1- Divisão de falares no território brasileiro, conforme Nascentes (1953)



Fonte: Philippsen (2013, p.47)

No entanto, a partir da década de 1970, o processo migratório interno ocorrido no Brasil tem provocado um novo desenho dessas regiões em termos culturais, linguísticos, econômicos e sociais. Registra Castro et al. (2002), que essa ocupação ocorreu, primeiramente, através da colonização dirigida, a partir de 1978, por pressões de conflito social no Sul e disponibilidade de terra da União na região, às margens da Rodovia Federal BR-163.

Posteriormente, houve uma redefinição da política de ocupação de Mato Grosso que pretendia absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras através da colonização privada, a qual deveria promover o ingresso à terra e o benefício econômico, recebendo para isso os incentivos e facilidades fiscais (SCHAEFER, 1986).

Colíder é produto dessa colonização particular que, com as propagandas anunciando as excelências das terras da região, do clima, facilidades de pagamentos de pequenos lotes provocou o interesse de pessoas de outras regiões do Brasil, que almejavam melhorar sua situação econômica e “rapidamente centenas de famílias foram chegando e se instalando ao redor da sede, abrindo o sertão bruto, gente de todas as categorias, principalmente, ex-posseiros, volantes, pequenos agricultores” (SCHAEFER, 1986, p. 50).

Ao considerar essa nova realidade, entendeu-se que culturas e línguas se mesclaram proporcionando um mosaico linguístico nessa localidade em estudo, pois o “homem ao migrar de um local para o outro, transporta consigo seus conhecimentos e sua linguagem interagindo com indivíduos de culturas diferentes [...] e assume as características pertencentes a outros grupos e a outras culturas” (CUBA; ISQUERDO, 2009, p. 146). Assim, questionou-se: Como o falar de Colíder foi constituído e que implicações de natureza sociocultural influenciaram na formação e expansão do português na região? Como se apresentavam as características, relacionadas aos aspectos semântico-lexicais, entre os migrantes e os nascidos no município?

Para responder tal questionamento decidiu-se efetivar o estudo visando a elaboração de um atlas linguístico semântico-lexical, analisando os processos de variação linguística na constituição do léxico dos falantes no município de Colíder-MT. Para esse registro, a pesquisa foi fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Dialetologia e da Sociolinguística Variacional.

A elaboração do *Atlas Semântico-Lexical de Colíder*, doravante ASeLCo, foi iniciada em 2016 e apresentada em 2018 como dissertação de Mestrado na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), orientada pelo professor Dr. Manoel Mourivaldo Santiago - Almeida da Universidade de São Paulo (USP). A motivação deveu-se à falta de estudos sobre a variação linguística nessa localidade, tendo em vista o grande fluxo migratório ocorrido na década de 1970, processo que iniciou a colonização das cidades mato-grossenses.

A metodologia utilizada foi a da Geolinguística, o instrumento da recolha dos dados foi o Questionário Semântico Lexical (QSL), versão 2001, do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), aplicado a 48 colidenses, em seis pontos de inquérito, cinco na zona urbana e um ponto na zona rural, comunidade Café Norte (MARQUES, 2018).

Para este artigo será feito um recorte do estudo empreendido e dos achados linguísticos analisados. Assim, segue, de forma breve, um resumo das teorias alinhavadas para a pesquisa e uma breve descrição da construção do ASeLCo seguidas da análise e considerações.

2. Alinhavos teóricos

Entender que o léxico faz parte da história cultural de uma comunidade é, conforme Biderman (2001, p. 179) “compreender que embora esse léxico seja patrimônio de uma comunidade são os falantes aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua”. É através desse instrumento de comunicação que podemos expor pensamentos, nomear objetos e registrar eventos. Esse processo está indissolivelmente associado à cultura com que se conjuga uma língua natural. Daí resultam as disparidades vocabulares que opõem, muitas vezes, variedades de uma mesma língua.

Como as mudanças léxicas acompanham as alterações sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade, vários estudos surgiram para abordar a mudança linguística na perspectiva entre a língua e a realidade social e histórica das comunidades que a falam. Para essa linha de reflexão, segundo Faraco (2006), trouxeram especial contribuição os estudos dialetológicos e sociológicos que se desenvolveram a partir dos fins do século XIX.

O autor conceitua que Dialetologia é

o estudo de uma língua na perspectiva de sua variabilidade no espaço geográfico. O termo deriva de *dialeto*, que é a designação tradicional em linguística das variedades de uma língua

correlacionadas com a dimensão geográfica, a chamada variação diatópica” (FARACO, 2006, p. 178).

E, por Sociolinguística “o estudo das correlações entre formas linguísticas variantes (isto é, entre diferentes formas de dizer a mesma coisa) e determinados fatores sociais, tais como a classe de renda, o nível de escolaridade, o sexo, a etnia dos falantes” (FARACO, 2006, p. 184). Ambas, Dialetoлогия e Sociolinguística, andam juntas, pois afirma o autor que essa união amplia o estudo da variação linguística quando a dimensão geográfica é aliada à dimensão social como fator de diferenciação linguística.

Embora o enfoque diatópico e sociolinguístico se faça presente em ambas, elas se distinguem na forma de tratar os fenômenos. A Dialetoлогия considera os fatores sociais como elementos relevantes na coleta e tratamento dos dados e tem como base da sua descrição a localização espacial dos fatos considerados, configurando-se como diatópica. A Sociolinguística, por sua vez, ainda que estabeleça a intercomparação entre dados diferenciados do ponto de vista espacial, centra-se na correlação entre os fatos linguísticos e os fatores sociais, priorizando as relações sociolinguísticas (CARDOSO, 2010, p.26).

Dessa maneira, era não só inevitável como necessária a junção da dimensão diatópica aos fatores sociais diante da realidade linguística que se pretendia descrever. Nessa luta entre disciplinas que registram a variação linguística conduziu a Dialetoлогия, inicialmente monodimensional, por caminhos pluridimensionais (ARAGÃO, 2014). E, no final do século XX, o modelo da Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional (RADTKE; THUN, 1999), aparece buscando suprir as lacunas existentes nas duas abordagens ao analisar variáveis extralinguísticas em diversos pontos/localidade de pesquisa. Esse modelo apresenta uma estrutura tridimensional gerada a partir da combinação entre a superfície (Dialetoлогия monodimensional) e o eixo vertical (Sociolinguística), que permite realizar análises de todos os tipos.

Assim, para a realização desse atlas semântico-lexical busca-se respaldo teórico na Dialectologia e na Sociolinguística, no entanto ao estudar o local da pesquisa em seu contexto sócio-histórico nosso olhar se voltou, também, para uma visão pluridimensional, quanto ao atendimento de outras variáveis sociais, como a diageracional e a diassexual apresentadas nas cartas linguísticas.

Cuba e Isquierdo (2009, p.147) afirmam que, “Os fatos linguísticos registrados num atlas tornam-se fotografias da fala de um grupo social”. Dizendo de outra forma, as cartas linguísticas que mapeiam o nível lexical da língua, por exemplo, fornecem dados concretos e significativos sobre o uso e a disseminação espacial de unidades lexicais que buscam demonstrar a variedade na uniformidade, isto é, as variantes lexicais influenciadas pelas variáveis: sexo, idade, local de nascimento e grau de escolaridade, entre outras, que caracterizam a fala comum exibindo a norma lexical de determinada área geográfica.

3. Os locais da pesquisa: Colíder e a Comunidade Café Norte – contexto histórico

Figura 2 -Localização de Colíder-MT



Fonte: IBGE- SIRGAS 2000- organização: Marcelo Leandro Holzschuh (adaptado para o artigo)

Com a abertura das estradas, no início do século XVIII, o tropeirismo chegou ao fim, a pecuária se espalhou, e no século XX alcançou o Centro-Oeste e o Norte do Brasil. Na década de 50 do século XX, as terras férteis do sul do então Mato Grosso atraíram paulistas e paranaenses para o cultivo do café. Ainda neste contexto de povoamento, destaca-se, conforme Isquerdo e Teles (2014), a denominada Marcha para o Oeste, projeto de Getúlio Vargas, em 1937, cujos objetivos eram a ocupação e o desenvolvimento do interior do Brasil que ainda permanecia pouco povoado, especialmente o Norte e o Centro-Oeste.

No percurso dessa marcha, muitos povoados surgiram e entre esses a Gleba Cafezal, hoje, município de Colíder, que está localizada a 700 quilômetros da capital Cuiabá e muitas famílias, oriundas do Sul e Sudeste, se mudaram para esta localidade em busca de crescimento econômico, conforme prometiam as propagandas das colonizadoras particulares (MARQUES, 2018).

Em 1973, a ocupação da Gleba Cafezal foi realizada “quando o sr. Raimundo Costa Filho decidiu colonizar a região, nela entrando pelo sentido leste - oeste” (FERREIRA, 2001, p.430). Conforme o autor, Raimundo já colonizara terras em parte do norte do Estado do Paraná, dando origem aos municípios de Fênix, Quinta do Sol e Barbosa Ferraz.

Em 1974, quase toda a Gleba fora ocupada, os primeiros moradores eram paranaenses procedentes de Paranavaí, Jandaia do Sul, Santa Cruz do Monte Castelo, Jardim Alegre, Terra Roxa do Oeste e, por fim, um colono de Presidente Bernardes em São Paulo. “Os colonos levantavam as casas do mesmo modo como no Paraná: construção de madeira, com platibanda recortada, marquise de zinco, calçada de terra batida aparada por tábua. O programa era fazer um outro Paraná” (FERREIRA, 2001, p.431). Em 18 de dezembro de 1979, através da Lei 4.158, criou-se o município cuja denominação é Colíder (Colonização, Industrialização e Desenvolvimento Rural). Conforme

o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população era de 30.766 habitantes.

Quanto à comunidade Café Norte, a escolha de um ponto rural deveu-se ao fato de ser nítida a divisão rural e urbana no município e ambas fazerem parte da história de colonização e migração do município. E, dessa forma, compreendeu-se que a investigação dialetal “define-se em razão do espaço ou de suas características linguísticas e deve ser estabelecida em razão de sua situação geográfica, de sua história, das interferências [...] da sua relação com as demais áreas a serem pesquisadas” (CARDOSO, 2010, p.89).

Essa comunidade encontra-se situada a 32 quilômetros de Colíder, seu colonizador foi Nelson Paim Loureiro que tinha a intenção de tornar a comunidade uma cidade, pois, “Paim era paulista, engenheiro, empresário, visionário, tinha intenções de fazer dessa comunidade uma cidade em desenvolvimento, investia no local com maquinários” (SANTOS, 2017)¹.

A visita de um agrônomo ao local, a convite do colonizador, afirmou que as terras eram planas e muito férteis para o plantio de café, então o nome da comunidade surgiu dessa ideia e passou a ser chamada Café Norte. Nesse período, foi produzido muito café e outras lavouras de subsistência, lavoura branca como o feijão, o arroz e o milho. À época, essa área rural ficou conhecida como a “Capital do Feijão”. O sucesso na lavoura e as propagandas das terras férteis atraíram muitos migrantes do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, entre outros (MARQUES, 2018, p.37).

No entanto, os conflitos gerados na comunidade devido à grilagem de terras levaram o colonizador a desistir da construção da localidade como futuro município. Como consequência, em

¹ No intuito de conhecer a história desse ponto linguístico, buscamos, sem sucesso, registros desse local em órgãos públicos. Por essa razão, decidimos registrar o histórico através de relatos de moradores pioneiros desta localidade. Assim, entrevistamos Eldir Oliveira dos Santos, é Mestre em Organização dos Centros Educacionais pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), possui especialização em Língua Portuguesa e Literatura, foi morador da Comunidade Café Norte de 1978 a 1990, onde atuou como professor do Ensino Fundamental (MARQUES, 2018, p. 36).

1990, os habitantes, sobretudo os jovens, buscaram novos campos de trabalho em cidades vizinhas como Sinop e Sorriso migrando para essas regiões, além de boa parte dessa população passar a morar na área urbana de Colíder. Como linguista, observamos que essa modificação demográfica, quer dizer, o aumento de concentração da população no centro urbano em detrimento do esvaziamento das áreas rurais proporcionou mudanças sociais, políticas e econômicas as quais passam a explicar a variação linguística em dado momento sincrônico, e por esse motivo são dignos de estudos e registros os quais serão expostos a seguir. Assim sendo, descreve-se como se deu a escolha dos pontos de inquérito, dos informantes e o instrumento da coleta de dados.

3.1. Os pontos de inquérito

Para a escolha da rede de pontos, selecionamos cinco na zona urbana de Colíder, e, um na zona rural, Comunidade Café Norte. Reforça-se que o estabelecimento dos locais investigados levou em consideração a história local, que é de migração, a densidade demográfica que já havia aumentado desde o último Censo, conforme a estimativa do IBGE de 2017, o município contava com 32.298 habitantes. Por fim, a distribuição espacial desses habitantes na zona urbana, de acordo com a divisão política administrativa - decreto nº 124/2011², ficaram assim distribuídos: Ponto 1- Setor Oeste (4.210 hab.), ponto 2 – Setor Sul (3.860 hab.), ponto 3 – Centro (2.245 hab.), ponto 4 – Setor Leste (3.147 hab.), ponto 5 – Setor Norte (1.542 hab.) e ponto 6 Comunidade Café Norte (200 habitantes)³.

² Decreto nº 124/2011, entrou em vigor no dia 06 de dezembro de 2011, o qual dispõe sobre a setorização administrativa da cidade e institui a obrigatoriedade da numeração predial no município de Colíder, “Art. 2º: ficam instituídas as regiões administrativas denominadas de setores, sendo NORTE, SUL, LESTE, OESTE”.

³ Dados fornecidos oralmente pelo representante da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Assistência e Extensão Rural (EMPAER) do município de Colíder.

analfabetos ou ter completado ou não o Ensino Fundamental, e a segunda, ter nível médio até superior.

3.3 O questionário

O instrumento da coleta foi o Questionário Semântico Lexical (QSL), versão 2001, do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB). Como numa pesquisa de cunho dialetal a recolha de dados se faz mediante aplicação de questionário ou através do registro de conversa livre, enfatizamos que para o *corpus* do ASeLCo utilizou-se o QSL de orientação onomasiológica, ou seja, propõe-se a investigar os vários nomes atribuídos a um conceito.

Esse instrumento consiste em um conjunto de questões de cunho descritivo com 202 perguntas que se distribuem por 14 áreas semânticas, a saber, I- Acidentes Geográficos; II- Fenômenos Atmosféricos; III- Astros e Tempo; IV- Atividades Agropastoris; V- Fauna; VI- Corpo Humano; VII- Ciclos da Vida; VIII- Convívio e Comportamento Social; IX- Religião e Crenças; X- Jogos e Diversões Infantis; XI- Habitação; XII- Alimentação e Cozinha; XIII- Vestuários e Acessórios e XIV- Vida Urbana.

O questionário foi aplicado individualmente e registrado a primeira resposta; quando o informante não se lembrava de alguma denominação, fazia-se uma retomada das perguntas não respondidas no final e, nesse momento, quando o colaborador não conseguia lembrar, a pesquisadora sugeria variantes na intenção de contribuir com a lembrança do informante.

4. O tratamento dos dados

Os dados coletados foram digitados no programa do Excel e, posteriormente, lançados no *Software Para Geração e Visualização de*

Cartas Linguísticas [JGVCLin]⁴ versão 1.1, para a geração de cartas linguísticas, relatórios de frequência e produtividade. Esse programa foi desenvolvido por Rodrigo Duarte Seabra, Valter Pereira Romano e Nathan Oliveira (2014).

A descrição das respostas das 202 perguntas é acompanhada de uma tabela lexical que apresenta as variantes de acordo com sua ocorrência por ponto, idade, sexo, escolaridade e naturalidade, além da frequência de uso.

A cartografia apresenta a seguinte configuração: no canto superior à direita, está o número da carta linguística, e, logo abaixo, o tema da questão, de acordo com o conceito/tema sugerido pelo QSL do ALiB. Ainda do lado direito, há duas legendas, uma refere-se às lexias registradas das respostas dos informantes e a segunda dos pontos linguísticos.

Quanto a simbologia, na parte interna da carta lexical, optou-se por apresentar as variáveis diatópica a qual é percebida de acordo com a localização do ponto investigado, a diageracional e a diassexual que estão indicadas por meio de duas linhas em forma de cruz sendo que, na parte superior, constam os informantes da primeira faixa etária (diageracional), femininos e masculinos (diassexual). Da mesma forma estão dispostos, na parte inferior, os informantes da segunda faixa etária, masculinos e femininos.

Os pontos linguísticos estão representados por números e cores. Na área urbana, temos o ponto 1 (Setor Oeste), representado pela cor rosa, o ponto 2 (Setor Sul) cor azul, o ponto 3 (Centro) cor amarela, o ponto 4 (Setor Leste) cor verde claro e o ponto 5 (Setor Norte) verde escuro. Na área rural, temos o ponto 6 (Comunidade Café Norte) representada pela cor lilás.

⁴ ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [SGVCLin] - Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 22, n.1, p.119-151, 2014. Disponível em: <http://sgvclin.altervista.org/>



As cartas são acompanhadas de um histograma com percentual de frequência de uso das lexias. Todos os dados de configuração, aqui mencionados, poderão ser verificados na carta selecionada para análise na seção seguinte.

4.1. Os achados linguísticos: análise e discussão

O material recolhido para a elaboração do ASeLCo, por sua riqueza em quantidade e qualidade, permitiu análises diversas do nível semântico-lexical. Tratou-se os dados lexicais fazendo uma descrição do resultado, ou seja, da unidade léxica que obteve maior número de ocorrência e frequência quanto às variações espacial (diatópica), diagenérica e diastrática (escolaridade).

No que tange à estatística linguística, as lexias que apresentam distribuição regular, ou seja, que foram utilizadas por informantes em todos os pontos linguísticos investigados e atingiram frequência igual ou acima de 50%, se constituíram como norma léxica. Nesse sentido, Biderman (2001, p.6) diz:

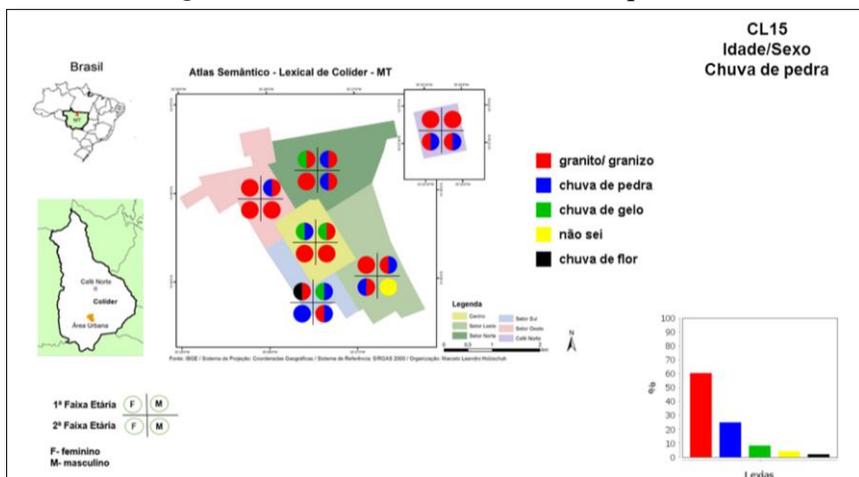
[...] o consenso comum dos usos linguísticos, ou seja, a norma, baseia-se na frequência de determinados signos linguísticos. A norma linguística nada mais é que a média dos usos frequentes aceitos pela comunidade. E é também a frequência, o fator primordial nas mudanças linguísticas de um estado de língua para o estado seguinte. (Grifo nosso).

Ainda, ao final de cada área semântica foi selecionada a lexia com maior número de ocorrência para tecer comentários de caráter

semântico-lexical. Ressalta-se que o estudo se preocupou em descrever a variação em sua forma dinâmica, possibilitando um entrelaçamento entre os fatores internos e externos da língua e por isso se insere nos princípios da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (RADTKE; THUN, 1999) os quais dispõem de um conjunto de parâmetros que buscam recobrir a dimensão espacial e a social aprofundando no contexto interno e externo da língua.

Isto posto, passa-se a algumas reflexões sobre o resultado extraído das respostas dadas à questão 15 - *Durante uma chuva podem cair bolinhas de gelo. Como chamam essa chuva?*

Figura 4- Carta Lexical 15- chuva de pedra



Fonte: ASeLCo (2018)

Essa questão faz parte da segunda área semântica, Fenômenos Atmosféricos, composta por quinze perguntas que recobrem denominações dadas aos eventos climáticos naturais. De acordo com a cartografia, identificam-se cinco lexias, *chuva de granito/granizo*, *chuva de pedra*, *chuva de gelo* e *chuva de flor*. O registro do gráfico apresenta que a maior ocorrência, aproximadamente

60%, está para a forma *granizo* e sua variante fonética *granito*⁵, as quais estão agrupadas em um único vocábulo.

Quanto ao aspecto diatópico e diageracional, das 48 respostas, registrou-se para a lexia *granizo*, 24 menções, e, para a variante fonética *granito*, 05, totalizando 29 ocorrências distribuídas entre os seis pontos de inquérito. Para o parâmetro diastrático, observou-se maior concentração de respostas dadas por mulheres, 16, *versus* 13 masculinas. As variáveis escolaridade e idade não apresentaram dados determinantes, uma vez que 15 responsivas foram mencionadas por informantes com nível superior e 14 por informantes com nível fundamental.

Os registros catalogados sobre os informantes⁶ bem como suas respostas permitiram identificar que há mais realização de *granizo/granito* na fala de sujeitos migrantes, da segunda faixa etária, tendo em vista que 10 foram realizadas por paranaenses, 12 por paulistas e 7 por mato-grossenses. Uma busca bibliográfica sobre a lexia *granizo* possibilitou encontrar, apontado na pesquisa de Romano (2012), o *Atlas Geossociolinguístico de Londrina: um estudo em tempo real e aparente*, que o uso de *chuva de granizo* e suas variantes é uma forma inovadora falada atualmente no norte de Londrina- PR, região de colonização mais recente em contraponto à forma *chuva de pedra*, de uso no Sul do Paraná por informantes que apresentam um falar conservador. Por analogia ao estudo de Romano e ao contexto de colonização dessa localidade, depreendeu-se que o uso dessa forma é uma herança linguística da região norte do Paraná.

⁵ Diante da infinidade de lexemas, propõe, como técnica, a delimitação de vocábulo, englobando, numa única rubrica, as palavras que podem representar um único vocábulo. Essa operação consiste, de um lado, em agrupar as formas heterogêneas de um mesmo vocábulo e, de outro, de separar as formas homógrafas relevantes de vocábulos diferentes (MULLER, 1968 *apud* CRISTIANINI, 2007, p.117).

⁶ Para maiores informações sobre os informantes ver Atlas Semântico-lexical de Colíder. (MARQUES, 2018).

A análise permitiu verificar, também, a manutenção dessa variante pelos informantes jovens, de 18 a 40 anos, constituindo assim a norma semântica para o conceito dado à questão ... *durante uma chuva podem cair bolinhas de gelo. Como chamam essa chuva?*. Sobre o conceito de norma, é importante dizer que para esta pesquisa considerou como norma o item lexical que atingiu um percentual acima de 50% de frequência de uso e entendida como “[...] padrão grupal de uso. É norma tudo o que é de uso comum e corrente numa dada comunidade linguística.” (CRISTIANINI, 2007, p.108).

Vale destacar que o resultado comparativo com o trabalho de Romano (2012) aguçou a curiosidade e buscou-se contrastar os demais dados recolhidos com os registros do *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994). Por conseguinte, foram constatadas outras variantes linguísticas faladas no norte do Paraná que estão em uso por informantes da segunda faixa etária neste município, como é o caso de *córrego* registrado no ASeLCo com 52% de produtividade, portanto norma, e está presente na carta 02 do ALPR como recorrente no norte paranaense. Da mesma forma, ocorre com a variante *pinguela* com 67% de uso em Colíder, e, também com mais produtividade no norte paranaense conforme carta 03 do ALPR. Outros registros correspondentes foram analisados para as variantes *cerração* (carta 33, ALPR), *banana felipe/filipe* (carta 46, ALPR), *umbigo da banana* (carta 45, ALPR), *trilha* (carta 10, ALPR) entre outros. A análise linguística dos dados do ASeLCo, evidenciaram, ainda, o uso de variantes [+] rio-grandenses, em manutenção, por falantes acima de 50 anos no ponto rural, conforme será exposto.

4.2 Lexias [+] RS registradas na Comunidade Café Norte

Essa comunidade, como já informado no contexto histórico, está localizada a 32 quilômetros de Colíder e na década de 1980 foi classificada por um geólogo como o local que possuía as melhores terras para o plantio de café e as propagandas eram feitas com base nesse argumento, atraindo muitas famílias para a região. Essas

famílias são do Paraná, cujos pais são do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Ceará.

O léxico cartografado possibilitou a observação do contexto sócio-histórico e a preservação linguístico-cultural da comunidade, além de permitir a documentação da análise semântica da diversidade lexical e geolinguística do português falado nessa localidade.

Na análise do *corpus* foi identificadas formas [+] RS mencionadas por informantes da segunda faixa etária para algumas questões do QSL como: 01-*Como se chama aqui um rio pequeno, de uns dois metros de largura?* O informante respondeu *sanga*. A pergunta 47- *Depois que se corta o pé de arroz ou de fumo, ainda fica uma pequena parte no chão. Como se chama essa parte?* Obteve-se como resposta *rastolho* e a questão 145- *Que nome dão ao cigarro que as pessoas faziam antigamente, enrolado à mão?*, a resposta informada foi *criolo*, monotongação de *crioulo*. Por fim, a questão 157- *Como se chama o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (mímica), que os meninos usam para matar passarinho?*, obteve-se o uso *bodoque*.

Tal indicativo de variantes + [RS] foi confirmado com a exploração da cartografia do (ALERS) *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALTENHOFEN; KLASMANN, 2011), a qual evidenciou que as variantes *sanga* (carta 008), *rastolho/restolho* (carta 248), *bodoque* (carta 303), *criolo/crioulo* (carta 352) são termos mais usados no falar gaúcho. À vista disso, inferiu-se que predominam variedades do dialeto gaúcho nessa comunidade, trazidas por migrantes paranaenses com descendência rio-grandense, em manutenção, na fala de sujeitos da segunda geração (FEII).

Considerações finais

A partir do *corpus* analisado, em termos de uso da língua, ficou evidente que o acervo lexical de Colíder apresenta semelhanças e divergências, não podendo, portanto, ser classificada como uma área linguística homogênea. Os dados cartografados evidenciaram, também, que o falar colidense possui variedades linguísticas que

são heranças do falar paranaense, sobretudo da Região Norte, conforme verificado em comparação à pesquisa de Romano (2012) e com *O Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994).

Foi identificado ainda, na amostra da diversidade linguística dos informantes da comunidade Café Norte, ponto 6, que o português falado nessa localidade é constituído, em sua maioria, por variantes do falar gaúcho [+] RS, conforme apresentado nas considerações sobre os termos *sanga, bodoque, rastolho, crioulo/crioulo*.

Essas reflexões sobre a língua autorizam a enfatizar que é impossível realizar um trabalho dialetológico sem entender as condições sócio históricas da comunidade que será investigada, “é preciso observar a história, os costumes, o habitat, enfim a história social e cultural que a comunidade usa” (SANTIAGO-ALMEIDA, 2003).

Dessa forma, o recorte do estudo realizado para este artigo apresenta-se como um documento do registro dos elementos que se unem à história, à cultura, aos percursos, aos trajetos no espaço e aos contatos entre as diferentes culturas (BUSSE, 2009). Além disso, mostra que a área de colonização recente, como se apresentam as localidades no norte de Mato Grosso, é marcada pela heterogeneidade sociocultural e diversidade linguística, as quais promovem o contato de variedades que merecem novas investidas para contemplar outros níveis da língua, como o fonético, o morfossintático e outras perspectivas que poderão ser realizadas a partir dos dados coletados. Esse trabalho levou a outra motivação de estudo, ou seja, pretende-se investigar o contato linguístico no norte de Mato Grosso para a tese de doutoramento que está em andamento e, assim, registrar o falar em área de colonização recente.

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba. 1994.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASMANN, Mário Silfredo. *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2011.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. O Atlas linguístico do Brasil no quadro da geolinguística brasileira. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. et al. *Atlas Linguístico do Brasil: volume 1*: Londrina. Eduel, 2014. p. 31-36.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria Linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BUSSE, Sanimar. Atlas linguístico-etnográfico da região Oeste do Paraná/ALERO: uma descrição preliminar do movimento diatópico e diastrático da fala. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*. Londrina, v.12, n.1, p.123-144, jul. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/issue/view/347>

Acesso em: 13 de nov. 2020.

CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo. Parábola Editorial. 2010.

CASTRO, Sueli Pereira et. al. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CRISTIANINI, Adriana Cristina. *Atlas semântico-lexical da região do grande ABC*. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-28012008-115533/pt-br.php> Acesso em: 10 de nov. de 2020.

COMITÊ CIENTÍFICO DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionário*. Londrina: Ed. UEL. 2001.

CUBA, Marigilda Antônio; ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico e história social: um estudo da variante lexical neve no Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso. *Signum: Est. Ling.*, Londrina, v.12, n.1, p.145-162, jul. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4453> Acesso em 10 nov. de 2020.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo. Parábola Editorial. 2006.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá, Secretaria de Estado da Educação, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 10 de julho de 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/panorama>> Acesso em 07 de nov. 2020.

ISQUERDO, Aparecida Negri; TELES, Ana Regina A rede de pontos. In: CARDOSO, S. A. M. S. et al. *Atlas Linguístico do Brasil: volume 1*. Londrina: Eduel, 2014.

MARQUES, Maria José Basso. *Atlas semântico-lexical de Colíder - Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso, Sinop, 2018. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=ppgletas-sinop&m=dissertacoes&c=turma-1> Acesso em: 01 de nov. 2020.

MULLER, Charles. *Initiation à la statistique linguistique*. Paris: Librairie Larousse, 1968.

PHILIPPSEN, Neusa Inês. *A constituição do léxico norte mato-grossense na perspectiva geolinguística: Abordagens Sócio-Semântico-Lexicais*. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-13092013-125309/en.php>> Acesso em: 10 de nov. 2020.

ROMANO, Valter Pereira. *Atlas geossociolinguístico de Londrina: Um estudo em tempo real e tempo aparente*. Londrina. 2012. Disponível em: <https://alib.ufba.br/atlas-geossociolinguistico-de-londrina-agelo> > Acesso em 05 de nov. 2020.

ROMANO, Valter Pereira; SEABRA, Rodrigo. Duarte; OLIVEIRA, Nathan. [SGVCLin] Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 22, n.1, p.119-151, 2014. Disponível em: <http://sgvclin.altervista.org/>

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Ideias Linguísticas: algumas reflexões. *Revista Polifonia*. EDUFMT v.6, n.6, 2003. p. 33-45.

Disponível em <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1151>> Acesso em: 09 de nov. 2020.

SANTOS, Eldir Oliveira dos. Comunidade Café Norte. Entrevista cedida a Maria José Basso Marques. Atlas semântico-lexical de Colíder. Sinop, 2018, p. 36-39. Disponível em: Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=ppgletras-sinop&m=dissertacoes&c=turma-1>> Acesso em: 06 de abr. 2021.

SCHAEFER, José Renato. *As migrações rurais e implicações pastorais: Um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso*. São Paulo. Loyola. 1986.

RADTKE, Edgar. THUN, Harald. Novos caminhos da geolingüística românica: um balanço (1996). In: ALTENHOFEN, Cléo Vilson; WOFF, Rita Dolores, PICKBRENNER Minka B. (Orgs.). *Cadernos de Tradução n. 5*. Porto Alegre, 1999. P. 31-51. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdetraducao/issue/view/3444>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

CAPÍTULO 12

VARIAÇÃO SEMÂNTICO-LEXICAL NO INTERIOR PAULISTA: <PANCADA DE CHUVA>, <ESTRELA D'ALVA>, <MANDIOCA BRAVA>, <GARRINCHA> E SUAS COVARIANTES

Selmo Ribeiro Figueiredo Junior*

Introdução

Do *Atlas Linguístico Pluridimensional do Português Paulista* (FIGUEIREDO JR., 2019), apresenta-se uma amostra descritivo-analítica referente a quatro variáveis semântico-lexicais, às respectivas variantes coletadas em campo e às correspondentes cartas linguísticas elaboradas. As localidades visitadas (nomeadas na seção “*Locus e metodologia*”) inserem-se na região do Médio Tietê, centro de difusão do dialeto caipira paulista.

A investigação de base empírica acerca das quatro variáveis deu-se mediante a aplicação de quatro questões (Q13, Q30, Q51 e Q116) do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) (CNPA, 2001) a 80 informantes. As questões e os dados registrados podem ser consultados juntos na seção “*Questões e dados*”, e as variantes mais frequentes são distribuídas em cartas linguísticas pluridimensionais (diatópicas, diastráticas, diassexuais e diageracionais) na seção “*Cartas pluridimensionais*”. O aporte teórico-metodológico é da

* Doutor em Letras – Filologia Portuguesa, Universidade Federal do Piauí (UFPI/CSHNB) e Universidade Carolina em Praga (CUNI). E-mail: selmo.figueiredo@ff.cuni.cz

Geolinguística/Dialetologia Pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 2000, 2005 etc.).

Com este trabalho, quer-se colaborar com mais conhecimento especificamente dialetológico oriundo da investigação da oralidade de uma variedade da língua portuguesa – denominada, desde Amaral (1920), de “dialeto caipira” – sediada em uma das primeiras áreas lusitanizadas no Brasil desde 1532 a partir da cidade de São Vicente. Nesse contexto, a região do Médio Tietê é considerada o berço da cultura e do dialeto caipiras no Estado de São Paulo. Isso se deve ao fato de que municípios dessa região são legatários das influências deixadas pelas passagens das moções, das bandeiras e dos tropeiros nos séculos XVI-XVIII em movimento no sentido litoral-interior, saindo sobretudo de Porto Feliz, estabelecendo atributos culturais/linguísticos hoje percebidos como típicos da região (cf. CÂNDIDO, 2001).

2. *Locus e metodologia*

Localidades representativas da região do Médio Tietê foram visitadas para recolha de dados. O Quadro 1 as nomeia com informação de surgimento e população.

Quadro 1: Rede de pontos

Ponto – Nome – Surgimento – População				Ponto – Nome – Surgimento – População			
P1	Santana de Parnaíba	1561	139.447	P6	Itu	1610	173.939
P2	Pirapora do Bom Jesus	1725	18.895	P7	Porto Feliz	1721	53.098
P3	Araçariguama	1590	22.364	P8	Tietê	±1500	42.076
P4	São Roque	±1665	91.016	P9	Capivari	±1760	55.768
P5	Sorocaba	1654	679.378	P10	Piracicaba	1766	404.142

População estimada em 2019 (IBGE, 2020)

Fonte: Elaboração própria

Os procedimentos adotados amparam-se nos princípios teórico-metodológicos da Geolinguística/Dialetologia Pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 2000, 2005 *etc.*), de cuja perspectiva os 80 informantes foram ouvidos, sendo oito em cada ponto da rede, dos quais quatro femininos e quatro masculinos. Para a seleção, todos haviam de satisfazer os seguintes critérios:

A. pertencer seja a um grupo etário mais novo (GI: 18–36), seja a um grupo etário mais velho (GII: a partir de 55);

B. pertencer seja a uma classe social/escolar mais baixa (Cb: desde analfabetos até secundaristas incompletos), seja a uma classe social/escolar mais alta (Ca: a partir de estudos superiores incompletos);

C. ser morador no ponto pelo equivalente a, no mínimo, três quartos da vida; e

D. ser morador no ponto nos últimos cinco anos ininterruptos.

Com isso, obteve-se uma distribuição equitativa dos informantes. Em cada ponto, as mulheres assim se dividiram: uma do perfil CaGII, uma do perfil CbGII, uma do perfil CaGI e outra do perfil CbGI. Igual procedimento foi aplicado aos quatro homens de cada localidade.

Cada perfil (CaGII, CbGII, CaGI e CbGI) representa, portanto, um cruzamento das variáveis diastrática e diageracional, respectivamente, cuja notação não parametrizada¹ é $CxGy$. Além dessas duas variáveis extralinguísticas sistematicamente controladas, fez-se o mesmo com a diassexual, tal como aludido antes. Esse fato possibilitou mais dois cruzamentos: entre as variáveis social/escolar e diassexual, por um lado, e, por outro, entre as variáveis diassexual e diageracional. A notação não parametrizada de ambos os cruzamentos é $CxWz$ e $WzGy$, respectivamente.

¹ Define-se aqui uma notação não parametrizada como uma expressão apenas com variáveis, *i.e.*, sem valores determinados/específicos saturados. Sua aplicação na dialetologia (e em outras áreas) permite que se opere com economia num nível abstrato, ou seja, abstraído de variantes determinadas/específicas.

Para a elicitación, foi utilizada a técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente (TE) (FIGUEIREDO JR., 2019), plasmada da técnica de três tempos (TTT) (THUN, 2000). A TE preserva os três tempos da TTT — o de perguntar, para a recolha de respostas espontâneas; o de insistir, para a recolha de mais respostas espontâneas; e o de sugerir, para o registro de formas aceitas ou rejeitadas —, mas sem sistematicidade, já que a TE orienta-se à consecução da contundência responsiva/anuente do informante, a manifestar-se potencialmente em qualquer tempo. Também é propriedade da TE um ordenamento de relevância contextual das respostas quando há mais de uma. Chama-se “cabeça de relevância” a lexia mais relevante, a figurar nas cartas linguísticas².

3. Questões e dados

As questões do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) (CNPA, 2001), aplicado a 80 informantes via técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente (TE) (FIGUEIREDO JR., 2019), reportam-se no Quadro 2 juntamente com as respectivas variantes mais frequentes registradas.

Quadro 2: Questões do QSL e variantes elicitadas

	Enunciado da questão	Respectiva variante mais frequente documentada
Q13	“Como se chama uma chuva de pouca duração, mas muito forte e pesada?”	<pancada de chuva>
Q30	“Como se chama a estrela que aparece de tardezinha antes das outras, perto do horizonte, brilha mais do que as demais e é a última a desaparecer?”	<estrela d’alva>

² Para detalhes acerca da TE, v. Figueiredo Jr. (2019, tomo I, cap. “Metodologia”).

Q51	“Como se chama a raiz parecida com [a mandioca], mas venenosa, que precisa de preparo específico para não fazer mal à saúde de quem a come?”	<mandioca brava>
Q116	“Como se chama quem tem pernas curvas?”	<garrincha>

Fonte: Elaboração própria

Houve, para além das variantes acima, a ocorrência total de 28 variantes para a Q13, 11 para a Q30, 12 para a Q51 e 13 para a Q116. Em blocos, os parágrafos a seguir as mencionam exaustivamente em ordem decrescente³. Entre parêntesis após cada variante, tem-se a seguinte forma de apresentação das informações: “[número total de ocorrências na rede de pontos]: [ponto]–[número de ocorrências no respectivo ponto]”.

Para Q13: <pancada de chuva> (17: P1–1, P3–3, P4–1, P5–2, P6–5, P7–1, P9–3, P10–1); <chuva de verão> (10: P1–3, P3–2, P4–1, P5–1, P8–2, P9–1); <tromba d’água> (10: P2–2, P4–1, P6–2, P7–1, P8–1, P9–3); <chuva passageira> (9: P1–2, P2–2, P4–2, P6–2, P7–1); <chuva> (6: P3–1, P4–1, P8–1, P9–2, P10–1); <tempestade> (5: P2–2, P3–1, P5–1, P7–1); <chuveiro> (3: P8–2, P10–1); <pé d’água> (3: P6–2, P7–1); <temporal> (3: P5–1, P6–1, P9–1); <toró> (3: P2–1, P4–1, P10–1); <aguaceiro> (2: P5–1, P6–1); <chuva torrencial> (2: P5–1, P10–1); <chuvão> (2: P7–1, P10–1); <chuvinha> (2: P4–1, P5–1); <manga d’água> (2: P7–1, P10–1); <chuva de vento> (1: P1–1); <chuva forte> (1: P5–1); <chuva molha-bobo> (1: P3–1); <chuva rápida> (1: P8–1); <chuvona> (1: P10–1); <dilúvio> (1: P10–1); <garoa> (1: P8–1); <manga de água> (1: P9–1); <pancada de água> (1: P8–1); <rajada de chuva> (1: P1–1); <temporalzinho> (1: P8–1); <tornado> (1: P10–1); e <vendaval passageiro> (1: P7–1).

³ Formas que compartilham similitudes morfolexicais e formas que são variantes ortográficas resultantes de pequenas variações fonéticas são reportadas aqui separadamente. No atlas, porém, elas são agrupadas (cf. FIGUEIREDO JR., tomo V, cap. “Contagem das lexias”).

Para Q30: <estrela d'alva> (15: P1-4, P2-1, P3-1, P4-3, P6-1, P7-1, P8-2, P9-1, P10-1); <Vênus> (9: P2-1, P3-1, P4-2, P6-1, P8-1, P9-1, P10-2); <estrela guia> (5: P2-1, P6-1, P7-2, P8-1); <estrela vespertina> (4: P4-1, P5-1, P7-1, P8-1); <estrela da tarde> (1: P2-1); <estrela maria> (1: P7-1); <estrela rainha> (1: P7-1); <maria> (1: P3-1); <Marte> (4: P1-1, P6-1, P7-1, P8-1); <primeira estrela da noite> (1: P8-1); e <última do dia> (1: P2-1).

Para Q51: <mandioca brava> (20: P1-1, P2-2, P3-4, P4-3, P5-4, P6-1, P7-1, P8-2, P9-1, P10-1); <mandioca> (14: P1-1, P3-2, P4-1, P6-3, P7-2, P8-5); <mandioca braba> (7: P1-3, P2-1, P7-1, P9-1, P10-1); <aipim> (4: P2-1, P3-2, P4-1); <macaxeira brava> (3: P1-2, P2-1); <gengibre> (1: P1-1); <inhame> (1: P1-1); <macaxeira> (1: P2-1); <mandiocá> (1: P7-1); <mandioca venenosa> (1: P9-1); <mandioca-pau> (1: P8-1); e <maniçoba> (1: P7-1).

Para Q116: <garrincha> (16: P1-1, P4-1, P5-1, P6-2, P7-3, P8-3, P9-2, P10-3); <pernas tortas> (14: P1-1, P2-2, P3-1, P4-1, P5-5, P6-1, P8-2, P9-1); <cambota> (9: P1-1, P3-2, P4-2, P5-1, P7-1, P9-1, P10-1); <alicate> (4: P1-1, P2-1, P3-1, P10-1); <pernas de alicate> (4: P1-2, P3-2); <pernas de garrincha> (3: P1-1, P2-1, P9-1); <cambaia> (2: P7-1, P8-1); <aleijado> (1: P6-1); <pernas abertas> (1: P6-1); <pernas arqueadas> (1: P5-1); <pernas de caubói> (1: P1-1); <pernas de jogador de futebol> (1: P7-1); e <sela> (1: P4-1).

4. Cartas pluridimensionais⁴

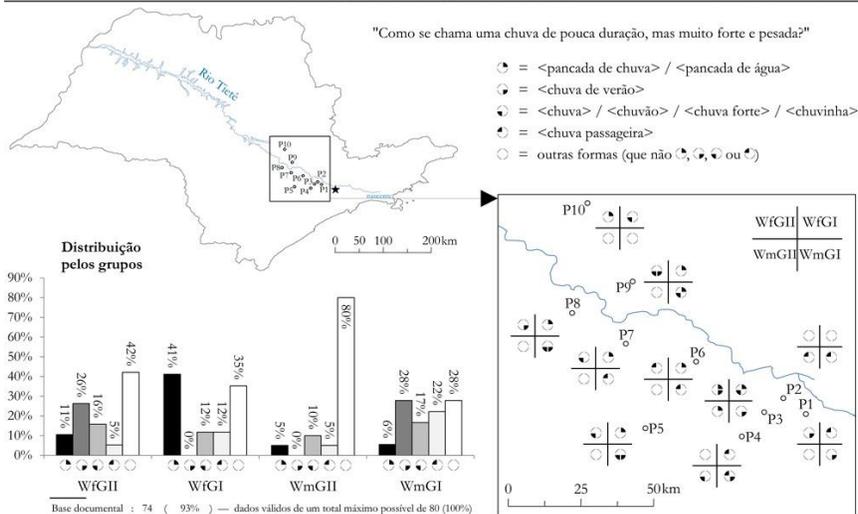
A amostra segue com algumas cartas do atlas, todas naturalmente representando a dimensão diatópica. Já as outras dimensões representadas variam⁵. A Figura 1, por exemplo, estabelece o cruzamento entre as dimensões diasssexual e diageracional.

⁴ Para detalhes adicionais de cada uma das variantes, v. Figueiredo Jr. (2019, tomos IV e V, cap. “*Corpora semântico-lexicais*”).

⁵ A seleção de cartas para este texto baseou-se no propósito de evidenciar as diferenças mais acentuadas nos resultados, o que sucedeu em cruzamentos distintos entre as diversas dimensões/variáveis extralinguísticas controladas na pesquisa.

Figura 1
CARTA <PANCADA DE CHUVA>

(CSL_4(G)C_WzGy_Q13)



Fonte: Figueiredo Jr. (2019, p. 246)

Como (agrupamento) variante 1, registraram-se <pancada de chuva> e <pancada de água>, que, por simplicidade, podem ser sintetizadas em <pancada de chuva/água>. Na Figura 1, nota-se que essa variante está presente em quase toda a rede, exceto em Santana de Parnaíba (P1), Pirapora do Bom Jesus (P2) e São Roque (P4). Por um prisma geral, o grupo de indivíduos que mais a produz é o feminino jovem. E o grupo que menos a produz é o masculino velho.

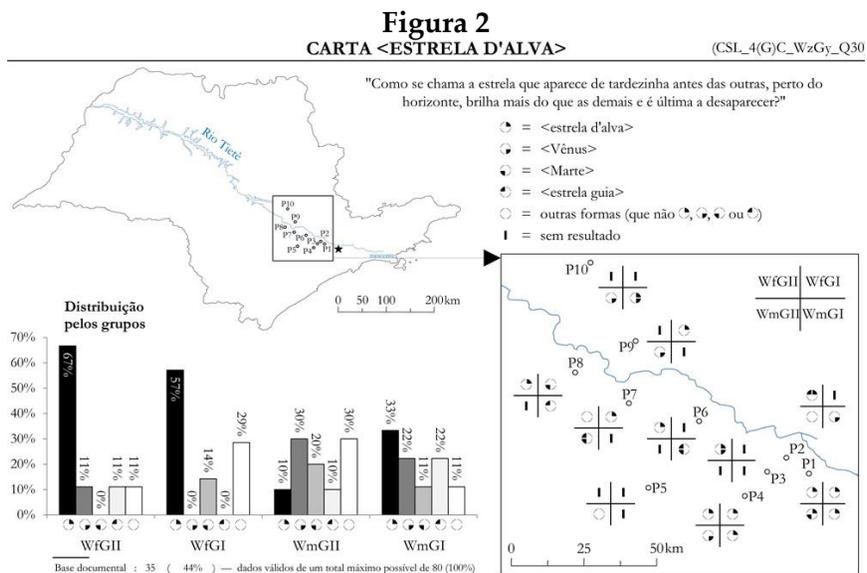
Como variante 2, tem-se <chuva de verão>, disperso pela rede de pontos. O grupo de falantes que mais a produziu é o masculino jovem. Dois grupos não a produziram: o feminino jovem e o masculino velho.

Como variante 3, observa-se o grupo lexical <chuva>/<chuvão>/<chuva forte>/<chuvinha>, presente em toda rede, exceto em Santana de Parnaíba (P1), Pirapora do Bom Jesus (P2) e Itu (P6). O grupo que mais o produziu é o masculino jovem, e o que menos o produziu é o masculino velho.

Já como variante 4, <chuva passageira> é o caso, presente em quatro pontos: Santana de Parnaíba (P1), Pirapora do Bom Jesus

(P2), São Roque (P4) e Itu (P6). Portanto, na parte baixa do rio Tietê na região em apreço. O grupo que mais a produziu é o masculino jovem, e os que menos a produziram são os dois velhos.

A Figura 2 ilustra uma carta para a variação relacionada à Q30. Assim como a figura anterior, a seguinte também trata do cruzamento entre as dimensões diassexual e diageracional.



Fonte: Figueiredo Jr. (2019, p. 429)

Como variante 1, vê-se <estrela d'alva>, presente em toda a rede, exceto em Sorocaba (P5). Em Santana de Parnaíba (P1), trata-se de sua hegemonia. Ambos os grupos femininos a produzem em alta frequência relativa. O grupo que menos a produz é o masculino velho.

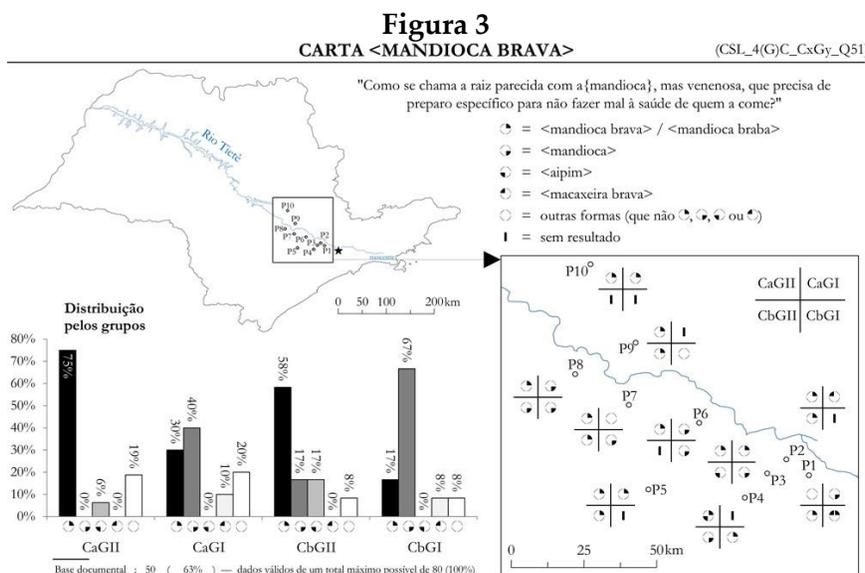
Como variante 2, <Vênus> foi documentado, presente em metade da rede: em Pirapora do Bom Jesus (P2), Araçariguama (P3), São Roque (P4), Capivari (P9) e Piracicaba (P10). O grupo que mais a produz é o masculino velho, enquanto o grupo feminino jovem não a produz.

Como variante 3, figura <Marte>, presente apenas ao lado esquerdo do rio Tietê, em Santana de Parnaíba (P1), Itu (P6), Porto

Feliz (P7) e Tietê (P8). O grupo que mais a produz é o masculino velho, enquanto o feminino velho não a produz.

Por fim, <estrela guia> é a variante 4, presente em quatro pontos: Pirapora do Bom Jesus (P2), Itu (P6), Porto Feliz (P7) e Tietê (P8). Portanto, com maior concentração na parte alta à esquerda do rio Tietê na região em apreço. O grupo que mais a produz é o masculino jovem, enquanto o grupo feminino jovem não a produz.

Quanto aos dados coletados para a Q51, os mais frequentes foram objeto da cartografia que gerou a Figura 3. Desta vez, com a dimensão diatópica, encontram-se as dimensões diastrática e diageracional em cruzamento.



A variante 1, <mandioca brava/braba>, está presente nas dez localidades da investigação. O grupo de informantes no qual ela menos aparece é o CbGI, em apenas duas localidades: Santana de Parnaíba (P1) e São Roque (P4); portanto, em concentração na parte baixa da região sob enfoque. O grupo no qual essa variante mais aparece é o CaGII. Falantes desse grupo produziram a lexia

<mandioca brava/braba> em toda a rede de pontos, exceto em Santana de Parnaíba (P1).

As ocorrências da variante 2 concentram-se à esquerda do rio Tietê. Outro fato que se pode extrair entre os mais relevantes é que existe uma circulação maior dessa variante entre os jovens, sobretudo entre os da classe baixa. Afinal, eles a realizam na ordem de 67% de frequência relativa⁶. Constatase ainda que a classe alta velha não realizou a variante em apreço.

A variante 3 foi documentada apenas em duas localidades, vizinhas entre si: em Araçariguama (P3) e em São Roque (P4). Note-se na cartografia que existe uma propriedade em comum: os grupos responsáveis pela enunciação de <aipim> são de membros da geração velha. Ainda, o gráfico oferece a informação de que a classe baixa velha é o grupo que mais produz a lexia <aipim>.

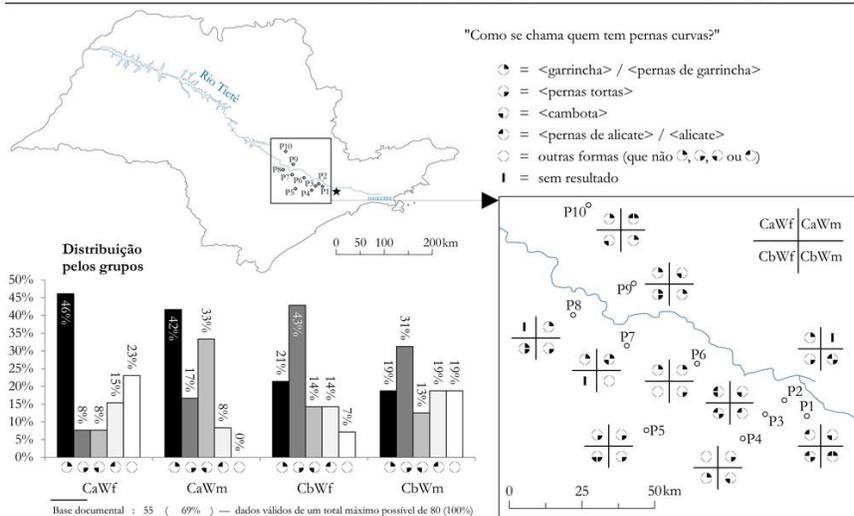
A variante 4 faz uma aparição ainda mais tímida, principalmente quando se leva em conta sua frequência relativa. O registro refere-se a Santana de Parnaíba (P1) e a Pirapora do Bom Jesus (P2), localidades vizinhas, localizadas na parte inferior do rio. Uma propriedade é compartilhada: os grupos de ambos os pontos que produziram a variante sob enfoque são de jovens.

Para a Q116, a Figura 4 interrelaciona as dimensões diastrática e diassexual.

⁶ O termo tradicional “frequência relativa” (*relative frequency*) aqui é tomado da estatística. Trata-se de um valor percentual resultante da divisão de A por B, onde A é o número absoluto de instanciações ou ocorrências de uma dada covariante, e B é o número absoluto de instanciações ou ocorrências de todas as covariantes juntas.

Figura 4
CARTA <GARRINCHA>

(CSL_4(G)C_CxWz_Q116



Fonte: Figueiredo Jr. (2019, p. 376)

Como variante 1, trata-se de <garrincha>/<pernas de garrincha>, presente em toda a rede, tirante Araçariguama (P3) e Sorocaba (P5). Note-se que ela é preferida pela classe alta, enquanto a classe baixa prefere a variante <pernas tortas>.

A variante 2, <pernas tortas>, está presente em toda a rede, afora Porto Feliz (P7) e Piracicaba (P10). Observe-se que essa variante é hegemônica em Sorocaba (P5), enunciada por todos os quatro grupos.

Como variante 3, é o caso de <combota>, presente em toda a rede, exceto Pirapora do Bom Jesus (P2), Itu (P6) e Tietê (P8). O grupo que mais a produz é o masculino da classe alta, e o que menos a produz é o feminino da classe alta.

E como variante 4, o registro reporta <pernas de alicate>/<alicate>, presente em quatro dos 10 pontos: em Santana de Parnaíba (P1), Pirapora do Bom Jesus (P2), Araçariguama (P3) e Piracicaba (P10). Portanto, com maior concentração na parte baixa do rio Tietê na região enfocada. O grupo que mais a produz é o

masculino da classe baixa, e o que menos a produz é o masculino da classe alta.

Considerações finais

Há mais de cem anos, o pioneiro na investigação do dialeto caipira e um dos precursores da Dialetologia brasileira Amaral (1920) acreditava que o vernáculo em apreço não seguiria existindo por muito tempo. Pouco mais de cinquenta anos depois, a estudiosa do dialeto caipira Rodrigues (1974) afirmou o contrário, baseada em evidências coletadas na região de Piracicaba, lugar importante no cenário caipira paulista. Aproximadamente mais cinquenta anos depois, os dados atuais revelam que o dialeto caipira segue pujante, seja no nível semântico-lexical (do qual o presente trabalho apresenta um pequeno recorte), seja nos demais níveis linguísticos, como atestam outras pesquisas.

Referências

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1920.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2001.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionários 2001*. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- FIGUEIREDO JR., Selmo Ribeiro. *Atlas linguístico pluridimensional do português paulista: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região do Médio Tietê*. 2018. 2.120 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *São Paulo*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Neue Wege der romanischen Geolinguistik: eine Bilanz. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald. (orgs.) *Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl., 1996. p.1–24.

RODRIGUES, Ada Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

THUN, Harald. A Dialektologia Pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, A. M. S. (org.) *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p. 63–92.

THUN, Harald. (dir.). *Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay*. Kiel: Westensee-Verl., 2000.

CAPÍTULO 13

ATLAS LINGÜÍSTICO TOPODINÂMICO DO OESTE DE SÃO PAULO

Ariane Cardoso Santos-Ikeuchi*
Vanderici de Andrade Aguilera**

Introdução

A história social do Estado de São Paulo é uma inesgotável fonte de dados para o estudo da língua portuguesa falada nesse espaço do território brasileiro, uma vez que o povoamento do atual solo paulista, ao longo dos últimos quinhentos anos, ocorreu mediante sucessivas levas de autóctones, imigrantes e migrantes que desenharam a identidade do povo paulista. Dentre os autores que exploraram direta ou indiretamente o acervo do subfalar paulista¹ - modalidade inserida no Falar do Sul conforme a proposta de Nascentes (1953) - podemos citar Amaral (1920), Caruso (1982), Guiotti (2002), Leite (2004; 2010), Cristianini (2007), Oushiro (2013), Romano (2015), Aguilera (2020), entre outros.

* Mestre em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina. E-mail: ariane.cardoso@hotmail.com

** Doutora em Letras, Universidade Estadual de Londrina, Pesquisadora PQ 1C do CNPq. E-mail: vanderici@uel.br

¹ Nascentes (1953), ao propor a divisão do Falar do Sul, contempla os subfalares baiano, fluminense, mineiro e sulista. No entanto, Aguilera (2009), baseando-se em dados lexicais propõe uma subdivisão do falar sulista, incluindo neste espaço o falar paulista. Romano (2015), também com base no acervo lexical coletado pelo Atlas Linguístico do Brasil e apoiado em ferramentas computacionais, reitera a hipótese de Aguilera (2009).

A leitura de muitas dessas obras e a experiência de ambas as autoras deste artigo em trabalhos científicos de caráter geossociolinguístico, sobretudo na coleta de dados, *in loco*, para o projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), levaram-nas a questionar a ausência de pesquisas sobre o português falado na região Oeste do Estado de São Paulo. Acrescente-se a isso que a dificuldade de encontrar informantes naturais e radicados nas localidades do Oeste paulista, para o ALiB, cujos pais também fossem naturais daquela região, foi o *insight* para que a mestranda definisse o tema de sua dissertação: elaborar um Atlas Linguístico Topodinâmico do Oeste de São Paulo (ALTOSP) e comparar seus dados com os registrados nos atlas nordestinos: Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI, 1963), Atlas Linguístico da Paraíba (ARAGÃO; MENEZES, 1984), Atlas Linguístico de Sergipe (FERREIRA et al, 1987) e Atlas Linguístico de Sergipe II (CARDOSO, 2005).

Com este artigo, considerando a importância de o dialetólogo se voltar para a história social da comunidade em estudo, as autoras propõem apresentar uma síntese dos resultados decorrentes do ALTOSP, dissertação de Santos-Ikeuchi, defendida em 2014, na Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação de Aguilera. Tem como propósito, também, expor o percurso teórico-metodológico adotado e discutir a relevância de parâmetros geracionais e topodinâmicos na escolha dos informantes que compõem o universo de atlas linguísticos atuais.

Para a rede de pontos do ALTOSP, foram selecionadas quatro dentre as dez cidades do Oeste paulista que receberam os maiores fluxos migratórios de nordestinos durante as décadas de 1930 e 1940: Andradina, Adamantina, Rancharia e Presidente Epitácio. A amostra constitui-se das respostas dadas por 32 falantes, ou seja, oito de cada localidade, estratificados segundo o sexo (homem e mulher), escolaridade (ensino médio e superior) e faixa etária (I- de 17 a 35 anos e II- entre 40 e 60 anos). Os pais dos informantes são todos nascidos em cidades nordestinas que se fixaram no interior de São Paulo a partir de 12 anos de idade.

2. Revisitando estudos dialetológicos e geossociolinguísticos sobre os falares paulistas

Embora encontremos um número razoável de artigos e outros estudos acadêmicos desenvolvidos acerca do português paulista, no âmbito da Dialetologia, da Geolinguística, e da Sociolinguística, desconhecemos qualquer trabalho que tenha se dedicado a investigar os falares da região Oeste oeste do Estado.

O *Dialeto Caipira* (AMARAL [1920]), por exemplo, trata da variedade falada na região de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos. A obra de Amaral representa o marco inicial na história dos estudos das variedades do Português Brasileiro, sendo reconhecida como o primeiro trabalho de cunho dialetológico e seu autor considerado o primeiro dialetólogo brasileiro. Segundo Brandão (1991, p. 43), em *O Dialeto Caipira* já se prenuncia a semente da geografia linguística pela consciência que o autor revela quanto à necessidade de uma investigação sistemática e imparcial de nossas variedades regionais, orientada por uma metodologia rigorosa, conforme completa Castro (2020, p. 130-131). Ainda que o estudo abranja uma significativa área do interior paulista, as localidades estudadas por Amaral se restringem às mesorregiões do centro-norte: Piracicaba e Sorocaba.

O primeiro trabalho geolinguístico, em área paulista, foi desenvolvido por Caruso (1982) mediante um questionário aplicado por alunos da pós-graduação da UNESP, enviado a professores de 66 localidades do interior com os objetivos de verificar a pertinência dos possíveis pontos da rede linguística estabelecida e a maior ou menor dificuldade de localizar informantes para o projeto do Atlas Linguístico do Estado de São Paulo - ALESP. O artigo de Caruso (1982) possibilita, por meio de uma amostra do acervo lexical, uma visão panorâmica dos falares paulistas que coexistem nas mesorregiões do Oeste do Estado.

Caruso apresenta quatro cartas experimentais: nº 10 - *fruto que nasce pegado a outro*; nº 24 - *terçol*; nº 44 - *estilingue* e nº 47 - *bolinha de gude*. Dos pontos linguísticos investigados, oito localizam-se nas

mesorregiões de São José do Rio Preto: 1- Santa Fé do Sul, 2 – Jales, 3 – Fernandópolis (Noroeste); Araçatuba: 13 – Andradina, 14 – Dracena (Oeste); e Presidente Prudente: 23 – Presidente Wenceslau, 24 – Santo Anastácio e 26 – Teodoro Sampaio (Sudoeste).

Observando a carta nº 10, verificamos que a variante *felipe* foi registrada em seis pontos: 1, 2, 3, 14, 24 e 26 e *gêmeas* nos pontos 13 e 23. Considerando que ambas as variantes se distribuem também por outras mesorregiões, não se pode afirmar que se trate de variantes regionais oestinas, ou que tenha havido alguma influência dos migrantes nordestinos sobre a escolha lexical para denominar o fruto que nasce pegado a outro.

As cartas 24 e 44 trazem, respectivamente, a distribuição das variantes *terçol* e *estilingue* como formas categóricas nas três mesorregiões analisadas. Na carta 47, nessa área, verificamos a incidência de várias formas para designar o brinquedo infantil: a mais frequente é *biroca*, nos pontos 1, 2, 3, 23 e 26 e é provável que se trate de uma variante dialetal específica do Oeste paulista, pois se concentra em seis dos oito pontos oestinos. Na sequência, *bolinha de vidro* foi registrada nos pontos 13, 23 e 24; *bolinha de gude*, distribui-se pelos pontos 3 e 24 e *burca* em 14 e 23. Analisando a frequência das variantes pelos demais pontos e mesorregiões, verificamos que *bolinha de vidro* e *bolinha de gude* distribuem-se por quase todas as localidades e mesorregiões, embora esta última variante não tenha sido elicitada na porção centro-sul do estado; *burca/burco* tem uma distribuição areal contínua do oeste para o centro, registrada em sete das 66 localidades.

Um trabalho mais recente é a tese de doutorado de Romano (2015), desenvolvida com o objetivo de discutir a divisão dialetal de Nascentes (1953), no que se refere à área geográfica do subfalar sulista, sob a perspectiva lexical, com vistas a sugerir uma reformulação dessa proposta de divisão dialetal. Com este objetivo, analisa a distribuição das variantes de cinco itens lexicais: *rio pequeno*, *geleia*, *bolinha de gude*, *menino* e *tangerina*. Para ilustrar a análise,

elabora cartas com a distribuição areal e com a arealidade gradual² de cada uma delas. Na carta 3e, por exemplo, para a arealidade de *burca/burquinha*, verificamos que esta variante ainda permanece na região Oeste paulista, reforçando os resultados de Caruso (1982). O mesmo ocorre em relação à *bilosca/birosca*, na carta 3h.

A dissertação de Guiotti (2002) dedica-se a discutir a atitude de estudantes naturais de São José do Rio Preto diante do /r/ retroflexo em coda silábica, mas sem remeter à origem dos pais, fator que poderia determinar o estigma ou a aceitação dessa variante fônica. Leite (2004), por sua vez, na dissertação de mestrado, observando a fala de oito graduandos da Unicamp oriundos da cidade de São José do Rio Preto e residentes em Campinas, verificou que os graduandos conluíntes procuravam acobertar a pronúncia do dialeto caipira – típica da sua cidade de origem – e, nesse sentido, privilegiavam variantes que consideravam menos marcadas.

Os demais trabalhos consultados não têm como *locus* da pesquisa qualquer localidade do Oeste paulista.

A tese de Rodrigues (1974), que trata do dialeto caipira na região de Piracicaba, por exemplo, tem como *locus* de pesquisa a região de Piracicaba, mais precisamente, os distritos de Artêmis e Ibitiruna onde foram entrevistados 28 informantes estratificados segundo a faixa etária, a maioria analfabetos. O trabalho de Rodrigues situa-se na combinação dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística e da Gramática Gerativa.

Cristianini (2007), em sua tese de doutorado, propõe uma descrição da norma semântico-lexical da região do Grande ABC paulista, com vistas ao Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC e Oushiro (2013) apresenta “uma análise multivariada da pronúncia de (-r) em coda silábica como tepe ou retroflexo num

² A distribuição areal, em Geolinguística, refere-se à análise da variação segundo o espaço geográfico e a arealidade gradual é a distribuição das variantes demonstrada pela maior ou menor concentração da cor escolhida para representar a variante.

corpus contemporâneo e robusto do português paulistano, composto de 102 entrevistas sociolinguísticas”.

Leite (2010) busca examinar o processo de variação linguística do /R/ em posição de coda silábica de falantes naturais de Campinas; e investigar as atitudes linguísticas, ou seja, o saber e o discurso público sobre a língua.

Gonçalves (2019) coordena o projeto ALIP - Amostra Lingüística do Interior Paulista, desde 2003, que comporta um banco de dados do português falado na região de São José do Rio Preto, mais precisamente em sete cidades vizinhas situadas na região Noroeste do Estado de São Paulo.

Aguilera (2020) restringe-se a fazer um contraponto entre alguns aspectos linguísticos – fonéticos e lexicais – apontados por Amadeu Amaral na obra *O Dialeto Caiçira* e fenômenos correspondentes revelados por pesquisas geolinguísticas atuais. Todavia, a autora não elege o Oeste paulista para suas reflexões, mas aborda as localidades paulistas como um todo.

Por essa pequena amostra de trabalhos desenvolvidos com dados de fala do interior e da capital paulista, podemos verificar que não existem pesquisas feitas na esteira dos falares do Oeste do Estado de São Paulo, razão pela qual consideramos necessário fazer essa primeira investigação baseada nos princípios da Geossociolinguística, ou Dialetoлогия Pluridimensional, conforme a denominação de Thun (2007).

3. A gênese e o desenvolvimento do Atlas Linguístico Topodinâmico do Oeste de São Paulo - ALTOSP: base teórico-metodológica

A pesquisa que deu origem ao ALTOSP insere-se no campo da Dialetoлогия, mais especificamente da Geografia Linguística Pluridimensional. Entendendo-se por Geografia Linguística como o ramo da Dialetoлогия que busca estudar a variação linguística em seu espaço geográfico. Nas palavras de José Lemos Monteiro:

A Geografia Linguística tem, pois, a tarefa de descrever comparativamente os diversos dialetos nos quais uma língua se diversifica no espaço e estabelecer os seus limites. Ela demarca regiões dialetais de acordo com critérios fonéticos, gramaticais e léxicos, pode também descrever um falar tomado isoladamente, sem referência aos falares vizinhos ou da mesma família (MONTEIRO, 2000 p. 30).

Sabemos que, desde as primeiras pesquisas geolinguísticas, como as realizadas na França e que se concretizaram com Jules Gilliéron, no *Atlas Linguistique de la France*, tem-se verificado a necessidade de registrar os falares de cada povo. Isto ocorre porque, ao retratar a realidade social e histórica da língua em dado momento e espaço, e sendo a língua uma instituição social em constante processo de mudança, os resultados dessas pesquisas servem/servirão como documento único de uma fase da história da língua. No caso do ALTOSP, o objeto de estudo é a língua portuguesa falada no Brasil, em especial no Oeste Paulista.

Nesta reflexão, a Geografia Linguística foi entendida como um método de abordagem dialetológica em que a variação linguística é apresentada no seu eixo horizontal, ou seja, no espaço geográfico, assim como em seu eixo vertical, isto é, a variação social.

Podemos dizer que a Geografia Linguística no continente europeu foi aplicada de forma mais efetiva, ao final do século XIX. A obra de Georg Wenker, publicada em 1881, é citada como uma das precursoras deste método, já que se trata da primeira tentativa de elaboração de um Atlas nacional. O primeiro fascículo desta obra continha seis mapas fonéticos sintéticos, que correspondiam aos dados coletados por meio de correspondências em 30.000 pontos da área de fala alemã. A obra de Wenker é fundamental para os estudos dialetológicos já que o seu método de

representação cartográfica se mostrou bastante eficaz para demonstrar a variação linguística no espaço³.

Outras obras se sucederam ao trabalho de Wenker, como por exemplo, o primeiro Atlas regional publicado por Gilliéron em 1880, o *Petit Atlas phonétique du Valais Roman*, em que os pontos de pesquisa aparecem no mapa indicados pelos nomes das localidades, e por linhas que indicam as formas que estão explicadas na legenda de cada carta. No entanto, somente em 1902 foi publicado um estudo que realmente representou o marco inicial nos estudos geolinguísticos. Jules Gilliéron e Edmond Edmont apresentaram à comunidade científica o *Atlas Linguistique de la France*, primeiro Atlas concluído de toda uma nação. A coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa direta *in loco*, mais precisamente por meio de questionários escritos que eram levados até os informantes por Edmond Edmont, um viajante da época desprovido de conhecimento científico da língua, mas, segundo Gilliéron, tinha um ótimo ouvido para captar as diferenças fonéticas da fala de seus informantes. Com relação ao informante, trabalharam com apenas um perfil: homem idoso, falante do *patois* local, que conhecesse bem as histórias de sua comunidade.

Outros estudos de grande valor, ainda segundo Harald Thun (2007), e já numa perspectiva pluridimensional, são os desenvolvidos por Abbé Jean Rousselot – *Introduction à l'étude des patois* e resenha do Atlas de Wenker (1887); com o trabalho *Les modifications phonétiques du langage étudiées dans les patois d'une famille de Celefrouin* (1891). Nesse estudo, o pesquisador analisou a fala da própria família e constatou que as diferentes gerações falavam de maneiras distintas, assim como os homens e as mulheres. Há, portanto, uma tentativa de estudo pluridimensional, embora não realizado plenamente já que o foco da pesquisa não era este tipo de variação.

³ Hoje, é possível encontrar este trabalho digitalizado na internet por meio da sigla: DIWA, ou diretamente nos endereços eletrônico: <http://www.diwa.info> e <https://regionalsprache.de>

O nascimento da Geografia Linguística Pluridimensional ocorre somente em 1928, com o Atlas Linguístico Etnográfico da Suíça – ALS –, de dois estudiosos suíços: K. Jaberg e J. Jud Sprach. Nele, verificam-se não só formas conservadas do dialeto como também a forma como se fala naquele momento no local investigado. Os pesquisadores fazem dois levantamentos: um com a classe baixa e outro com a média, porém não contrastam os dados. Desse modo, os dados da classe média servem apenas como controle dos dados obtidos com a outra classe.

A Europa, além de ter sido o berço da Geografia Linguística, acreditamos que se mantém até hoje como o continente de maior desenvolvimento científico desta disciplina⁴. Em nosso país, numa perspectiva bidimensional, podemos citar dois estudos geossociolinguísticos contemporâneos: o *Atlas Linguístico de Sergipe – ALS* (FERREIRA et al, 1987) e o *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* (AGUILERA, 1994), que contemplaram tanto a variação diatópica como a diassexual. Segundo Thun (2007), quanto aos estudos dialetais no Brasil, há, como pioneiro, um esboço das áreas dialetais do Brasil proposto por Renato Mendonça (1937) na obra: “A língua brasileira”⁵.

Uma das obras mais referenciadas pelos estudiosos da Dialetoлогия e, sem dúvida, de grande importância para os estudos dialetais no Brasil é “*O linguajar carioca*”, de Nascentes (1953), já que, há, neste trabalho, uma proposta de divisão dialetal dos subfalares brasileiros em sete regiões distintas, sendo respectivamente: sulista, mineiro, fluminense e baiano, correspondendo ao Falar do Sul, e nordestino e amazônico, ligados ao Falar do Norte. Nascentes deixa um espaço vazio que denomina

⁴ Basta citar os projetos do Atlas Linguístico das Línguas Românicas (ALIR) e do Atlas Linguarum Aeuropae, (ALE), além de atlas diversos da Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal, Romênia, Suíça, entre outros.

⁵ Esta obra, contudo, encontra-se esgotada e não conseguimos nenhum exemplar nas bibliotecas a que tivemos acesso. Assim sendo, embora saibamos da existência deste trabalho, não poderemos tecer reflexões ou apresentar o esboço dialetal proposto por Mendonça.

*território incaracterístico*⁶ dado que, há cerca de 70 anos, tanto na Região Norte como na Oeste, a presença dos indígenas autóctones era mais numerosa do que a dos alóctones.

3.1 Sobre a Geografia Linguística Pluridimensional: dimensão topodinâmica

Os estudos dialetológicos contemporâneos, em sua grande parte, têm incorporado as variáveis verticais à análise horizontal, ou seja, há uma fusão entre o modo tradicional de fazer Dialetologia, em que se abordava, sobretudo, a variação em seu *topos*, com uma Dialetologia Pluridimensional que busca na sociedade o cenário de possíveis variações. Nas palavras de Cardoso (2006, p. 97):

Oferecendo uma visão pluridimensional, que convive com a consagrada abordagem monodimensional, a Dialectologia atual, ao delimitar espaços, do ponto de vista linguístico, caracterizados e definidos, vem buscando estabelecer relações entre as variáveis sociais, sejam elas diageracionais, diagenéricas, diastráticas ou diafásicas, com vistas a entender o processo de variação, tomando na sua plenitude, o que conduz a uma melhor compreensão da realidade e à busca de caminhos de maior embasamento para o aprendizado sistemático da língua.

A pesquisa geolinguística, como em todo trabalho científico, apresenta várias questões que necessitam de reflexão, como por exemplo, o número de dimensões a serem investigadas por um atlas linguístico. Neste sentido, um atlas pode ter inúmeras dimensões, porém é necessário ter indícios da representatividade de cada uma delas para a pesquisa, ou seja, tudo depende da estrutura da

⁶ A tese de Cuba, defendida em 2015, comprova que este espaço do território brasileiro, depois de ter recebido levadas intensas de migrantes e imigrantes, ao longo dos últimos 60 anos, pode ser considerado como uma área multidialetoal em que se cruzam os falares do Norte e do Sul.

sociedade que será pesquisada. Assim sendo, inicialmente, é preciso esboçar o perfil demográfico e social da comunidade que será investigada para, em seguida, buscar quais as dimensões necessárias para atender aos objetivos do pesquisador.

No caso do ALTOSP, a possibilidade de construção de um atlas topodinâmico foi verificada a partir da experiência na coleta de dados *in loco* do projeto Atlas Linguístico do Brasil. A dificuldade de encontrar informantes naturais da localidade, cujos pais também fossem nascidos ali, demonstrava a especificidade da região quanto ao povoamento e à mobilidade geográfica de seus pioneiros.

Sobre a importância da pesquisa dialetológica com vistas a outros aspectos, ou dimensões, além do diatópico, Thun (1998, p. 706) destaca:

O espaço variacional da Dialetologia Pluridimensional não compreende somente os dialetos “puros” preferidos pela Dialetologia Tradicional ou os socioletos da Sociolinguística. São de igual interesse as variedades mistas, os fenômenos de contato linguístico entre línguas contíguas ou superpostas de minorias e majorias, formas regionais, a variação diafásica (ou estilística), o comportamento linguístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis), contrastando com o dos grupos topostáticos (com pouca mobilidade do espaço), a atitude metalinguística dos falantes comparada com seu comportamento linguístico, e outros parâmetros mais. [tradução nossa].

Segundo Thun (1995, p. 12), para produzir um atlas linguístico topodinâmico, é necessário haver um grupo com histórico migratório; este, com período de estabilidade residencial de no mínimo dois anos; além disso, é necessário estar disperso no território, havendo, assim, a probabilidade de variação linguística e, sobretudo, haver grupos estáticos. Neste caso, se faz necessário um estudo anterior topostático. Num estudo topodinâmico, há a aproximação referente à mobilidade demográfica e social, o que torna possível verificar o movimento social e linguístico de determinado grupo dentro do espaço. Como exemplo, temos: (i)

Topoestática e topodinâmica pendular, em que se buscam pessoas que moram numa localidade e estudam ou trabalham em outra e retornam frequentemente; (ii) Topodinâmica não pendular⁷, em que o grupo estudado sedimenta-se em um espaço geográfico após movimento migratório. Neste tipo de pesquisa enquadra-se a que deu origem ao ALTOSP.

Ainda de acordo com Thun (2007), são várias as implicações de um atlas topodinâmico pluridimensional, como, por exemplo: (i) O grupo investigado ter histórico migratório, isto é, um grupo com mobilidade horizontal identificável; (ii) A migração ter seguido uma fase razoavelmente longa de sedimentação residencial e linguística; (iii) O grupo estar disperso sobre um território, havendo a probabilidade de variação (interna e externa); (iv) Possibilidade de comparação diacrônica e/ou sincrônica entre vários grupos.

Sendo assim, é possível afirmar que um atlas topodinâmico inclui necessariamente uma parte topoestática, devido à necessidade de comparar os dados adquiridos entre os dois universos de informantes. Por este motivo, no ALTOSP buscamos a comparação dos dados coletados no Oeste paulista com os dados dos Atlas já publicados na Região Nordeste, por ser a região geográfica de origem dos pais de nossos informantes, possibilitando assim a comparação diacrônica dos dados.

4. Metodologia Adotada

Para a consecução dos objetivos propostos, ou seja, elaborar um Atlas Linguístico Topodinâmico do Oeste de São Paulo e comparar seus dados com os registrados nos atlas nordestinos publicados entre 1963 e 2005, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: (i) estabelecimento da rede de pontos; (ii) elaboração do instrumento de coleta de dados; (iii) definição do perfil dos informantes; (iv) coleta de dados *in loco*; (v) descrição e análise dos dados e (vi) cartografia dos dados.

⁷ Neste trabalho chamamos somente de Topodinâmica.

4.1 Rede de Pontos

Para a definição da rede de pontos nos amparamos nos princípios da Geografia Linguística Pluridimensional que visam combinar a Dialetoлогия areal com a Sociolinguística verificando “até que nível se estende um fenômeno linguístico identificando, numa área, entre os locutores de um mesmo grupo social” (THUN, 2005, p. 68). No Brasil, os estudos geolinguísticos que vêm sendo desenvolvidos nas últimas décadas, com a produção de trabalhos direcionados para o registro do falar de diferentes áreas geográficas, têm contribuído para a construção de uma metodologia sólida, orientada pela observação *in loco*.

Além disso, para a definição da rede de pontos, no total de quatro localidades, foi levado em consideração o número de imigrantes que cada uma dessas cidades recebeu no período de grande fluxo migratório. Tivemos como base para a nossa escolha, além da distribuição espacial das localidades no espaço geográfico, os dados da Fundação SEADE, o que nos levou a selecionar aquelas que estavam entre as dez cidades que mais receberam migrantes nordestinos no período de grande fluxo migratório, sendo elas respectivamente: Andradina (ponto 1), Adamantina (ponto 2), Rancharia (ponto 3) e Presidente Epitácio (ponto 4).

4.2 Questionário

O questionário dialetológico é um dos principais instrumentos em um estudo geolinguístico. É por meio dele que o pesquisador coletará os dados que lhe permitirão alcançar seus objetivos. Nas palavras de Aguilera e Kami (2003, p. 3):

O questionário dialetológico é uma das principais ferramentas, senão a principal, das quais o linguista lança mão para coletar os dados de que precisa, dados estes que permitirão ao pesquisador alcançar seu tão almejado objetivo: uma descrição abrangente da língua. É fato que, para que cumpra com excelência todos os seus objetivos, a elaboração do

questionário dialetológico deve ser fruto de um trabalho árduo de reflexão e de pesquisas prévias. Em vista disso, foi necessária uma reflexão sobre um questionário específico adotado, para que a coleta dos dados fosse realizada de acordo com aquilo que pretendemos registrar e de maneira que tornasse nossos dados mais homogêneos.

Para a composição desse instrumento, tomamos como base o questionário do ALiB, do qual extraímos as perguntas que mais atendessem os nossos objetivos iniciais. Ao final, o questionário ficou dividido em cinco partes: i) Questionário Fonético Fonológico: composto por 56 questões que buscam as variantes fônicas da língua portuguesa falada na região, assim como o registro de possíveis processos fonológicos; ii) Questionário Semântico Lexical: com 116 questões onomasiológicas divididas em dois grandes campos semânticos, sendo eles, *terra* e *homem*; iii) Temas para Discurso Semidirigido: compostos de nove questões que buscam narrativas de experiência pessoal, descrição, relato não pessoal, narrativas históricas e sobre crenças e superstições, iv) Crenças e Atitudes Linguísticas: com catorze questões que visam avaliar as crenças e as atitudes dos falantes frente aos diferentes falares que podem coexistir na região, e v) Texto para leitura.

Na dissertação apresentada por Santos-Ikeuchi em 2014, como resultado desta pesquisa, foram mapeados os dados das 116 questões que compunham o questionário semântico-lexical.

4.3 Perfil dos Informantes

Definimos o perfil do informante à luz da Dialetologia Pluridimensional (THUN, 1998), ou seja, levando em consideração fatores de ordem diafásica, diastrática e diassexual.

A delimitação do perfil do informante para nossa pesquisa foi realizada com auxílio do Professor Harald Thun, da Universidade de Kiel, na Alemanha, em visita à UEL para ministrar um curso aos alunos da pós-graduação em Estudos da linguagem. Em primeiro lugar, levamos em conta os períodos de grande fluxo migratório

ocorridos entre 1930 e 1940, para que assim pudéssemos traçar idades compatíveis que os supostos filhos de migrantes teriam atualmente. Seguindo este raciocínio, buscamos, como primeira faixa etária pessoas entre 17 e 35 anos. Consideramos, também, no que tange à escolaridade dos informantes, o alto índice de alfabetização e ensino regular do estado de São Paulo, mais de 80% segundo dados oficiais do próprio governo. Além disso, como em todas as localidades pesquisadas, houve, por parte do governo do estado, a implantação do ensino supletivo e, por conseguinte, a massificação deste nível de instrução.

Dessa forma, achamos cabível que a escolaridade básica (Fundamental) fosse tomada como variável em comparação ao ensino superior. Para a incorporação da variável escolaridade do grupo de nível superior, tivemos o cuidado de verificar a presença de faculdades em todas as localidades pesquisadas. Em vista disso, buscamos para informantes oito pessoas nascidas nas localidades cujos pais tivessem vindo da Região Nordeste do Brasil, com mais de doze anos de idade. Buscamos, portanto, um homem e uma mulher entre 17 e 35 anos e um homem e uma mulher entre 40 e 60 anos que tivessem estudado, no máximo, até a 3ª série do ensino médio ou supletivo. Além desses, buscamos mais quatro informantes, da mesma faixa etária e do mesmo sexo, porém, com curso superior completo.

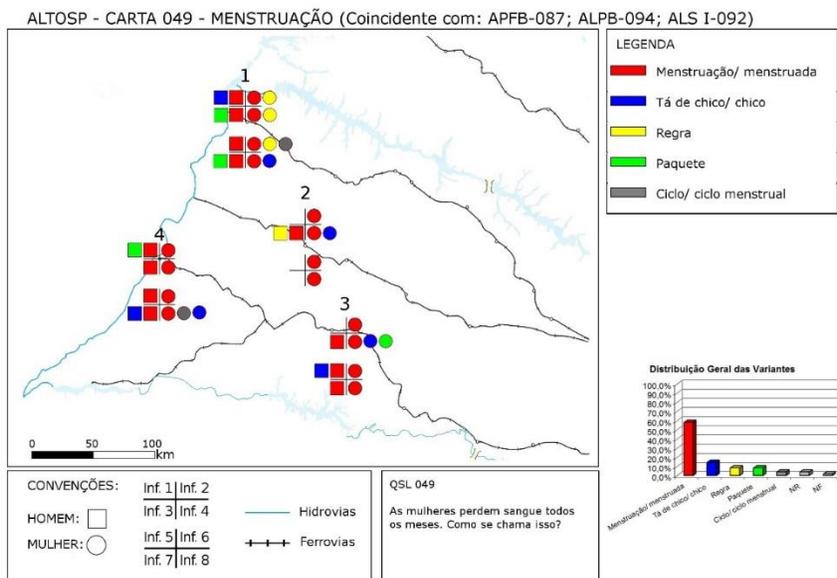
4.4 Sobre as cartas linguísticas

Os mapas lexicais gerados a partir da base de dados coletados constituíram o segundo volume de nossa dissertação, sendo 116 cartas lexicais e três cartas introdutórias. Organizamos a distribuição dos dados nas cartas de modo a facilitar ao leitor uma interpretação mais rápida dos resultados. Dessa forma, colocamos no início da página o número da carta e o nome do referente em questão. No canto direito, em ordem decrescente, a legenda e, logo em seguida, um gráfico com a distribuição geral das variantes. Além disso, ao final da página, transcrevemos a questão como foi

formulada. Há que acrescentar que 32 questões presentes no QSL do ALTOSP são coincidentes com cartas apresentadas nos Atlas publicados no Nordeste até o ano de 2005 (APFB, ALPB e ALS) apresentam-se seguidas de gráficos que sintetizam os dados pertencentes a estes Atlas. Com isto, buscamos permitir ao leitor uma análise comparativa com os dados coletados na região de origem dos pais de nossos informantes.

A figura 1 traz a Carta linguística 049 do ALTOSP com o registro das variantes para menstruação, cujo tema é coincidente com os três Atlas nordestinos (APFB, ALPB e ALS I).

Figura 1 – ALTOSP – Carta 049 – Menstruação.



Fonte: ALTOSP (Santos-Ikeuchi 2014)

Em todos os pontos as respostas foram múltiplas, mas se sobressaem nos pontos 1 e 4 principalmente na fala dos informantes da faixa II. Ao todo, obtivemos 44 registros, dos quais 18 de informantes da Faixa I (41%) e 26 da Faixa II (59%), demonstrando que a variável geracional interfere no maior ou menor número de formas populares obtidas. A figura 1 mostra a

predominância da forma padrão *menstruação*. Quanto a *paquete*, com quatro registros, está presente em dois pontos da rede: Andradina (ponto 1) e Presidente Epitácio (ponto 4), na fala de dois homens da Faixa etária II, de um informante da faixa I e de uma mulher da Faixa II, todos com o nível Fundamental de escolaridade, exceto o informante 3 do ponto 1 – Andradina, que tem o Superior completo. Os homens se mostraram mais conservadores em relação a essa variante que pode ser considerada um regionalismo nordestino. Comparando esta carta com as dos demais atlas nordestinos, verificamos que as três primeiras variantes registradas no ALTOSP são comuns ao APFB, ALS I e ALPB, mas *paquete*, só foi elicitada no APFB (1963) com o índice de 10% do total, enquanto no ALTOSP essa variante corresponde a 8.7%, indicando que a mudança em progresso se faz lentamente, considerando que entre um e outro Atlas há um intervalo de cinquenta anos.

5. Descrição e análise dos dados

A principal proposta do nosso trabalho foi realizar um contraste diacrônico entre os dados do ALTOSP e os publicados pelos Atlas da Região Nordeste. Para que isto fosse possível, levamos em conta as diferentes metodologias aplicadas a cada um dos atlas, sem buscar estabelecer uma comparação apenas quantitativa dos dados, mas sobretudo, qualitativa, ou seja, buscando tecer reflexões, embora introdutórias, sobre os achados linguísticos.

Analisamos, do ponto de vista contrastivo, quantitativo e, principalmente, qualitativamente, as 32 cartas lexicais coincidentes entre o ALTOSP e os atlas publicados na Região Nordeste.

Sobre a distribuição das cartas coincidentes entre o ALTOSP e os demais atlas já publicados na Região Nordeste (APFB; ALS I; ALS II e ALPB) temos:

(i) Nove questões são coincidentes em três Atlas (APFB; ALS I e ALPB): 010 – arco-íris; 017 – trás-ante-ontem; 039 terçol; 047 - seio; 048 – útero, 049 menstruação e 061 – sovina; 075 cambalhota e 102 sutiã.

(ii) Nove questões coincidem em dois Atlas: 011 – estrela cadente (APFB e ALPB); 021 – parte terminal da inflorescência da bananeira; 025 – trabalhador de enxada; 033 – galinha d’angola; 040 – conjuntivite; 041 – dente canino; 042 – dentes do siso; 065 – prostituta (APFB e ALS I); e 076 – bolinha de gude (ALPB e ALS II).

(iii) Catorze questões coincidem com apenas um Atlas: 001 – córrego (ALPB); 005 – onda de rio (APFB); 006 – redemoinho de vento (ALPB); 043 – dentes molares (ALS II); 050 – menopausa (ALS I); 052 – dar à luz (ALPB); 056 – filho mais moço (ALS II); 064 – marido enganado (ALPB); 068 – cigarro de palha (APFB); 069 – toco de cigarro/bituca (ALS II); 082 – pega-pega (ALS II); 091 – café da manhã (ALS II); 096 – aguardente (ALPB) e 115 ônibus (ALS II)

A primeira característica linguística que notamos e consideramos relevante descrever e, contrastar diacronicamente, foi o número de variantes utilizado pelos falantes para designar os referentes.

Comparando os dados do *corpus* do ALTOSP com os demais atlas nordestinos, verificamos que: (i) os informantes do ALTOSP utilizaram número menor de variantes para designar os mesmos referentes registrados no Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI, 1963) e no Atlas Linguístico da Paraíba (ARAGÃO e MENEZES, 1984); (ii) os dados do Oeste paulista mostram uma situação inversa aos registrados nos Atlas de Sergipe I e II, isto é, o número de variantes por questão é superior no ALTOSP.

Olhando diacronicamente para os diversos *corpora*, observamos que existe uma tendência à normatização da língua portuguesa, com relação aos referentes pesquisados, uma vez que o número de variantes regionais tem diminuído, provavelmente causado pela recorrente urbanização das localidades e pela influência da escola.

Quanto às atitudes linguísticas dos falantes, verificamos que os informantes de nível universitário manifestavam um interesse maior pela cultura de seus pais e a grande maioria expressou sua insatisfação pelo desinteresse dos pais com a própria cultura nordestina e, por consequência, pela sua variedade de fala.

Com respeito à distribuição dos dados por localidade, havíamos notado, em Presidente Epitácio, entre as pessoas com as quais tivemos contato fora das entrevistas, uma receptividade maior pela cultura e a fala nordestina. Essa visão impressionista se confirmou nos dados coletados e analisados em que o índice de frequência das variantes coincidentes foi maior que nos outros pontos com relação aos três dos quatro Atlas contrastados. O índice de coincidência entre o ALTOSP e os Atlas já publicados na Região Nordeste foi considerado por nós como baixo, já que a maioria das variantes coincidentes entre os Atlas está muito mais ligada à forma culta da Língua Portuguesa, sobretudo das Regiões Sudeste e Sul, do que propriamente às formas regionais. É o caso de *bola de gude* e *galinha d'angola*. Por outro lado, registramos número menor de variantes que podem ser consideradas regionalismos nordestinos, por exemplo: *coração da banana*, *pacote* (para menstruação), *canguinha* (para sovina)

Considerações finais

Entendemos que o desconhecimento da linguagem nordestina e o desinteresse por ela manifestados pelos filhos dos migrantes estão, sobretudo, ligados a fatores externos à língua. Pudemos observar em nossa caminhada pelo Oeste do Estado de São Paulo que há um preconceito social e linguístico bastante evidente com relação ao povo nordestino, já que estes vieram para a região assumir o trabalho braçal e, na maioria das localidades, se mantiveram à margem da sociedade. Notamos também que há grande negação da cultura nordestina por parte de seus próprios descendentes, pois, em muitos casos as pessoas negavam o fato de serem descendentes de nordestinos, fato que acreditamos estar ligado ao preconceito sofrido por essas famílias na região.

Temos consciência de que nossa pesquisa representa apenas uma modesta contribuição para os estudos da Geossociolinguística brasileira. A proposta de construção de um atlas topodinâmico e o olhar diacrônico sobre o fenômeno linguístico nos levou muito

mais a constatar e vivenciar o caráter dinâmico do fenômeno linguístico do que propriamente conseguir respostas conclusivas para este fenômeno.

A partir das experiências que a pesquisa e a construção do trabalho possibilitaram, acreditamos e, talvez até possamos afirmar, que é nisto, na dinamicidade linguística, que reside a beleza e o desafio da descrição dialetal.

Os resultados apontaram que, de um modo geral, houve perda considerável dos traços nordestinos trazidos pelos pais, observados no nível semântico-lexical em favor de formas mais ligadas aos falares paulistas. Essas perdas linguísticas podem estar associadas às crenças e atitudes dos falantes, também observadas na pesquisa que deu origem à dissertação de Santos-Ikeuchi (2014). As variedades não padrão são vistas desfavoravelmente quando os membros desses grupos se unem em função do distanciamento da identidade dos pais.

Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; KAMI, Janaína G. S. Para um Atlas linguístico do Brasil: a construção dos questionários. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), Universidade de Taubaté, v. 1, n.1, p. 1-6, 2003.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. João Pessoa, Ideia, 2009, vol. 2, p. 4219-4233.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Reverberações de alguns aspectos linguísticos do dialeto caipira em trabalhos geolinguísticos atuais. In: BARONAS, Roberto Leiser; COX, Maria Inês Pagliarini (orgs.). *Linguística Popular/Folk Linguistics. Práticas, Proposições e Polêmicas*. Homenagem a Amadeu Amaral. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 165-190.

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982 [1920].
- ARAGÃO, Maria do S. Silva; MENEZES, Cleusa P. Bezerra de. *Atlas Linguístico da Paraíba*. Brasília: CNPq/UFPB, 1984.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Atlas Linguístico de Sergipe II*. Salvador: EDUFBA, 2005, 2 v.
- CARUSO, Pedro. *Amostra de um inquérito linguístico prévio para o Estado de São Paulo*. *Alfa*, 1982, nº 26, p. 69-77.
- COHEN, MARIA Antonieta M. O “R” retroflexo no português brasileiro: descrição e percurso histórico. In: RAMOS, Jânia M. (org.) *Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. 2006, CD-ROM.
- CRISTIANINI, Adriana Cristina. *Atlas Semântico-Lexical da região do Grande ABC*. 3 v. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CUBA, Marigilda Antônio. *Atlas Linguístico Topodinâmico do território incaracterístico*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). 2 v. Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2015.
- FERREIRA, Carlota da Silveira et al. *Atlas Linguístico de Sergipe*. Salvador: UFBA, Instituto de Letras. Fundação Estadual de Cultura de Sergipe. 1987.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista) e banco de dados Iboruna: 10 anos de contribuição com a descrição do português brasileiro. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 48, n. 1, p. 276-297 dez. 2019.
- GUIOTTI, Luciana Prudente. *O Estudo da variante retroflexa na Comunidade de São José do Rio Preto*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual Paulista: São José do Rio Preto, 2002, 106 p.
- LEITE, Cândida Mara Brito. *Atitudes linguísticas: a variante retroflexa em foco*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004, 150 p.

LEITE, Cândida Mara Brito. *O /R/ em posição de coda silábica no falar campineiro*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010, 227 p

OUSHIRO, Lívia; MENDES, R. B. A pronúncia do (-r) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, v. 8, nº 2, p. 66-95, 2013.

ROMANO, Valter Pereira. *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015, v. 1, 285 p.

ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1963.

SANTOS-IKEUCHI, Ariane. *Atlas Linguístico Topodinâmico do Oeste do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014, 371 p.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: Zilles, Ana Maria Stahl (org.). *Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre Ed. da UFRGS, 2005. p. 63-92.

THUN, Harald. *Geolingüística Pluridimensional*. Seminário de Estudos Avançados ministrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, 2007.

THUN, Harald. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: International Congress of Romance Linguistics and Philology (21: 1995: Palermo). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998. v. 5, p. 701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, p. 787-789.

CAPÍTULO 14

VARIEDADES EM CONTATO NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: UM ESTUDO GEOLINGUÍSTICO

Valeska Gracioso Carlos*

Introdução

Este trabalho, decorrente de uma tese, tem como objetivo apresentar os resultados obtidos sobre o uso das variantes lexicais *mexerica x bergamota* na área de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mais especificamente em quatro localidades sendo, San Alberto e Santa Rosa del Monday localizadas no departamento de Alto Paraná-PY e Terra Roxa e Missal localizadas no Estado do Paraná-BR. Buscamos apurar, não só a questão do contato entre grupos sociais da fronteira, mas também a interinfluência da variedade linguística de migrantes do Sul do Brasil (variante sulista) contrastando com os que vieram das outras regiões como a Sudeste e a Nordeste (variante nortista)¹. Contudo, para chegarmos à análise, contextualizamos a região pesquisada, explicitamos o arcabouço teórico e descrevemos a metodologia utilizada na pesquisa como um todo.

* Doutora em Estudos da Linguagem (UEL); Professora Ajunta (UEPG); e-mail: vgarlos@uepg.br

¹ Neste trabalho considera-se *sulista* as influências vindas do sul do Brasil, sobretudo do estado do Rio Grande do Sul e nortista, as oriundas das demais regiões do Brasil.

O Brasil e o Paraguai são países fronteiriços que compartilham aspectos da mesma história e, conseqüentemente, se assemelham pela colonização, por conflitos, pela mestiçagem e pelo contato linguístico entre as variedades do guarani, do espanhol/castelhano, do português e das línguas de imigração.

As relações sociais nessa fronteira, desde o descobrimento da América, foram pautadas no contato entre variedades de muitas línguas, sobretudo, entre as variedades das línguas do colonizador (português, espanhol) e do colonizado (guarani) e, posteriormente, entre as variedades das línguas de imigração (alemão e italiano²) ainda presentes na região, e suas respectivas variedades. Na atualidade, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai configura-se por movimentos migratórios, circuitos comerciais e pela miscigenação dos grupos sociais que habitam suas cercanias.

Nesse contexto, o contato linguístico que se opera na região é um fenômeno que merece atenção, se considerado o fato de que “cada falante é, a um tempo, usuário e agente modificador de sua língua, nela imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara” (BRANDÃO, 1991, p.5). Além disso, é preciso ponderar que uma fronteira geográfica nem sempre coincide com a fronteira linguística ou cultural, pois a língua e os costumes de um grupo social são adquiridos inconscientemente no contato com o outro e, conseqüentemente, não podem ser abordados pelos limites de natureza administrativa.

Com o intuito de compreender as relações linguísticas na região, fez-se necessário conhecer o processo de colonização e de ocupação dessa região de fronteira. A região Oeste do Paraná foi efetivamente colonizada no século XX fomentada pelo movimento “Marcha para o Oeste” durante o primeiro período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Pode-se afirmar que foi povoada basicamente por duas frentes: a cafeeira, composta por paulistas e mineiros, vindos pelo Norte do Paraná e a agropecuarista,

² Existem outras línguas faladas na região como árabe, coreano, chinês, entre outras, que, no entanto, não são consideradas para esta pesquisa.

representada pelos gaúchos, vindos do Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina. De acordo com o exposto, a mesorregião Oeste do Paraná teve ao norte influências nortistas, como a cidade de Terra Roxa e, ao sul, influências sulistas, como a cidade de Missal. De forma muito semelhante, no Paraguai, o Departamento del Alto Paraná foi colonizado durante o governo de Getúlio Vargas, período em que o governo paraguaio cria uma política de colonização denominada de *Marcha hacia el Este* (Marcha ao Leste) que foi fundamental para o povoamento dessa área, assim como a intensiva colonização agrícola iniciada nos anos 60 do século XX, e o incentivo da ida de brasileiros para a região.

É importante, também, ponderar que essa parte da fronteira apresenta algumas características próprias. Em decorrência das diversas emigrações na região, surgem os chamados “brasiguaios”, ou seja, filhos de brasileiros e de imigrantes europeus que emigraram para a faixa da fronteira do lado paraguaio. Já nascidos no Paraguai, que, por diversas razões, ao retornarem ao Brasil, não são aceitos pelos brasileiros e acabam se tornando um problema social na região (WAGNER, 1990; ALBUQUERQUE, 2005; DALINGHAUS, 2009). A miscigenação é muito intensa nessa fronteira onde é comum a presença de brasileiros com mãe paraguaia e pai brasileiro, ou paraguaios cuja mãe é brasileira e o pai é paraguaio. Uma característica da região é a busca de escolas por brasileiros no Paraguai e a de assistência médica por paraguaios no Brasil. Em suma, o fluxo entre os dois países é abundante. É a fronteira mais movimentada do país. Estima-se que 20 mil pessoas utilizam a Ponte da Amizade por dia. Dessa forma, devido ao tipo de colonização do Oeste paranaense, convivem, na região, além das variedades da língua portuguesa, da língua espanhola e da guarani, as línguas de imigração, sobretudo, o italiano e o alemão.

Outro dado importante dessa região é que com a criação do lago de Itaipu devido ao fechamento das comportas da usina, em 1982, o país também recebe os royalties. Enquanto no Brasil essa compensação financeira foi dividida entre o Estado e os municípios

atingidos, no Paraguai, o país recebe essa indenização de forma integral. No entanto, as indenizações aos brasileiros não foram suficientes para que alguns agricultores comprassem novas terras na região. Deste modo, sendo mais acessível a compra de terras no Paraguai, esses agricultores brasileiros imigraram para o país vizinho. Segundo Albuquerque (2005, p.13),

A mecanização da agricultura e a concentração fundiária na sociedade brasileira foram os principais fatores de “expulsão” de arrendatários, posseiros e pequenos agricultores brasileiros, enquanto que o baixo preço da terra e dos impostos e as facilidades de créditos agrícolas no Paraguai foram alguns dos mecanismos de “atração”.

O autor esclarece, ainda, que há estimativas de que hoje vivem no Paraguai cerca de 450 mil imigrantes brasileiros, a maioria nos departamentos que se localizam nas proximidades da fronteira com o Brasil, como Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, Itapua, Caaguazu e Caazapá (ALBUQUERQUE, 2005).

Em busca de respostas e para aprofundar o estudo das relações linguísticas na fronteira, eleita como espaço de pesquisa, temos como objetivo contribuir para descrição das variedades da língua portuguesa em contato nesse cenário fronteiriço, mais especificamente na área que abrange o Oeste do estado do Paraná/Brasil e o Leste do departamento del Alto Paraná/Paraguai. Os dados coletados para a pesquisa estão agrupados em cartas linguísticas que refletem a língua falada nessa região fronteiriça.

2. Fundamentação Teórica

A Dialetoлогия como ramo da Linguística foi desenvolvida por estudiosos preocupados com o percurso histórico das línguas, ou seja, seu primeiro objetivo era trazer à tona a história social de uma língua por meio da variação sofrida por ela no decorrer do tempo em determinado espaço geográfico. Portanto, a Dialetoлогия estava diretamente relacionada à Linguística Diacrônica, cuja tarefa era a

de registrar e averiguar os processos de mudança linguística (THUN, 2009). Diante disso, ocupava-se da variação espacial e se preocupava com a variação linguística em áreas rurais, centralizando seu interesse no homem com pouca ou nenhuma escolaridade. No entanto, a partir desses princípios, conseguia-se visualizar as mudanças linguísticas como resultado de processos passados, não permitindo a percepção dessas mudanças em seu processo de produção. Ao considerar apenas a variação diatópica, na tentativa de chegar ao passado por meio do presente, possibilitava a análise de dados relativamente homogêneos. A Sociolinguística, por sua vez, como disciplina que estuda a variação, considera a variação linguística em suas distintas dimensões sociais, contudo, em apenas um ponto, limitando a extensão areal dos dados recolhidos. Conforme Thun (2009, p. 536),

Se a Dialetoлогия monodimensional, e com ela a Geolinguística tradicional, podem-se considerar como má Sociolinguística porque reduzem a variação vinculada à estratificação social, à variação que se dá num estrato só, a Sociolinguística é também uma má Dialetoлогия porque reduz a variação diatópica à variação de um só ponto.

Se a Dialetoлогия tradicional trazia como grupo de informantes homens, idosos, com nível sociocultural baixo, rurais, com restrito movimento no espaço e com pouco contato com os de fora, conseqüentemente, estava se distanciando de uma realidade que trouxe mudanças significativas à estrutura social e, sobretudo, aos precursores da mudança linguística. Atualmente, é inegável o espaço ocupado pelas mulheres e pelos jovens na sociedade. Ainda, podemos considerar a escola como um fator primordial à formação sociocultural do cidadão. Tampouco, pode-se desconsiderar a grande migração da população rural para os centros urbanos. Finalmente, não podemos deixar de mencionar a facilidade, nos dias de hoje, de locomoção de uma cidade a outra, além da evolução dos meios de comunicação. Assim, podemos afirmar que

a Dialetoologia tradicional sofreu transformações para adequar-se às exigências das mudanças sociais ocorridas na virada do milênio.

Chamada de Dialetoologia Pluridimensional e Relacional, essa “nova” Dialetoologia, em seu escopo, combina a variação diatópica (horizontal) com a variação diastrática (vertical), convertendo o estudo tradicional da superfície bidimensional em estudo do espaço tridimensional da variação linguística. Desta forma, estuda o comportamento linguístico, nas suas diferentes variedades, diante de dimensões de ordem social e linguística. Ainda, a Dialetoologia Pluridimensional e Relacional abarca outros fatos que pertencem a outras disciplinas como a Pragmática e a Psicolinguística (THUN, 1998).

Conforme Thun (2000, p. 189-190), a Dialetoologia Pluridimensional considera dimensões da variação linguística: a dimensão dialingual (duas ou mais línguas em contato); a dimensão diatópica (variação atribuída a distintas localidades); a dimensão diastrática (diferentes estratificações sociais); a dimensão diageracional (diferentes faixas etárias); a dimensão diafásica (diferenciação entre respostas de questionários e conversas livres, entre outros estilos de fala), a dimensão diatópico-cinética (grupos sociais estáticos em comparação à mobilidade de outros grupos sociais), a dimensão diassexual (modo de falar de homens e mulheres) e a dimensão diarreferencial (modo de falar do informante contrastado à sua consciência linguística).

Ainda o autor, a respeito da Dialetoologia Pluridimensional, esclarece que:

[...] o espaço variacional da Dialetoologia Pluridimensional não compreende somente os dialetos “puros” preferidos pela Dialetoologia tradicional ou os socioletos da Sociolinguística. São de igual interesse as variedades mistas, os fenômenos de contato linguístico entre línguas contíguas ou superpostas de minorias e majorias, formas regionais, a variação diafásica (ou estilística), o comportamento linguístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) contrastando com o dos grupos topostáticos (com pouca mobilidade do espaço), a atitude

metalinguística dos falantes comparada com seu comportamento linguístico, e outros parâmetros mais (THUN, 1998, p. 706).

Além disso, não podemos entendê-la apenas como uma junção metodológica da Dialetoлогия tradicional e da Sociolinguística, pois também engloba aspectos e técnicas da análise de línguas em contato (THUN, 2010).

A Dialetoлогия Pluridimensional considera o parâmetro contatual na descrição da variação linguística, dada a importância de serem consideradas também as línguas minoritárias, o bilinguismo, além das condições em que realiza o contato linguístico.

Também pondera, em suas análises, as alternâncias de estilos (dimensão diafásica) durante situações reais de interação social, por isso, normalmente, são selecionados três estilos de fala, a saber: a leitura (L), respostas às perguntas dos questionários (R), e a conversação livre ou dirigida (C). Durante a leitura, o informante está mais tenso e tem maior controle sobre sua fala, durante as respostas ao questionário ele pode se sentir um pouco mais livre, mas ainda está muito atento às respostas e, finalmente, durante a conversação livre ou dirigida ele pode até esquecer que está sendo entrevistado, e nessa fase se obtém o maior grau de espontaneidade (THUN, 1996).

Ainda investiga o comportamento linguístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) em contraste com o dos grupos topostáticos (pouco móveis no espaço). Como dito anteriormente, os movimentos migratórios exigem nova metodologia de pesquisa, uma vez que deixa de existir o informante nascido na localidade e sem mobilidade. Além disso, se não levarmos em conta o informante topodinâmico, como explicar o avanço ou o retrocesso de uma variante linguística em determinada área? A comparação entre informantes topodinâmicos e topostáticos também pode ser frutífera, pois pode ser reveladora de manutenção ou mudança de comportamento linguístico (Thun, 1996).

3. Metodologia

Neste estudo, em termos metodológicos, foram consideradas oito das dimensões propostas por Thun (1998): a dialingual, a diatópica, a diastrática, a diageracional, a diarreferencial, a diassexual, a diatópico-cinética e a diafásica. Desta forma, a pesquisa busca compreender o comportamento linguístico, nas suas diferentes variedades, combinando dimensões de ordem linguística, espacial e social. Ressaltamos que só foi possível considerar essas oito dimensões devido ao tipo de trabalho proposto, à região que proporciona uma gama de diferentes contatos linguísticos e, sobretudo, às migrações no Oeste do Paraná e as imigrações ao Paraguai.

As localidades foram selecionadas com base em dados sobre o fluxo migratório que se deu no Oeste paranaense no começo do século passado (COLODEL, 2002; GREGORY, 2002; DEITOS, 2004). Ainda, para corroborar com as informações fornecidas pelos historiadores citados, utilizamos como parâmetro de análise o ALERS (Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil – 2011a e b), cujos mapas linguísticos refletem o fluxo migratório do sul para a área de pesquisa. Ainda podemos verificar as rotas migratórias por meio da carta IX do ALERS.

Esses dois estudos documentaram algumas características específicas do português em contato com as línguas de imigração que, de modo genérico, está associado apenas ao Sul do país. Nesse sentido, a ocupação do espaço geográfico, assim como as rotas de imigração foram de extrema importância para a seleção das localidades.

Especificamente para as cidades paraguaias, foram realizados estudos bibliográficos (MILLER, 1996; ALBUQUERQUE, 2005) sobre as cidades com maior número de imigrantes brasileiros, o que permitiu aclarar a procedência desses brasileiros que vivem no Paraguai. O segundo momento da investigação pautou-se na comprovação que se realizou *in loco*, por meio das respostas às questões contidas na ficha de informantes que foi elaborada com

base na ficha do informante do *Atlas Linguístico do Brasil* - ALiB (COMITÊ NACIONAL, 2001). Os dados sobre a procedência familiar do informante confirmaram a hipótese de que os brasileiros que vivem em San Alberto, em sua maioria, procediam do Estado do Paraná e da região Sudeste do Brasil, enquanto os brasileiros estabelecidos em Santa Rosa del Monday, em sua maioria, eram provenientes do Sul do Brasil. Na sequência, o quadro 1 apresenta os pontos definidos para a pesquisa.

Quadro 1 – Descrição da rede de pontos da pesquisa

Ponto	Descrição do ponto
Ponto BR01	Terra Roxa – Paraná – Brasil
Ponto BR02	Missal – Paraná – Brasil
Ponto PY01	San Alberto – Alto Paraná – Paraguai
Ponto PY02	Santa Rosa del Monday – Alto Paraná – Paraguai

Fonte: Carlos (2015, p. 76)

O perfil do informante foi selecionado a partir do controle de variáveis sociolinguísticas como sexo, escolaridade e idade. Ainda, outras variáveis sociais foram definidas e controladas, como a naturalidade dos pais, cônjuges e avós, profissão, contato com os meios de comunicação, entretenimento, viagens, religião, entre outros, pois também são essenciais à análise dos dados. Essas informações estão contidas na ficha do informante.

Outro critério relevante para a seleção dos informantes é a mobilidade espacial da população, já preconizada por Thun (1996), que concluiu que a maioria das pessoas são móveis ou muito móveis, pois já não mais nascem, vivem e morrem no mesmo lugar. Deste modo, a topodinâmica não pode ser ignorada nos estudos dialetológicos, ao contrário, ela está diretamente relacionada com o avanço ou o retrocesso de variedades linguísticas em determinada área. Ainda, a partir dessa mobilidade geográfica, não pode ser desconsiderada a questão dos contatos linguísticos como resultado das interações entre diferentes comunidades linguísticas. Em suma,

para cada localidade brasileira temos oito informantes, como se pode visualizar no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Perfil do informante nas localidades brasileiras

	Mulher (M)		Homem (H)	
	Ensino Superior (Ca)	Ensino Fundamental (Cb)	Ensino Superior (Ca)	Ensino Fundamental (Cb)
2ª faixa etária (GII)	Mulher, Ensino Superior, 50 – 65 brasileira MCaGII	Mulher, Ensino Fundamental, 50 – 65 brasileira MCbGII	Homem, Ensino Superior, 50 – 65 brasileiro HCaGII	Homem, Ensino Fundamental, 50 – 65 brasileiro HCbGII
1ª faixa etária (GI)	Mulher, Ensino Superior, 18 – 30 brasileira MCaGI	Mulher, Ensino Fundamental, 18 – 30 brasileira MCbGI	Homem, Ensino Superior, 18 – 30 brasileiro HCaGI	Homem, Ensino Fundamental, 18 – 30 brasileiro HCbGI

Fonte: Carlos (2015, p. 92)

Para as localidades paraguaias, contudo, foram entrevistados 12 informantes conforme os quadros 3 e 4:

Quadro 3 – Perfil do informante nas cidades paraguaias (brasileiros e brasiguaios)

Mulher (M)		Homem (H)	
Ensino Superior (Ca)	Ensino Fundamental (Cb)	Ensino Superior (Ca)	Ensino Fundamental (Cb)

2ª faixa etária (GII)	Mulher, Nascida no BR, Ensino Superior, 50 – 65 brasileira MCaGII	Mulher, Nascida no BR, Ensino Fundamental, 50 – 65 brasileira MCbGII	Homem, Nascida no BR, Ensino Superior, 50 – 65 brasileiro HCaGII	Homem, Nascida no BR, Ensino Fundamental, 50 – 65 brasileiro HCbGII
1ª faixa etária (GI)	Mulher, Nascida no PY, filha de brasileiros, Ensino Superior, 18 – 30 brasiguaiá MCaGI	Mulher, Nascida no PY, filha de brasileiros, Ensino Fundamental, 18 – 30 brasiguaiá MCbGI	Homem, Nascido no PY, filho de brasileiros, Ensino Superior, 18 – 30 brasiguaió HCaGI	Homem, Nascido no PY, filho de brasileiros, Ensino Fundamental, 18 – 30 brasiguaió HCbGI

Fonte: Carlos (2015, p. 93)

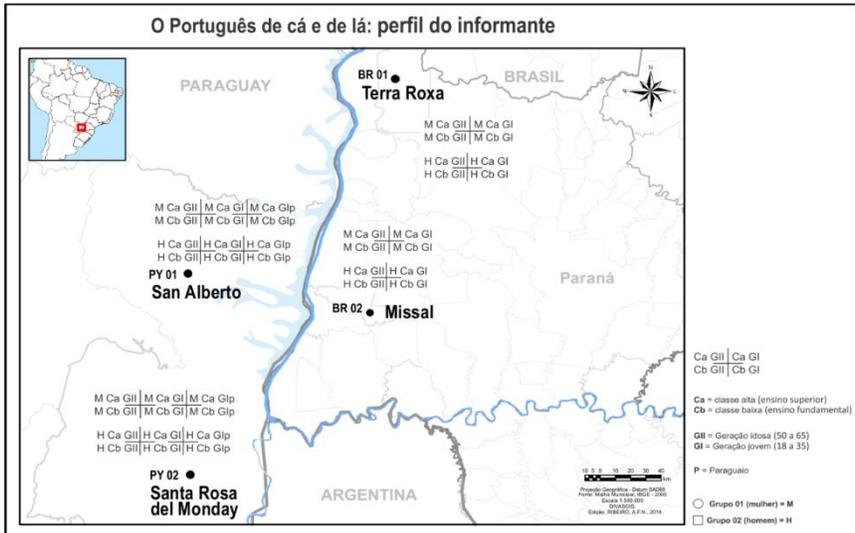
Quadro 4 - Perfil do informante nas cidades paraguaias (paraguaios)

Paraguaios (p)					
		Mulher (M)		Homem (H)	
		Ensino Superior (Ca)	Ensino Fundamental (Cb)	Ensino Superior (Ca)	Ensino Fundamental (Cb)
1ª faixa etária (GI)	Mulher, Nascida no PY, filha de paraguaios, Ensino Superior, 18 – 30 paraguaia MCaGIp	Mulher, Nascida no PY, filha de paraguaios, Ensino Fundamental, 18 – 30 paraguaia MCbGIp	Homem, Nascido no PY, filho de paraguaios, Ensino Superior, 18 – 30 paraguaio HCaGIp	Homem, Nascido no PY, filho de paraguaios, Ensino Fundamental, 18 – 30 paraguaio HCbGIp	

Fonte: Carlos (2015, p. 93)

Para uma melhor visualização e compreensão dos quadros anteriores, apresentamos a Figura 1, na qual podemos verificar o perfil dos informantes distribuídos por cada localidade investigada.

Figura 1 - Perfil dos informantes



Fonte: Carlos (2015, p. 95)

O inquérito linguístico, elaborado como instrumento de coleta de dados, está dividido em duas partes: a ficha do informante e o questionário linguístico.

A ficha do informante foi baseada na ficha proposta pelo ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), com adaptações. Nela encontram-se itens relacionados a informações pessoais do informante como nome, idade, estado civil, profissão, local de nascimento. Além disso, sobre o grau de instrução, o domínio de línguas, localidades e períodos de residência, viagens, serviço militar, religião, contatos linguísticos, contatos com meios de comunicação, entretenimento e, por fim, a naturalidade do cônjuge, dos pais e avós. Essas informações, obtidas antes da entrevista e armazenadas de forma escrita, são relevantes, na fase de análise das respostas fornecidas pelos informantes.

Com o respaldo teórico da Dialetoologia Pluridimensional, os questionários foram elaborados a partir de modelos já existentes e sob o enfoque comparativo entre as línguas faladas na fronteira e das variedades da língua portuguesa. O questionário linguístico baseou-se nos questionários do ADDU (Atlas Lingüístico y Diastrático del Uruguay) (ELIZAINCÍN; THUN, 2000); do ALiB (Atlas Linguístico do Brasil) (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001); do ALERS (Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil) (KOCH, ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2002) e do ALF-BR PY (Atlas Linguístico Contatual da Fronteira Brasil/Paraguai) (REIS, 2013).

O questionário linguístico abarca três tipos de questionários: Fonético-fonológico (QFF), Semântico-lexical (QSL), Morfossintático (QMS), além de propostas de duas narrativas, um texto para leitura, e questões de atitudes linguísticas. Desta forma, por meio do instrumento proposto e da seleção de informantes, pudemos abarcar também, além das dimensões sociais, a dimensão diatópico-cinética, a diafásica, a diarreferencial e a dialingual. Também foi utilizado o método da sugestão (*sugerencia*³), que busca registrar não apenas a primeira resposta e espontânea do informante, mas também outras respostas conhecidas, que podem ser usadas por ele ou não. Desta forma, perguntamos, insistimos, para depois sugerirmos. Com as sugestões, podemos conseguir comentários metalinguísticos acerca dessas respostas. No entanto, para isso o inquiridor deve estar preparado, realizando um estudo anterior à coleta de dados, com uma lista de possíveis variantes para aquela variável a ser documentada. De acordo com THUN (1999, p. 483), “com as sugestões procura-se registrar também os dados que, momentaneamente na situação da entrevista ou com

³ O termo *sugerencia* tem sido amplamente usado, ainda que não esteja presente nos dicionários de língua portuguesa. Oriundo da língua espanhola significa sugestão. Optamos pelo termo sugestão em nosso trabalho, assim como Thun (1999).

permanência na cabeça do entrevistado, pertencem a estratos não espontaneamente ativados ou de disponibilidade só passiva”.

A partir do exposto, a análise está subsidiada por cartas linguísticas fonéticas, lexicais e morfossintáticas, que permitem tanto a visualização global dos dados em termos de produtividade, quanto as respostas dos informantes conforme as localidades e os grupos sociais investigados. Primeiramente, os dados foram mapeados por meio de cartas diatópicas que, por sua vez, fornecem a porcentagem das variantes documentadas, obtidas por meio da primeira resposta espontânea e de outras respostas obtidas pela insistência. Na sequência, seguem as cartas pluridimensionais com as variantes que julgamos mais significativas para o estudo, contendo a variante em foco obtida segundo a metodologia adotada na coleta: a) resposta espontânea, b) resposta obtida por meio da insistência, c) resposta obtida por meio da sugestão e c) pelo desconhecimento da variante. Ainda, para auxiliar a análise, recorreremos aos atlas linguísticos publicados que englobam, sobretudo, a região Sul do país: o ALPR (AGULERA, 1994), o ALPR II (ALTINO, 2007), o ALERS (2011a e 2011b) e o ALiB (2014). Ainda nos embasamos nos estudos de Margotti (2004), Rocha (2008), Busse (2010), Reis (2013), Santos-Ikeuchi (2014), Figueiredo (2014), entre outros, para analisar o português em contato com outras variedades linguísticas. Esses estudos nos auxiliaram à medida que registram particularidades da fala de grupos que colonizaram a região, apontando-nos possíveis situações de implantação, substituição ou mudança de traços linguísticos.

O trabalho completo reúne duas cartas com dados metodológicos, em números romanos, sendo a Carta I – rede de pontos, que apresenta as localidades onde se desenvolveu a pesquisa e a Carta II – perfil dos informantes⁴, que reúne a descrição do número e o perfil social dos informantes por localidade. Na sequência seguem nove cartas fonéticas, 30 cartas semântico-lexicais, três cartas morfossintáticas, e finalmente, três

⁴ Neste trabalho, a Carta II da tese em questão equivale à Figura 1.

cartas fenotípicas sintéticas para as variantes lexicais com características de maior variação [+Nortista] *versus* maior variação [+Sulista]. Porém, ressaltamos que para este artigo apenas apresentaremos as cartas do item lexical *mexerica*.

4. Análise dos dados

Duas hipóteses orientaram a pesquisa: a) a variedade da língua portuguesa falada na região de fronteira apresenta influências da língua espanhola e b) a variedade da língua portuguesa falada nas localidades ao norte (San Alberto) se assemelha à encontrada no Norte paranaense e na região Sudeste do Brasil, assim como a variedade da língua portuguesa falada na localidade ao sul (Santa Rosa del Monday) se assemelha à registrada no Estado do Rio Grande do Sul, devido à mobilidade espacial gerada por meio das rotas de migração e da colonização da região.

Para este artigo, como mencionado anteriormente, nos propusemos a analisar apenas as cartas do item lexical e suas variantes para *mexerica*, pois, apontaram maiores divergências entre os falares nortista e sulista.

Na região, foram documentadas como variantes mais produtivas para designar “a fruta parecida com a laranja que se tira a casca com a mão” as variantes *mexerica*, *bergamota*, *tangerina* e *poncã*, sendo as mais representativas *mexerica* e *bergamota*.

Conforme os dados do ALiB (2014), nas capitais brasileiras, foram registradas, para a Região Sul, as seguintes variantes em ordem de ocorrência: *bergamota*, *poncã* e *tangerina* no Rio Grande do Sul; *bergamota*, *tangerina*, *mexerica/poncã* em Santa Catarina e *mimosa*, *mexerica*, *poncã*, *tangerina* e *bergamota* para o Paraná. Vale ressaltar que a forma *mimosa*, mais produtiva em Curitiba, é uma característica regional dos Campos Gerais, da região de Curitiba e do litoral paranaense, não disseminada ao norte e ao oeste do Estado, como demonstra a carta 062 do ALERS (2011b). Busse (2010), por seu turno, registra *bergamota* em todo o Oeste paranaense, com exceção da cidade de Guaíra, localizada ao

extremo norte da região e colonizada por paulistas. Já Santos-Ikeuchi (2014) documentou no Oeste paulista como mais produtiva a variante *poncã*, em concorrência com *mexerica*.

A fruta, nativa da Ásia, adaptou-se facilmente nas Américas devido ao clima tropical. Conforme Silva-Costa (2011, p. 4), a fruta “destaca-se ainda pela diversidade de seus tipos, decorrentes ou da hibridização natural ou de experimentos realizados pelo homem”. Todas essas variantes estão dicionarizadas. Conforme Houaiss (<http://houaiss.uol.com.br>), tangerina deriva de laranja de Tanger; *mexerica*, de mexerico devido ao cheiro que deixa nas mãos; *bergamota*, do italiano *bergamotto* e do árabe *beg armúdi*; *poncã*, do japonês *ponkan*.

Nas localidades, pontos desta pesquisa, obtivemos em Terra Roxa *mexerica* como a variante mais utilizada, enquanto *bergamota* apareceu apenas duas vezes por meio da insistência. Num desses casos, o informante (HCaGI), professor de língua portuguesa, comentou que *bergamota* é utilizada pelos gaúchos. Somente mais dois informantes aceitaram essa sugestão. Já *tangerina* aparece apenas em Terra Roxa e atribuímos isso às influências nortistas. Ao consultar o ALERS (2011), notamos que *tangerina* é pouquíssimo usada no Rio Grande do Sul, mas é empregada com frequência na parte norte do litoral de Santa Catarina e na parte centro-norte do Paraná. A informante que utilizou essa variante é uma senhora de 59 anos, com descendência de vários grupos sociais: o pai é filho de italiano com índio e a mãe filha de italiano com mineiro, o que pode indicar que a variante *tangerina* procede do norte.

Em San Alberto, assim como em Terra Roxa, a variante lexical mais utilizada como resposta espontânea foi *mexerica*, seguida de *poncã*, resposta dada por dois informantes, e *bergamota* mencionada por apenas um informante.

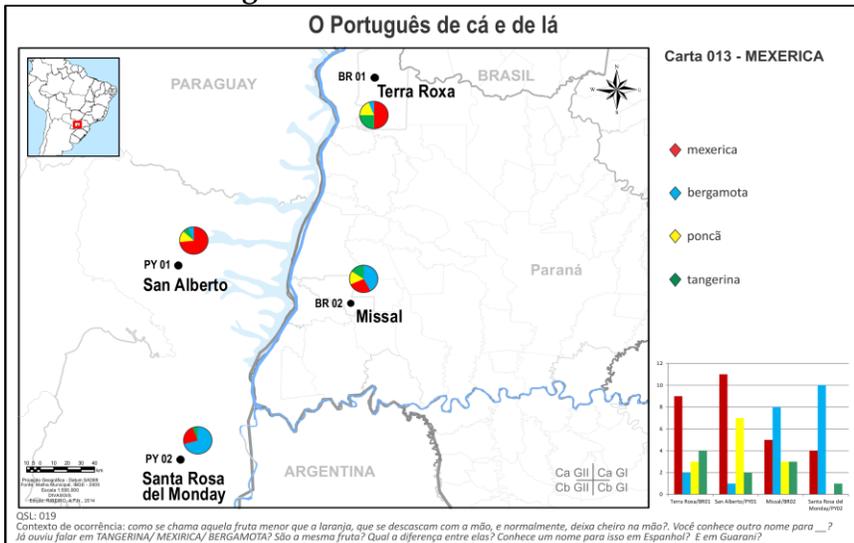
A variante *poncã* está presente nas duas localidades ao norte, com uma ocorrência em Terra Roxa e duas em San Alberto. Conforme apontam estudos realizados (ALERS, 2011b), essa não é uma variante utilizada no Rio Grande do Sul, tampouco em Santa Catarina. No Paraná, ainda conforme o mesmo atlas, a variante

aparece em quatro localidades, sendo uma delas a cidade de Guaíra, o que nos leva a crer que tenha vindo do norte, passou por Terra Roxa, Guaíra e chegou a San Alberto.

Na localidade de Missal, devido à grande influência sulista, a resposta mais produtiva foi *bergamota* como designação da fruta em questão. Dos oito informantes entrevistados, seis registraram *bergamota*, um *mexerica* e outro *poncã*. O informante (HCaGI) que utilizou a variante *poncã* tem seus familiares vindos de São Paulo por parte de pai e da Bahia, por parte de mãe, o que pode justificar a preferência por essa designação. No entanto, não podemos precisar a razão pela qual o informante HCbGI preferiu a variante *mexerica*, já que seus familiares são descendentes de alemães e vieram do Rio Grande do Sul. Contudo, esses informantes, cujas respostas divergem da maioria, mencionaram *bergamota* pela insistência.

Em Santa Rosa del Monday, documentamos dados muito parecidos com os de Missal, a saber: dos 12 entrevistados apenas um utilizou *mexerica* como primeira resposta espontânea. Os demais nomearam a fruta como *bergamota*. O único informante (HCaGI) que optou pela variante *mexerica* tem origem familiar materna, de Francisco Beltrão-PR, o que pode justificar a opção pela variante, pois a família paterna é oriunda do Rio Grande do Sul, assim como sua esposa. A figura 2 - Carta 013 - MEXERICA, na sequência demonstra os dados:

Figura 2 - Carta 013 - MEXERICA



Fonte: Carlos (2015, p. 172)

Como demonstram os dados referentes à distribuição espacial das variantes que nomeiam essa fruta, nossa hipótese inicial se concretizou, isto é, Terra Roxa e San Alberto apresentam influências nortistas, enquanto Missal e Santa Rosa del Monday exibem marcas da cultura sulista.

Os dados apresentados evidenciam que a variante *bergamota*, trazida do sul pelos migrantes/imigrantes, se mantém nas cidades colonizadas pelos gaúchos, do mesmo modo que o item lexical *mexerica* é mais produtivo nas localidades povoadas por paulistas, mineiros etc. Deste modo, no que se refere aos dados relativos à pergunta 019 do Questionário Semântico-Lexical, observa-se uma diferença marcante entre as variantes do norte e do sul, evidenciando influências nortistas no léxico dos falantes das localidades de Terra Roxa e San Alberto e sulistas entre o vocabulário dos falantes de Missal e de Santa Rosa del Monday.

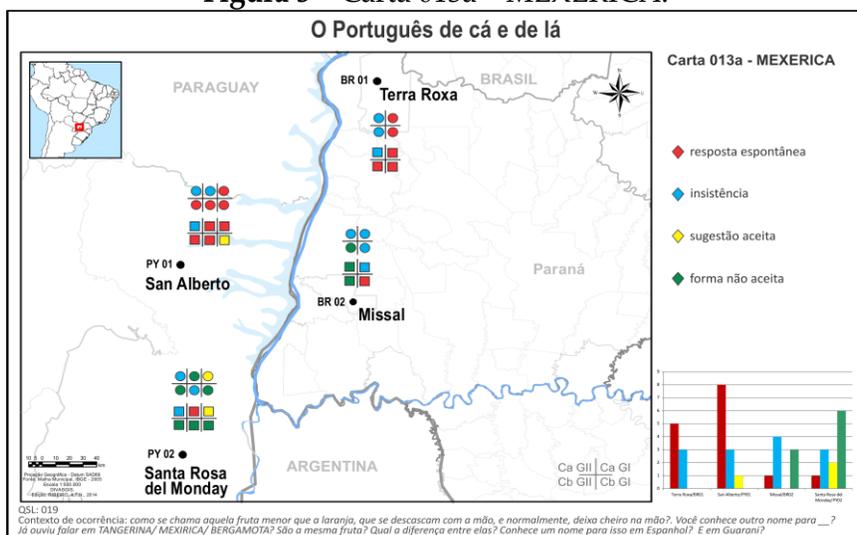
Entre a GII das cidades com influências sulistas, não houve variação, para eles o nome da fruta é *bergamota*, variante que trouxeram do Sul. Já nas cidades com influência nortista é a GII que

apresenta maior variação lexical: *poncã*, *mexerica* e *tangerina*. Contudo, nenhum desses informantes utilizou a variante *bergamota*. A variante *tangerina* foi documentada apenas na fala da GII, o que aponta para uma forma com tendência ao desuso nessas localidades.

Ainda, foram apuradas as formas *maricota* e *cheirosinha* obtidas por meio da insistência na fala da informante MCaGII de Terra Roxa, além de *mimosa* que apareceu na fala da MCaGII de Santa Rosa del Monday. Essas variantes não foram cartografadas por serem de ocorrência única.

Para compreender a difusão das formas *mexerica* e *bergamota* foram produzidas duas cartas sequenciais. Vejamos a primeira, Figura 3 - Carta 013a – MEXERICA.

Figura 3 – Carta 013a – MEXERICA.



Fonte: Carlos (2015, p. 174)

Em Terra Roxa, foi documentada como resposta espontânea a variante *mexerica* no grupo jovem, independentemente da classe social, e no informante CbGII. Entre os demais informantes a variante *mexerica* foi obtida por insistência.

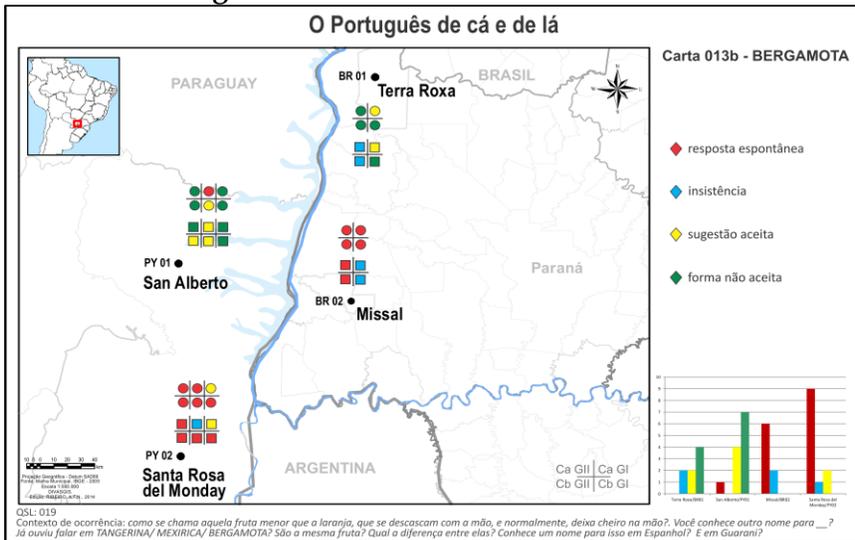
Os dados não são muito divergentes em San Alberto, cuja resposta espontânea foi documentada em todas as mulheres da Cb e na paraguaia Ca. Nos brasiguaios jovens, no paraguaio Ca e no homem CbGII, o item lexical *mexerica* também foi registrado como resposta espontânea. Pela insistência, a variante ocorreu na Ca entre as mulheres brasileiras/brasiguaias e o homem GII. Como sugestão *mexerica* está presente na fala do paraguaio de Cb. MCbGI ressalta: “*bergamota e tangerina* ninguém fala aqui”.

Em Missal, *mexerica* apareceu como resposta espontânea apenas no homem jovem de classe baixa. Contudo, pela insistência, foi obtida entre as mulheres de classe alta e entre os jovens MCbGI e HCaGI e não foi aceita pelos homens GII e pela mulher CbGII. Conforme esses dados, podemos afirmar que há, em Missal, uma pré-disposição para o uso da variante *mexerica*.

A maioria dos informantes de Santa Rosa del Monday não aceitou essa variante como sugestão: todos os homens da classe baixa, a mulher CbGII e a paraguaia Cb, além da brasiguiaia de Ca. Como resposta espontânea *mexerica* foi citada apenas pelo homem Ca e foi aceita como sugestão pelos paraguaios de Ca.

No caso do informante HCaGI de Santa Rosa de Monday, como mencionamos anteriormente, poderíamos inferir que a opção pela variante *mexerica* decorre da procedência de sua família materna, vindos de Francisco Beltrão-PR. Os dados apontam para uma tendência ao uso de outra variante entre os mais velhos e as classes baixas da localidade: a variante *bergamota*, que analisamos na sequência. Passemos à Figura 4 – Carta 013b – BERGAMOTA.

Figura 4 – Carta 013b – BERGAMOTA



Fonte: Carlos (2015, p. 176)

Em Terra Roxa, não houve registro de resposta espontânea para a forma *bergamota*, que foi obtida por meio da insistência entre o grupo de HGII e pela sugestão entre os jovens Ca e refutada pelos demais informantes.

Foi documentada apenas uma resposta espontânea em San Alberto, na fala da MCaGI, descendente de alemães. Entretanto, *bergamota* foi aceita como sugestão pelos grupos HGI e HCbGII e pela mulher jovem Cb.

Nas localidades ao sul, a variante é mais produtiva. Provavelmente, tenha sido incorporada ao português pelo contato com o italiano e se difundido por todo o Sul do país. Em Missal, a variante *bergamota* aparece na fala de todas as mulheres e dos homens de GII como resposta espontânea e como insistência nos homens jovens, cujas respostas espontâneas foram *poncã* (CaGI) e *mexerica* (CbGI). Os jovens, com exceção do homem, de classe alta, são todos nascidos em Missal, descendentes de migrantes. Esse informante, homem, de classe alta, nasceu em Rolin de Moura/RO, mas vive na localidade há 22 anos e sua família paterna é de São

Paulo. No entanto, ainda que sua mãe tenha nascido em Goioerê/PR, seus avós maternos são baianos, o que pode justificar o uso da variante. O outro informante homem, classe baixa, como já mencionamos, nasceu na localidade, e o único diferencial que encontramos em seu perfil é a idade, 19 anos, sendo o mais jovem entrevistado. Em Santa Rosa del Monday, a variante *bergamota* foi documentada na fala de todos os informantes brasileiros e brasiguaios como resposta espontânea, com exceção do informante HCaGI, cuja resposta espontânea foi *mexerica*. Contudo, *bergamota* foi obtida na fala desse informante pela insistência. Nos paraguaios de classe alta não obtivemos resposta espontânea, porém a variante *bergamota* foi aceita como sugestão⁵.

Vale ressaltar que, no estudo de Reis (2013), realizado na fronteira do no Estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, a variante *bergamota* não foi cartografada nas localidades paraguaias.

Considerações finais

O estudo da variedade linguística da língua portuguesa em contexto de fronteira demonstrou que as áreas linguísticas e sociais não seguem padrões impostos pelos limites do Estado nacional.

A partir da análise que cruza dados pessoais, sociais e diatópicos, podemos fazer algumas inferências: 1) a variação diatópica é a que mais se destaca com relação às variantes *mexerica/bergamota*; 2) entre os jovens não há tanta variação quanto entre a GII; 3) os homens tendem a ser mais inovadores; 4) entre a classe baixa quase não há variação, ocorrendo com mais frequência nas classes mais altas; 5) os paraguaios tendem a utilizar as mesmas variantes que os brasileiros da mesma localidade.

Os resultados sugerem que a manutenção dos traços linguísticos sulistas está diretamente ligada à geração

⁵ Um dado que merece destaque é o fato de duas empresas de cosméticos brasileiras, a Natura (São Paulo) e o Boticário (Curitiba), produzirem hidratantes corporais à base da fruta e ambas as empresas utilizam *bergamota* no nome dos produtos.

topodinâmica e mais velha, enquanto os jovens apresentam uma preferência ao uso de variantes nortistas.

Por fim, comprovamos que a língua portuguesa falada em Terra Roxa se assemelha à falada em San Alberto, com influências nortistas, assim como a língua falada em Santa Rosa del Monday possui características muito similares à falada em Missal, com influências sulistas.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais. A imigração brasileira no Paraguai*. Fortaleza, 2005, 265 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2005.

AGUILERA, Vanderci de Andrade ALPR – *Atlas Linguístico do Paraná*. São Paulo: Assis, 1994.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo (orgs). *Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas fonéticas e morfossintáticas*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011a.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo (orgs). *Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas semântico-lexicais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011b.

ALTINO, Fabiane Cristina. ALPR II - *Atlas linguístico do Paraná II*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade estadual de Londrina/UEL, 2007, 2v.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BUSSE, Sanimar. *Um Estudo Geossociolinguístico da Fala do Oeste do Paraná*. 2010. 2.v Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

CARDOSO, Susana Alice Marcelino. et al. *Atlas Linguístico do Brasil: Cartas Linguísticas I*. v. 2. Londrina: Eduel, 2014.

CARLOS, Valeska Gracioso. *O português de cá e de lá: variedades em contato na fronteira entre Brasil e Paraguai*. 2015. 289 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de História. In: SILVA, Gerson Henrique da; BUHÕES, Ronaldo; PERIS, Alfredo Foncela (Orgs.). *Mesorregião Oeste Paranaense: diagnóstico e perspectivas*. Cascavel: Edinuoeste, 2002.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2001.

DALINGHAUS, Ione Vier. *Alunos brasiguaios em escola de fronteira Brasil/Paraguai: um estudo linguístico sobre aprendizagem do português em Ponta Porã, MS*. 2009, 182 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.

DEITOS, Nilceu Jacob. *Presença da igreja no oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930-1990)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. *Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervarietal no Mato Grosso*. 2004, 299 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG), Porto Alegre, 2014.

GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940/70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão sociogeográfica do português em contato com o italiano no Sul do Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2004.

MILLER, Letícia Martins. *Um estudo sociolinguístico da comunidade de imigrantes brasileiros em Santa Rosa del Monday-Paraguai*. 1996, 366f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

- REIS, Regiane Coelho Pereira. *Atlas Linguístico Etnográfico da fronteira Brasil/Paraguai: um registro das línguas em contato*. 2013. 479 f. 2 v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- ROCHA, Patrícia Graciela da. *O português de contato com o espanhol no sul do Brasil: empréstimos lexicais*. 2008, 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Centro de Comunicação Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SANTOS-IKEUCHI, Ariane Cardoso dos. *Atlas linguístico topodinâmico do oeste de São Paulo*. 368 f. Dissertações (Mestrado em Estudos da Linguagem). 2v. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
- SILVA-COSTA, Daniela Souza. Designações para “tangerina” no Brasil central: reflexões com base em dados do projeto ALiB. *Anais do XX Seminário do CELLIP – Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná. CELLIP 25 anos*. Londrina/UDEL, 25 a 27 de outubro de 2011.
- THUN, Harald. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidéanos en Rivera. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald [orgs.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.
- THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XX e siècle. In. ENGLEBERT, Annick et al. (orgs.). *Actes do XXII e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Bruxelas: Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 367-388.
- THUN, Harald. *O tratamento do material etnográfico no Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)* In: Atas do Encontro sobre Cultura Popular. Ponta Delgada/Açores: Universidade dos Açores, 1999. p. 481-499.
- THUN, Harald. O português americano fora do Brasil. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Chistine; SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt a M.: TFM, p. 185-227, 2000.

THUN, Harald. A Geolinguística pluridimensional, a história social e a história das línguas. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *Para uma história do português brasileiro*. Vol. VII: vozes, veredas, voragens. Londrina: EDUEL. Tomo II, 2009. p. 531-558.

THUN, Harald. Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo. In: AUER, Peter; SCHMIDT, Erich (orgs.). *Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation*. Vol. 1: Theories and methods. Berlin, De Gruyter Mouton, 2010. p. 706-723.

THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo (orgs.). *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*. Fasc. A. 1. Kiel: Westensee, 2000.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes. 1990.

CAPÍTULO 15

REFLEXÕES ACERCA DO ATLAS LINGUÍSTICO DE CURIÚVA - ALiC: RETOMADA DOS DADOS

Fátima da Silva Siqueira*

Fabiane Cristina Altino**

Introdução

O presente artigo traz um recorte da dissertação Atlas Linguístico de Curiúva – PR: Aspectos Lexicais, cujo objetivo foi elaborar o Atlas Linguístico da cidade de Curiúva, registrando em cartas algumas variantes lexicais da fala curiuvense. O recorte feito neste artigo tem a finalidade de divulgar os estudos linguísticos realizados à luz da Geolinguística no Paraná e, para além dos conhecimentos teóricos-metodológicos da área, suscitar nos leitores a vontade de consultar a obra na íntegra.

O Brasil, pluriétnico e com realidades socioculturais distintas, devido ao convívio entre os diferentes grupos sociais, forma um mosaico linguístico, conforme denomina Aguilera (1994), quando tratou da fala paranaense. É consenso entre os linguistas a afirmação de que é pela língua que o homem expressa suas ideias, pensamentos, estabelece os vários tipos de relação, quer sejam familiares, profissionais, intelectuais, afetivos, entre outros; e, ao utilizá-la, o homem torna-se responsável por sua manutenção ou

* Mestre em Estudos da Linguagem. Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa - EFM. E-mail: fatysiq@hotmail.com.

** Doutora em Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: fabiane@uel.br.

transformação, sendo ao mesmo tempo usuário e renovador de sua língua. Nas palavras de Brandão (1991, p. 06),

ao falar, um indivíduo transmite, além da mensagem contida em seu discurso, uma série de dados que permite a um interlocutor atento não só depreender seu estilo pessoal – seu idioleto –, mas também filiá-lo a um determinado grupo.

O contato com diferentes culturas, o acesso à mídia, o maior ou menor grau de escolaridade e fatores de natureza sócio-histórica – classe, idade, etnia – contribuem para mudanças na língua, o que motivou e motiva os estudos para a descrição de falares nacionais e regionais. Esta ideia de investigação já era defendida por Amaral (1976), quando afirma a necessidade de trabalhos feitos de forma imparcial e com rigor metodológico para a recolha de dados em cada região do país, em que se pudesse confiar pelo estudo minucioso e dentro do campo de conhecimento, banindo o que, em suas palavras, “fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente” (AMARAL. 1976, p. 02).

Os estudos dialetológicos, realizados pelo método geolinguístico, há muito vêm colaborando para a recolha de dados na fala, analisando o percurso horizontal e vertical utilizado pelos falantes, os caminhos que mostram o que se manteve e o que foi adquirido na fala dos grupos investigados. Os trabalhos realizados a fim de recuperar a história das línguas, a partir dos princípios da Dialetoлогия e da Geolinguística, há muito já demonstraram que os fenômenos da variação são favorecidos pelos fatores externos que atuando no comportamento das variedades linguísticas.

É nesta perspectiva que o ALiC se justifica, no registro das variantes realizadas pelos falantes nesta localidade. Para essa tarefa, os atlas linguísticos são fundamentais, já que trazem informações linguísticas e socioculturais, permitindo estudos diacrônicos e sincrônicos, além da comparação com estudos feitos em regiões diferentes. Outro fator determinante e que evidencia a importância desse estudo é o fato de Curiúva não constar da

investigação realizada nos 65 municípios do Paraná, que resultou nos atlas Atlas Linguístico do Paraná - ALPR (AGUILERA, 1994) e no ALPR - volume II (ALTINO, 2007). Passados mais de 20 anos da publicação do ALPR, este estudo apresenta alguns aspectos da linguagem dessa cidade paranaense com a finalidade de observar se existem variações coincidentes e compará-las aos dados dos dois volumes do ALPR, localizando em qual região linguística do Paraná Curiúva pertence. Desta forma, foram objetivos desta dissertação, que ora se apresenta neste artigo, a elaboração de cartas linguísticas que possam *fotografar* (TARALLO, 1990) a fala curiuvense e a análise das variantes à luz dos preceitos da Geolinguística, buscando o lugar de pertencimento deste falar. Para tanto, as seções seguintes descrevem e comentam as etapas de estudo e apresentam algumas análises e resultados extraídos da dissertação de origem deste artigo.

2. Pressupostos teóricos: os caminhos percorridos

O estudo da variação linguística pode percorrer diversos caminhos. A linguagem, que se altera para acompanhar as evoluções da sociedade, não irá se comportar da mesma forma em diferentes espaços – territorial, social. É na estreita desta premissa que se pode afirmar, assim como a língua de forma geral, que a variação não é homogênea. É neste ambiente de heterogeneidade que se inscreve este estudo que se orienta pelos princípios da Dialetoлогия Tradicional e Geolinguística (ELIZAINCÍN, 1992; CHAMBERS; TRUDGILL, 1994) e da Pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998).

A Dialetoлогия surge no século XIX como instrumento para identificar e descrever as diferentes formas tomadas pela língua, documentando suas variações. Esta área de pesquisa que antes considerava os estudos dos dialetos (ou falares) em sua espacialidade horizontal – territorialidade – passa aos estudos focando o espaço territorial e as variações de natureza diastrática ou sociocultural, como preconiza Brandão (1991). Os atlas

regionais, entendidos aqui como atlas que recobrem pequenos territórios como é o caso deste atlas, conforme Altino (2012), objetivam inventariar o repertório linguístico verticalizado, que fotografam as mudanças sociais, oferecendo, assim, subsídios para a constituição de um quadro sinótico da língua.

Ainda sobre a Geolinguística, resgatando as palavras de Coseriu (1982), ressalta-se a sua importância em assumir a missão de apresentar a linguagem de determinados espaços por meio de mapas linguísticos que

além de permitirem observações de caráter geral sobre o funcionamento da linguagem como meio de intercomunicação social, revelam a conexão entre a história linguística e os fatores geográficos ou geopolíticos. (COSERIU, 1982, p.84)

Os estudos de cunho geolinguístico vão além da finalidade de registrar e documentar as variedades linguísticas existentes nas localidades pesquisadas por meio de atlas, afinal contribuem sobremaneira para o conhecimento da língua portuguesa, da fala dos sujeitos, dos itens lexicais, que, de acordo com Santos (2008), por motivos diversos, podem desaparecer. Neste contexto, os atlas são documentos que contribuem como um inventário da língua portuguesa. A Geolinguística permite, a partir do estado atual da língua, recriar as palavras antigas esquecidas no tempo. Segundo Busse (2012, p. 165),

é possível mesmo perceber nessas palavras, ecoadas no tempo, o objeto mesmo da Geolinguística: os dialetos, tomados como formas pelas quais é possível determinar a ‘estratigrafia’ de uma palavra.

Estas palavras reforçam o que já havia sido preconizado por Alvar (1996, p. 02), que afirma que nos dialetos está a “biologia da linguagem, que não é senão que outra coisa que a marcha do espírito sobre as palavras que, de algum modo, são a sua vestidura”.

O reconhecimento da Dialectologia é evidente pelas contribuições aos estudos da linguagem, no sentido de trazer à reconstituição da história, ao entendimento da organização da língua no que diz respeito à demografia, às questões de natureza antropológica, em geral. Além destes campos, os estudos dialectológicos contribuem para o ensino da língua para ensino de língua portuguesa, pois é na escola que se tem o contato com a mistura de vários dialetos, os quais devem ser respeitados, já que renegá-los é o mesmo que ignorar a história linguística de nosso país.

Estudos sobre variedades linguísticas, especialmente as diatópicas e diastráticas nos orientam que cada espaço possui normas e dialetos diferenciados, seja no campo semântico lexical, fonético-fonológico ou morfossintático, seja no meio rural ou na área urbana, seja para o jovem ou para o idoso, para os de maior grau de escolaridade ou o de menor grau, desviando o olhar do pesquisador/professor/usuário da língua da noção de erro, comumente vinculada ao falar.

Assim, ora sob a justificativa de desaparecimento, como, por exemplo, os estudos sobre os dialetos franceses (ENCARNAÇÃO, 2010) ou sobre o dialeto caipira (AMARAL, 1976 [1920]), ora sobre a égide do conhecimento contemporâneo da língua falada por um povo, tendo em consideração os atlas linguísticos gerais ou de especialidades, a Dialectologia e a Geolinguística têm dado sua contribuição para a recolha e análise destas variedades.

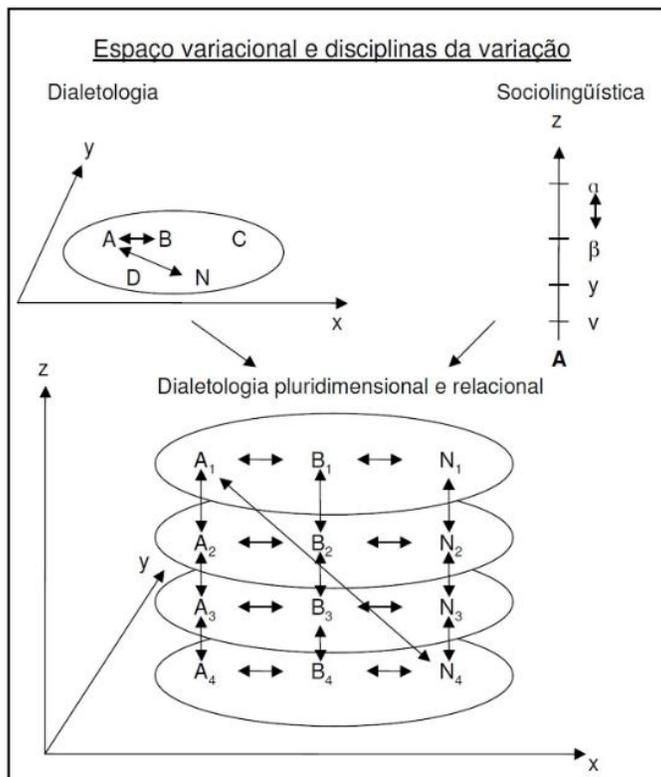
A Geolinguística busca, em última análise, a realidade da língua falada, preocupando-se com aspectos significativos que ocasionaram evolução no funcionamento da língua nas diferentes localidades e nos diferentes níveis sociais. Brandão (1991, p. 06) afirma que para conhecer um grupo humano “não basta pesquisar sua história, seus costumes ou o ambiente que vive, é necessário observar a forma particular de ele representar a realidade que o circunda”, dando a atenção ao dialeto que é fonte de cultura, história e reflexão sobre o comportamento humano.

Da Dialectologia Tradicional, com estudos monográficos e de glossários à Geolinguística com cartogramas linguísticos, houve um

avanço considerável por possibilitarem melhor compreensão visual das particularidades de um dialeto. Nos últimos anos, em uma terceira onda de avanços teórico, técnico e metodológico, a implementação dos conteúdos que permitiram o estudo verticalizado da língua, conferiu a esta área certa completude. Invocando as palavras de Elizaincín (1992), aliar as bases teóricas da Dialectologia ao método geolinguístico, concordando com outros pesquisadores da área, viabilizou, diatopicamente, a recolha de dados, possibilitando o resgate de antigos dialetos locais, comumente considerados ameaçados pela rápida difusão da língua comum; e, posteriormente aos preceitos da Sociolinguística (THUN, 1998), para o estudo das camadas sociais, foi o aprimoramento necessário para uma fotografia linguística mais atualizada.

A Geolinguística Pluridimensional satisfaz o desejo de tornar visível para o consulente a diacronia nos dados diatópicos, segundo Radtke e Thun (1996, p. 49), “e pressupomos uma cartografia clara, a variação diageracional mostra o ‘tempo visível’ porque representa a convivência de gerações”. Visualmente, a Figura 1, emprestada dos estudos de Thun (1998), representa o alcance dos registros de um atlas pluridimensional, que planifica, em termos de arealidade, o dialeto e suas interações e demonstra a interdependência entre os estratos estudados.

Figura 1 – Sistematização dos níveis de um atlas pluridimensional



Fonte: Thun (1998, p. 705)

É importante ressaltar que a Geolinguística Pluridimensional não se sobrepõe aos preceitos da Dialetoлогия Tradicional e sim aumenta seu campo de observação, aprofundando o trabalho de investigação. Nela, além dos dados diatópicos, são verificados os fatores de ordem diagenérica (sexo), diageracional (idade), diastrática (estrato social), diafásica (situação de fala, com em leitura, conversa livre, respostas). Outras dimensões podem ser agregadas, segundo Thun (1998), possibilitando o estudo do contato entre as línguas (dialingual), dos movimentos migratórios (diatópica cinética) motivados pelo trabalho cotidiano das pessoas, por exemplo, para os estudos topodinâmicos ou a permanência e/ou pouca mobilidade dos informantes, para os estudos

topostáticos; e do estudo da fala objetiva ou fala metalinguística da dimensão diarreferencial.

O ALiC contempla as dimensões diatópica, diageracional e diagenérica na busca da compreensão dos fenômenos linguísticos registrados nas entrevistas, em que se possa emergir a cultura e a histórica desta localidade, relativamente recente como município¹, porém de história de povoamento, com a ocupação dos sertões de Jataí, data de meados do século XIX².

3. Passos para a constituição do Atlas: questões metodológicas

O trabalho dialetológico está intimamente ligado ao fazer metodológico. São os procedimentos que orientam o percurso da pesquisa e a observância rigorosa de, por exemplo, a escolha da rede de pontos, o perfil dos informantes, o instrumento utilizado para a coleta dos dados, as entrevistas, entre outros fatores que permitem um estudo confiável neste campo da Linguística. É bem verdade que o pesquisador só estará preparado, como preconizou Nascentes (1953), para o trabalho de campo quando terminar a coleta dos dados; mas, tendo em mente que este labor requer preparo e, algumas vezes, o refazer da pesquisa, o atlas proposto para a cidade paranaense que traz no nome a árvore e seu fruto símbolo do Estado, foi elaborado observando a metodologia de estudos posteriores que o deram suporte. Assim, foi feita a seleção das localidades, a forma de registro dos dados, a seleção e a análise para a constituição do atlas tendo como base a metodologia proposta pelo *Projeto do Atlas Linguístico do Brasil - ALiB* (COMITÊ NACIONAL, 2001).

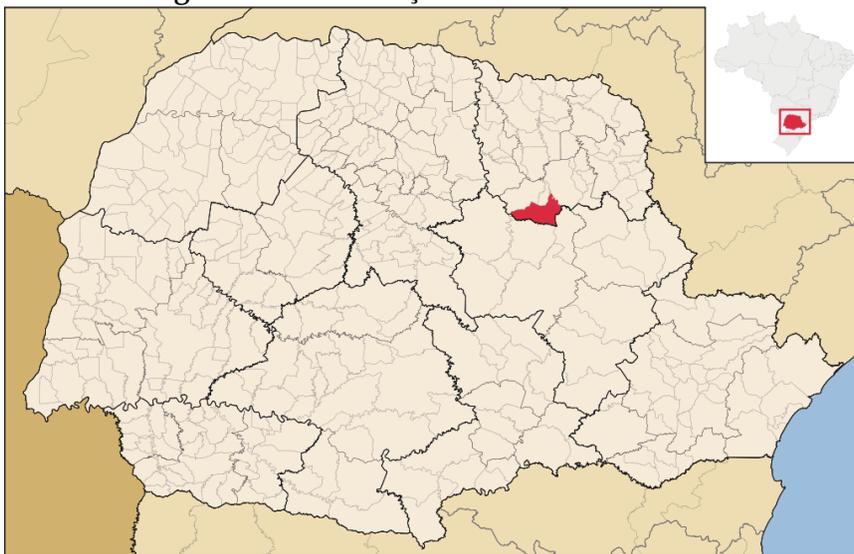
A cidade de Curiúva, nome que veio do Tupi-Guarani e que significa uma variedade de pinheiro da região (Curi – pinha, pinhão e uwa – árvore), está localizada na Mesorregião do Norte

¹ Conf. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/curiuva.pdf>

² Conf. http://cmcuriuva.pr.gov.br/arq/82/o_1a51ku7vp1uam8rg7lp1kpt1g8m12.pdf

Pioneiro Paranaense, com aproximadamente 13.923 habitantes³ à época da pesquisa; é uma típica cidade interiorana onde o progresso e a modernidade ainda se desenvolvem de maneira lenta. A Figura 02, mostra a localização no Estado.

Figura 02 – Localização de Curiúva - Paraná



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Curi%C3%BAva#mediaviewer/Ficheiro:Parana_Municip_Curiuva.svg

Como preconizam os estudos nesta área, a pesquisa de campo foi feita de forma direta, *in loco*, tendo como inquiridora uma das autoras deste artigo, à época mestranda. Para a escolha da rede de pontos, foram selecionadas as regiões do entorno do município, além da sede municipal, que tiveram maior importância na formação da cidade, compreendendo seis localidades, conforme demonstrada o Quadro 1 que também registra a densidade demográfica de cada ponto investigado. É importante salientar que a diferença no número de habitantes, deste quadro para os dados

³ Conforme Censo de 2010, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>

do IBGE anunciados se dá pela fonte dos dados, capitaneados três anos após o Censo e compreendendo apenas os habitantes dos bairros estudados.

Quadro 01 - Distribuição da população de Curiúva por bairros investigados

Ponto de inquérito	Bairro	Número de habitantes
01	Felisberto	454
02	Guajuvira	245
03	Taboão	462
04	Sede	8.895
05	Alecrim	584
06	Colônia Dantas	317
	Total	10.957

Fonte: Dados obtidos no Posto de Saúde Municipal (2014)

Outro princípio fundamental, a escolha dos informantes, também figurou como centro do perfil metodológico deste atlas. Na seleção dos informantes, para possibilitar futuros cotejos dos dados, os critérios adotados foram adaptados dos postulados pelo ALiB, em que foram consideradas as seguintes variáveis: (i) informantes dos dois sexos/gêneros: masculino (M) e feminino (F); e (ii) duas faixa etária: de 18 a 30 (faixa I) e entre 50 a 65 anos (faixa etária II). Para alguns informantes, por não encontrar indivíduos dentro da faixa etária estipulada, o procedimento seguiu o que estabelece o ALiB – foram selecionados informantes que estavam em idades limítrofes (2 a 3 anos para mais ou para menos) às faixas pretendidas. Em um bairro foi necessário entrevistar um informante idoso acima desta faixa limítrofe (75 anos), por não haver na localidade um informante dentro do que se estipulou na metodologia. Este ajuste, possibilitou a integralização do quadro de entrevistas pretendida e posteriormente a comparação entre os dados. Cabe ressaltar que as respostas registradas para este

informante não distanciou das registradas para os outros da segunda faixa etária.

Quanto ao nível de instrução, é importante salientar que o ALiC não teve a pretensão de análise da escolaridade. Se assim fosse, o plantel de informantes deveria ser alargado para acomodar os dois níveis de escolaridade para as faixas etárias previstas. O que houve foi a impossibilidade de encontrar informantes com o mesmo grau de instrução. Desta maneira, os informantes da segunda faixa etária permaneceram com o ensino básico, ou seja nível fundamental de ensino, e para os jovens – primeira faixa etária, foi necessária a abrangência para ensino médio. Esta atitude se justifica pelo fato de os idosos encontrarem maior dificuldade em dar continuidade a seus estudos, principalmente os informantes que residem nas propriedades rurais. Na sede do município, ainda existe a oferta de ensino da modalidade EJA – Ensino de Jovens e Adultos, onde é possível encontrar idosos que voltaram para as cadeiras escolares. Seguindo a adaptação feita pelo projeto ALiB que, na impossibilidade de encontrar informantes com ensino básico, optou pela busca de jovens com ensino médio, o ALiC reajustou seus critérios para fotografar com maior fidelidade a realidade da comunidade estudada.

É preciso ressaltar que para a escolha dos informantes foram adotados os critérios baseados em Nascentes (1958) e na Dialetoлогия Tradicional que consideram a boa dicção, naturais da localidade, pais preferencialmente pertencentes à região linguística investigada e com pouca mobilidade. Somam-se aos critérios, as inovações da Dialetoлогия Pluridimensional (THUN, 1998), em que são consideradas as dimensões diassexual/diagenérica e diageracional, já comentadas.

Seguindo a sistemática de possibilidade de cotejo futuro, para a coleta de dados, utilizou-se o questionário adaptado para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (COMITÊ NACIONAL, 2001). Segundo Altino (2007, p. 82)

[...] a importância dos questionários estruturados para a pesquisa dialetológica, há muito é reconhecida pelos dialetólogos e linguistas. Seu uso permite a homogeneização dos procedimentos de coleta de dados necessária à pesquisa dentro dos moldes científicos, restringindo os contextos de uso de determinados fonemas, por exemplo, ou permitindo a identificação do uso lexical.

Como prevê o protocolo dos estudos dialetológicos, estabelecida a rede de pontos, o contato entre entrevistado e inquiridor foi feito pelo intermediário local, pessoa de bom trânsito na comunidade. A inquiridora, embora fosse moradora da cidade, contou com a colaboração de apresentadores nos bairros mais afastados da sede do município. Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, no ano de 2013, resultando em 24 inquéritos realizados (quatro inquéritos em cada um dos seis pontos estabelecidos).

Para o *Atlas Linguístico de Curiúva* - ALiC - foram cartografadas 103 questões do Questionário Semântico Lexical - QSL. A opção pelo léxico dos curiuvenses não impediu a aplicação dos questionários que tratam da fonética, morfossintaxe e metalinguística, uma vez que os dados coletados poderão servir para estudos futuros na área da linguagem. A dissertação de mestrado (SIQUEIRA, 2015) compreende dois volumes, o primeiro teórico-metodológico e o segundo com as cartas linguísticas.

4. O olhar para os dados coletados: extrato das análises

Após a recolha dos dados nas entrevistas, as transcrições e a seleção das questões a serem contempladas no volume de cartas, os dados lexicais registrados no ALiC foram cotejados com os dados de cartas coincidentes com o ALPR (AGUILERA, 1994) e ALPR II (ALTINO, 2007), além do tratamento dos dados não-coincidentes como esses atlas. Das 103 cartas elaboradas para o atlas de Curiúva, 35 cartas contam com correspondentes no ALPR e 13 com o ALPR II. Conforme destaca-se no Quadro 02.

Quadro 02: Cartas coincidentes com o ALPR I e ALPR II

Atlas	Títulos das cartas
ALPR (1994)	rio pequeno, pinguela, foz, tempestade, chuva de pedra, garoa, orvalho, cerração, anoitecer, estrela d’Alva, movimento da estrela, trasanteontem, camomila, gêmeas, coração, vagem, cangalha, picada, trilho, urubu, beija-flor, sura, pálpebras, dentes molares, banguela, gogó, barriga, pataca, parteira, cambalhota, estilingue, pega-pega, picumã e cueca
ALPR II (2007)	relâmpago, mocho, cego de um olho, vesgo, míope, presas, tatu, nuca, cheiro nas axilas, seios, manco, tornozelo e bolinha de gude

Fonte: SIQUEIRA (2015)

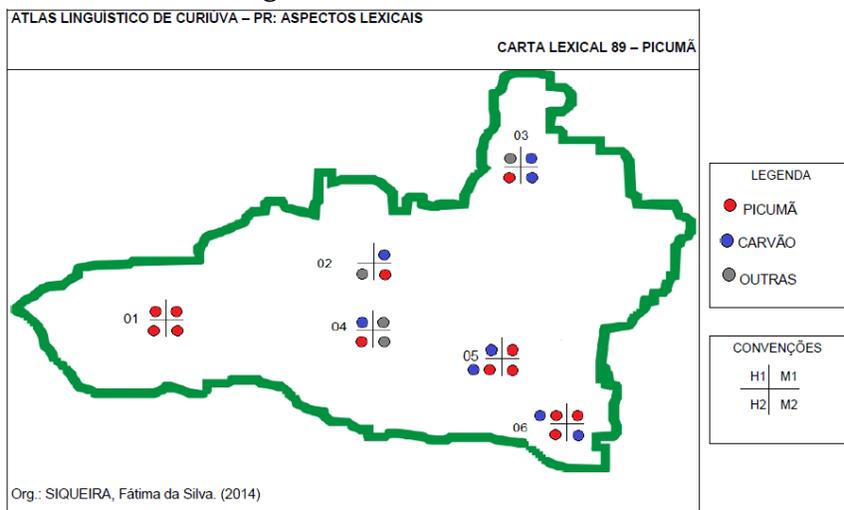
Na descrição dos dados é possível afirmar que os registros dos dois primeiros atlas (ALPR e ALPR II), de abrangência estadual, são localizados na fala dos curiuvenses. Das cartas coincidentes, os registros irão flutuar em número de ocorrências, porém retratam o quadro sinótico feito pelos estudos anteriores. É o caso, por exemplo, das cartas que tratam de Acidentes Geográficos – *rio pequeno, pinguela, foz*, questões do QLS e cartas 01, 02 e 03 – e de Fenômenos Atmosféricos – *relâmpago, tempestade, chuva de pedra*, questões 08, 11 e 15 do QLS, cartas 07, 08 e 09, respectivamente.

Da mesma forma, destacam-se o registro de variantes arcaicas como *boca da noite* e *lusco-fusco*, registradas tanto no ALPR quanto no ALiC, para o conceito de *anoitecer* – questão 28, carta 14; a variante *cuitelo* para *beija-flor* – questão 65 e carta 34, também registrada nos atlas; *picego*, registrada na carta 45, decorrente da questão 91 do QSL – com três ocorrências no ALiC, forma alterada de *peticego*, presente na língua portuguesa desde 1.720, conforme Bluteau (1712-28); *náfego* – registrada na carta 58, decorrente da questão 115, referente a pessoa ou animal que coxeia, variante presente no ALPR, e registrada na língua em 1.635, conforme Houaiss (2001). Ainda segundo este autor sobre outra lexia

registrada na mesma carta, *lunanco* – que se curva lateralmente quando anda, que claudica, é conhecida na língua desde 1.852.

Outro exemplo de variante arcaica é o registro de *picumã* anotada como variante para a questão 171 do QLS, reproduzida na Figura 03, em que se investiga como as designações para a matéria preta que se forma na chaminé, na parede ou no teto da cozinha, acima do fogão a lenha.

Figura 03 – Carta 89 – Picumã



Fonte: SIQUEIRA, 2015

A variante, registrada na língua desde 1853 (HOUAISS, 2001), é de origem “tupi (apeku’Mã) no sentido de fuligem ou de “teia de aranha enegrecida por fuligem”. O ALPR (1994) registra em carta fonética a forma *picumã* (Carta 115). As variantes: *carvão* (com 8 registros - 33%), as *hápax legomena fumaça, fuligem* e *cinza*, coocorrem com a variante padrão *picumã* (com 12 registros – 50% dos dados). É preciso salientar que, inicialmente julgou-se a variante *mofo*, também uma *hápax*, como resposta válida para o conceito estudado. Posteriormente, em análise das entrevistas, foi preciso considerar a resposta inadequada para a nomeação do referente, uma vez que a informante compara a aparência do *picumã* (algo escuro de se

forma na parede). A transcrição da entrevista confirma esta posição.

INF – é, aquela fumaça, que fica... bolor, assim, tipo que fica grudado?

INQ – Aquilo que é preto, que se forma na chaminé, na parede ou no teto da cozinha, acima o fogão à lenha?

INF _ um carvão

INQ – é isso? Se você souber de outro jeito...

INF – Aham, não, é, que eu me lembro, eu sempre vejo, tem gente que fala outras coisas, né, só que eu não lembro agora (Informante feminino, 1ª faixa etária - Ponto 3)

Seguindo a trilha das variantes em desuso para os falantes em geral, é possível considerar, ainda os registros de *rebojo*, na carta 4 – questão 04 do QSL, em que se investigam as variantes para o “turbilhão de água que se forma no rio, devido o cruzamento de correntes contrárias” (HOUAISS, 2001). *Rebojo* é ocorrência única registrada na fala do informante idoso do ponto 1 – bairro Felisberto, tem a datação em meados do século XIX, precisamente em 1889. O registro de *inconha*, na carta 20 – questão 43, para designação para duas bananas que nascem grudadas, foi registrada em 1858, segundo Nascentes (1966), derivada do tupi (*i kõe*) como 'aquele que é gêmeo', indicando a influência das línguas indígenas na língua portuguesa.

Por fim, para as variantes arcaizadas, na carta 27 – questão 56, sobre “a peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou arado”, encontram-se como variantes *canzil* e *coalheira*. *Canzil* é registrada por Bluteau, em 1712, com o mesmo sentido de *canga*. Já a variante *coelheira* > *coalheira* [kuaɫejɾɐ] que, embora seja utilizada desde 1898, diverge da acepção de peça utilizada no pescoço. Houaiss (2001) postula que *coelheira*, “coleira que se ajusta ao pescoço do cavalo de tiro e à qual se prende os tirantes”, variante próxima ao referente, de origem duvidosa, provavelmente, vinda do espanhol *cuello* no sentido de pescoço. É importante ressaltar

que nesta carta os registros são majoritariamente dados pelos informantes da segunda faixa etária, ou seja, os idosos, ressaltando o caráter conservador das variantes.

Outros registros que não se pode deixar de comentar dizem respeito às cartas 32 *trilho* e 62 *parteira*, questões 63 e 123, respectivamente. Para a carta 32, o registro da *hápax piloado*, embora inicialmente possa sugerir uma resposta não adequada para o referente “caminho, no pasto, onde não cresce mais grana, de tanto o animal ou o homem passarem por ali”, quando se analisa a resposta da informante idosa do ponto 02 - Guajuvira, *piloado* pode fazer uma analogia como o que ocorre após a ação de pilar ou pisar algo no pilão (HOUAISS, 2001).

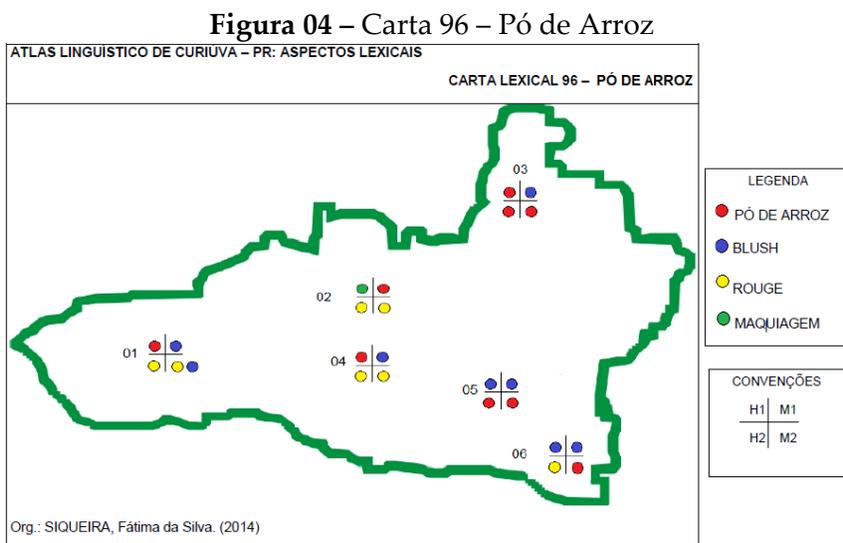
Na carta 62, variantes para “a mulher que ajuda a criança a nascer”, o informante idoso de Felisberto (ponto 1) registrou *surjoa*, variante encontrada no ALPR (1994) para a carta do mesmo referente. Aguilera (1994) menciona na abertura do atlas quando ressalta a importância do acervo catalogado, o registro da *lexia – surjoa*, que se julga ser possível forma alterada de *cirurgia*, feminino de *cirurgião*⁴.

Pode ser que o cuitelinho deixe de sobrevoar as flores dos campos que se estão extinguindo pela irresponsabilidade e ganância do homem; pode ser que o rico e o loro venham a ser um só; ou nenhum; pode ser que o gavião carancho, o pinhé, o caracará, o penacho e o quiriquiri venham a ser apenas uma ilustração de enciclopédias; pode ser também que o cambau, o manguá, o chacho, o sarilho e o rolete não sobrevivam à força da tecnologia; e talvez, igualmente, se sepultem como coisas do passado o come queto ou pé-decachorro, a pipa ou pandorga, o pinhé ou a gangorra, a **surjoa** ou a sistente, a curica e a jojoca. (AGUILERA, 1994, p. 09)

Quando se olha para os dados selecionando, para a variável diageracional, ou seja, faixa etária, é possível verificar que a

⁴ Para esta análise toma-se por analogia com outras palavras que, na variedade popular, formam o feminino como em alemão/alemoa, por exemplo.

diferença na escolha lexical entre as faixas I e II. Entre os jovens observa-se inovações linguísticas, como por exemplo, a carta 96 – questão 191 do QSL, com as designações para “aquilo que as mulheres passam nas bochechas para ficarem mais rosadas”, em que as variantes *blush* e *maquiagem* foram registradas com maior frequência por esses informantes em contraposição às variantes *rouge* e *pó de arroz*, registradas nas falas dos idosos. A Figura 04 traz a carta 96.



Fonte: SIQUEIRA (2015)

Os informantes da segunda faixa explicam

INF – É, agora... antes era *ruge*, né. Agora chama *blush*, uma coisa assim.

(F2⁵, ponto 01)

INF – Creme.

INQ – É, passa só aqui na bochecha para ficar mais rosadinha?

INF – Ah! Como é que é... no tempo antigo era *ruge*.

⁵ F e M referem-se ao sexo/gênero dos informantes: Feminino e Masculino; e 1 e 2 à faixa etária, Jovem e Idoso, respectivamente.

(M2, ponto 2)

INF – Antigamente nós dizia o *ruge* ou *pó de arroz*. Tem os dois, né. Os mais antigo usava *ruge*, mais vermeinho, daí outros usava *pó de arroz*, mais crarinho, né.

(F2, ponto 6)

Entre os idosos detecta-se maior conhecimento de mundo no que diz respeito às perguntas relacionadas à natureza e ao meio rural. Um exemplo é a carta 15 – questão 29, que investiga as variantes para a estrela que, pela manhã, brilha mais e é a última a desaparecer. Para este referente, a variante *estrela d’Alva* é categórica entre os idosos e entre os jovens tiveram o percentual de 16,% de resposta para a questão, sendo um informante do ponto 1 que registrou a variante *estrela d’Alva* e uma informante do ponto 2 com as variantes *plutão* e *saturno*. Estes dados confirmam outros estudos que demonstram a pouca intimidade dos jovens com o vocabulário rural. Na carta 27, questão 56, que elenca as variantes para a peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado, os informantes jovens que não souberam responder, alegaram, em sua maioria, desconhecer o referente ou não saber os nomes que se dá ao objeto.

Quanto ao polimorfismo lexical, é possível observar que os referentes investigados nas questões do universo rural, como na questão 47 do QSL – que dá origem à Carta 22 – *Depois que se corta o pé de arroz, ou de fumo, ainda fica uma pequena parte no chão. Como se chama essa parte?* em que se registram as variantes *toco* (variante mais produtiva), seguida, regressivamente, por *raiz*, *touceira*, *palhada*, *talo*, *soqueira*, *pé*, *caule* e *resto*. Também na questão 61 do mesmo questionário e que é representada na Carta 30 do ALiC e que investiga as variantes para o conceito em *como se chama o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho*, registram-se *camarada*, *diarista*, *boia-fria*, *pago um por dia*, *peão* e *capataz*, por ordem de produtividade. Outros exemplos são os conceitos para *canga* e *bruaca*, questões 56 e 58, cartas 26 e 29 respectivamente. Para a carta 29, as variantes registradas foram

canga, canzil, coelheira e arriame; e para a carta 26 registra-se *bruaca, bandana, mala, bolsa, bornal e guaiaca*. É importante salientar o caráter inovador da lexia *arriame*⁶, não registrada em dicionários, mas amplamente disseminada no meio rural.

As amostras de análise trazidas para este artigo demonstram a necessidade de trabalhos especializados em comunidades como o município de Curiúva, em que se registram lexias comuns em várias regiões do Brasil, como, por exemplo, a questão 7, que investiga as ocorrências para o conceito do *vento que vai virando em roda e levanta poeira, folhas e outras coisas leves*, variantes para *redemoinho* representada na carta 06; a questão 121, que dá origem à carta 61 sobre *menstruação* e a questão 151, carta 81, variantes para *benzedeira*; todas, registram variantes, principalmente, vinculadas ao mundo rural, característica do município.

Para o ALiC, o fator diagenérico não se revelou determinante no que diz respeito às mudanças no léxico dos curiuvenses, embora, quanto ao número de variantes, registra-se maior produtividade lexical entre os homens (nas 103 cartas, o total de 373 variantes) do que entre as mulheres (nas 103 cartas, o total de 354 variantes). Como exemplo, a questão 142 que é representada na carta 76, para o conceito de mulher que se vende para qualquer homem, designações para *prostituta*, em que estão cartografadas sete variantes na fala masculina e quatro na fala feminina. Tal conceito está mais próximo do universo masculino, o que justifica o conhecimento de um número maior de parassinônimos. Por constituir um tabu linguístico, é possível que mulheres tenderiam a optar por um vocabulário que se aproxime da norma padrão.

Quanto ao cruzamento dos dados do ALiC com os do ALPR (AGUILERA, 1994) e do ALPR II (ALTINO, 2007), a fim de verificar a qual região linguística paranaense o município de Curiúva pertence, chega-se à conclusão de que o município não apresenta uma

⁶ A variante registrada na fala do informante masculino de primeira faixa etária, do ponto 06, e seu significado está relacionado às peças usadas para equipamentos que se carrega no cavalo e/ou nas charretes.

linguagem próxima da fala do sul do Estado do Paraná no que diz respeito ao léxico. Analisando as respostas das 48 cartas coincidentes verifica-se que 8,33% dos informantes apresentam linguagem representativa da fala do sul do Paraná, 22,91% apresentam linguagem nortista e 54,16% apresentam linguagem pertencente tanto à região norte quanto à região sul deste Estado, não sendo possível incluir, categoricamente em uma região do Estado.

À guisa de uma conclusão

Apesar de não se ter explorado o *corpus* em sua totalidade, o recorte feito pelo ALiC permitiu apresentar o falar curiuvense. Há que se ressaltar, ainda, que o material inédito é suficiente para novos trabalhos na área, possibilitando novas análises e novos confrontos. Em síntese, os objetivos propostos para a elaboração do ALiC foram alcançados, ou seja, a elaboração do Atlas e a consequente análise de algumas variantes lexicais, com base nas variáveis sociais, faixa etária e sexo; a comparação das formas lexicais com as registradas por Aguilera (1994) e por Altino (2007), trabalhos de maior abrangência que possibilitaram situar a realidade linguística de Curiúva no cenário paranaense; além de compor um arquivo de dados das entrevistas acessível aos pesquisadores interessados em estudos que descrevem a variação linguística. Sendo assim, o ALiC apresenta sua contribuição para a compreensão da língua no Paraná e se soma a outras iniciativas para os estudos sobre a realidade multidialetal da língua portuguesa.

Curiúva, cidade localizada na mesorregião do Norte Pioneiro paranaense, atualmente com pouco mais de 14 mil habitantes, deixa sua contribuição para a linguística, colaborando com o já mencionado conhecimento da língua fala no Estado, além da possibilidade de análise com os dados do *Atlas Linguístico do Brasil* – ALiB, com o qual compartilha a metodologia e o aporte teórico.

Referências

- ABREU, Raphael Lorenzeto de. Map locator of Paraná's Curiúva city. In: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_Municip_Curiuva.svg, 2006.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas Linguístico do Paraná II*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- ALTINO, Fabiane Cristina. Nos caminhos de Aguilera: o segundo volume do Atlas Linguístico do Paraná. In: ALTINO, Fabiane Cristina. *Múltiplos Olhares sobre a diversidade Linguística: nos caminhos de Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012.
- ALVAR, Manuel. *Manual de dialetologia hispânica*. El español de España. Barcelona: Ariel, 1996.
- AMARAL, Amadeu. O dialeto caipira. 3ed. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa Occidental: Off. de Pascoal da Sylva, 1712.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A Geografia Linguística no Brasil*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- BUSSE, Sanimar. *Um estudo Geossociolinguístico da fala do Oeste do Paraná*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.
- BUSSE, Sanimar. Um estudo Geossociolinguístico da fala do Oeste do Paraná. In: ALTINO, Fabiane Cristina Altino. *Múltiplos Olhares sobre a diversidade Linguística: nos caminhos de Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012.
- CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. 6ed. Cambridge: University Press, 1994.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (Brasil). *Atlas Linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença/São Paulo. Universidade de São Paulo, 1982. p. 79-116.

ELIZAINCÍN, Adolfo. *Dialectos em Contacto Español y Portugues em España y America*. Arca Editorial S.R.L: Montevideo. Uruguay, 1992.

ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira da. *Atlas semântico-lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – municípios do Litoral Norte de São Paulo*. (tese de doutorado), São Paulo, 2010.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração de atlas lingüístico do Brasil*, vol. I. Rio de Janeiro (RJ): Casa de Ruy Barbosa; 1958.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1966.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Nuevos caminos de la geolingüística románica. Um balance. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald. *Neue wege der romanischen Geolinguistik: akten dès symposiums zur Empirischen Dialektologie*. (Heidelberg/Mainz, 21-24.10.1991) Kiel: Westensee-Verl., 1996.

SANTOS, Irenilde Pereira dos. *Atlas Linguísticos brasileiros e atividade discursiva: contribuições ao ensino da língua portuguesa*. 7º Colóquio Anual da Lusofonia, Bragança, 2008.

SIQUEIRA, Fátima da Silva. *Atlas Linguístico de Curiúva – PR: Aspectos Lexicais*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolinguística*. 2ed. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1990.

THUN, Harald. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los Montevideanos em Rivera. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald. *New Wege der Romanischen Geolinguistik: Akten dès Symposiums zur Empirischen Dialektologie*. (Heidelberg/Mainz 21-24, 10.1991) Kiel: Westensee-Verl, 1998. p. 210-225.

CAPÍTULO 16

ATLAS LINGUÍSTICO DA ROTA DOS TROPEIROS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Amanda Chofard*

Felício Wessling Margotti**

Introdução

Um atlas linguístico configura-se como um conjunto de mapas que possibilitam a visualização do uso e do comportamento de diferentes formas linguísticas num determinado espaço geográfico, revelando, além de informações de cunho dialetal, aspectos da história e da cultura da(s) comunidade(s) de fala investigada(s).

Desde o início dos estudos geolinguísticos no Brasil, muitos passos foram dados, possibilitando cada vez mais a ampliação dos conhecimentos acerca da realidade do português aqui falado.

A ideia de fazer um atlas linguístico do português falado no Brasil passou a ganhar corpo a partir da década de 1950. No entanto, diante das dificuldades de empreender um atlas que abarcasse todo o vasto território brasileiro, optou-se pela confecção de atlas regionais, o que se reflete hoje em dezenas de atlas regionais, estaduais ou de pequeno domínio, parte dos quais se destinou a cumprir exigências acadêmicas, como dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

*Doutoranda em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: amandachofard@gmail.com

** Doutor em Letras. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: felicio.margotti@gmail.com

Como marco inicial da empreitada geolinguística no país, tem-se a publicação, em 1963, do Atlas Prévios dos Falares Baianos, de Nelson Rossi em coautoria com Dinah Isensee e Carlota Ferreira, o qual se configura como “o primeiro passo concreto, no campo da geolinguística” (CARDOSO, 2010, p.141), abrindo as portas para a elaboração de outros atlas linguísticos regionais que, a princípio, visavam à integração entre eles, o que culminaria em um atlas nacional (NASCENTES, 1958). Contudo, com o decorrer das pesquisas, observou-se a impossibilidade de tal feito, tendo em vista, principalmente, as diferenças metodológicas adotadas nos atlas estaduais e regionais confeccionados nos anos subsequentes.

Na perspectiva do desenvolvimento de atlas de menor domínio territorial, o projeto *Atlas Linguístico da Rota dos Tropeiros* está sendo desenvolvido como tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e objetiva constituir um banco de dados de fala, a serem cartografados, compreendendo o espaço geográfico da rota dos tropeiros no percurso que vai de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, em São Paulo, passando por Santa Catarina e Paraná. Além disso, almeja identificar, com base em aspectos fonético-fonológicos¹, semântico-lexicais e morfossintáticos, variantes indicadoras da existência de variedades linguísticas diatópicas e diastráticas associadas ao Tropeirismo na Região Sul, compreendendo, dessa forma, a influência do acontecimento histórico em questão na composição dialetal sulista, no que tange à língua portuguesa.

Conforme estudos mais recentes², constata-se que na Região Sul existem diversos subfalares da língua portuguesa, fato que se contrapõe à ideia de espaço onde se constata uma variedade relativamente homogênea denominada de ‘falar sulista’

¹ A análise de dados fonético-fonológicos dependerá da avaliação das gravações dos inquiridos, como detalhado neste artigo ao tratar dos questionários.

² Koch (2000), Altenhofen (2002), ALERS (2002, 2011), Romano (2015), Silva (2016), Chofard (2019), entre outros.

(NASCENTES, 1953). Esses subfalares são motivados por diferentes contextos, entre os quais o contato linguístico com o espanhol nas fronteiras com outros países e com línguas de imigrantes açorianos, alemães, italianos, poloneses, ucranianos, japoneses, russos, entre outros, a migração interna e externa, assim como por acontecimentos históricos, como é caso do Tropeirismo, atividade que teve início no século XVIII e se desenvolveu por cerca de 200 anos, contribuindo significativamente na formação do Sul, seja em relação à economia, ocupação do território, constituição de núcleos populacionais e fundação de cidades, seja na sedimentação da língua portuguesa utilizada até hoje nos caminhos percorridos pelos viajantes, uma vez que por onde os tropeiros passavam deixavam suas marcas culturais.

Propõe-se, portanto, com o desenvolvimento do atlas aqui apresentado, fazer um panorama geossociolinguístico da rota dos tropeiros que, até o momento, não possui estudo específico e detalhado de sua realidade linguística, com o escopo de se obter um retrato que possibilitará uma melhor descrição e compreensão das múltiplas faces do português falado no Sul do Brasil.

A fim de apresentar o projeto e fazer algumas considerações teórico-metodológicas sobre a estruturação e o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente desenvolveu-se uma discussão sobre o fato de se tratar de um atlas que partirá de um acontecimento histórico e não de um território geográfico ou de certa comunidade linguística. Em seguida, foram tecidas considerações sobre alguns estudos geolinguísticos com foco nas áreas linguísticas da Região Sul. Depois, foi descrita a metodologia utilizada, contemplando o tripé básico da pesquisa geolinguística. E, por fim, foram apresentados alguns encaminhamentos, assim como as considerações finais e as referências utilizadas.

2. Proposição de um atlas linguístico a partir de um acontecimento histórico

O espaço geográfico mostra-se como um dos aspectos imprescindíveis a se levar em conta nas pesquisas dialetológicas e geolinguísticas, uma vez que

[...] evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso de sua história (CARDOSO, 2010, p. 15).

Tradicionalmente, os atlas linguísticos partem de determinada área geográfica para, a partir dela, delimitar sua rede de pontos, sejam estes atlas estaduais, regionais ou nacionais. Assim sendo, com o veio diatópico em sua gênese em grande parte das vezes, os aspectos históricos são levados em consideração na seleção dos pontos de pesquisa e posteriormente ao proceder à exegese dos dados, haja vista que a explicação de muitas questões linguísticas se fundamenta em fatos sócio-históricos.

Diferentemente do que se tem praticado, o projeto *Atlas Linguístico da Rota dos Tropeiros* não parte de uma área geográfica específica precisamente delimitada por fronteiras político-administrativas, mas sim de um acontecimento histórico-econômico para a determinação de sua área de abrangência, a qual abarca o trajeto marcado pelo vaivém de sulistas e paulistas, em direção norte e sul e vice-versa, evidenciando que as fronteiras administrativas não coincidem necessariamente com as delimitações dialetais (ROCHA; ANDRADE, 2016).

O Tropeirismo, acontecimento tomado como ponto de partida, pode ser visto como um desdobramento do movimento dos bandeirantes, “[...] que substituiu os carregadores humanos pelos animais e abandonou o sonho do ouro para se dedicar à criação”

(ALMEIDA, 1971, p. 152), surgindo da necessidade de solucionar os problemas de transporte da mineração em Minas Gerais e adjacências. Nesse contexto, o movimento tropeiro em seu início se caracterizava como uma atividade itinerante baseada no tráfego de gado vacum³ e muar do Rio Grande do Sul às regiões do centro do país e, com o passar do tempo, passou a ser indispensável para outras atividades, sendo o tropeiro “[...] o emissário oficial, o correio, o transmissor de notícias, o intermediário de negócios, o portador de bilhetes, recados, encomendas e receitas” (JOB, 1984, p. 14).

Nessas andanças que perduraram quase 200 anos, o movimento tropeiro teve diferentes fases de prosperidade e declínio, que muitas das vezes foram coincidentes com o momento pelo qual o próprio país estava passando, tendo em vista que o acontecimento perpassou o Brasil Colônia, Império e República. Essas fases também se refletiram na língua. De acordo com Brum (1999, p. 126), “[...] é bem provável que os primeiros tropeiros se comunicassem perfeitamente em guarani, independentemente da sua origem”, o que se comprova pelos topônimos empregados no país nessa língua, cujo processo de nomeação se deu em grande parte, segundo o autor, pelos paulistas.

No intercâmbio cultural dos tropeiros, vai ocorrer uma coisa interessante. Os tropeiros argentinos vão construir seu idioma espanhol sobre uma base guarani e quíchua, na qual já havia alguns termos araucanos e astecas adquiridos no corredor cultural andino. Os tropeiros brasileiros vão edificar seu idioma português sobre uma base tupi, incorporando diversos termos espanhóis, quíchuas e astecas, em razão do novo corredor cultural que se forma entre Santa Fé e Sorocaba. Como não podia deixar de ser, alguns termos portugueses passam também para o idioma do Prata. Apenas para ilustrar, eis alguns termos que os tropeiros santafesinos passaram para o idioma português falado no Sul do Brasil: charque, aspa, mate, guaiaca, chiripá, chácara, guacho, tambo, pampa (de origem quíchua); galpão, tomate, abacate, cacau (de

³ Gado vacum diz respeito a vacas, bois, touros e bezerras.

origem asteca); pilcha, tabaco e poncho (estas de origem araucana) (BRUM, 1999, p. 126-127).

Esses exemplos ilustram parte da cultura tropeira que resiste até hoje, revelada a partir de diferentes fenômenos linguísticos, sejam eles fonéticos, lexicais ou morfossintáticos, os quais se explicam muito mais a partir de um olhar histórico do que puramente linguístico.

Denota-se, dessa forma, que tanto os fenômenos linguísticos quanto o espaço geográfico constituem-se como pilares das pesquisas geolinguísticas, pois é com base neles que as cartas linguísticas são concebidas, as quais, conforme Rocha e Andrade (2016, p. 56), “[...] têm fundamental importância como instrumento metodológico de descrição”. Contudo, o trabalho não se esgota na cartografia⁴ e não se pode deixar de destacar a importante interface estabelecida entre a História e a Geolinguística, uma vez que a primeira fornece subsídios para explicar certos usos e comportamentos linguísticos, e a segunda recolhe dados, os analisa à luz de evidências sócio-históricas e, depois, oferece um produto que pode até mesmo ser encarado como documento histórico, considerando que reflete a realidade linguística e, conseqüentemente, histórica e social de determinada(s) comunidade(s) em determinado momento.

3. Áreas linguísticas da Região Sul

A necessidade de conhecer mais profundamente os dialetos/falares⁵ brasileiros sempre esteve em pauta desde o princípio da Geolinguística no Brasil e, nessa busca, Nascentes, em 1922, publicou a obra *O Linguajar Carioca* em que propôs uma divisão do país em áreas linguísticas, a qual foi revista e ampliada

⁴ Maiores detalhamentos sobre o fazer geolinguístico podem ser encontrados em Romano (2014).

⁵ Neste estudo não se tem o objetivo de discutir os conceitos abarcados pelos termos dialeto e falar, por isso, eles são tratados como sinônimos.

pelo autor na segunda edição do livro, em 1953. Tomada como referência até os dias de hoje, seja para refutações ou confirmações, a proposta consiste na divisão do Brasil em duas grandes áreas, a dos falares do Norte e a dos falares do Sul, marcados pela pronúncia de vogais médias fechadas, em oposição aos falares do Norte caracterizados pela pronúncia de vogais médias abertas.

Assim, tendo como base a referida proposição, estudos mais recentes têm demonstrado a existência de subfalares no espaço antes abrangido pelo ‘falar sulista’, alguns dos quais são apresentados a seguir.

Koch (2000), com base em cartas fonéticas do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS, aventa a existência de duas grandes áreas linguísticas na Região Sul, uma que denominou de paranaense e outra de rio-grandense, havendo entre elas uma área de transição, correspondente ao território de Santa Catarina, chamada pelo pesquisador de Leque Catarinense. O autor afirma que essa divisão advém de “dois movimentos colonizadores em sentidos opostos, um que partia do ‘Paraná antigo’ em direção ao sudoeste [da Região Sul] e outro que seguia do vale do Rio Jacuí em direção ao norte [da Região Sul]” (KOCH, 2000, p. 56).

Passados dois anos, em posse tanto de dados fonéticos quanto morfossintáticos do ALERS, Altenhofen (2002) revisita Koch (2000) e apresenta novas hipóteses de áreas linguísticas no Sul, destacando que “grande parte dessas áreas já foi preconizada por Koch (2000) e outros estudos restritos ao Paraná (Mercer, 1992; Aguilera, 2000), Santa Catarina (Furlan, 1986; 1989) e Rio Grande do Sul (Bunse & Klassmann, 1969; Koch, 1995)” (ALTENHOFEN, 2005, p. 115). Assim, amplia a ideia advinda da existência do Leque Catarinense e elabora nove hipóteses de fotografias linguísticas, as quais atestam oito possíveis áreas dialetais no Sul, a saber:

- 1- Área de transição (Leque Catarinense, postulado por Koch (2000));
- 2- Corredor central de projeção paranaense;
- 3- Corredor oeste de projeção rio-grandense;

- 4- Corredor leste de projeção rio-grandense (Feixe Rio-Grandense, na interpretação de Koch (2000));
- 5- Zona lateral açoriano-catarinense;
- 6- Zona lateral do Paraná do norte (Feixe Paranaense, na interpretação de Koch (2000));
- 7- Zona lateral da fronteira sul-rio-grandense;
- 8- Áreas bilíngues de português de contato. (ALTENHOFEN, 2002, p. 134)

Com base em dados do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, Romano (2015) discute a proposta de Nascentes (1953) no que diz respeito ao ‘falar sulista’ e sugere uma redivisão. Para tanto, o autor toma como base o comportamento diatópico de cinco itens lexicais (*córrego*, *geleia*, *bolinha de gude*, *menino* e *tangerina*) e defende a existência de dois possíveis grandes falares, os quais denominou de falar paulista e falar sulista.

Nesse contexto, Romano (2015, p. 271) conclui que o falar paulista “difunde-se a partir do Estado de SP, com influência na região norte do PR, oeste do MS, sudoeste e interior do Estado de GO, sul de MG e Triângulo Mineiro”. E afirma que

[...] sob o ponto de vista do léxico, considerar o Estado de SP e adjacências no mesmo grupo que o RS possivelmente seria um equívoco, tendo em vista aspectos sócio-históricos envolvidos no processo de ocupação e povoamento do território, o que se reflete na variação lexical das questões selecionadas (ROMANO, 2015, p. 271).

Já em relação ao falar sulista, explica que esse se constitui principalmente no Brasil Meridional, que engloba os três estados da Região Sul e São Paulo, e evidencia que os limites desses falares são “virtuais e fluídos” (ROMANO, 2015, p. 273), podendo, assim, a depender do fenômeno analisado, delimitar-se de modos distintos.

Os estudos sobre possíveis áreas e fotografias linguísticas do Sul do Brasil estão longe de se esgotar, apesar dos estudos aqui apresentados. Todavia, a partir do que foi explanado, já se pode observar, tanto com dados do ALERS quanto do ALiB, a não

homogeneidade linguística presente na região e a existência de ao menos dois subfalares que podem ser explicados por diferentes processos.

Posto isso, Romano (2015, p. 272-273) atesta que

Essa configuração diatópica de determinadas variantes lexicais evidencia traços da história social dessas localidades, uma vez que tais variantes revelam rastros do tropeirismo, ou seja, os tropeiros gaúchos além de heranças deixadas na cultura material de determinadas cidades, deixaram também suas marcas na norma lexical que até hoje ecoam no vocabulário ativo de informantes naturais daquela região.

Assim como o pesquisador supracitado, Koch (2000) e Altenhofen (2002) também destacam hipóteses de áreas linguísticas sulistas provenientes do movimento tropeiro, hipóteses essas que poderão ser aprofundadas com base nos dados do *Atlas Linguístico da Rota dos Tropeiros*, uma vez que esse terá um olhar voltado especificamente para a realidade linguística da área abarcada pelo acontecimento histórico e sua influência na composição dos falares dos sulistas.

4. Tripé básico da pesquisa de cunho dialetal

A pesquisa dialetal, segundo Cardoso (2010, p. 89), “[...] se fundamenta em um tripé básico: a rede de pontos, os informantes e os questionários, cujo estabelecimento se molda sob diferentes perspectivas, orientadas por procedimentos teóricos também variados”.

A fim de atingir os objetivos propostos com a elaboração do *Atlas Linguístico da Rota dos Tropeiros*, adotaram-se os princípios teórico-metodológicos da Geolinguística Pluridimensional (THUN, 1998) para nortear o trabalho, tendo como base o eixo horizontal (dimensão diatópica) e a inclusão do eixo vertical (dimensão diastrática). Além disso, por se tratar de um

empreendimento que abarca um acontecimento histórico que permeia quatro estados federativos, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, tomou-se como base para a delimitação dos aspectos metodológicos, acrescidos de outros estudos monográficos já realizados, os atlas já existentes nessa área de abrangência: *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR), *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS) e *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB).

4.1 Rede de Pontos

A pesquisa contempla uma das rotas feitas pelos tropeiros, conhecida como *Caminho da Vacaria dos Pinhais*⁶, a qual recobre os três estados da Região Sul e o estado de São Paulo e, de algum modo, é considerada a rota mais representativa e de maior utilização pelos tropeiros ao longo do tempo⁷. Conforme Brum (1999), esta rota foi muito importante, pois, após a expulsão dos jesuítas, favoreceu a ocupação da Região das Missões⁸ com os povoamentos que se criavam em torno dos pousos das tropas.

Abandona-se o traçado que cortava o Rio Grande transversalmente (Uruguaiana, Alegrete, Santa Maria, Rio Pardo, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Bom Jesus, Vacaria), adotando-se

⁶ Brum (1999) denomina esta mesma rota como Caminho das Missões, contudo há autores que também utilizam essa nomenclatura para outra rota aberta posteriormente, assim, optou-se por utilizar a nomenclatura *Caminho da Vacaria dos Pinhais*, a fim de diferenciá-las, uma vez que o referido nome também é utilizado na literatura.

⁷ O *Caminho da Vacaria dos Pinhais* consolidou-se após a expulsão dos jesuítas, quando as tropas deslocaram-se mais para o Oeste do Rio Grande do Sul. Brum (1999) apresenta de forma mais detalhada as rotas percorridas pelas tropas de Santa Fé (Argentina) até Sorocaba.

⁸ A Região das Missões situa-se no noroeste do Rio Grande Sul e corresponde à região ocupada pelas reduções jesuíticas dos Guarani entre os séculos XVII e XVIII. Vale destacar que o intuito principal do governo espanhol com as Missões era proteger as terras do Sul da penetração portuguesa.

o traçado São Borja, Santo Ângelo, Cruz Alta, Carazinho, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria (BRUM, 1999, p. 124).

Nesse caminho, depois de Vacaria (RS), encontrava-se com o trajeto da rota antiga e partia-se rumo ao norte seguindo por Passo de Santa Vitória (RS), Lages (SC), Rio Negro (PR), Lapa (PR), Ponta Grossa (PR), Castro (PR), Itararé (SP), Itapeva (SP), Itapetininga (SP), Araçoiaba da Serra (SP) até chegar em Sorocaba (SP) (BRUM, 1999), destino final das conduções do Sul que visavam à feira de muares⁹.

Posto isso, destaca-se que a rede de pontos leva em conta o trajeto apresentado e engloba três localidades por estado, perfazendo 12 pontos de inquérito, os quais foram escolhidos levando em consideração o povoamento e a significativa influência tropeira averiguada até os dias de hoje, localidades essas que podem ser visualizadas espacialmente ao longo da rota por meio da Figura 1.

⁹ A feira de muares, também conhecida como Feira de Sorocaba, era onde se encontravam negociantes de diferentes regiões do Brasil com interesse principal na compra e venda de animais muares e cavalares, porém não se reduzindo a isso, sendo também uma grande praça de comércio em geral.

Figura 1 – Mapa da Rota dos Tropeiros com destaque para os pontos de inquérito



Fonte: Adaptado de Gazeta do Povo (2013).

Sendo assim, como pontos de inquérito, no Rio Grande do Sul, foram escolhidas as cidades de Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria; em Santa Catarina, Lages, Curitibanos e Mafra; no Paraná, Lapa, Palmeira e Castro; e, em São Paulo, Itararé, Itapetininga e Sorocaba.

Quadro 1 – Rede de pontos

Nº do ponto	Cidade	Estado
1	Cruz Alta	Rio Grande do Sul
2	Passo Fundo	Rio Grande do Sul
3	Vacaria	Rio Grande do Sul
4	Lages	Santa Catarina
5	Curitibanos	Santa Catarina
6	Mafra	Santa Catarina
7	Lapa	Paraná
8	Palmeira	Paraná
9	Castro	Paraná
10	Itararé	São Paulo
11	Itapetininga	São Paulo
12	Sorocaba	São Paulo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apresentados os pontos de inquérito, ressalta-se que eles foram identificados por números em ordem crescente em sentido sul-norte, cujo primeiro ponto situa-se no Rio Grande do Sul e o último em São Paulo.

4.2 Perfil dos informantes

O perfil dos informantes determinado para este atlas leva em consideração a pluridimensionalidade e contempla um perfil semelhante ao adotado pelo ALiB, estratificado a partir das dimensões diassexual, diageracional e diastrática.

Em relação à dimensão diassexual, serão considerados informantes de ambos os sexos (masculino e feminino). A dimensão diageracional contemplará o mesmo perfil etário do ALiB, sendo faixa I (18 a 30 anos) e faixa II (50 a 65 anos). Já a dimensão diazonal/diastrática levará em conta a área em que o informante habita (rural e urbano), variável essa que se mostra importante neste estudo, uma vez que o Tropeirismo se deu, majoritariamente, em contexto rural.

Para delimitar o que será considerado um informante rural e um informante urbano, tendo em vista eventualmente a proximidade do campo com a cidade, a pesquisa considerará como proveniente do ambiente rural os indivíduos nascidos em área rural pertencente à microrregião do ponto de pesquisa, domiciliados a, no mínimo, quatro quilômetros de distância da área urbana e que se dedicam a atividades agropastoris. E, como urbanos, serão considerados os indivíduos que nasceram na área urbana do ponto pesquisado ou de cidade da microrregião, que sempre moraram na cidade e nela trabalham.

Vale ressaltar, ainda, que o nível de escolaridade também será uma variável estratificadora. Dessa forma, definiu-se como escolaridade mínima o Ensino Fundamental I completo (antiga 4ª série) e, no máximo, o Ensino Médio incompleto para os informantes rurais. Enquanto, para os urbanos, determinou-se, no mínimo, o Ensino Médio incompleto e, no máximo, graduação, a fim de reforçar o contraste existente na variedade falada.

Feitas as estratificações, obtém-se o total de 96 informantes, os quais serão identificados por numeração, de 1 a 8 em cada uma das localidades, como é possível visualizar no quadro a seguir.

Quadro 2: Perfil dos informantes

Nº	SEXO	FAIXA ETÁRIA	ÁREA HABITACIONAL
1	Homem	Faixa I (18 a 30 anos)	Rural
2	Mulher	Faixa I (18 a 30 anos)	Rural
3	Homem	Faixa II (50 a 65 anos)	Rural
4	Mulher	Faixa II (50 a 65 anos)	Rural
5	Homem	Faixa I (18 a 30 anos)	Urbano

6	Mulher	Faixa I (18 a 30 anos)	Urbano
7	Homem	Faixa II (50 a 65 anos)	Urbano
8	Mulher	Faixa II (50 a 65 anos)	Urbano

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, destaca-se que para assegurar a representatividade dos pontos de inquérito na seleção dos informantes, foram estabelecidos alguns critérios, por exemplo, ser natural da localidade investigada, não ter se afastado por período maior que o equivalente a 10% de sua idade atual, possuir alguma relação com a criação ou manejo de equinos e bovinos ou envolvimento com atividades culturais relacionadas ao Tropeirismo, ser comunicativo, entre outros.

4.3 Questionários

Os questionários, como instrumentos de coleta de dados, foram pensados a partir dos atlas linguísticos já existentes que recobrem a área investigada, tendo como base, principalmente, os do ALiB (2001) e do ALERS (2011).

Partindo dos dados já cartografados por esses atlas, bem como dos resultados de outros estudos sobre a Região Sul, foi possível levantar questões que se mostram relevantes para verificar o contraste existente entre os possíveis subfalares sulistas. Desse modo, a princípio, idealizou-se a elaboração de três questionários: fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático, acrescidos de temas para discurso semidirigido. Contudo, diante do cenário pandêmico¹⁷ que se instalou no decorrer da pesquisa, poderá ser necessário proceder a adaptações, uma vez que, diante das medidas preventivas contra a doença, como o uso de máscaras,

¹⁷ Cenário decorrente da pandemia de Covid-19, que se alastrou pelo mundo no ano de 2020.

dados fonéticos, por exemplo, podem ficar comprometidos. Se for possível realizar a coleta *in loco*, havendo condições e aquiescência do informante, o entrevistado será convidado a falar sem máscara, senão toda a entrevista, ao menos a parte referente ao questionário fonético-fonológico.

Se essa condição não for possível, o questionário fonético-fonológico não será aplicado, mantendo, no entanto, os questionários semântico-lexical e morfossintático e os temas para discurso semidirigido. Nesse caso, a análise de alguns fenômenos fonético-fonológicos, como /r/ em ataque e em coda silábica, rotacismo, ditongação, manutenção e/ou alçamento das vogais médias /e/ e /o/ em posição pretônica e em coda silábica, entre outros que se mostrem relevantes, será feita com base nos demais questionários.

Sendo assim, para a elaboração dos questionários a serem aplicados, buscou-se englobar diversas atividades do cotidiano, mas, sobretudo, questões voltadas à criação de equinos, muares e bovinos e ao Tropeirismo, agrupadas em áreas semânticas, como já sugerido por Silva Neto (1957) no *Guia para estudos dialetológicos*.

Posto isso, o Questionário Fonético-Fonológico com 57 perguntas recobre os contextos relacionados às variantes rotacismo, /r/ em ataque e coda silábica, monotongação, ditongação, realização de /aum/ no lugar de /om/, /l/ em coda silábica, manutenção/alçamento das vogais médias /e/ e /o/ em posição pretônica e em coda silábica, palatalização e iotização.

O Questionário Semântico-Lexical engloba 125 questões distribuídas em nove áreas semânticas, a saber: partes do corpo dos animais; partes da montaria; vestimenta; alimentação e cozinha; tipos de cavalos, asininos, muares e tropas; objetos, utensílios e instrumentos; pelagens de cavalos; funções e atribuições da tropa; geografia e meio ambiente; e cultura e convívio.

O Questionário Morfossintático, por sua vez, contempla seis questões, com foco em pronomes, adjetivos (grau comparativo) e flexão nominal. Já os temas para discurso semidirigido pautam-se em causos contados nos pousos, histórias das tropeadas,

influências ou eventos relacionados ao Tropeirismo na região e, caso nenhum desses seja produtivo, será recorrido a um fato marcante que aconteceu na vida do informante.

5. Próximos passos: coleta, transcrição e cartografia dos dados

Descrita a metodologia a ser empregada na pesquisa aqui detalhada, destaca-se que os próximos passos a serem dados rumo à elaboração do *Atlas Linguístico da Rota dos Tropeiros* consistem na coleta, na transcrição, na seleção, no tratamento estatístico e na cartografia dos dados obtidos.

A coleta de dados se dará por meio de investigação direta, com a realização dos inquéritos *in loco*, cujos registros serão feitos com auxílio de um gravador e outra mídia alternativa no intuito de amenizar eventuais problemas que possam surgir em relação às gravações. Na aplicação dos questionários, será adotada a técnica de entrevista em três tempos, que consiste em perguntar, insistir e sugerir (ALTENHOFEN, 2013; FIGUEIREDO, 2014), além da utilização de figuras ilustrativas, visando coletar o maior número de respostas.

Feita a coleta, os dados passarão pelo processo de transcrição e revisão seguindo, possivelmente, os mesmos critérios adotados para as transcrições do ALiB¹⁸.

Já a cartografia será feita por meio do software *SGVCLin - Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas* (SEABRA; ROMANO; OLIVEIRA, 2014), com carta base georreferenciada própria a ser desenvolvida por profissional competente.

Considerações finais

Este artigo, portanto, apresenta o *Projeto Atlas Linguístico da Rota dos Tropeiros*, bem como suas considerações teórico-

¹⁸ Serão tomadas como base as normas estabelecidas pelo Comitê do ALiB no V WORKALiB (Salvador, 29-31 de agosto de 2005).

metodológicas preliminares, evidenciando seu diferencial em ter como ponto de partida um evento histórico e não um espaço geográfico limitado por fronteiras geopolíticas para o estudo linguístico, mostrando a importância da interface estabelecida entre a História e a Geolinguística.

Por fim, sabe-se que até a etapa final de cartografiação e exegese dos dados, para a concepção do atlas propriamente dito, há um grande trajeto a ser percorrido, que não será feito no lombo de mulas, mas que será executado com o mesmo afinho demonstrado pelos tropeiros, grandes desbravadores das terras do Sul.

Referências

AGUILERA, Vanderci de A. *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

AGUILERA, Vanderci de A. Estudos dialetológicos no Paraná: caminhos e perspectivas. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (Ed.). *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt a. M.: TFM, 2000. p. 95-119.

ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e Morte do Tropeiro*. Ed. Martins, São Paulo, 1971.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Áreas linguísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolinguísticas do ALERS. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Varição e mudança no português falado na Região Sul*. Pelotas: EDUCAT – Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002. p. 115-145.

ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo; KOCH, Walter (Orgs.). Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS). *Cartas semântico-lexicais*. 1ª. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo; KOCH, Walter (Orgs.). Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS). *Cartas fonéticas e morfossintáticas*. 2ª. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BRUM, Nilo Bairros de. *Caminhos do Sul*. Porto Alegre, Metrópole, 1999.

BUNSE, Heinrich; KLASSMANN, Mário S. *Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul (problemas, métodos, resultados)*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1969.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editora, 2010.

CHOFARD, Amanda. *Aspectos lexicais do português do Brasil: um recorte de variantes documentadas pelo Atlas Linguístico do Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas lingüístico do Brasil: questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

FURLAN, Oswaldo A. O português dos catarinenses de ascendência luso-brasileira comparado com o português europeu. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 5, dez. 1986, p. 227-253.

FURLAN, Oswaldo A. *Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

GAZETA DO POVO. *Legado construído no lombo do cavalo*. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/legado-construido-no-lombo-do-cavalo-47tpgoeb139yfap24ktkwpkcu/>. Acesso em: 6 dez. 2020.

JOB, Vera R. Algumas considerações sobre o Ciclo do Ouro e o Tropeirismo. In: BONADIO, Geraldo (Org.). *O Tropeirismo e a Formação do Brasil*. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras; Fundação Ubaldino do Amaral; Skol/Momesso/Caracu, 1984, p. 9-15.

KOCH, Walter. Contribuição do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul ao estudo da fronteira linguística entre o Brasil e o Uruguai. In: *Práticas de Integração nas Fronteiras: temas para o MERCOSUL*. Porto Alegre: Ed. da Univ./UFRGS; Inst. Goethe/ICBA, 1995. P. 192-206.

KOCH, Walter. O povoamento do território e a formação de áreas linguísticas. In: GARTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (Ed.). *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt a.M.: TFM, 2000. p. 55-69.

MERCER, José Luiz da Veiga. *Áreas fonéticas do Paraná*. (Tese para Professor Titular) Curitiba: Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas; Universidade Federal do Paraná, 1992. v. 1 e v. 2.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953 [1922].

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC; Casa de Rui Barbosa, 1958.

ROCHA, Ana Paula Antunes; ANDRADE, Francisco Eduardo. A relação entre Dialetologia e História: reflexões teórico-metodológicas para o estudo do português usado em Minas Gerais. *Gragoatá*, Niterói, n. 40, p. 47-69, 2016.

ROMANO, Valter Pereira. Percurso historiográfico e metodológico da Geolinguística. *Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - UFMS, Campo Grande*, v. 18, n. 35, p. 135-153, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3017>. Acesso em: 3 dez. 2020.

ROMANO, Valter Pereira. *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil*. 2015. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SEABRA, Rodrigo Duarte; ROMANO, Valter Pereira; OLIVEIRA, Nathan. 2014. [SGVCLin] - *Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas*. Versão 1.1. Mídia em CD-ROM e manual explicativo impresso.

SILVA, Hélen, C. da. *Pelas veredas do /r/ retroflexo*. 2016. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

THUN, H. La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle. In: RAENDONCK, D. V. et al. (Orgs.). *Actes du XXII Congrès International de Linguistique e Philologie Romanes*. Bruxelles, 1998, p. 367-409.

A partir de 1996, ano do lançamento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), até os dias atuais, tem-se verificado franco desenvolvimento de trabalhos de cunho dialetal, que focalizam, por meio da Geolinguística, a descrição de realidades plurivarietais, tanto em comunidades rurais, ou grandes centros urbanos, como junto às populações tradicionais brasileiras, indígenas e quilombolas. A obra Tendências da Geolinguística brasileira e a nova geração de Atlas Linguístico traz uma importante amostra do quanto já se foi produzido pelos pesquisadores que têm se dedicado à feitura de atlas de pequeno domínio, principalmente após a sedimentação de uma metodologia difundida pelo ALiB. Convidamos o/a leitor(a) para adentrar o universo dialetal do Brasil traduzido com o auxílio da cartografia linguística. Desejamos uma ótima leitura!



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM LINGÜÍSTICA
DA UFSC



Programa de Pós-graduação e
Letras (PGLetras-UFMA)

